

Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável Território VALE DO JAGUARIBE



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos

Antonio Lacerda Souto

Cleber Leite Pereira

Graça Duarte de Almeida

Josafa Martisn de Oliveira

Luis Carlos dos Santos

Marcos Antonio Vieira de Castro

Maria de Fátima Costa Fernandes

Olimpio Ferreira Queiroga Neto

Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho

Técnica Instituto Agropolos

Articulador Estadual da SDT/MDA

Técnico SDA/ Agropolos

Coordenadora CODET/SDA

Coodenador Instituto Agropolos

Agente Desenvolvimento Econômico -
SDT/MDA

Secretario CEDR

Assessora EMATERCE

Articulador Estadual da SDT/MDA

Assessor - CEDR

B823p

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território
Vale do Jaguaribe – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,
2011.

364p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO VALE DO JAGUARIBE**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral Territorial do Território Vale do Jaguaribe

Núcleo Dirigente do Território Vale do Jaguaribe

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS: COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê da Cultura e Turismo

Comitê da Educação

Comitê da Gestão Territorial

Comitê da Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde

Comitê do Meio Ambiente

Comitê dos Direitos e Desenvolvimento Social

ASSESSORA TÉCNICA TERRITORIAL

Sandra Oliveira Gomes

Ms Fitotecnia

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Josefa Jéssica Macena Alves

Tec em Saneamento Ambiental

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Maurício Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santana

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

ALL	Academia Limoeirense de Letras
AP1MC	Associação Programa 1 Milhão de Cisternas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARCA	Academia Rossana de Cultura e Arte
ASA	Associação de Articulação do Semiárido
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefícios da Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CEAVI	Célula de Avaliação Institucional
CEF	Caixa Econômica Federal
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CMDS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONDIRJA	Conselho de Desenvolvimento e integração da Região Jaguaribana
CRAM	Centro de Referência e Atenção à Mulher em Situação de Violência
CRAS	Centro de Referência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CREDE	Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EAD	Educação a Distância
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EP	Educação Profissionalizante
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação
FVSA	Fórum Regional pela Vida no Semiárido
HIPERDIA	Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IFCE	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará
IMAMN	Instituto do Meio Ambiente de Morada Nova
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPD	Índice de Propensão a Desertificação
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IRDSS	Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

LISTA DE SIGLAS

LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
LRPD	Laboratórios Regionais de Prótese Dentária
MDA	Ministério do desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
PNDTR	Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PODEBEM	Pólo de Divulgação Espírita Bezerra de Menezes
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PSE	Proteção Social Especial
RGPS	Registro Geral da Previdência Social
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SeMOB	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
SINDAG	Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas
SISAGUA	Sistema de Informação de Qualidade de Água
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema único de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFIS	Unidade Familiar Integrada Sustentável
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIDERP	Universidade Anhanguera
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação gráfica do mapa do Território Vale do Jaguaribe.	38
FIGURA 2	Mortalidade por grupos de causas no Território Vale do Jaguaribe e do Ceará, em 2008.	90
FIGURA 3	Situação de nascimento no Território Vale do Jaguaribe	93
FIGURA 4	Percentual do número de Leitos por 1000 habitantes no Estado do Ceará e Território Vale do Jaguaribe em 2010.	102
FIGURA 5	Tipo de Clima encontrado no Território Vale do Jaguaribe	161
FIGURA 6	Compartimentação geoambiental do Território Vale do Jaguaribe.	164
FIGURA 7	Bacias Hidrográficas que banham o Território Vale do Jaguaribe	170
FIGURA 8	Principais Tipos de solos encontrados no Território Vale do Jaguaribe.	173
FIGURA 9	Unidades fitoecológicas encontradas no Território Vale do Jaguaribe.	176
FIGURA 10	Áreas em processo de Desertificação do Território Vale do Jaguaribe	179
FIGURA 11	Classes de solos com áreas de desertificação encontradas no território.	188
FIGURA 12	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000	206
FIGURA 13	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000	207
FIGURA 14	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000	207
FIGURA 15	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000	208
FIGURA 16	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008	213
FIGURA 17	Distribuição Percentual do Produto Interno Bruto do Território Vale do Jaguaribe, 2008	217
FIGURA 18	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Vale do Jaguaribe, 2010	231
FIGURA 19	Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Vale do Jaguaribe, 2005	245
FIGURA 20	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Vale do Jaguaribe, 2005	246
FIGURA 21	Representação gráfica partidária Legislativo Municipal – 2009/2012	281
FIGURA 22	Representação gráfica partidária Legislativo Municipal – 2006/2008	283
FIGURA 23	Representação gráfica partidária Legislativo Municipal – 2001/2004	285
FIGURA 24	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	296
FIGURA 25	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	297
FIGURA 26	Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)	298
FIGURA 27	Elementos do Processo de Gestão Social	314
FIGURA 28	Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial	316

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território Vale do Jaguaribe por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.	25
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	26
TABELA 2.1	(População residente por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	28
TABELA 2.2	(População residente por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	29
TABELA 2.3	População residente por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	30
TABELA 2.4	População residente por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	32
TABELA 2.5	População residente por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.	33
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Vale do Jaguaribe – 2010.	35
TABELA 4	Taxa geométrica Total (urbana e rural) do território Vale do Jaguaribe, 2010.	36
TABELA 5	Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e micro territórios do Vale do Jaguaribe	39
TABELA 6	Morbidades proporcional por doenças por doenças crônicas no ano de maior inscrição no hiperdia.	79
TABELA 7	Morbidades proporcional por doenças transmissíveis no Território vale do Jaguaribe no ano de 2009.	81
TABELA 8	Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território vale do Jaguaribe em 2008.	88
TABELA 9	Condições de nascimento no Território Vale do Jaguaribe em 2008	91
TABELA 10	Tipos de estabelecimentos da atenção básica e especializada no Território Vale do Jaguaribe nos anos de 2008, 2009 e 2010	101
TABELA 11	Número de profissionais médicos especialidades por 1000 habitantes no Território Vale do Jaguaribe em 2009.	104
TABELA 12	.Situação de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território do vale do Jaguaribe em 2007.	108
TABELA 13	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)	110
TABELA 14	Taxas de Alfabetização, Taxa de escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território.	111
TABELA 15	Educação infantil – Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia.	114
TABELA 16	Ensino Fundamental – Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia.	118
TABELA 17	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território I.	121
TABELA 18	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território II.	122
TABELA 19	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território III.	122
TABELA 20	Nível de escolaridade dos professores do Ensino Fundamental do Território Vale do Jaguaribe	123
TABELA 21	Ensino Médio – Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia.	126
TABELA 22	Matrículas na Educação Especial	128
TABELA 23	Educação de Jovens e Adultos – presencial e semipresencial (Número de matrículas e número de escolas – por dependência administrativa e zona de moradia)	131
TABELA 24	Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) – por dependência administrativa e zona de moradia.	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 25	Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática e de ciências) – por dependência administrativa e zona de moradia.	139
TABELA 26	Taxa de analfabetismo da população por gênero e zona de moradia.	140
TABELA 27	Bibliotecas públicas municipais, teatros e museus, bandas de música e bandas de musica do projeto Pró-Bandas, segundo os micro territórios – Ceará – 2008.	143
TABELA 28	Calendário de eventos do Território Vale do Jaguaribe	149
TABELA 29	Obras de abastecimento do Projeto São José na Sub-bacia do Baixo Jaguaribe no período de 2000 a 2009 nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe	166
TABELA 30	Percentual de domicílios com bastecimento de água, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe, situados na Sub - bacia do Baixo Jaguaribe.	167
TABELA 31	Principais reservatórios dos municípios do Território Vale do Jaguaribe que se enquadram na Sub-bacia do Médio Jaguaribe.	167
TABELA 32	Obras de abastecimento do Projeto São José na Sub-bacia do Médio Jaguaribe no período de 2000 a 2009 nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe	168
TABELA 33	Percentual de domicílios com Abastecimento de água, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe, situados na Sub-bacia do Médio Jaguaribe	168
TABELA 34	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	200
TABELA 35	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000	202
TABELA 36	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000	203
TABELA 37	Classificação da tendência de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano	204
TABELA 38	Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, para o período de 1991-2000	205
TABELA 39	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2006-2008	210
TABELA 40	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2006-2008	211
TABELA 41	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2004-2008	214
TABELA 42	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2007-2008	215
TABELA 43	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2004-2008	218
TABELA 44	População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000	219
TABELA 45	Taxa de Participação da PEA em relação à população total, segundo o Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2000	220
TABELA 46	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009	221
TABELA 47	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009	222
TABELA 48	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009	229
TABELA 49	Renda <i>per capita</i> e taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000	224
TABELA 50	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Vale do Jaguaribe, 2006-2009	230
TABELA 51	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	233
TABELA 52	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	234
TABELA 53	Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, território Vale do Jaguaribe e seus	235

LISTA DE TABELAS

	municípios, 2008-2009.	
TABELA 54	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	236
TABELA 55	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	237
TABELA 56	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	238
TABELA 57	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	241
TABELA 58	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2005.	244
TABELA 59	Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	247
TABELA 60	Assentamento de Trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.	247
TABELA 61	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.	249
TABELA 62	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.	251
TABELA 63	Empresas de Serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.	253
TABELA 64	Empresas de Serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.	254
TABELA 65	Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	255
TABELA 66	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	256
TABELA 67	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	256
TABELA 68	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	257
TABELA 69	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	257
TABELA 70	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	258
TABELA 71	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.	260
TABELA 72	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.	261
TABELA 73	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.	261
TABELA 74	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.	262
TABELA 75	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.	262
TABELA 76	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo programa de gerenciamento de águas territoriais, segundo as bacias hidrográficas, açude do Território Vale do Jaguaribe, agosto de 2010.	263
TABELA 77	Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Vale do Jaguaribe, 1996-2009	264
TABELA 78	Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Vale do Jaguaribe, 1996-2008.	265
TABELA 79	Aduadoras construídas, em construção e projetadas no Território Vale do Jaguaribe,	265

LISTA DE TABELAS

TABELA 80	1996-2002 Poços construídos pela SOHIDRA no Território Vale do Jaguaribe, 2009.	266
------------------	--	------------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de Cisternas construídas e repasses do Programa Cisternas de Placas – Ano 2010.	51
QUADRO 2	Número de Famílias Beneficiárias e Repasses do PBF – Ano 2010.	53
QUADRO 3	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil PBF.	54
QUADRO 4	Programas Complementares Articulados em Nível Federal	56
QUADRO 5	Ações, Beneficiários e Repasses da Assistência Social – Ano 2010.	60
QUADRO 6	Comparativo entre Benefícios Sociais BPC e PETI e PBF com Repasse Direto aos Beneficiários – 2010.	63
QUADRO 7	Quantidade dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009.	65
QUADRO 8	Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	66
QUADRO 9	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS (Urbano e Rural) – 2007 e 2008.	67
QUADRO 10	Número de Promotores de Justiça, Delegacias e Defensores Públicos - 2010.	70
QUADRO 11	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	151
QUADRO 12	Características dos Solos do Território do Vale do Jaguaribe	171
QUADRO 13	Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, tendo como referência a área original da Caatinga (Adap).	180
QUADRO 14	Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap).	181
QUADRO 15	Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Vale do Jaguaribe.	189
QUADRO 16	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	194
QUADRO 17	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica.	268
QUADRO 18	Representação Partidária do Poder Executivo Municipal-Territorial	277
QUADRO 19	Representação Partidária do Legislativo Municipal	280
QUADRO 20	Representação Partidária do Poder Legislativo Municipal	282
QUADRO 21	Representação Partidária do Poder Legislativo Municipal	284
QUADRO 22	Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território	290
QUADRO 23	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	296
QUADRO 24	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	297
QUADRO 25	Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)	298
QUADRO 26	Instituições Públicas com Atuação Regionalizada	301
QUADRO 27	Entidades da Sociedade Civil com Atuação Regionalizada	302
QUADRO 28	Eixos prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado	306
QUADRO 29	Orçamento revisado PPA 2010-2011 por Secretaria de Estado	307
QUADRO 30	Programas do Governo Federal com Potencial de Integração	310
QUADRO 31	Análise Territorial da Dimensão Político-institucional.	318
QUADRO 32	Objetivos Estratégicos	326
QUADRO 33	Eixo Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura	329
QUADRO 34	Eixo Geração, gênero, Raça, Etnia e Participação Popular	334
QUADRO 35	Eixo Meio Ambiente	334
QUADRO 36	Eixo Organização Sustentável da Produção	338
QUADRO 37	Eixo Ação Fundiária	346
QUADRO 38	Eixo Gestão Territorial	348
QUADRO 39	Projetos Estratégicos priorizados pelo Território	350

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO	18
PARTE I	O TERRITORIO	21
3	Aspectos Sociodemográficos	25
4	Características Estratégicas	38
5	Formação Histórica	40
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	43
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	47
6	Aspectos Sociais	49
7	Aspectos Da Saúde	77
8	Aspectos Educacionais	109
9	Aspectos Culturais	141
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	151
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	153
11	Aspectos Geoambientais	155
12	Aspectos Antropicos	170
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	194
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	197
14	Aspectos Socioeconomicos	199
15	Aspectos do Setor Produtivo	226
16	Situação Fundiaria	243
17	Financiamento e Comercialização	248
18	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria.	252
19	Assessoria e Assistência Técnica	267
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	268
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	271
21	Territorialização e Gestão Pública	273
22	Infraestrutura Institucional	294
23	Governabilidade e Gestão Social	314
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	318
PARTE III	PLANEJAMENTO	321
25	Visão de Futuro	325
26	Objetivos Estratégicos	326
27	Diretrizes Principais	327
28	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos.	328
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	350
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	351
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	359
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	361

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território Vale do Jaguaribe através de vários encontros de construção participativa, tanto do aperfeiçoamento das instâncias colegiadas quanto para a qualificação do plano. O documento base de orientação¹ para a estruturação deste plano possibilitou estruturar os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios a realidade das pessoas, os dados objetivos que se materializaram neste impresso.

A abordagem territorial começa a ser desenvolvida e isto se manifesta através de estratégias que visam mobilizar os recursos disponíveis no território (humanos, financeiros e materiais), a partir da negociação e concertação da diversidade dos interesses, práticas e sonhos existentes, manifestos em seu diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos e das diretrizes traçadas que buscam alcançar a partir da formulação de programas, projetos e ações necessárias a gestão social colegiada para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

Este documento consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território, em contínua busca de aperfeiçoamento que considera sua atualização em curtos espaços, dada a dinâmica global do mundo em que está inserido, e, portanto suas (re) elaborações de forma reflexiva, crítica e criativa, ocorrerão nas três ações significativas do planejamento, ou seja, nos processos de elaboração, execução e avaliação contínua de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia dessas atividades.

Com esta política de planejamento onde haja cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, considerando suas especificidades, cria-se uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável, para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, que a partir

¹ Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS , Brasília, janeiro 2010.

dessa iniciativa, possibilita reconhecer territórios constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns e ainda ampliar e fortalecer a coesão social de seu espaço criando as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Vale do Jaguaribe não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada à dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Jaguaribe, utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários

provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documento orientador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

A 4ª etapa ocorre à reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I

O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos

Características Estratégicas

Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Vale do Jaguaribe correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Vale do Jaguaribe por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010					
MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Limoeiro do Norte	53289	55539	56098	56281	5,6
Morada Nova	61751	63296	63126	62086	0,5
Palhano	8797	9173	9268	8869	0,8
Quixeré	18652	19517	19772	19422	4,1
Russas	63975	67023	67960	69892	9,2
São João do Jaguaribe	8310	8521	8500	7902	-4,9
Tabuleiro do Norte	28291	29369	29576	29210	3,2
TOTAL	243065	252438	254300	253662	4,4
MICRO II					
Alto Santo	19154	20339	20829	16360	-14,6
Ererê	6927	7242	7332	6853	-1,1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010					
Iracema	14313	14943	15114	13725	-4,1
Potiretama	6478	6792	6891	6129	-5,4
TOTAL	46872	49316	50166	43067	-8,1
MICRO III					
Jaguaretama	17851	18389	18411	17867	0,1
Jaguaribara	9780	10251	10399	10405	6,4
Jaguaribe	35237	36385	36493	34416	-2,3
Pereiro	15291	15784	15828	15764	3,1
TOTAL	78159	80809	81131	78452	0,4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Vale do Jaguaribe destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Vale do Jaguaribe.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Vale do Jaguaribe – 2010.

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Limoeiro do Norte U	2162	1145	1017	2345	1171	1174	2849	1453	1396
Limoeiro do Norte R	1723	892	831	1808	908	900	2318	1165	1153
Morada Nova U	2417	1228	1189	2653	1346	1307	3477	1764	1713
Morada Nova R	1756	882	874	2162	1112	1050	2835	1444	1391
Palhano U	335	178	157	300	150	150	345	200	145

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Palhano R	311	152	159	323	159	164	402	212	190
Quixeré U	896	469	427	966	474	492	1120	568	552
Quixeré R	588	308	280	660	340	320	751	385	366
Russas U	3240	1667	1573	3460	1707	1753	4144	2154	1990
Russas R	1709	924	785	2001	991	1010	2623	1318	1305
São João do Jaguaribe U	140	71	69	182	96	86	241	114	127
São João do Jaguaribe R	257	127	130	308	146	162	438	221	217
Tabuleiro do Norte U	1222	618	604	1365	690	675	1770	873	897
Tabuleiro do Norte R	697	342	355	804	397	407	1031	539	492
TOTAL U	10412	5376	5036	11271	5634	5637	13946	7126	6820
TOTAL R	7041	3627	3414	8066	4053	4013	10398	5284	5114
MICRO II									
Alto Santo U	555	280	275	693	344	349	717	397	320
Alto Santo R	637	331	306	759	380	379	827	433	394
Ererê U	242	117	125	263	131	132	314	156	158
Ererê R	242	125	117	286	151	135	354	171	183
Iracema U	717	362	355	831	427	404	858	413	445
Iracema R	256	128	128	324	178	146	393	210	183
Potiretama U	200	104	96	225	117	108	253	120	133
Potiretama R	252	125	127	312	154	158	379	227	152
TOTAL U	1714	863	851	2012	1019	993	2142	1086	1056
TOTAL R	1387	709	678	1681	863	818	1953	1041	912
MICRO III									
Jaguaritama U	626	329	297	663	348	315	843	434	409
Jaguaritama R	617	323	294	806	413	393	1072	574	498
Jaguaribara U	571	289	282	585	292	293	651	322	329
Jaguaribara R	237	119	118	254	144	110	302	163	139
Jaguaribe U	1708	859	849	1901	987	914	2279	1128	1151
Jaguaribe R	815	434	381	954	498	456	1170	627	543
Pereiro U	375	192	183	440	227	213	584	289	295
Pereiro R	776	412	364	930	449	481	1227	610	617
TOTAL U	3280	1669	1611	3589	1854	1735	4357	2173	2184
TOTAL R	2445	1288	1157	2944	1504	1440	3771	1974	1797
TOTAL URBANO TERRITORIO	15406	7908	7498	16872	8507	8365	20445	10385	10060
TOTAL RURAL TERRITORIO	10873	5624	5249	12691	6420	6271	16122	8299	7823

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Vale do Jaguaribe.

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vale do Jaguaribe- 2010.

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Limoeiro do Norte U	2837	1439	1398	3043	1485	1558	2942	1408	1534
Limoeiro do Norte R	2270	1157	1113	2199	1128	1071	2030	1047	983
Morada Nova U	3352	1708	1644	3281	1654	1627	3090	1513	1577
Morada Nova R	2701	1460	1241	2210	1157	1053	1971	1042	929
Palhano U	409	212	197	454	238	216	429	215	214
Palhano R	392	197	195	446	246	200	387	227	160
Quixeré U	1257	631	626	1240	646	594	1048	520	528
Quixeré R	782	381	401	751	389	362	631	331	300
Russas U	4399	2199	2200	4642	2289	2353	4311	2081	2230
Russas R	2572	1368	1204	2440	1312	1128	2238	1166	1072
São João do Jaguaribe U	231	121	110	244	117	127	259	124	135
São João do Jaguaribe R	386	218	168	353	176	177	345	173	172
Tabuleiro do Norte U	1685	828	857	1661	805	856	1601	743	858
Tabuleiro do Norte R	977	506	471	961	513	448	786	408	378
TOTAL U	14170	7138	7032	14565	7234	7331	13680	6604	7076
TOTAL R	10080	5287	4793	9360	4921	4439	8388	4394	3994
MICRO II									
Alto Santo U	767	353	414	756	357	399	733	361	372
Alto Santo R	832	416	416	808	442	366	694	357	337
Ererê U	325	157	168	357	190	167	307	159	148
Ererê R	345	197	148	295	162	133	261	139	122
Iracema U	881	439	442	967	461	506	838	428	410
Iracema R	388	211	177	343	189	154	305	166	139
Potiretama U	249	131	118	242	119	123	232	114	118
Potiretama R	337	172	165	356	188	168	256	138	118
TOTAL U	2222	1080	1142	2322	1127	1195	2110	1062	1048
TOTAL R	1902	996	906	1802	981	821	1516	800	716
MICRO III									
Jaguaretama U	881	423	458	804	401	403	630	292	338
Jaguaretama R	1011	564	447	720	393	327	639	357	282
Jaguaribara U	669	317	352	719	347	372	611	281	330
Jaguaribara R	322	179	143	292	158	134	251	148	103
Jaguaribe U	2241	1116	1125	1968	978	990	1890	877	1013
Jaguaribe R	1032	546	486	915	483	432	787	409	378

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Pereiro U	445	224	221	486	219	267	430	201	229
Pereiro R	1075	556	519	942	486	456	773	394	379
TOTAL U	4236	2080	2156	3977	1945	2032	3561	1651	1910
TOTAL R	3440	1845	1595	2869	1520	1349	2450	1308	1142
TOTAL URBANO TERRITORIO	20628	10298	10330	20864	10306	10558	19351	9317	10034
TOTAL RURAL TERRITORIO	15422	8128	7294	14031	7422	6609	12354	6502	5852

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Vale do Jaguaribe.

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vale do Jaguaribe – 2010.

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Limoeiro do Norte U	2592	1162	1430	2466	1088	1378	2473	1180	1293
Limoeiro do Norte R	1881	986	895	1796	934	862	1658	853	805
Morada Nova U	2581	1229	1352	2665	1293	1372	2409	1170	1239
Morada Nova R	1775	933	842	1721	881	840	1661	873	788
Palhano U	407	212	195	293	134	159	266	129	137
Palhano R	300	145	155	249	129	120	266	139	127
Quixeré U	905	481	424	860	387	473	777	361	416
Quixeré R	563	295	268	477	260	217	438	231	207
Russas U	3778	1841	1937	3231	1517	1714	2983	1427	1556
Russas R	1886	976	910	1690	904	786	1499	778	721
São João do Jaguaribe U	213	105	108	213	99	114	237	102	135
São João do Jaguaribe R	354	198	156	372	171	201	320	163	157
Tabuleiro do Norte U	1512	721	791	1462	672	790	1396	658	738
Tabuleiro do Norte R	752	375	377	762	406	356	764	393	371
TOTAL U	11988	5751	6237	11190	5190	6000	10541	5027	5514
TOTAL R	7511	3908	3603	7067	3685	3382	6606	3430	3176
MICRO II									
Alto Santo U	598	274	324	507	249	258	506	236	270
Alto Santo R	518	282	236	500	261	239	507	253	254
Ererê U	276	126	150	206	107	99	190	90	100
Ererê R	251	118	133	206	116	90	206	97	109

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Iracema U	740	340	400	588	318	270	548	237	311
Iracema R	248	127	121	230	129	101	252	133	119
Potiretama U	182	76	106	191	102	89	156	81	75
Potiretama R	274	151	123	240	138	102	199	100	99
TOTAL U	1796	816	980	1492	776	716	1400	644	756
TOTAL R	1291	678	613	1176	644	532	1164	583	581
MICRO III									
Jaguaretama U	565	255	310	535	260	275	463	208	255
Jaguaretama R	663	364	299	565	282	283	563	301	262
Jaguaribara U	498	241	257	471	237	234	434	226	208
Jaguaribara R	274	164	110	216	130	86	183	96	87
Jaguaribe U	1585	774	811	1491	654	837	1439	650	789
Jaguaribe R	635	317	318	698	361	337	678	349	329
Pereiro U	410	193	217	330	166	164	325	162	163
Pereiro R	667	354	313	557	273	284	587	281	306
TOTAL U	3058	1463	1595	2827	1317	1510	2661	1246	1415
TOTAL R	2239	1199	1040	2036	1046	990	2011	1027	984
TOTAL URBANO TERRITÓRIO	16842	8030	8812	15509	7283	8226	14602	6917	7685
TOTAL RURAL TERRITÓRIO	11041	5785	5256	10279	5375	4904	9781	5040	4741

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Vale do Jaguaribe.

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vale do Jaguaribe - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Limoeiro do Norte U	2290	1067	1223	1571	703	868	1284	564	720
Limoeiro do Norte R	1501	741	760	1057	516	541	910	435	475
Morada Nova U	2168	1009	1159	1584	690	894	1388	621	767
Morada Nova R	1630	882	748	1299	658	641	1217	634	583
Palhano U	259	119	140	198	85	113	204	82	122
Palhano R	264	136	128	205	104	101	190	86	104
Quixeré U	632	280	352	523	242	281	420	201	219
Quixeré R	420	227	193	367	168	199	273	151	122
Russas U	2691	1258	1433	1821	800	1021	1623	675	948

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Russas R	1390	712	678	1116	574	542	953	449	504
São João do Jaguaribe U	237	103	134	187	82	105	166	73	93
São João do Jaguaribe R	346	181	165	262	133	129	217	111	106
Tabuleiro do Norte U	1270	571	699	851	371	480	742	321	421
Tabuleiro do Norte R	667	359	308	494	244	250	405	203	202
TOTAL U	9547	4407	5140	6735	2973	3762	5827	2537	3290
TOTAL R	6218	3238	2980	4800	2397	2403	4165	2069	2096
MICRO II									
Alto Santo U	492	232	260	382	168	214	353	178	175
Alto Santo R	547	283	264	427	244	183	336	173	163
Ererê U	174	70	104	163	78	85	152	60	92
Ererê R	202	100	102	156	82	74	156	85	71
Iracema U	533	249	284	445	193	252	435	183	252
Iracema R	238	125	113	216	117	99	185	94	91
Potiretama U	162	77	85	114	46	68	108	51	57
Potiretama R	208	113	95	151	76	75	143	74	69
TOTAL U	1361	628	733	1104	485	619	1048	472	576
TOTAL R	1195	621	574	950	519	431	820	426	394
MICRO III									
Jaguetama U	490	210	280	428	194	234	391	170	221
Jaguetama R	630	340	290	488	251	237	419	211	208
Jaguaribara U	438	212	226	333	168	165	274	123	151
Jaguaribara R	205	110	95	154	88	66	165	90	75
Jaguaribe U	1475	695	780	1090	480	610	991	424	567
Jaguaribe R	735	375	360	614	306	308	537	269	268
Pereiro U	282	136	146	284	135	149	215	93	122
Pereiro R	583	299	284	471	233	238	465	215	250
TOTAL U	2685	1253	1432	2135	977	1158	1871	810	1061
TOTAL R	2153	1124	1029	1727	878	849	1586	785	801
TOTAL URBANO TERRITORIO	13593	6288	7305	9974	4435	5539	8746	3819	4927
TOTAL RURAL TERRITORIO	9566	4983	4583	7477	3794	3683	6571	3280	3291

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Vale do Jaguaribe.

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vale do Jaguaribe– 2010.

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Limoeiro do Norte U	1176	534	642	825	399	426	552	250	302
Limoeiro do Norte R	836	426	410	655	327	328	395	199	196
Morada Nova U	1243	553	690	968	437	531	810	349	461
Morada Nova R	1082	606	476	860	430	430	630	319	311
Palhano U	186	80	106	133	60	73	88	44	44
Palhano R	190	101	89	137	72	65	85	42	43
Quixeré U	439	193	246	300	143	157	180	85	95
Quixeré R	270	147	123	183	91	92	99	50	49
Russas U	1386	600	786	1133	478	655	759	338	421
Russas R	902	472	430	653	325	328	366	198	168
São João do Jaguaribe U	181	74	107	140	64	76	104	44	60
São João do Jaguaribe R	229	108	121	174	86	88	116	61	55
Tabuleiro do Norte U	697	299	398	507	223	284	399	165	234
Tabuleiro do Norte R	385	197	188	286	139	147	243	136	107
TOTAL U	5308	2333	2975	4006	1804	2202	2892	1275	1617
TOTAL R	3894	2057	1837	2948	1470	1478	1934	1005	929
MICRO II									
Alto Santo U	295	136	159	184	87	97	195	74	121
Alto Santo R	313	176	137	205	111	94	142	73	69
Ererê U	141	67	74	105	50	55	91	35	56
Ererê R	124	67	57	101	50	51	84	47	37
Iracema U	400	174	226	274	117	157	279	120	159
Iracema R	145	85	60	107	62	45	110	56	54
Potiretama U	114	56	58	88	49	39	71	32	39
Potiretama R	106	64	42	68	35	33	66	38	28
TOTAL U	950	433	517	651	303	348	636	261	375
TOTAL R	688	392	296	481	258	223	402	214	188
MICRO III									
Jaguaretama U	284	134	150	211	87	124	206	99	107
Jaguaretama R	359	202	157	239	126	113	205	102	103
Jaguaribara U	285	129	156	214	104	110	150	75	75
Jaguaribara R	87	51	36	89	48	41	60	37	23
Jaguaribe U	890	417	473	668	284	384	584	260	324
Jaguaribe R	480	266	214	335	168	167	311	154	157
Pereiro U	185	74	111	157	67	90	178	72	106
Pereiro R	381	178	203	296	141	155	226	113	113
TOTAL U	1644	754	890	1250	542	708	1118	506	612

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL R	1307	697	610	959	483	476	802	406	396
TOTAL URBANO TERRITÓRIO	7902	3520	4382	5907	2649	3258	4646	2042	2604
TOTAL RURAL TERRITÓRIO	5889	3146	2743	4388	2211	2177	3138	1625	1513

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Vale do Jaguaribe e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vale do Jaguaribe – 2010.

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Limoeiro do Norte U	416	171	245	660	272	388
Limoeiro do Norte R	283	137	146	461	235	226
Morada Nova U	544	268	276	771	376	395
Morada Nova R	433	234	199	721	388	333
Palhano U	75	32	43	134	55	79
Palhano R	72	35	37	132	63	69
Quixeré U	136	55	81	231	106	125
Quixeré R	84	42	42	145	68	77
Russas U	515	200	315	836	335	501
Russas R	279	118	161	564	254	310
São João do Jaguaribe U	76	38	38	118	49	69
São João do Jaguaribe R	103	43	60	151	60	91
Tabuleiro do Norte U	236	99	137	430	201	229
Tabuleiro do Norte R	168	85	83	216	114	102
TOTAL U	1998	863	1135	3180	1394	1786
TOTAL R	1658	793	865	2820	1383	1437
MICRO II						
Alto Santo U	118	55	63	190	91	99
Alto Santo R	111	54	57	155	76	79
Ererê U	57	26	31	95	38	57

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ererê R	49	24	25	64	40	24
Iracema U	182	80	102	303	131	172
Iracema R	55	27	28	108	54	54
Potiretama U	48	22	26	68	26	42
Potiretama R	31	20	11	45	23	22
TOTAL U	405	183	222	656	286	370
TOTAL R	246	125	121	372	193	179
MICRO III						
Jaguaretama U	161	69	92	288	133	155
Jaguaretama R	144	83	61	254	139	115
Jaguaribara U	115	52	63	194	87	107
Jaguaribara R	36	17	19	60	33	27
Jaguaribe U	382	156	226	686	297	389
Jaguaribe R	179	92	87	266	139	127
Pereiro U	108	52	56	199	88	111
Pereiro R	126	57	69	242	121	121
TOTAL U	766	329	437	1367	605	762
TOTAL R	485	249	236	822	432	390
TOTAL URBANO TERRITORIO	3169	1375	1794	5203	2285	2918
TOTAL RURAL TERRITORIO	2389	1167	1222	4014	2008	2006

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Vale do Jaguaribe - 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	% Urbano	% Rural
MICRO I						
Limoeiro do Norte	56281	32502	23779	74,9	57,7	42,3
Morada Nova	62086	35412	26674	22,3	57,0	43,0
Palhano	8869	4518	4351	20,0	50,9	49,1
Quixeré	19422	11936	7486	31,5	61,5	38,5
Russas	69892	45007	24885	44,0	64,4	35,6
São João do Jaguaribe	7902	3169	4733	28,2	40,1	59,9
Tabuleiro do Norte	29210	18812	10398	33,9	64,4	35,6
TOTAL	253662	151356	102306		59,7	40,3
MICRO II						
Alto Santo	16360	8040	8320	12,2	49,1	50,9
Ererê	6853	3461	3392	17,9	50,5	49,5
Iracema	13725	9821	3904	16,7	71,6	28,4
Potiretama	6129	2707	3422	15,0	44,2	55,8
TOTAL	43067	24029	19038		55,8	44,2
MICRO III						
Jaguetama	17867	8470	9397	10,2	47,4	52,6
Jaguaribara	10405	7218	3187	15,6	69,4	30,6
Jaguaribe	34416	23278	11138	18,3	67,6	32,4
Pereiro	15764	5433	10331	36,4	34,5	65,5
TOTAL	78452	44399	34053		56,6	43,4
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	375181	219784	155397		58,6	41,4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto à urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Vale do Jaguaribe, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Limoeiro do Norte	1,3	1,4	1,1
Morada Nova	-0,4	0,4	-1,3
Palhano	0,8	0,6	1,1
Quixeré	1,4	1,9	0,7
Russas	2,0	2,5	1,2
São João do Jaguaribe	-0,9	1,5	-2,2
Tabuleiro do Norte	0,8	1,7	-0,8
MICRO II			
Alto Santo	0,6	4,0	-1,8
Ererê	0,8	4,3	-1,7
Iracema	0,4	1,7	-2,2
Potiretama	0,6	2,1	-0,4
MICRO III			
Jaguaritama	-0,1	1,5	-1,3
Jaguaribara	1,8	7,4	-4,8
Jaguaribe	-0,2	1,0	-2,3
Pereiro	0,3	0,6	0,2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território Vale do Jaguaribe está localizado na porção leste do Estado do Ceará compondo quinze municípios. Os limites geográficos do território são: ao Norte, fronteira com os municípios Beberibe, Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana (Território Litoral Leste); ao Sul com Orós e Icó (Território Sertão Centro Sul); a Leste com o Estado do Rio Grande do Norte e a Oeste com Ocara (Território Maciço de Baturité), Ibaretama, Ibicuitinga, Quixadá, Banabuiú e Solonópole (Território Sertão Central).

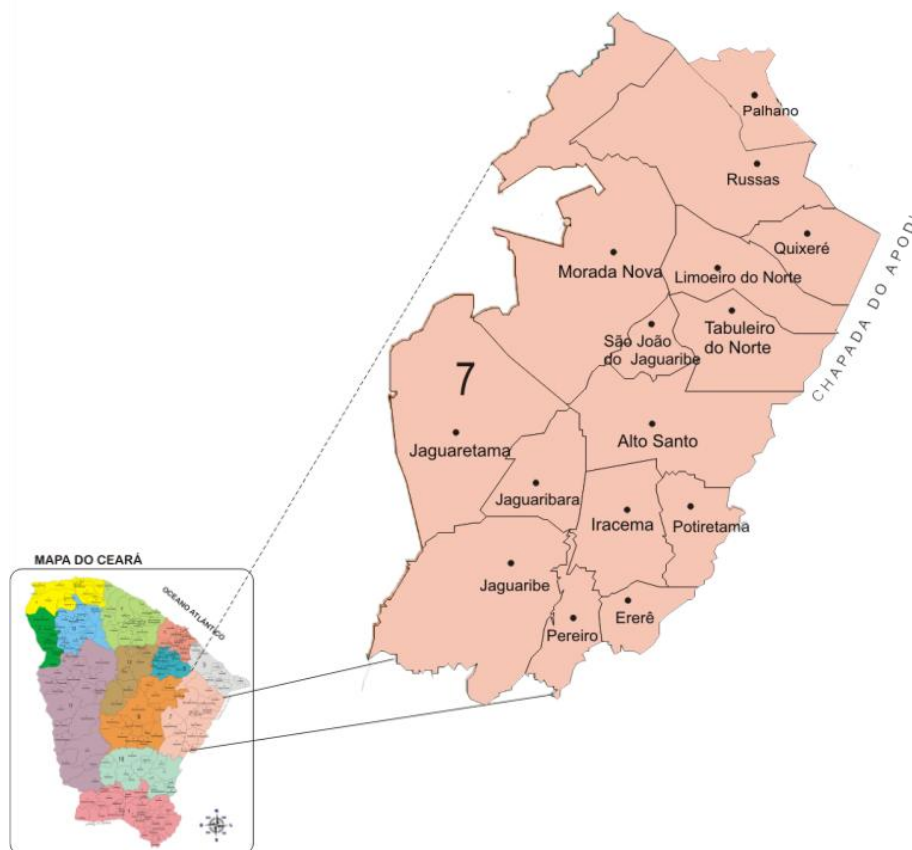


Figura 1: Representação gráfica do mapa do Território Vale do Jaguaribe.

Fonte: Adaptação do IPECE, 2010.

O Território Vale do Jaguaribe teve sua divisão instituída a partir de critérios baseados em suas características geográficas, ambientais, sociais entre outras e soma uma extensão de 14.963,9 Km².

Na Tabela 5 é possível observar a divisão em Micro Territórios, a área de cada município que compõe o território, as vias de acesso e a distância em relação à capital Fortaleza.

Tabela 5: Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e Micro Territórios do Vale do Jaguaribe

Municípios	Área (km ²)	Vias de acesso	Distância à capital (km)
MICRO TERRITORIO I			
Limoeiro do Norte	771	BR-116; CE-265	196,1
Morada Nova	2.796,6	BR-116; CE-138	163,1
Palhano	438,8	BR-116; CE-371	152,1
Quixeré	600,8	BR-116; CE-265/377	162,0
Russas	1.614,3	BR-116	162,1
São João do Jaguaribe	286,8	BR-116; CE-377	215,1
Tabuleiro do Norte	832,7	BR -116; CE -377	211,1
MICRO TERRITORIO II			
Alto Santo	1.322,9	BR- 116; CE-138	243,1
Ererê	323	BR-116; CE-138	312,1
Iracema	770	BR-116, CE-138	280,2
Potiretama	495,2	BR-116; CE-138/470	281,9
MICRO TERRITORIO III			
Jaguaretama	1.870,8	BR-116; CE138/371	241,1
Jaguaribara	595,6	BR-116/CE--273	287,1
Jaguaribe	1.822,3	BR-116	293,1
Pereiro	423,1	BR-116/226	330,1

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD – 2003.

- O Micro Território I possui uma área total de aproximadamente 7.341 km² e é constituído pelos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.
- O Micro-território II possui aproximadamente 2.911,1 km² de área e é constituído por Alto Santo, Ererê, Iracema e Potiretama.
- Micro-território III possui aproximadamente 4711,8 km² de área com os municípios Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe e Pereiro.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A ocupação do território da capitania do Ceará ocorreu por meio da concessão de sesmarias para a atividade pastoril. Essa distribuição seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, etc. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania do Ceará esteve, portanto, ligada ao movimento das concessões de terras para a criação de fazendas de gado e dos centros comerciais que surgiam em função da movimentação da pecuária.

No Território Vale do Jaguaribe, as cidades foram sendo formadas quase que simultaneamente, através do crescimento de vilarejos em torno das capelas, que atualmente são as Igrejas Matrizes, e fazendas de gado situadas em alguns municípios. Esse território apresenta como característica a presença de imigrantes oriundos dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Hoje se encontram através da historicidade vivida, nas atuais cidades de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Russas, entre outras (GONÇALVES, 2002²).

A região era habitada principalmente por índios, que foram sendo expulsos da região quando esta foi dividida em sesmarias e doadas para não-indígenas, ou abrigados nas missões para catequese. É possível destacar as tribos indígenas dos índios Paiacus em Limoeiro do Norte, Tribo Tabuleiro em Quixeré, Janduíis situados no atual município de São João do Jaguaribe, Tapuias Jaguaribaras, dentre outras. Essas tribos desempenharam papéis importantes na formação histórica desse território, apresentando até hoje algumas características de herança cultural, como o artesanato e a alimentação (IBGE, 2007³).

Como todo o sertão cearense, os municípios se formaram a partir das fazendas, capelas e igrejas católicas que eram construídas nas sesmarias. Os municípios mais antigos são Russas, Pereiro e Jaguaribe, cujos primeiros

² GONÇALVES, A. (Org.) **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. 409 - 424p.

³ HISTÓRIA DO CEARÁ, biblioteca IBGE *on line*, 2010.

registros datam do século XVIII. A partir deles, os demais municípios foram sendo constituídos, com o desmembramento de seus distritos.

Uma das peculiaridades históricas do Território é a origem da cidade de Russas, a única do sertão cearense desenvolvida a partir de uma fortificação militar dentro das terras indígenas, já que esse tipo de construção era mais comum no litoral.

Em 1701, foi construída a Fortaleza Real de São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe, por conta da chegada da população não-indígena e suas constantes batalhas contra os habitantes locais com o objetivo de colonizar o local. O núcleo militar segurava 150 currais de gado e foi se consolidando como uma rota dos vaqueiros no ciclo do boi e da carne-de-sol.

No Território Vale do Jaguaribe existem ainda comunidades remanescentes de quilombolas, visto que muitos escravos foram trazidos na época da escravatura a essas regiões para trabalharem nas fazendas. São encontradas comunidades quilombolas em alguns municípios do Território como Tomé Vieira em Ererê, Bastiões em Iracema e Crioulos e Trindade, ambos em Pereiro.

Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

A centralização das políticas públicas das últimas décadas implementadas pelo Governo Federal, tratando sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedia com que tais políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário viu como necessário redefinir o enfoque do planejamento para o âmbito territorial, e, sobretudo para uma política que vislumbrasse o Brasil como espaço urbano e rural, e conseqüentemente cada unidade federativa, tal abordagem territorial, pois, permite uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas. Nessa visão, o território pode ser visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

O desenvolvimento da estratégia articulado no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT, articulada nos estados em harmonia com os demais órgãos estaduais vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática pelas vivências ali instaladas que provocam as reflexões e análises dos processos construídos nas instancias colegiadas nos diferentes territórios.

Os territórios assim constituídos já sinalizam a importância e prioridade da melhoria substancial no resgate e aprimoramento do planejamento territorial como macro processo que deve continuar firmando o fortalecimento de seus colegiados territoriais como institucionalidade que ao desempenharem seus papéis, assumam a gestão social da construção do seu planejamento, bem como a implementação do mesmo materializado em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Para tanto, teve como ponto de partida a construção participativa de seu diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação deste PTDRS, que retrata sua leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de

sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas geram o instrumento força motriz de seu desenvolvimento.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

Inserido na dimensão Sociocultural Educacional o diagnóstico dos Aspectos Sociais pretende retratar, na forma de ganhos, limites e desafios um conjunto de direitos e garantias fundamentais que estão inscritos na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (art. 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos (Educação e à Seguridade Social) funciona como salvaguarda jurídica à medida porque protege o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do

salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas no Território devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Estas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, e ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme registro que se segue.

6.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003, entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no Nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) este programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semiárido assegurando as condições

básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir deste projeto piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

Municípios	Nº. de Cisternas	Repassse MDS
Alto Santo	648	954.555,84
Ererê	219	322.604,52
Iracema	394	580.393,52
Jaguaretama	915	1.347.868,20
Jaguaribara	117	172.350,36
Jaguaribe	468	689.401,44
Limoeiro do Norte	307	452.235,56
Morada Nova	900	1.325.772,00
Palhano	264	388.893,12
Pereiro	443	652.574,44
Potiretama	-	-
Quixeré	194	285.777,52
Russas	556	819.032,48
São João do Jaguaribe	100	147.308,00
Tabuleiro do Norte	201	296.089,08
TOTAL TERRITÓRIO	5726	8.434.856,08
TOTAL ESTADO	56.402	83.084.656,00

Quadro 1: Número de Cisternas Construídas e Repasses do Programa Cisternas de Placas- Ano 2010.

Fonte: MDS em Números – Relatório de Informações Sintético, 2010

No território já foram construídas cinco mil, setecentos e vinte e seis cisternas, via Articulação do Semiárido ASA/MDS, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 8 milhões e setecentos mil reais, conforme Quadro 1.

Em todo o Estado do Ceará foram construídas 56.402 cisternas, cujos repasses do MDS ultrapassaram 83 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no Território em termos percentuais, estão 10,15% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 10,15%.

6.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução do índice de insegurança alimentar e nutricional da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Alto Santo (1), Iracema (1), Potiretama (1) e São João do Jaguaribe (1), cujos repasses do MDS somaram mais de R\$ 850 mil reais. Em Iracema, Jaguaribama, Jaguaribe, Quixeré e Russas foram instalados projetos de feira/mercado popular com repasse de mais de R\$ 527 mil reais. Em Iracema foi instalado um projeto de educação ambiental, no valor de R\$ 136.633,18 e em Quixeré, um projeto de agricultura urbana, sendo repassado R\$ 100.000,00 para este projeto.

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar; se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da AF).

6.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais (i) transferência de renda, (ii) condicionalidades e (iii) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias.

Municípios	N° De Famílias	Repasso Mensal	Repasso Até Nov/2010
Alto Santo	2.701	255.276,00	512.608,00
Ererê	992	93.281,00	186.395,00
Iracema	2.177	207.396,00	402.820,00
Jaguaretama	3.384	322.087,00	624.000,00
Jaguaribara	1.763	169.207,00	335.076,00
Jaguaribe	5.064	485.940,00	973.132,00
Limoeiro do Norte	6.117	585.257,00	1.171.154,00
Morada Nova	10.872	1.045.546,00	2.036.052,00
Palhano	1.489	141.031,00	274.573,00
Pereiro	2.558	250.585,00	486.204,00
Potiretama	1.256	120.172,00	236.664,00
Quixeré	2.988	287.168,00	554.004,00

Municípios	Nº De Famílias	Repassse Mensal	Repassse Até Nov/2010
Russas	7.757	712.828,00	1.426.859,00
São João do Jaguaribe	1.157	104.569,00	208.733,00
Tabuleiro do Norte	4.474	408.844,00	816.326,00
TOTAL TERRITÓRIO	54.749	5.189.187,00	10.244.600,00
TOTAL ESTADO	1.022.259	101.079.328	1.174.401.644

Quadro 2: Número de Famílias Beneficiárias e Repasses do PBF - Ano 2010

Fonte: MDS em Números – Relatório de Informações Sintético, 2010

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010, considerando o mês de referência novembro de 2010, ultrapassou a R\$ 10 milhões de reais. Somente no mês de novembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 5 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo Programa, este benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 55 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Municípios	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Alto Santo	2.566	105,26	3.489	2.701	77,41
Ererê	1.272	77,99	945	992	104,97
Iracema	2.587	84,15	1.815	2.177	119,94
Jaguetama	3.783	89,45	2.839	3.384	119,20
Jaguaribara	2.089	84,39	1.566	1.763	112,58
Jaguaribe	7.010	72,24	5.056	5.064	100,16
Limoeiro do Norte	9.914	61,70	6.717	6.117	91,07
Morada Nova	12.500	86,98	9.052	10.872	120,11
Palhano	1.719	86,62	1.238	1.489	86,62
Pereiro	2.912	87,84	2.129	2.558	120,15
Potiretama	1.413	88,89	1.085	1.256	115,76
Quixeré	3.656	81,73	2.484	2.988	120,29
Russas	11.906	65,15	8.091	7.757	95,87
S. João do Jaguaribe	1.780	65,00	1.274	1.157	90,82

Municípios	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Tabuleiro do Norte	5.923	75,54	4.127	4.474	108,41
TOTAL TERRITÓRIO	71.030	80,86	51.907	54.749	105,53
TOTAL ESTADO	1.376.048	74,21	960.379	1.021.127	106,33

Quadro 3: Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil do PBF

Fonte: MDS em Números – Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, Estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

O Território tem uma estimativa de mais de setenta e uma mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais, em termos relativos 80%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de cinquenta mil, ou seja, 73% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100% em mais de 5%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 5% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Programa Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF, enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família, em nível federal, desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Esta articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, sua vulnerabilidade e potencialidade e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 4 a seguir.

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

Quadro 4: Programas Complementares Articulados em Nível Federal

Fonte: MDS *on line*, 2010.

Estas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores municipais com a cooperação das esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias à medida que passam a ter capacidade (através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda) de trilharem sozinho o seu próprio caminho.

6.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, assistidas pela Rede de Proteção e Promoção Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas e pescadoras artesanais.

6.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o art. 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal quando coloca que o dever do Estado, ou seja, das três esferas governamentais (União, Estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no referido programa possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (i) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (ii) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (iii) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da Sociedade (professores e pais de alunos) com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

6.2 Segurança Social

A instituição da Segurança Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos no que diz respeito à transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vive em famílias com renda per capita menor que ¼ de salário mínimo. Compõem a Segurança Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

6.2.1.1 *Proteção Básica*

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.
- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

6.2.1.2 *Proteção Especial*

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial é necessário que o

cidadão esteja enfrentando situações de violação de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Municípios	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ NOV/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ NOV/2010
Alto Santo	1	1	216.006,10	2.384.666,25
Ererê	1	0	60.352,50	672.250,84
Iracema	1	0	129.092,60	1.432.330,79
Jaguaretama	2	0	244.395,00	2.822.982,26
Jaguaribara	1	0	114.360,00	1.263.178,78
Jaguaribe	2	1	443.532,47	4.882.439,41
Limoeiro do Norte	2	1	563.197,50	6.446.198,43
Morada Nova	2	1	742.326,50	8.601.577,04
Palhano	1	0	101.463,50	1.086.748,09
Pereiro	1	0	152.687,60	1.677.719,95
Potiretama	1	0	71.693,80	871.532,16
Quixeré	2	0	195.674,95	2.127.528,04
Russas	2	1	752.220,60	8.503.020,42
S. João do Jaguaribe	1	0	71.672,00	815.111,31
Tabuleiro do Norte	2	1	427.579,00	4.967.251,79
TOTAL TERRITÓRIO	22	6	4.286.254,12	48.554.535,56
TOTAL ESTADO	349	105	104.825.581,37	1.145.425.113,37

Quadro 5: Ações, Beneficiários e Repasses da Assistência Social – Ano 2010

Fonte: MDS em Números – Relatório de Informações Sintético, 2010

Todos os municípios do Território oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial, nove dos municípios do Território ainda não implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré e São João do

Jaguaribe. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 6% dos CRAS e 5,7% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das precárias condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e, em alguns municípios existe programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e/ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); Projovem Adolescente; Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio educativa, até novembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 48 milhões de reais. Relacionando estes repasses com o total do Estado do Ceará, significa em termos relativos 4,23%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural - na condição de segurado especial) e ao Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Para o BPC foram destinados ao Território mais de 35 milhões de reais para o atendimento a 5.946 idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento. O PETI destina pouco mais de 720 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF estes recursos juntos chegam a mais de 45 milhões de reais, ver Quadro 6, o que pode significar que estas transferências,

mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF, sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 9,16%; atende 1% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 1%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 5% e os repasses chegam a 5%.

Municípios	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE
Alto Santo	-	36.500,00	45	246.837,00	213	1.271.037,00	2.701	512.608,00
Ererê	-	25.500,00	2	7.140,00	64	386.578,28	992	186.395,00
Iracema	-	30.000,00	17	99.450,00	150	872.689,99	2.177	402.820,00
Jaguaretama	-	-	24	124.440,00	340	2.032.347,26	3.384	624.000,00
Jaguaribara	-	78.500,00	7	43.860	140	849.148,78	1.763	335.076,00
Jaguaribe	-	51.000,00	60	364.650,00	492	2.816.094,16	5.064	973.132,00
Limoeiro do Norte	-	55.000,00	96	552.328,22	710	4.144.704,11	6.117	1.171.154,00
Morada Nova	-	79.500,00	189	1.124.958,00	964	5.770.139,29	10.872	2.036.052,00
Palhano	-	24.500,00	7	30.090,00	126	756.329,44	1.489	274.573,00
Pereiro	-		15	88.740,00	220	1.300.499,35	2.558	486.204,00
Potiretama	-	33.500,00	5	37.740,00	103	620.666,66	1.256	236.664,00
Quixeré	-	29.000,00	12	63.749,50	252	1.485.338,88	2.988	554.004,00
Russas	-	65.500,00	174	980.217,49	847	4.974.442,91	7.757	1.426.859,00
S. João do Jaguaribe	-	30.000,00	4	24.480,00	70	469.709,46	1.157	208.733,00
Tabuleiro do Norte	-	182.000,00	28	171.870,00	570	3.386.218,55	4.474	816.326,00
TOTAL TERRITÓRIO	-	720.500,00	685	3.960.550,21	5261	31.135.944,12	54.749	10.244.600,00
TOTAL ESTADO	-	7.861.500,00	68.620	373.676.544,56	105.218	563.387.384,48	1.022.259	1.174.401.644

Quadro 6: Comparativo entre Benefícios Sociais BPC e PETI e PBF com Repasse Direto aos Beneficiários – 2010

Fonte: MDS em Números – Relatório de Informações Sintético, 2010.

6.3 Previdência Social

A Previdência social, juntamente com a Saúde e a Assistência social compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio acidente.

O Quadro 7 trata da quantidade de benefícios que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos anos de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios no Território em cerca de 17.168, o que significa em termos relativos, 35%.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Em percentuais pode-se afirmar que houve um aumento significativo de 80% e em recursos atingiu os R\$ 299 milhões de reais, conforme mostram os Quadros 8 e 9 apresentados a seguir.

Municípios	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NOS ANOS 2000 -2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alto Santo	2.216	2.215	2.263	2.231	2.120	1.901	1.656	2.117	2.300	2.498
Ererê	907	887	909	903	909	897	875	926	941	974
Iracema	3.023	3.094	3.292	3.387	3.422	3.520	3.685	3.683	3.628	3.567
Jaguaretama	2.828	2.672	2.334	2.215	2.191	2.039	2.390	2.763	2.878	2.909
Jaguaribara	1.379	1.434	1.544	1.671	1.816	1.856	1.944	1.987	2.032	2.115
Jaguaribe	6.859	7.116	7.419	7.674	7.783	7.869	7.789	7.682	7.878	8.027
Limoeiro do Norte	7.381	7.532	8.064	8.440	8.763	9.167	9.669	9.917	10.116	10.347
Morada Nova	10.483	10.712	11.080	11.289	11.412	11.577	12.121	12.403	12.741	13.005
Palhano	568	638	833	976	1.046	1.117	1.283	1.336	1.437	1.519
Pereiro	1.070	1.266	1.692	1.819	1.960	2.094	2.256	2.376	2.468	2.577
Potiretama	552	585	683	728	738	724	721	720	800	870
Quixerê	2.496	2.569	2.916	3.063	3.093	3.156	3.394	3.472	3.605	3.703
Russas	9.603	9.755	10.177	10.559	10.872	11.175	11.501	11.632	11.857	12.124
S. João do Jaguaribe	577	630	767	692	1.155	1.275	1.399	1.472	1.549	1.643
Tabuleiro do Norte	6.270	6.431	6.869	7.212	6.911	6.842	6.986	7.197	7.372	7.502
TOTAL TERRITÓRIO	56.212	57.536	60.842	62.859	64.191	65.209	67.669	69.683	71.602	73.380

Quadro 7: Quantidade dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

MUNICÍPIOS	VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NOS ANOS 2000 -2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alto Santo	4.758.301	5.506.305	6.343.702	7.493.899	7.929.145	8.279.468	8.253.339	9.775.457	11.722.458	14.594.669
Ererê	1.718.490	1.980.839	2.325.187	2.649.774	2.929.344	3.295.798	3.753.790	4.220.324	4.497.891	5.347.909
Iracema	6.191.308	7.345.856	8.597.957	10.498.401	11.727.752	13.181.011	15.567.679	17.042.934	18.234.027	20.044.859
Jaguaretama	5.279.170	6.075.697	6.119.002	6.691.276	7.186.824	7.703.859	9.406.099	11.904.269	13.809.806	16.009.169
Jaguaribara	2.657.727	3.208.811	3.890.451	5.048.658	6.090.680	7.024.391	8.209.491	9.279.012	10.209.615	11.989.158
Jaguaribe	13.612.338	16.505.720	19.217.901	23.660.261	26.664.692	29.817.592	33.716.128	35.891.808	39.280.557	45.377.645
Limoeiro do Norte	15.963.118	18.821.114	22.098.214	27.481.582	31.490.463	35.726.190	42.165.575	47.350.392	52.175.624	60.009.755
Morada Nova	20.566.840	24.348.758	28.377.847	34.604.518	38.502.701	42.252.862	49.244.216	55.209.436	61.017.904	70.347.543
Palhano	1.002.218	1.388.100	1.902.743	2.875.877	3.340.242	3.928.946	5.023.118	5.919.016	6.837.488	8.280.355
Pereiro	1.960.048	2.528.209	4.004.249	5.278.823	6.261.186	7.495.789	9.338.459	10.693.550	12.169.757	14.300.155
Potiretama	1.042.124	1.266.704	1.652.259	2.083.899	2.356.632	2.670.799	3.060.433	3.428.243	3.815.231	4.750.915
Quixeré	4.927.489	5.983.796	7.350.597	9.304.303	10.512.638	11.810.614	14.026.670	15.825.504	17.626.081	20.348.827
Russas	21.311.668	25.116.942	28.801.857	35.188.051	39.458.574	44.400.025	51.102.763	55.792.424	60.941.869	69.954.381
S. João do Jaguaribe	1.166.632	1.468.898	1.910.418	2.579.744	3.273.812	4.760.200	5.805.215	6.803.129	7.667.327	9.203.558
Tabuleiro do Norte	12.900.824	15.355.781	18.251.441	22.486.507	25.064.269	26.992.497	30.739.615	34.385.177	38.262.749	43.771.812
TOTALTERRITÓRIO	115.058.295	136.901.531	160.843.824	197.925.574	222.788.954	249.340.040	289.412.589	323.520.675	358.268.384	414.330.711

Quadro 8: Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

MUNICÍPIOS	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Alto Santo	2.300	2.498	631	681	1.669	1.817	11.722	14.595	4.036	4.997	7.686	9.597
Ererê	941	974	109	117	832	857	4.498	5.348	532	663	3.965	4.685
Iracema	3.628	3.567	586	577	3.042	2.990	18.234	20.045	3.747	4.147	14.487	15.898
Jaguaretama	2.878	2.909	664	601	2.214	2.308	13.810	16.009	3.321	3.608	10.489	12.401
Jaguaribara	2.032	2.115	361	386	1.671	1.729	10.210	11.989	2.227	2.607	7.982	9.382
Jaguaribe	7.878	8.027	1.517	1.539	6.361	6.488	39.281	45.378	9.037	10.419	30.244	34.959
Limoeiro do Norte	10.116	10.347	2.709	2.799	7.407	7.548	52.176	60.010	17.526	20.127	34.650	39.883
Morada Nova	12.741	13.005	2.111	2.068	10.630	10.937	61.018	70.348	11.743	13.046	49.275	57.301
Palhano	1.437	1.519	234	239	1.203	1.280	6.837	8.280	1.331	1.534	5.506	6.747
Pereiro	2.468	2.577	392	400	2.076	2.177	12.170	14.300	2.099	2.400	10.071	11.900
Potiretama	800	870	132	138	668	732	3.815	4.751	723	855	3.092	3.896
Quixerê	3.605	3.703	859	881	2.746	2.822	17.626	20.349	4.769	5.520	12.857	14.829
Russas	11.857	12.124	3.362	3.413	8.495	8.711	60.942	69.954	21.172	23.920	39.770	46.034
São João do Jaguaribe	1.549	1.643	309	317	1.240	1.326	7.667	9.204	1.828	2.174	5.840	7.029
Tabuleiro do Norte	7.372	7.502	1.695	1.712	5.677	5.790	38.263	43.772	11.170	12.591	27.093	31.181
TOTAL TERRITÓRIO	71.602	73.380	15.671	15.868	55.931	57.512	358.268	414.331	95.262	108.609	263.007	305.722

Quadro 9: Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS (Urbano e Rural) - 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009.

Pesquisas mostram que a garantia destes direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais contribuiu para a importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população do campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (esta realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais, ilustrando o PBF e PETI).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para constatar este impacto gerado na economia dos pequenos municípios basta verificar o montante dos recursos repassados ao Território, no ano de 2008, que se aproximou dos R\$ 414 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 305 milhões de reais.

6.4 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal, nem policiamento ostensivo. Apenas os municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova contam com o serviço Ronda do Quarteirão, apoiado pelo governo do Estado.

Além desta prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. É o caso do município de Quixeré.

O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos. É o caso do município de Jaguaribara e nos demais é feito o controle do som dos carros.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Constata-se a adoção de programas antidrogas e práticas educativas nas escolas com vistas a ajudar este público mais vulnerável, mas somente de caráter preventivo. Assim, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários (dependentes químicos) que necessitam de tratamento e recuperação.

6.4 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devam ter uma polícia judiciária e investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos e conhecimento da lei.

Municípios	Promotores de Justiça	Delegacias de Polícia	Defensores Públicos
Alto Santo	1	-	0
Ererê	0	-	0
Iracema	1	-	0
Jaguaretama	1	-	0
Jaguaribara	0	-	0
Jaguaribe	1	Regional	1
Limoeiro do Norte	2	Municipal	2
Morada Nova	2	Municipal	2
Palhano	0	-	0
Pereiro	1	-	0
Potiretama	0	-	0
Quixeré	1	-	0
Russas	3	Regional	2
S. João do Jaguaribe	0	Municipal	0
Tabuleiro do Norte	1	Municipal	2
TOTAL TERRITÓRIO	14	-	09

Quadro 10: Número de Promotores de Justiça, Delegacias e Defensores Públicos - 2010

Fonte: MPU e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2010.

O Território conta com catorze promotores de justiça para atendimento nos quinze municípios. Os municípios de Ererê, Jaguaribara, Palhano, Potiretama e São João do Jaguaribe não possuem promotores públicos. O município de Russas possui três promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em cinco municípios, entre eles, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte. No caso dos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte são dois defensores públicos para atender ao Território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com suas estruturas físicas comprometidas. Há quatro delegacias municipais situadas em Limoeiro do Norte, Morada Nova, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte e duas regionais localizadas em Jaguaribe e Russas, onde estão concentradas as investigações dos crimes da região.

Os municípios de Morada Nova e Russas ainda não instalaram a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica à medida que acaba não obrigando os municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade haja vista que os casos de violência contra a mulher não são denunciados e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n^o de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que os gestores municipais pudessem buscar o desenvolvimento urbano, sendo o

principal o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios (i) Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados; (ii) Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental e (iii) que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante desta situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de mesmo ano.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores adotando, em alguns casos, as regras do Código de Obras e Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir estas famílias em programas habitacionais de moradia popular, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

6.6 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) foi instituída pelo Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, ou seja, (i) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (ii) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (iii) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n^os 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (i) a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e (ii) o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

6.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - /CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o – Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994 a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher (Convenção Belém Do Pará) (OEA) Estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial Sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) (ONU) Chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999 no Protocolo Facultativo CEDAW (ONU) foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta

e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Estes instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido de garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas/ações/projetos estão sendo desenvolvidas, conforme descrição a seguir.

6.7.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Os órgãos envolvidos na execução desse Programa são MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, CEF, BNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS.

6.7.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF Mulher)

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do PRONAF, principalmente na modalidade B quando para elas foi destinado um crédito especial, o PRONAF Mulher. Porém, não foi fornecida pelas instituições de crédito as informações que tratam do número de mulheres que acessaram o referido crédito e para qual atividade produtiva foi destinado.

6.7.3 Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação

O Território registra o Centro de Referência e Atenção à Mulher em Situação de Violência (CRAM) com funcionamento no município de Limoeiro do Norte.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacou-se as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citou-se que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressaltou-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessário uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Ererê,

Iracema, Potiretama, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe e Pereiro, municípios que compõem o Território do vale do Jaguaribe.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos morbidade, mortalidade, condições de nascimento e seus fatores de risco, infraestrutura, disponibilidade de profissionais de saúde médicos por especialidade e demais categorias, saneamento e acesso à água – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

7.1 Análise da situação da saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo do HIPERDIA é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliaram-se as informações referentes à morbidade onde se priorizou algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão

interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que a pessoa que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Essas informações são essenciais à tomada de decisões, pois o conhecimento sobre a situação de saúde (perfil da morbidade e mortalidade, os principais fatores de risco e seus determinantes, as características demográficas), possibilitam um melhor planejamento dos serviços de saúde.

Tabela 6: Morbidades proporcional por doenças crônicas no ano de maior inscrição no Hiperdia

Nº. DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS		
Municípios	DOENÇAS CRÔNICAS	
	Hipertensão Arterial	Diabetes
MICRO TERRITORIO I		
Limoeiro do Norte ¹	1.674	374
Morada Nova ²	1.009	295
Palhano ¹	324	83
Quixeré ¹	857	175
Russas	1153	235
São João do Jaguaribe ¹	558	111
Tabuleiro do Norte*	0	0
TOTAL	5.575	1.273
MICRO TERRITORIO II		
Alto Santo ¹	376	66
Ererê ³	189	33
Iracema ¹	471	145
Potiretama ¹	132	20
TOTAL	1168	264
MICRO TERRITORIO III		
Jaguaretama ¹	667	88
Jaguaribara ⁴	22	4
Jaguaribe ¹	1764	319
Pereiro ¹	937	158
TOTAL	3390	569
TOTAL DO TERRITORIO	10.133	2.106

Fonte: Coordenação Nacional de Hipertensão e Diabetes/DAB/SAS/MS, *saladesituacao*, *on line*, Nov./2010

* Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus cadastrados no Hiperdia do ano de (2002)¹, (2009)², (2008)³, (2005)⁴, (nenhum registro) *

De acordo com as doenças crônicas, observou-se que os municípios Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, e Jaguaribe apresentam um maior número de pessoas cadastradas no HIPERDIA, porém o município de Tabuleiro do Norte não apresenta nenhum dado registrado, Jaguaribara só apresenta 22 hipertensos e 04 diabéticos; os demais municípios apresentam uma quantidade significativa e proporcional a população, vale ressaltar que as

informações cadastradas foram verificadas pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os pacientes hipertensos e diabéticos devem ser cadastrados uma única vez e estes devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas, pois estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa (IBGE, 2004).

Outras morbidades analisadas foram relacionadas as doenças infectocontagiosas como a Dengue por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental. Sobre a Tuberculose por apresentar relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito. Com relação a Sífilis em Gestantes por ser uma morbidade de notificação compulsória está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade é na qualidade da atenção ao pré-natal, também por ter implicações severas após o nascimento. Já a Hanseníase é outra morbidade relevante para a avaliação em saúde e a Leishmaniose é uma doença infecto contagiosa que pode ser classificada também como zoonose, pelo fato de ser transmissível dos animais ao homem, e vice e versa. Os animais infectados com maior grau de importância em relação aos humanos são os cães, os roedores e os próprios humanos. Há dois tipos de Leishmaniose: Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea e a Leishmaniose Visceral ou Calazar, portanto os dados podem ser visualizados na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7: Morbidades proporcional por doenças transmissíveis no Território Vale do Jaguaribe no ano de 2009.

Nº. DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES TRANSMISSÍVEIS						
Municípios	Doenças Transmissíveis					
	Dengue¹	Tuberculose¹	Sífilis ² Congênita	Hanseníase	Leishimaniose Tegumentar *	Leishimaniose Visceral**
MICRO TERRITORIO I						
Limoeiro do Norte	8	12	4	2	0	0
Morada Nova	71	12	0	15	0	0
Palhano	0	0	0	0	0	0
Quixeré	0	4	1	2	0	0
Russas	32	19	1	13	0	1
São João do Jaguaribe	3	2	0	1	0	0
Tabuleiro do Norte	3	8	0	5	0	0
TOTAL	117	57	6	38	0	1
MICRO TERRITORIO II						
Alto Santo	9	2	0	0	0	0
Ererê	0	5	0	4	0	0
Iracema	0	0	0	0	0	0
Potiretama	1	0	1	0	0	0
TOTAL	10	7	1	4	0	0
MICRO TERRITORIO III						
Jaguaretama	3	1	0	4	0	0
Jaguaribara	0	3	1	0	0	0
Jaguaribe	13	9	0	2	0	0
Pereiro	2	1	0	0	28	1
TOTAL	18	14	1	6	28	1
TOTAL DO TERRITORIO	145	78	8	48	28	2

Fonte: saladesituacao, *on line*, 2010

¹ Taxa de Incidência de casos em 2009 (nº. de casos) - SINAN/SIM/IBGE - Jun./ 2010

² Incidência em Gestante em 2009 (nº. de casos)

³ Taxa de detecção de Hanseníase em 2009 (nº. de casos)

* Taxa de Detecção 2009 (nº. de casos); **Taxa de Incidência 2009 (nº. de casos)

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na Dengue observou-se no Território Vale do Jaguaribe temos um total de 145 casos notificados no ano de 2009, quando calculou-se o indicador de incidência do território apresentou-se um resultado de 39, casos para cada 100.000

habitantes. Vale ressaltar, os municípios de Palhano, Quixeré Ererê, Iracema e Jaguaribara não tiveram nenhum caso notificado. É interessante investigar os fatores ambientais que interferem na incidência desta doença nos municípios.

A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

Segundo o Ministério da Saúde, a notificação de Dengue deve ser realizada independentemente da realização/ recebimento do resultado do exame laboratorial, pois o caso pode ser encerrado por vínculo epidemiológico/ clínico e não somente laboratorial.

Portanto, deve-se analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença; como medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*; que subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Sobre a tuberculose (TB), apresenta no Território Vale do Jaguaribe um dado significativo de casos desta doença. Quando calculou-se a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (21,2) casos para 100.000 habitantes. Um dado importante que deve ser investigado são os municípios de Palhano, Iracema e Potiretama não tiveram nenhum caso notificado, enquanto Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova notificaram mais de 10 casos.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença e a infecção concomitante pelo HIV, que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisado, o número de casos de AIDS.

A sífilis congênita no Território Vale do Jaguaribe teve como total 08 casos desta morbidade, destacando o município de Limoeiro do Norte com 04 casos, são considerados apenas os casos de sífilis congênita diagnosticados durante os dois primeiros anos de vida e precisamos investigar as causas da situação atual de controle deste território.

Quando se calculou o indicador de incidência de sífilis em gestantes, a ocorrência de casos no território encontrado foi de 7,86 casos. Este indicador

pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. A sífilis trata-se de uma doença sexualmente transmissível (DST) é diagnosticada durante os dois primeiros anos de vida, envolvendo assim uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s) e a sensibilização sobre as diversas complicações que podem ser acarretadas se não for tratada adequadamente e caso não seja possível deverá ser feito o acompanhamento das crianças após o nascimento, portanto precisa-se investigar as causas da situação atual de controle deste território.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento; sem esquecer a grande importância do tratamento dos parceiros para o sucesso das ações (OPAS, 2002).

Com relação à Hanseníase, observa-se no Território Vale do Jaguaribe 48 casos notificados, com maior número de notificações nos municípios Morada Nova e Russas, sabendo-se que precisam ser investigadas as causas de incidência desta doença nos municípios.

A Hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada por um bacilo denominado *Mycobacterium Leprae*. Não é hereditária e sua evolução depende de características do sistema imunológico da pessoa que foi infectada. Quando diagnosticado a doença, o paciente sem tratamento eliminam os bacilos através do aparelho respiratório superior (secreções nasais, gotículas de fala, tosse e espirro), sabendo-se que o período de incubação da doença é bastante longo, variando de três a cinco anos. Portanto, a hanseníase tem cura, quanto mais precoce for diagnóstico mais fácil e rápido será a cura e o tratamento é feito nas unidades de saúde e é gratuito (BRASIL,2008).

Observou-se que no Território Vale do Jaguaribe, apresenta 02 casos notificados de Leishmaniose Visceral, enquanto temos 28 casos de Leishmaniose Tegumentar, sendo todos os casos de Pereiro. É de extrema importância investigar, quais as medidas tomadas de combate ao vetor.

A Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea caracteriza-se por feridas na pele que se localizam com maior frequência nas partes descobertas do corpo. Tardiamente, podem surgir feridas nas mucosas do nariz, da boca e da garganta. Já, a Leishmaniose Visceral ou Calazar é uma doença infecciosa, transmitida somente pela picada de um inseto infectado, conhecido como mosquito-palha. Humanos e várias espécies de animais, inclusive silvestre, podem ser hospedeiros da doença, mas não transmitem por contato direto como mordidas, lambidas etc.

Para prevenir a Leishmaniose Visceral ou Calazar é preciso manter a casa, quintal e arredores limpos e livres de lixo, principalmente orgânico. Aplique repelentes nas paredes, muros e quintais e use telas finas em portas e janelas. Repelentes naturais e baratos, como citronela e óleo de neem, são encontrados em agropecuárias e podem ser usados nos animais e no ambiente. (BRASIL, 2010)

7.1.2 Mortalidade Proporcional (%)

7.1.2.1 *Taxa de mortalidade infantil*

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 por mil ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 óbitos por mil nascidos. No território, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 14,9 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, conforme podemos observar na Tabela 10. No Território Vale do Jaguaribe este indicador corresponde a 14,9 óbitos por 1000 nascidos vivos estando abaixo do resultado do Estado do Ceará em 2008. Entretanto temos que alguns municípios como Palhano (44,2), Quixeré (27,0), Russas (15,3) Tabuleiro do Norte (24,4), Alto Santo (15,7), Jaguaretama (16,7), Jaguaribara (33,9) e Jaguaribe (17,4) estão acima da média do território.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. No ano de 2009, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos um resultado um pouco superior ao encontrado no Território Vale do Jaguaribe (14,9).

Enfatiza-se que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estarem intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, e os níveis de saneamento os quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitária e infecciosa ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e o acompanhamento após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo Sucupira (2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase no nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

7.1.3 Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador pode-se contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliou-se as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: doenças do aparelho circulatório, demais causas, neoplasias, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, e por fim, doenças do período perinatal.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente

influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

Tabela 8: Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território Vale do Jaguaribe em 2008.

Municípios	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº. Óbitos p/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil p/ 1000 Nascidos Vivos	% Neoplasia	% Aparelho Respiratório	% Aparelho Circulatório	%Causas Externas	% Demais Causas	%Período Perinatal	% Doenças Infecciosas
MICRO TERRITORIO I										
Limoeiro do Norte	350	6,3	11,9	13,4	13,4	40,2	16,2	18,9	1,8	3,4
Morada Nova	344	5,4	7,0	17,2	9,7	36,0	12,4	19,6	1,5	3,6
Palhano	50	5,5	44,2	15,6	6,7	33,3	13,3	17,8	2,2	11,1
Quixeré	111	5,7	27,0	13,1	4,7	39,3	15,0	15,9	4,7	7,5
Russas	382	5,7	15,3	19,6	13,0	34,8	11,7	15,8	2,4	2,7
São João do Jaguaribe	65	7,6	12,2	17,2	6,9	39,7	12,1	17,2	1,7	5,2
Tabuleiro do Norte	202	6,9	24,4	18,8	9,9	33,1	15,5	16,6	5,5	0,6
TOTAL/MEDIA	214,86	6,16	20,29	16,41	9,19	36,63	13,74	17,40	2,83	4,87
MICRO TERRITORIO II										
Alto Santo	78	3,8	15,7	16,4	6,9	40,3	19,4	13,9	1,4	1,4
Ererê	20	2,8	0,0	20,0	5,0	30,0	15,0	20,0	0,0	10,0
Iracema	76	5,1	5,8	10,1	10,1	34,8	15,9	24,6	0,0	4,3
Potiretama	19	2,8	0,0	10,5	21,1	26,3	21,1	15,8	0,0	5,3
TOTAL/MEDIA	48,25	3,63	5,38	14,25	10,78	32,85	17,85	18,58	0,35	5,25
MICRO TERRITORIO III										
Jaguaretama	127	6,9	16,7	14,4	8,0	38,4	17,6	15,2	1,6	4,8
Jaguaribara	54	5,3	33,9	8,9	17,8	35,6	13,3	13,3	6,7	4,4
Jaguaribe	203	5,6	17,4	17,7	8,6	49,5	8,1	8,1	4,0	4,0
Pereiro	96	6,1	8,6	18,7	9,9	36,3	6,6	19,8	0,0	8,8
TOTAL/MEDIA	120,0	5,98	19,15	14,93	11,08	39,95	11,40	14,10	3,08	5,50
TOTAL/MÉDIA DO TERRITÓRIO	127,7	5,25	14,94	15,20	10,35	36,48	14,33	16,69	2,08	5,21

Fonte: Situação da base de dados nacional, 2009

No Território do Vale do Jaguaribe avaliou-se a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 com maior representatividade óbitos relacionados ao aparelho circulatório que representam 36,48% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica o envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida gerando mais problemas crônicos de saúde e próprios da idade avançada. Alguns municípios apresentam uma situação preocupante e um resultado bem acima da média do Território, como Jaguaribe (49,5%) em que quase metade dos óbitos para o período são por doenças do aparelho circulatório, seguido de Alto Santo (40,3%), Limoeiro do Norte (40,2%), São João do Jaguaribe (39,7%), Quixeré (39,3%) e Jaguarutama (38,4%).

No entanto, vale destacar os percentuais das mortes por neoplasias (15,2%) e causas externas (14,3%) no Território Vale do Jaguaribe, sendo importante investigar os dados destas causas.

A informação de qualidade referente aos óbitos por causa externa não pode ser vista, simplesmente, como uma questão técnica senão também como uma ferramenta para a tomada de decisões coerentes. O monitoramento desses eventos constitui elemento importante para o conhecimento de suas tendências e do impacto das intervenções de políticas públicas adotadas para reduzir os índices de violência e melhorar os serviços de saúde (OLIVEREIRA e SOUZA, 2007).

No Território Vale do Jaguaribe avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição, apresentada na Figura 2.

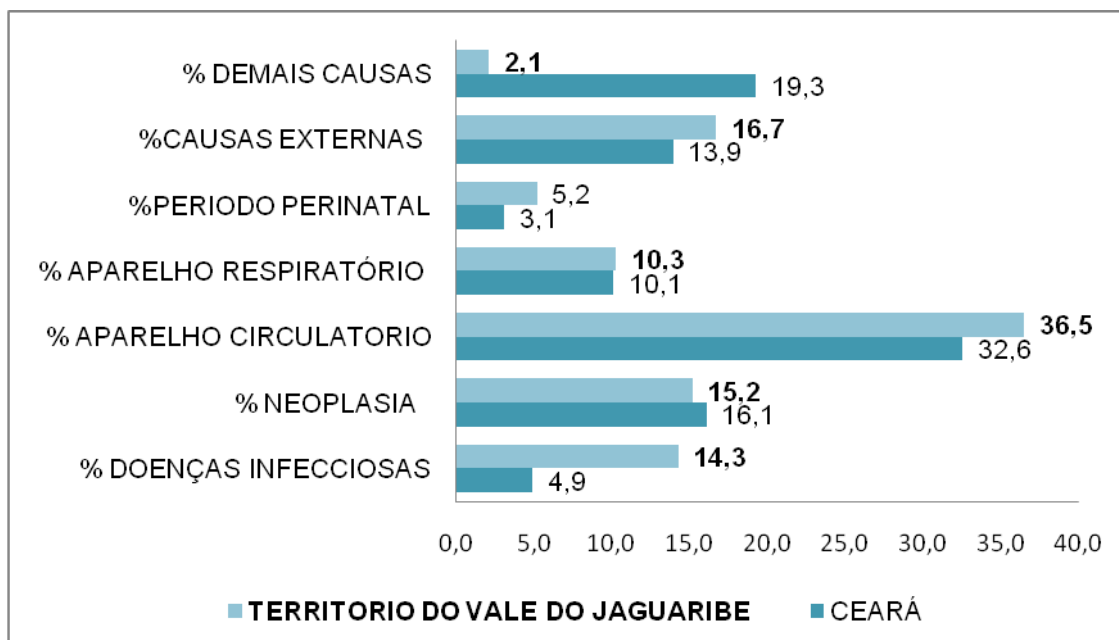


Figura 2: Mortalidade por Grupos de Causas no Território Vale do Jaguaribe e do Ceará, em 2008

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território Vale do Jaguaribe (36,5%) com um percentual um pouco superior.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direciona atenção nas proposições a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

Com relação às demais causas na qual não foram identificadas atingimos 16,7%, enquanto neoplasia (câncer) representou 15,2%, causas externas mataram 14,3% e falhas no aparelho respiratório foi de 10,4%. Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade é a faixa etária em que estão concentrados os maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Com relação às causas externas segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Uma alteração nas causas de mortalidade no território é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

7.1.4 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 9: Condições de nascimento no território vale do jaguaribe em 2008.

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITORIO I						
Limoeiro do Norte	841	42,2	57,8	5,5	3,5	19,3
Morada Nova	853	36,3	63,7	6,5	5,8	24,2
Palhano	113	35,4	64,6	10,6	3,5	21,2
Quixeré	333	30,4	69,6	8,7	6,6	23,1
Russas	983	39,9	60,1	9,4	6,5	21,3
São João do Jaguaribe	82	42,7	57,3	4,9	3,7	22
Tabuleiro do Norte	409	4,4	95,6	6,6	13,9	48,9
TOTAL/MEDIA	516	33,0	67,0	7,5	6,2	25,7
MICRO TERRITORIO II						
Alto Santo	191	24,6	75,4	5,8	4,2	25,7
Ererê	56	28,6	71,4	8,9	1,8	25
Iracema	172	44,8	55,2	7,6	4,7	25
Potiretama	69	21,7	78,3	2,9	2,9	29,0
TOTAL/MEDIA	122	29,9	70,1	6,3	3,4	26,2
MICRO TERRITORIO III						
Jagaretama	239	28,9	71,1	7,5	3,8	21,8

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
Jaguaribara	177	33,9	66,1	6,2	1,7	24,9
Jaguaribe	575	43,1	56,9	6,1	4,5	24,3
Pereiro	233	42,1	57,9	6,0	4,3	20,2
TOTAL/MEDIA	306	37,0	63,0	6,5	3,6	22,8
TOTAL/MÉDIA DO TERRITÓRIO	314,8	33,3	66,7	6,7	4,4	24,9

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares

De acordo com os índices da Tabela 11, os percentuais de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território estão acima das metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30%, preconizado pelo Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7% do total dos partos cesáreos. Destacamos que somente municípios de Tabuleiro do Norte (4,4%), Alto Santo (24,6%), Ererê (28,6%), Potiretama (21,7%) e Jaguaratama (28,9%) estão com percentual abaixo da meta pactuada com Estado (30,1%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção materno-infantil e a assistência médico-hospitalar. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Vale ressaltar ainda, a prevalência de partos vaginais (66,7%) ser superior aos partos cesáreos (33,3%), sabendo-se que ainda pode-se melhorar cada vez mais este indicador.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontrou-se uma média de 24,9%, entre as que pariram em 2008 eram

adolescentes. O objetivo de conhecer esta variável é que este se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos cinco dos municípios que fazem parte do Território Vale do Jaguaribe os municípios mais elevados foram Tabuleiro do Norte (48,9%), Alto Santo (25,7), Ererê e Iracema (25%) e Potiretama (29%). Relaciona-se este indicador a uma condição socioeducacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

O objetivo de conhecer esta variável é que se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e os fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

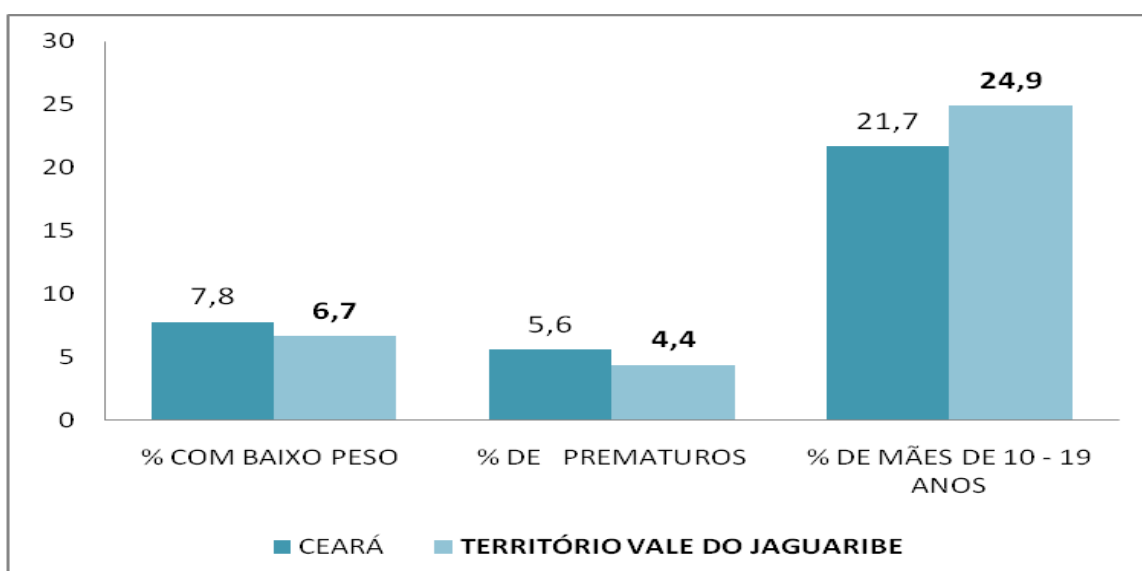


Figura 3: Situação de nascimento no Território Vale do Jaguaribe (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10-19 anos) em 2008).

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Vale do Jaguaribe foi de (4,4%) dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente bem próximo dos dados do Estado do Ceará (5,6%).

Com relação ao baixo peso ao nascer temos uma média de (6,7%) dos partos, são de crianças nascem nesta situação. Destaca-se alguns municípios como Palhano (10,6%), Quixeré (8,7%), Russas (9,4%), Ererê (8,9%), Iracema

(7,6%) e Jaguaretama (7,5%) que se encontram acima da média de recém nascidos de baixo peso.

A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a mortalidade neonatal e infantil. Esse dado irá contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras).

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5 a 6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno infantil.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais frequentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

7.2 Infraestrutura

7.2.1 Critérios e Definições

7.2.1.1 Atenção Básica

➤ Número de equipes de Saúde da Família e cobertura

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 108 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 1217. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da media do território como Umari (43%) e Lavras da Mangabeira (56%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

➤ **Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF**

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

MODALIDADES - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

NÚCLEO - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.2.1.2 *Atenção Especializada*

➤ **Centro Especialidade Odontológicas – CEO**



Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/ adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

➤ **Centro de Apoio Psicossocial – CAPS**



Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao

trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

➤ **Farmácia Popular do Brasil**

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são

desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

➤ **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

➤ **Unidades de Pronto Atendimento – UPA**

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

7.3 Tipos de estabelecimentos

Constatou-se que no Território Vale do Jaguaribe existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde (86), seguida de Posto de Saúde (31), Clínica Especializada (26), Hospital (16), CAPS (4) e CEO (4). Vale ressaltar, ainda uma pequena quantidade de estabelecimentos de NASF (6), Unidade Mista (4), Farmácia Popular (2), Policlínica (2) e UPA (1).

De acordo com os dados apresentado na Tabela 6, percebe-se uma inexistência do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) entre os 15 municípios do Território Vale do Jaguaribe. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implantação desta política de atenção á saúde da população.

Além disso, é de fundamental importância a ampliação da equipe que compõem o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Atualmente, existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois os NASF se ligam às Equipes de Saúde da Família (EqSF) completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Para atuação do NASF junto com EqSF deve haver uma parceria de atendimento em conjunto, de planejamento de ações entre as equipes do NASF e de Saúde da Família, um atendimento diferenciado para casos específicos, não pelo encaminhamento como se a atenção dispensada pelo profissional do NASF fosse a outro nível, mas compartilhada e discutida pela equipe de atenção básica.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

Ao analisar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família no Território Vale do Jaguaribe temos dentre os 15 municípios, 09 com equipes completas (cobertura superior a 100%), sabendo que precisa melhorar ainda mais esse percentual de cobertura nos outros municípios.

Tabela 10: Tipos de estabelecimentos da atenção básica e especializada no Território do Vale do Jaguaribe nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo De Estabelecimento SUS / Outros														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	*Centro de Saúde	*Posto de Saúde	*Nº. EqSF 2010	*% Cobertura ESFq 2010	**NASF	**Unidade Mista /Parto Normal	**CEO	**CAPS	**Farmácia Popular	**SAMU	**UPA	*Clínica Especializada	*Policlínica	*Hospital	Nº. de leitos por 1000 HAB
MICRO TERRITORIO I															
Limoeiro do Norte	4	11	10	62,1	1	1	1	2	1	0	0	5	1	3	4,3
Morada Nova	19	0	14	76,3	2	1	0	1	0	0	0	3	1	1	2,4
Palhano	5	0	3	101,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,8
Quixeré	4	3	6	101,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,4
Russas	9	8	14	72,1	1	0	2	1	1	0	1	8	0	2	3,5
São João do Jaguaribe	3	1	4	99,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3,5
Tabuleiro do Norte	8	0	9	100,7	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1,6
TOTAL	52	23	60	87,6	5	2	3	4	2	0	1	18	2	10	2,5
MICRO TERRITORIO II															
Alto Santo	6	0	6	101,8	0	0	1	0	0	0	0	2	0	1	1,6
Ererê	1	3	3	101,2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,2
Iracema	5	0	5	101,1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1,9
Potiretama	2	2	3	101,5	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1,9
TOTAL	14	5	17	101,4	0	2	1	0	0	0	0	4	0	2	1,7
MICRO TERRITORIO III															
Jaguetama	4	3	5	93,81	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,9
Jaguaribara	3	0	4	101,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2,4
Jaguaribe	8	0	8	75,9	1	0	0	0	0	0	0	4	0	1	1,0
Pereiro	5	0	5	100,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,1
TOTAL	20	3	22	92,85	1	0	0	0	0	0	0	4	0	4	1,3
TOTAL DO TERRITORIO	86	31	99	94,0	6	4	4	4	2	0	1	26	2	16	1,8

*Fonte: CNES-DATASUS/MS. Competência Julho/2010; ** saladesituacao, *on line*, Competência Novembro/2010

Nota: O Total das coberturas das EqSF é sempre Média dos valores

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS; Não inclui leitos complementares

O Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da Atenção Básica à Saúde.

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No Território Centro Sul Vale do Salgado avaliou-se o percentual de número de leitos hospitalares por mil habitantes comparado ao Estado do Ceará, encontramos no ano de 2009 a seguinte situação:

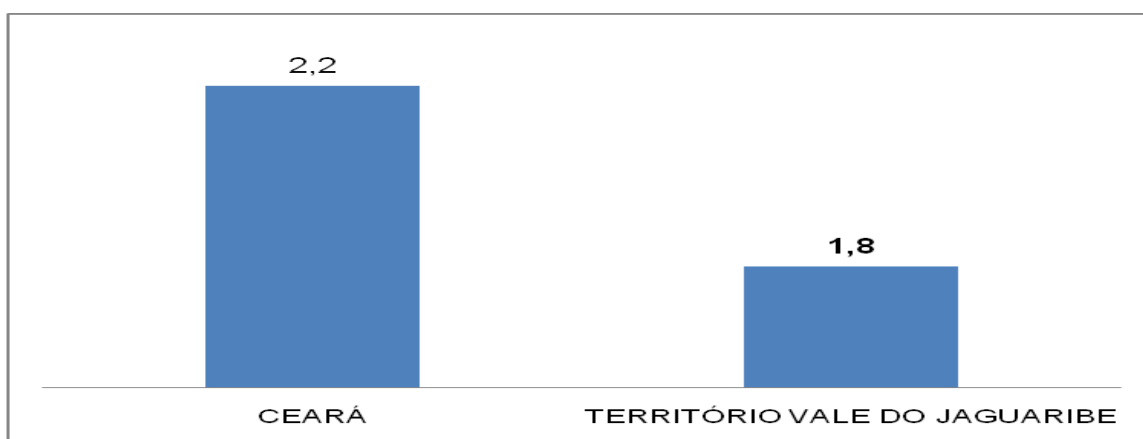


Figura 4: Percentual do número de Leitos por 1000 habitantes no Estado do Ceará e Território do Vale do Jaguaribe em 2010.

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em Julho/2010.

Observou-se na figura 4, a diferença entre o número de leitos por 1000 habitantes do Território Vale do Jaguaribe (1,8 leitos) em comparação com Estado do Ceará (2,2 leitos).

7.4 Recursos Humanos

7.4.1 Ofertas de profissionais médicos por especialidades por 1.000 habitantes

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. O indicador é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

No Território Vale do Jaguaribe encontraram várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas o dado que mais chama atenção é a inexistência de Psiquiatra e Pediatra. Entretanto, quando se calculou o total de profissionais por 1000 habitantes percebeu-se que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Tabela 11: Número de profissionais médicos/especialidades por 1.000 habitantes no Território do Vale do Jaguaribe em 2009.

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1.000 Hab - Dez/ 2009									
	Anestesista	Cirurgião Geral/100	Clínico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Total*	Total/ 1000 Hab
MICRO TERRITORIO I										
Limoeiro do Norte	0,3	0,5	0,9	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	168	3,0
Morada Nova	0,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,0	0,1	124	2,0
Palhano	-	0,1	0,9	-	0,5	0,1	0,1	0,1	20	2,2
Quixeré	-	-	0,4	-	0,5	.	.	0,1	19	1,0
Russas	0,1	0,2	0,5	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	135	2,0
São João do Jaguaribe	-	-	0,6	-	0,8	-	-	0,1	14	1,6
Tabuleiro do Norte	0	0,1	0,4	0,3	0,3	-	-	-	41	1,4
TOTAL/MÉDIA	0,1	0,2	0,6	0,3	0,4	0,1	0,1	0,1	521	1,9
MICRO TERRITORIO II										
Alto Santo	-	0,0	0,3	0,0	0,3	-	-	0,1	20	1,0
Ererê	-	-	0,1	-	0,4	-	-	.	4	0,5
Iracema	0,1	0,1	0,3	0,1	0,3	-	-	0,1	17	1,1
Potiretama	-	0,1	0,3	-	0,3	-	0,1	0,1	7	1,0
TOTAL/MÉDIA	0,1	0,1	0,3	0,1	0,3	-	0,1	0,1	48	0,9
MICRO TERRITORIO III										
Jaguaretama	0,1	0,2	0,7	0,5	0,3	0,4	0,1	0,1	43	2,30
Jaguaribara	-	-	0,8	0,1	0,3	-	-	0,1	13	1,30
Jaguaribe	0,2	0,1	0,3	-	0,2	0,0	-	0,0	44	1,20
Pereiro	0,1	0,1	0,3	-	0,3	-	-	-	15	0,90
TOTAL/MÉDIA	0,1	0,1	0,5	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	115	1,4
MÉDIA DO TERRITORIO	0,1	0,1	0,4	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	684	1,4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional, 2010, em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/ce.htm>>

* N°. Total de Médicos

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

7.4.2 Ofertas de outros profissionais de saúde por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. Essas categorias fortemente serão influenciadas pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisar as variações de situações relacionadas à distribuição de profissionais de saúde, identificou-se uma equidade do número de profissionais de saúde entre as categorias de Fonoaudiólogo, Psicólogo, Assistente Social, Farmacêutico, Nutricionista e Fisioterapeuta (0,1). A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 11: Número de profissionais de saúde por 1.000 habitantes no Território do Vale do Jaguaribe em abril de 2010.

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria / 1.000 Hab – Dez/ 2009								
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo	*Total
MICRO TERRITORIO I									
Limoeiro do Norte	0,6	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	2,0
Morada Nova	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	1,4
Palhano	1,1	0,5	0,2	-	0,3	-	-	-	2,1
Quixeré	0,4	0,3	0,1	-	0,1	-	-	-	0,9
Russas	0,4	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	1,1
São João do Jaguaribe	0,6	0,7	0,2	-	0,1	-	-	0,1	1,7
Tabuleiro do Norte	0,3	0,6	0,1	-	0,1	-	-	0,0	1,1
TOTAL/MÉDIA	0,6	0,5	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	10,3
MICRO TERRITORIO II									
Alto Santo	0,4	0,5	0,2	-	0,1	-	-	-	1,2
Ererê	0,5	0,5	-	-	0,1	-	-	-	1,1
Iracema	1,1	0,4	0,1	0,1	0,3	0,1	-	0,1	2,2
Potiretama	0,9	0,3	0,1	-	0,1	-	-	-	1,4
TOTAL/MÉDIA	0,7	0,4	0,1	0,1	0,2	0,1	-	0,1	5,9
MICRO TERRITORIO III									
Jaguetama	0,5	0,3	0,2	-	0,1	-	-	0,1	1,2
Jaguaribara	0,5	0,3	0,1	-	0,1	-	-	-	1,0
Jaguaribe	0,6	0,6	0,2	0,0	0,2	-	0,1	0,0	1,7
Pereiro	0,4	0,3	0,1	-	0,2	0,1	-	-	1,1
TOTAL/MÉDIA	0,5	0,4	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	5,0
MÉDIA TOTAL DO TERRITORIO	0,6	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	7,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em /2010.

* Nº. Total de profissionais

Com relação aos dados das demais categorias, observa-se uma grande concentração de profissionais das categorias de Enfermagem e Dentista, pois os mesmos fazem parte da equipe mínima da Estratégia Saúde da Família.

7.5 Saneamento Básico

7.5.1 Abastecimento e tipos de instalação de água

7.5.1.1 *Cobertura de redes de abastecimento de água*

A cobertura de redes de abastecimento de água é definida como o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água da população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento ligado a rede geral são 45,35% no Território Vale do Jaguaribe, abaixo do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%. A situação de abastecimento proveniente de poços ou nascentes no território chega a 26,3% um pouco superior ao percentual alcançado pelo Estado que foi de 21,6%. Já o percentual correspondente a outras formas de abastecimento chega a 28,3% no território e 19,6% no Estado, uma diferença bastante significativa.

Observamos que é bastante significativo o percentual de moradias do Território Vale do Jaguaribe que não apresentam nenhum tipo de instalação sanitária (33,6%), os que têm fossa rudimentar (40,9%) e apenas 20,4% do Estado do Ceará possuem esgoto sanitário através de rede coletora uma cobertura aquém da cobertura ideal. Alertamos ainda as baixas coberturas que favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 5,2% do total de óbitos no território. Recomendamos investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

Tabela 12: Situação de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Território do Vale do Jaguaribe em 2007.

Municípios	% Domicílios com abastecimento de água	% Domicílios com esgotamento sanitário
MICROTERRITÓRIO I		
Limoeiro do Norte	96,59	20,20
Morada Nova	90,34	3,62
Palhano	83,60	0,0
Quixeré	65,69	13,02
Russas	94,04	31,09
São João do Jaguaribe	98,16	65,41
Tabuleiro do Norte	85,27	11,84
TOTAL/MÉDIA	87,67	20,74
MICROTERRITÓRIO II		
Alto Santo	77,64	0,0
Ererê	100,0	0,0
Iracema	97,32	0,0
Potiretama	92,90	0,0
TOTAL/MÉDIA	91,97	0,0
MICROTERRITÓRIO III		
Jaguaretama	97,18	0,0
Jaguaribara	99,95	75,29
Jaguaribe	95,86	0,0
Pereiro	99,82	0,0
TOTAL/MÉDIA	98,20	18,82
MEDIA DO TERRITORIO	92,61	13,19

Fonte: Secretaria de infraestrutura (SEINFRA), 2007.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Território do Vale do Jaguaribe, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico são referentes aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de matrículas em cada modalidade de ensino; a infraestrutura, cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁴ e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

No Território Vale do Jaguaribe os municípios são atendidos por diferentes Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, a saber:

- O micro território I pela CREDE 10.
- O micro território II pelas Credes 10 e 11;
- O micro território III pela CREDE 11.

A CREDE 10 com sede em Russas e a CREDE 11 com sede em Jaguaribe.

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual há cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler, escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, fazendo um comparativo entre os anos de 2003, onde do total da população com idade maior ou igual a cinco anos 75,4% era alfabetizada, e o de 2008 quando esse percentual passou para 80,2%, havendo portanto um crescimento da população que aprendeu a ler e escrever.

A Tabela 13 mostra que, considerando a população alfabetizada por faixa etária no Ceará, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 13: População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
> 60 anos	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no território, é importante se apropriar de alguns dados relativos ao acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois, é

fundamental para que haja aprendizagem, que os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a Tabela 14, revelam a questão educacional no Território.

Tabela 14: Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território

Micro território	Taxa de Alfabetização ¹	Taxa de Escolarização Ensino Fundamental ²	Taxa de Escolarização Ensino Médio ²
MICROTERRITÓRIO I			
Limoeiro do Norte	66,50%	93,90%	62,80%
Morada Nova	62,70%	112%	62,10%
Palhano	68,30%	74,60%	64,20%
Quixeré	64,40%	94,50%	78,80%
Russas	72,50%	101%	67,50%
São João do Jaguaribe	73,20%	99,10%	56,60%
Tabuleiro do Norte	72,20%	101,30%	66%
MICROTERRITÓRIO II			
Alto Santo	65,50%	79,90%	38,40%
Ererê	60,80%	98,40%	56,30%
Iracema	67,60%	95,80%	75,20%
Potiretama	62,50%	95,70%	54,30%
MICROTERRITÓRIO III			
Jaguaretama	67%	100,30%	62,40%
Jaguaribara	66,10%	102,70%	60,60%
Jaguaribe	68,80%	96,60%	51,80%
Pereiro	64,30%	102%	60,70%

Fonte: Indicadores MEC (1) 2000 e (2) 2007.

As taxas acima representam aspectos educacionais que revelam as distorções de idade e série que existem no território, pertinentes ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. As taxas são calculadas pela divisão do número de matrículas da faixa etária da etapa, dividida pela população total do município na mesma faixa etária. As mesmas nos revelam como está a universalização do ensino nos municípios, assim, com os alunos matriculados fora de faixa se apresentam nas estatísticas.

De modo geral, todos os municípios mostram taxas baixas de Alfabetização, sendo que o melhor índice é o de São João do Jaguaribe, com 73,20% da população alfabetizada. A menor taxa é do município de Ererê, com 60,80%.

Já os índices de Escolarização do Ensino Fundamental, com exceção dos municípios de Palhano e Alto Santo, com 74,60% e 79,90%, revelam um

grande número de alunos matriculados. Já no Ensino Médio, a tabela mostra a necessidade de se incrementar matrículas nesse nível de escolaridade, incentivando os jovens a completarem sua formação na Educação Básica. O município com taxa mais preocupante é Alto Santo, com 38,40% dos jovens matriculados, e a maior seria de Quixeré, com 78,80%.

8.2 Nível de escolaridade

8.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 04 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

No Território Vale do Jaguaribe, o total de matrículas da Educação Infantil é de 16.184 alunos, dos quais 5.529 estão inscritos nas creches, e 10.655 na pré-escola.

É possível observar a partir da tabela 18 que as matrículas estão concentradas na rede pública municipal. A rede particular corresponde a somente 12,53% do total de matrículas do Território Vale do Jaguaribe e é quase inexistente na zona rural.

Com relação à zona de moradia, as matrículas são concentradas na zona urbana: no Micro I, essa concentração representa 61,03% nas escolas urbanas, no Micro II são 62,54% do total e o Micro III, 59,20%.

Quanto às modalidades da Educação Infantil, as matrículas estão concentradas na Pré-Escola, representando 65,84% do total. No Micro I, por exemplo, elas correspondem 69,16%, já no Micro II, essa porcentagem cai para 59,03% e, no micro III, 60,6%. Esses dados revelam que a diferença entre as

modalidade é maior no Micro I, onde existe também, o maior número de matrículas totais.

Estes números indicam o atendimento precário à faixa etária das creches (de 0 a 3 anos), pois revelam a concentração na pré-escola (de 4 a 6 anos). Isso reflete a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde 2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A informação revela a necessidade de ampliação no atendimento às crianças na faixa etária da Educação Infantil (0 a 6 anos), principalmente nas creches. Essas instituições poderiam auxiliar na guarda e na formação pré-escolar dos filhos daquelas mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho.

Para este nível de ensino, existe a necessidade de infraestrutura adequada, com salas de aula, material didático específico, pátios de recreação e professores com formação continuada. Nos casos das creches, seria interessante instituir e ampliar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças no turno contrário àquele atendido, em caso de escolas de um só turno.

Segundo o comitê, o Território Vale do Jaguaribe tem dificuldade em absorver a demanda da Educação Infantil, situação que poderia ser convertida com a implantação de infraestrutura necessária por meio do Pro infância, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, que faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O comitê ressaltou a importância de que todos os municípios possuam centros de educação infantil para que a demanda dessa faixa etária seja atendida. Além disso, é importante incentivar os professores dessa modalidade para que tenham formação adequada, além da lotação desses profissionais segundo sua formação.

Tabela 15: Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
MICRO TERRITORIO I					
LIMOEIRO DO NORTE	Municipal	Rural	224	648	872
		Urbana	239	663	902
	Subtotal:		463	1.311	1.774
	Particular	Rural	0	0	0
		Urbana	101	463	564
	Subtotal:		101	463	564
Total:			564	1.774	2.338
MORADA NOVA	Municipal	Rural	546	742	1.288
		Urbana	528	720	1.248
	Subtotal:		1.074	1.462	2.536
	Particular	Urbana	55	205	260
Total:			1.129	1.667	2.796
PALHANO	Municipal	Rural	89	103	192
		Urbana	80	120	200
	Subtotal:		169	223	392
	Particular	Urbana	11	31	42
Total:			180	254	434
QUIXERE	Municipal	Rural	16	211	227
		Urbana	182	296	478
	Subtotal:		198	507	705
	Particular	Urbana	19	49	68
Total:			217	556	773
RUSSAS	Municipal	Rural	216	698	914
		Urbana	429	819	1.248
	Subtotal:		645	1.517	2.162
	Particular	Urbana	49	356	405
Total:			694	1.873	2.567
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Municipal	Rural	0	172	172
		Urbana	96	0	96
	Subtotal:		96	172	268
Total:			96	172	268
TABULEIRO DO NORTE	Municipal	Rural	58	288	346
		Urbana	220	379	599
	Subtotal:		278	667	945
	Particular	Urbana	17	155	172
Total:			295	822	1.117
Total do Micro I			3175	7.118	10.293
MICRO TERRITORIO II					
ALTO SANTO	Municipal	Rural	86	253	339
		Urbana	96	188	284

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
	Subtotal:		182	441	623
	Particular	Urbana	2	7	9
Total:			184	448	632
ERERE	Municipal	Rural	66	102	168
		Urbana	53	67	120
	Subtotal:		119	169	288
Total:			119	169	288
IRACEMA	Municipal	Rural	62	46	108
		Urbana	322	318	640
	Subtotal:		384	364	748
	Particular	Urbana	18	28	46
Total:			402	392	794
POTIRETAMA	Municipal	Rural	58	103	161
		Urbana	86	111	197
	Subtotal:		144	214	358
Total:			144	214	358
Total do Micro II			849	1223	2072
MICRO TERRITÓRIO III					
JAGUARETAMA	Municipal	Rural	48	235	283
		Urbana	101	221	322
	Subtotal:		149	456	605
	Particular	Urbana	0	65	65
Total:			149	521	670
JAGUARIBARA	Municipal	Rural	109	151	260
		Urbana	132	163	295
	Subtotal:		241	314	555
	Particular	Urbana	0	28	28
Total:			241	342	583
JAGUARIBE	Municipal	Rural	277	299	576
		Urbana	339	467	806
	Subtotal:		616	766	1.382
	Particular	Urbana	139	231	370
Total:			755	997	1.752
PEREIRO	Municipal	Rural	157	282	439
		Urbana	203	172	375
	Subtotal:		360	454	814
Total:			360	454	814
Total do Micro III			1505	2314	3819
Total do Território			5529	10.655	16.184

Fonte: adaptado da tabela da SEDUC, 2009.

8.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6º ao 9º ano) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino à população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias e sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade, como o número de matrículas em cada nível, rede de ensino e zona de moradia, e da infraestrutura educacional, serão acrescentados nesta análise as informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena na Educação Básica. Na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, porém, os professores podem ter ensino médio completo com magistério. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação básica devem se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004.

Sobre estas considerações iniciais e as informações fornecidas traçou-se o perfil do Ensino Fundamental no Território do Vale do Jaguaribe: o número total de matrículas deste nível é de 67.264 estudantes, dos quais 37.635 freqüentam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e 29.629, o Fundamental II (6º ao 9º ano).

Segundo a LDB, o atendimento ao Ensino Fundamental é prioridade da rede municipal, podendo o governo do estado prestar colaboração na oferta dessa modalidade. Dessa forma, é possível observar algumas matrículas na rede estadual, totalizando 2.035, a partir da tabela 17, no Fundamental II na zona urbana em quase todos os municípios, com exceção de Palhano, no Micro I; Ererê e Potiretama no Micro II; e Jaguaribara, Jaguaribe e Pereiro no Micro III.

As matrículas do Ensino Fundamental no Território Vale do Jaguaribe estão concentradas na zona urbana, representando 62,27% no Micro I, 65,01% no Micro II e 60,78% de matrículas nessa zona de moradia no Micro III.

Contudo, existe uma preocupação atualmente em implantar e ampliar a educação no campo e do campo, voltada para o modo de vida das

comunidades aí localizadas. Portanto, há a necessidade de investimento para a permanência das famílias no campo, no seu local de origem.

O comitê ressaltou a necessidade de implantação dessa metodologia nas zonas rurais, além de que ferramentas de gestão sejam elaboradas de acordo com a vivência no campo. É importante, também, a valorização das escolas nos assentamentos.

Na Tabela 16, observa-se que mais de 50% das matrículas se concentram no Fundamental I. No Micro Território I, a diferença entre os dois períodos é em torno de 4 (quatro) mil alunos, representando 55,27% de matrículas no Fundamental I, no Micro II a porcentagem sobe para 57,14% e no Micro III, 57,30% de matrículas do 1º ao 5º ano.

Tabela 16: Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1º ao 5º	6º ao 9º	Total
MICRO TERRITÓRIO I					
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	0	183	183
	Municipal	Rural	1.678	1.419	3.097
		Urbana	2.120	1.803	3.923
	Subtotal:		3.798	3.222	7.020
	Particular	Rural	136	20	156
		Urbana	969	798	1.767
	Subtotal:		1.105	818	1.923
Total:			4.903	4.223	9.126
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	0	76	76
	Municipal	Rural	2.616	1.883	4.499
		Urbana	3.649	2.898	6.547
	Subtotal:		6.265	4.781	11.046
	Particular	Urbana	400	344	744
Total:			6.665	5.201	11.866
PALHANO	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	229	208	437
		Urbana	406	384	790
	Subtotal:		635	592	1.227
	Particular	Urbana	33	0	33
Total:			668	592	1.260
QUIXERE	Estadual	Urbana	0	72	72
	Municipal	Rural	677	450	1.127
		Urbana	1.140	948	2.088
	Subtotal:		1.817	1.398	3.215

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Particular	Urbana	175	162	337
Total:			1.992	1.632	3.624
RUSSAS	Estadual	Urbana	0	618	618
	Municipal	Rural	2.834	2.151	4.985
		Urbana	3.015	2.141	5.156
	Subtotal:		5.849	4.292	10.141
	Particular	Urbana	775	514	1.289
Total:			6.624	5.424	12.048
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	0	259	259
	Municipal	Rural	353	295	648
		Urbana	260	96	356
	Subtotal:		613	391	1.004
Total:			613	650	1.263
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	0	535	535
	Municipal	Rural	1.043	700	1.743
		Urbana	1.572	581	2.153
	Subtotal:		2.615	1.281	3.896
	Particular	Urbana	378	253	631
Total:			2.993	2.069	5.062
Total do Micro I			24458	19791	44249
MICRO TERRITORIO II					
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	0	100	100
	Municipal	Rural	860	441	1.301
		Urbana	694	529	1.223
	Subtotal:		1.554	970	2.524
	Particular	Urbana	27	0	27
Total:			1.581	1.070	2.651
ERERÊ	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	352	107	459
		Urbana	296	439	735
	Subtotal:		648	546	1.194
Total:			648	546	1.194
IRACEMA	Estadual	Urbana	0	153	153
	Municipal	Rural	202	35	237
		Urbana	930	851	1.781
	Subtotal:		1.132	886	2.018
	Particular	Urbana	99	51	150
Total:			1.231	1.090	2.321
POTIRETAMA	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	397	146	543
		Urbana	292	259	551
	Subtotal:		689	405	1.094
Total:			689	405	1.094

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
Total do Micro II			4149	3111	7260
MICROTERRITÓRIO III					
JAGUARETAMA	Estadual	Urbana	0	39	39
	Municipal	Rural	1.137	813	1.950
		Urbana	796	699	1.495
	Subtotal:		1.933	1.512	3.445
	Particular	Urbana	106	90	196
Total:			2.039	1.641	3.680
JAGUARIBARA	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	468	434	902
		Urbana	530	445	975
	Subtotal:		998	879	1.877
	Particular	Urbana	86	55	141
Total:			1.084	934	2.018
JAGUARIBE	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	1.202	174	1.376
		Urbana	2.428	2.236	4.664
	Subtotal:		3.630	2.410	6.040
	Particular	Urbana	442	201	643
Total:			4.072	2.611	6.683
PEREIRO	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	1.107	843	1.950
		Urbana	726	698	1.424
	Subtotal:		1.833	1.541	3.374
Total:			1.833	1.541	3.374
Total do Micro III			9028	6727	15755
Total do Território			37635	29629	67264

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁵ (IDEB), a média do Estado do Ceará é de 4,4 nas séries iniciais e 3,9 nas séries finais, ano base 2009.

⁵ Os resultados do IDEB 2009 para escola, município, unidade da Federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/SAEB 2009 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas no Censo Escolar 2009. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio IDEB e metas estabelecidas ao longo do horizonte do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), ou seja, até 2021.

No Território do Vale do Jaguaribe, as médias no Micro Território I variam entre 3,1 (nas séries finais em São João do Jaguaribe) e 4,9 (nas séries finais do mesmo município). São destaques os municípios de Limoeiro do Norte, que alcançou no ano de 2009 a projeção de 2011, além de Palhano, Quixeré, Russas e São João do Jaguaribe que ultrapassaram em 2009 a projeção para 2011. Finalmente, é possível verificar ao todo um aumento das médias ao longo dos anos de avaliação do índice.

7

Tabela 17: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território I.

Município	Séries	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
LIMOEIRO DO NORTE	séries iniciais	3,5	3,9	4,3	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7
	séries finais	3,2	3,8	3,5	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
MORADA NOVA	séries iniciais	3,3	2,6	3,4	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	3,1	3,0	3,3	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
PALHANO	séries iniciais	3,1	2,9	4,1	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	3,0	3,5	4,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
QUIXERE	séries iniciais	2,6	3,2	3,9	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
	séries finais	2,7	2,8	3,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
RUSSAS	séries iniciais	3,3	3,4	4,3	4,2	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	3,1	3,5	3,9	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
SAO JOAO DO JAGUARIBE	séries iniciais	2,4	3,3	4,9	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
	séries finais	2,4	3,3	3,1	3,1	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8
TABULEIRO DO NORTE	séries iniciais	3,4	3,3	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6
	séries finais	3,3	3,6	3,7	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3

Fonte: INEP – MEC 2009

No Micro-Território II, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica referente ao ano de 2009, verifica-se que os percentuais têm uma média pouco abaixo que o Micro I, devido à média reduzida do município de Ererê, com 2,6 nas séries finais. A nota das séries iniciais desse município segue a média das demais cidades, com 3,5 a 3,7 em Alto Santo. Destaca-se este último município que alcançou média 4,7 nas séries iniciais, alcançando a projeção de 2011 já em 2009, caso que se repete em Iracema, com 4,5.

Assim como o Micro I, o Micro II também teve aumento expressivo ao longo das avaliações.

Tabela 18: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território II.

Município	Séries	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
ALTO SANTO	séries iniciais	-	4,1	4,7	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8	6,0
	séries finais	3,1	3,4	3,7	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2
ERERE	séries iniciais	3,1	3,0	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	2,5	2,3	2,6	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,5
IRACEMA	séries iniciais	3,4	3,9	4,5	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	2,7	3,2	3,6	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7
POTIRETAMA	séries iniciais	3,1	3,0	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	2,0	2,6	3,6	2,7	3,2	3,6	3,9	4,1	4,4

Fonte: INEP – MEC 2009

No micro-território III, todos os municípios apresentam uma média menor que a do Estado de Ceará (4,4), assim como as dos outros microterritórios. O município de Jaguaribara possui a menor nota nas séries finais, 3,2, e os municípios de Jaguaretama e Pereiro possuem as maiores, com 4,1 nas séries finais e iniciais, respectivamente. Com exceção do município de Jaguaribara, os demais ultrapassaram em 2009 a projeção para 2011.

Tabela 19: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território III.

Município	Séries	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
JAGUARETAMA	séries iniciais	2,5	3,9	3,8	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	séries finais	2,8	4,0	4,1	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8
JAGUARIBARA	séries iniciais	3,1	3,5	3,3	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	3,5	3,3	3,2	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
JAGUARIBE	séries iniciais	2,7	3,1	3,7	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
	séries finais	2,7	2,8	3,5	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
PEREIRO	séries iniciais	2,9	3,4	4,1	3,7	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	séries finais	2,8	3,5	3,6	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8

Fonte: INEP – MEC 2009

Segundo relato do comitê, o IDEB serve como um diagnóstico sobre a educação no Território e, por consequência, como um direcionamento para as políticas públicas nesse setor. É interessante, portanto, que sejam

estabelecidas metas para todo o Território Vale do Jaguaribe e não para os municípios isoladamente.

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a qualificação do corpo docente em sala de aula. A esse respeito, é importante destacar as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito, que afirma que a partir do ano de 2004 o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena, com exceção daqueles que trabalham na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, que podem ter como formação mínima o curso de magistério completo.

As informações que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores já tem formação superior, representando 63,57% do total de docentes. 35,95% dos profissionais possuem ensino médio completo, na modalidade magistério.

Tabela 20: Nível de escolaridade dos professores do Ensino Fundamental do Território Vale do Jaguaribe.

Município	Docentes do ensino fundamental						
	Total	Grau de formação					
		Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
MICROTERRITORIO I							
Limoeiro do Norte	368	-	4	108	48	208	-
Morada Nova	450	-	1	104	8	337	-
Palhano	72	-	-	21	5	46	-
Quixeré	153	-	1	66	14	72	-
Russas	429	-	1	132	19	277	-
São João do Jaguaribe	63	1	-	13	7	42	-
Tabuleiro do Norte	184	-	1	47	31	105	-
MICRO TERRITORIO II							
Alto Santo	131	-	-	23	27	81	-
Ererê	66	-	1	21	6	38	-
Iracema	87	-	2	18	15	52	-
Potiretama	46	-	1	21	5	19	-
MICRO TERRITORIO III							
Jaguaritama	178	-	-	35	13	130	-
Jaguaribara	110	-	-	28	7	75	-
Jaguaribe	281	-	-	81	15	185	-
Pereiro	174	-	-	66	-	108	-
Total do Território	2792	1	12	784	220	1775	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

Segundo relato dos comitês, o Programa governamental de formação de docentes Plataforma Freire é deficiente. Seria interessante, além dele, que as Universidades Públicas elaborassem cursos voltados para a formação continuada e capacitação de professores no Território Vale do Jaguaribe. Foi também ressaltada a falta de professores com formação específica e a dificuldade de lotação desses profissionais de acordo com sua formação.

8.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é prioridade do governo estadual a oferta do Ensino Médio, sendo garantida sua universalização e gratuidade. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (CEAVI), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da SEDUC e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Sobre os dados do Território Vale do Jaguaribe, as matrículas no Ensino Médio totalizam 15.657 alunos. É possível verificar que elas estão concentradas na rede pública, e a rede particular apresenta um número reduzido de alunos.

É possível destacar que na zona rural não há matrículas no Ensino Médio. Porém, existem anexos nas zonas rurais, mas as matrículas são contabilizadas como urbanas. Para a formulação de projetos nesse setor, seria

necessária uma avaliação da capacidade de infra-estrutura dessas escolas, que recebem, além do público com moradia na zona urbana, aquele oriundo da zona rural, bem como da qualidade do transporte escolar oferecido aos estudantes.

Seguindo a tendência das pedagogias do campo, é dada a importância para a construção de escolas no campo para que os jovens tenham a possibilidade de acesso à educação na sua zona de moradia e que tenham uma formação adequada à sua comunidade, à sua cultura, além da profissionalização em atividade desse setor. É relevante observar, porém, a necessidade de uma formação integral, que contemple também conteúdos e saberes para além do campo, que ofereça acesso aos bens culturais universais.

Para aqueles alunos que são atendidos pelo transporte escolar público, é importante verificar a qualidade deste. Segundo comitê, o transporte poderia ser melhorado por meio dos programa “Caminho da Escola”.

Apesar do aumento de matrículas no Nível Médio no Brasil, é possível verificar que há uma queda entre o Ensino Fundamental e o Médio, ao se comparar as informações dos dois níveis. O Ensino Fundamental concentra 67,87% das matrículas, enquanto que no Ensino Médio, essa porcentagem cai para 15,79%. Mesmo se for isolado o número de matrículas somente do Fundamental II (6º ao 9º ano), a porcentagem aí é de 29,89%, totalizando 29.629 alunos.

Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, o que revela que se faz necessário a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio.

Segundo os comitês, muitos jovens não têm perspectiva na escola e existem muitos casos de desistência dos estudos para inserção no mercado de trabalho, bem como o êxodo desses alunos para o setor industrial e para os grandes centros urbanos. Outro problema apontado foi o consumo de drogas pelos jovens, o que pode prejudicar no seu desempenho escolar.

Tabela 21: Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia.

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
MICRO TERRITORIO I						
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	1.985	0	0	1.985
		Urbana	482	0	0	482
Total:			2.467	0	0	2.467
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	2.591	0	0	2.591
	Particular	Urbana	98	0	0	98
Total:			2.689	0	0	2.689
PALHANO	Estadual	Urbana	393	0	0	393
Total:			393	0	0	393
QUIXERE	Estadual	Urbana	751	0	0	751
	Particular	Urbana	90	0	0	90
Total:			841	0	0	841
RUSSAS	Estadual	Urbana	2.627	134	0	2.761
	Particular	Urbana	267	0	0	267
Total:			2.894	134	0	3.028
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	305	0	0	305
Total:			305	0	0	305
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	867	253	0	1.120
	Particular	Urbana	61	0	0	61
Total:			928	253	0	1.181
Total do Micro I			10517	387	0	10.904
MICRO TERRITORIO II						
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	500	0	0	500
Total:			500	0	0	500
ERERE	Estadual	Urbana	207	0	0	207
Total:			207	0	0	207
IRACEMA	Estadual	Urbana	581	0	0	581
Total:			581	0	0	581
POTIRETAMA	Estadual	Urbana	181	0	0	181
Total:			181	0	0	181
Total do Micro II			1469	0	0	1469
MICRO TERRITORIO III						
JAGUARETAMA	Estadual	Urbana	774	0	0	774
Total:			774	0	0	774
JAGUARIBARA	Estadual	Urbana	464	0	0	464
Total:			464	0	0	464
JAGUARIBE	Estadual	Urbana	1.025	271	0	1.296
	Particular	Urbana	118	0	0	118
Total:			1.143	271	0	1.414
PEREIRO	Estadual	Urbana	632	0	0	632

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
Total:			632	0	0	632
Total do Micro III			3013	271	0	3284
Total do Território Vale do Jaguaribe			14999	658	0	15.657

Fonte: SEDUC, 2009.

Não há matrículas na modalidade “Normal” e um número pouco representativo no Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante (EP), representando somente 4,2% do total de matrículas do Território. Esses dados revelam a necessidade de que sejam implantados no Território Vale do Jaguaribe cursos de profissionalização vinculados ao Ensino Médio, para que os jovens possam ter acesso a uma formação e estejam aptos a integrar o mercado de trabalho, como defende a LDB.

O comitê ressaltou a importância da criação de programas voltados para os jovens, com a geração de emprego e renda sem que isso prejudique sua formação escolar, como o projeto “Pequeno Empreendedor”. Além de outros que motivem os alunos a permanecerem nas escolas.

Outro incentivo para esses alunos seria sua participação em eventos esportivos e sociais desde que seja comprovada sua frequência em sala de aula, com o objetivo de diminuir a evasão no Ensino Médio.

8.2.4 Educação Especial

A Secretaria de Educação Especial (SEESP) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de

Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como pode ser observada na tabela 25, a maior parte das matrículas está concentrada na rede particular no Território Vale do Jaguaribe, correspondendo a 59,7% do total, que diferencia essa categoria das demais, em que as matrículas estão concentradas na rede pública.

Neste Território existem 201 matrículas na Educação Especial, dentre elas, nenhuma está localizada na zona rural, que revela a necessidade de programas que incentivem a matrículas das crianças que se enquadram nas características assistidas pela Educação Especial nessa zona de moradia.

Tabela 22: Matrículas na Educação Especial

Município	Rede	Zona	Educação Especial
MICRO TERRITORIO I			
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	11
	Particular	Rural	0
		Urbana	57
Total:			68
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
PALHANO	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
QUIXERE	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	44
Total:			44
RUSSAS	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0

Município	Rede	Zona	Educação Especial
Total:			0
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
Total do Micro I			112
MICRO TERRITÓRIO II			
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
ERERE	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
IRACEMA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Particular	Urbana	53
Total:			53
POTIRETAMA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
Total do Micro II			53
MICRO TERRITÓRIO III			
JAGUARETAMA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
JAGUARIBARA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
Total:			0
JAGUARIBE	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	9
	Particular	Urbana	10
Total:			19
PEREIRO	Estadual	Urbana	0

Município	Rede	Zona	Educação Especial
	Municipal	Rural	0
		Urbana	17
Total:			17
Total do Micro III			36
Total do Território			201

Fonte: SEDUC, 2009.

É importante destacar que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, espaços físicos para que as escolas possam atender esse público, além de formação continuada para professores, em libras e braile, por exemplo.

8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, esta modalidade consolidou-se com influência das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. É regulamentada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996) e é um dos segmentos da Educação Básica que recebe repasse de verbas do FUNDEB.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades

culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

No Território Vale do Jaguaribe, existem 6.618 matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos, dentre os quais 5.477 são presenciais, 1.141, semipresenciais. É possível identificar a partir da tabela 24, que as matrículas estão concentradas na zona urbana, representando 79,28% no Microterritório I, 51,73% no Micro II, e 65,56% no Micro III. Existem exceções a essa tendência nos municípios de Potiretama, no Micro II, Jaguaribara e Pereiro no Micro III, onde as matrículas estão concentradas na zona rural.

Segundo a modalidade, as matrículas estão concentradas na presencial. As matrículas semipresenciais representam somente 17,24% do total do Território e estão localizadas predominantemente nas zonas urbanas nos municípios de Limoeiro do Norte, no Micro I, Alto Santo e Iracema no Micro II, e Jaguaribe no Micro III.

Tabela 23: Educação de Jovens e Adultos- presencial e semi-presencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia)

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi Presencial	Integrado a EP	
MICRO TERRITÓRIO I						
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	228	715	0	943
	Municipal	Rural	83	0	0	83
		Urbana	166	0	0	166
Total:			477	715	0	1.192
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	363	0	0	363
	Municipal	Rural	153	0	0	153
		Urbana	675	0	0	675
Total:			1.191	0	0	1.191
PALHANO	Estadual	Urbana	38	0	0	38
	Municipal	Rural	85	0	0	85
		Urbana	71	0	0	71
Total:			194	0	0	194
QUIXERE	Estadual	Urbana	50	0	0	50
	Municipal	Rural	32	0	0	32
		Urbana	105	0	0	105
Total:			187	0	0	187
RUSSAS	Estadual	Urbana	467	0	0	467
	Municipal	Rural	242	0	0	242

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi Presencial	Integrado a EP	
		Urbana	193	0	0	193
Total:			902	0	0	902
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	67	0	0	67
		Urbana	25	0	0	25
Total:			92	0	0	92
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	162	0	0	162
	Municipal	Rural	190	0	0	190
		Urbana	0	0	0	0
Total:			352	0	0	352
Total do Micro I			3395	715	0	4.110
MICRO TERRITÓRIO II						
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	93	28	0	121
		Urbana	87	0	0	87
Total:			180	28	0	208
ERERE	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	190	0	0	190
		Urbana	70	0	0	70
Total:			260	0	0	260
IRACEMA	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	171	73	0	244
Total:			171	73	0	244
POTIRETAMA	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	164	0	0	164
		Urbana	108	0	0	108
Total:			272	0	0	272
Total do Micro II			883	101	0	984
MICRO TERRITÓRIO III						
JAGUARETAMA	Estadual	Urbana	36	0	0	36
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
Total:			36	0	0	36
JAGUARIBARA	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	74	0	0	74
		Urbana	34	0	0	34
Total:			108	0	0	108
JAGUARIBE	Estadual	Urbana	107	325	0	432
	Municipal	Rural	215	0	0	215
		Urbana	321	0	0	321
Total:			643	325	0	968

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi Presencial	Integrado a EP	
PEREIRO	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	236	0	0	236
		Urbana	176	0	0	176
Total:			412	0	0	412
Total do Micro III			1199	325	0	1524
Total do Território Vale do Jaguaribe			5477	1141	0	6618

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à EJA Integrada à EP, não existe matrícula no Território. Portanto, seria necessário investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante.

8.2.6 Ensino Superior

Este nível de ensino engloba os cursos de formação profissional posteriores ao Ensino Médio, como aqueles oferecidos por universidades, faculdades, institutos tecnológicos, escolas politécnicas. No Território Vale do Jaguaribe, são oferecidos cursos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), Universidade Luterana do Brasil - ULBRA e Universidade Anhanguera – UNIDERP. Essas instituições estão concentradas principalmente nos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Jaguaribe.

A categoria Educação a Distância (EAD) está se desenvolvendo e ampliando sua oferta no estado, em que se destaca a Universidade Aberta do Brasil. Outra categoria que possibilitou a oferta de cursos de ensino superior no interior do estado foi a de regime especial, em que as aulas acontecem nos finais de semana e meses de férias. Nesse sentido, a Universidade Estadual Vale do Acaraú possui pólos por meio de institutos da rede particular em diversos municípios localizados no território em questão.

O comitê ressaltou a necessidade de aumentar o acesso ao ensino superior e garantir a permanência dos alunos nessas instituições. Além disso, seria também interessante ofertar refeições aos alunos de ensino superior que se deslocam de suas cidades àquelas onde estão situados os cursos.

Para os informantes, é interessante também a criação de um curso de educação física para possibilitar a formação de profissionais na área, com disciplinas direcionadas para a atuação com pessoas portadoras de necessidades especiais.

8.3 Infraestrutura educacional

Outro aspecto importante que deve ser abordado sobre a educação é a infraestrutura oferecida. Ela está relacionada à qualidade de ensino, já que ela revela a concentração de alunos por sala, por escola ou por zona de moradia, a existência de estabelecimentos como Bibliotecas, laboratórios de estudo, quadras de esporte ou se há merenda escolar.

Com relação ao Ensino Fundamental no Território Vale do Jaguaribe, 65,33% das escolas estão na zona rural, enquanto 37,77% dos alunos estão matriculados nessa zona nesse nível de escolaridade. Esses números revelam que a grande maioria das matrículas encontra-se nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à distribuição dos alunos nas escolas e se aquelas das zonas urbanas têm capacidade de atender essa demanda.

O maior número de escolas se encontra nas zonas rurais da rede municipal, mas apresentam escassez de equipamentos socio educativos e culturais. Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na tabela, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido da quadra de esporte, do laboratório de informática e da biblioteca, sendo esta a mais freqüente nas escolas. Em relação aos equipamentos, as escolas localizadas em zonas urbanas se encontram em melhores condições.

Os informantes dos comitês ressaltaram a importância da distribuição equitativa de escolas na zona rural, fazendo destas centros de excelência educacional.

Estas instituições de Ensino Fundamental deveriam apresentar espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos, que aprendem por meio de jogos lúdicos e corporais, do uso de instrumentos e outras atividades extra-classe os conhecimentos trabalhados em sala de aula. Além desses espaços, são também interessantes as brinquedotecas, os parquinhos, as hortas, plantações em mandalas e outros tipos de atividades em áreas livres, para unir o conhecimento formal às atividades lúdicas.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois são meios de formação de leitores e, conseqüentemente, escritores competentes nesta etapa de aprendizagem. A partir da literatura, é possível realizar atividades também ligadas à cultura, como o teatro, a dramatização, a música, as artes em geral, além de possibilitar a disseminação da tradição local. É necessária para tal a efetivação das políticas de incentivo à leitura, além da capacitação de professores nesse sentido, para que a infraestrutura construída seja eficientemente utilizada.

O Programa Arca das Letras é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, consistindo em uma pequena biblioteca rural, onde comunidades dessa zona de moradia são beneficiadas com o móvel, com arca e livros em diversas áreas de estudo, possibilitando aos trabalhadores, jovens, mulheres e demais públicos beneficiários o acesso a fontes de informações e entretenimento no meio rural.

Como exemplos de outros programas do governo que enriqueceriam a infraestrutura e a qualidade educacional estão o Proinfo, o Programa Nacional de Informática na Educação, que tem o objetivo de introduzir o uso das tecnologias de informação e ecomunicação nas escolas da rede pública. Além do PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola, com a aquisição de livros pelo governo para as escolas.

Em relação à merenda escolar, todas as escolas públicas recebem-na, como está demonstrado na tabela 27. Não acontece o mesmo em relação às escolas particulares, onde se observa praticamente a ausência da merenda.

Os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas, com o auxílio do Conselho da Merenda Escolar (CAE) para a aquisição da merenda. Existe um só cardápio para todas as escolas, mas varia de acordo com o nível de ensino

e da necessidade de cada comunidade. Diversos produtos são adotados, dentre industrializados e provenientes da agricultura familiar (esta fonte obedece a um mínimo de 30%, como é defendido legalmente).

O comitê observou a necessidade de cuidados com a higienização dos alimentos provenientes da agricultura familiar, bem como seu acondicionamento e manejo no transporte e entrega nas escolas.

Tabela 24: Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com) Laboratório de informática e de ciências - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos					
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda	
					Informática	Ciências			
MICRO TERRITÓRIO I									
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1	
	Municipal	Rural	11	6	5	0	4	11	
		Urbana	11	7	3	0	1	11	
	Total:			22	13	8	0	5	22
	Privada	Rural	1	1	0	0	0	1	
		Urbana	8	8	5	4	5	0	
	Total:			9	9	5	4	5	1
Total:			32	23	14	5	11	24	
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	1	0	1	1	1	1	
	Municipal	Rural	28	3	0	0	4	28	
		Urbana	16	8	3	0	8	16	
	Total:			44	11	3	0	12	44
	Privada	Urbana	4	4	2	0	1	0	
Total:			49	15	6	1	14	45	
PALHANO	Municipal	Rural	6	0	0	0	2	6	
		Urbana	4	2	1	0	1	4	
	Total:			10	2	1	0	3	10
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	1	
Total:			11	2	1	0	3	11	
QUIXERE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1	
	Municipal	Rural	6	1	5	0	2	6	
		Urbana	7	3	3	0	6	7	
	Total:			13	4	8	0	8	13
	Privada	Urbana	2	1	1	0	1	1	
Total:			16	6	10	1	10	15	
RUSSAS	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2	2	
	Municipal	Rural	24	19	24	0	11	24	
		Urbana	11	9	4	0	8	11	

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Total:		35	28	28	0	19	35
	Privada	Urbana	6	4	1	1	3	0
Total:			43	34	31	2	24	37
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	10	3	0	0	3	10
		Urbana	2	1	1	0	2	2
	Total:		12	4	1	0	5	12
Total:			13	5	2	1	6	13
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	2	2	2	0	2	2
	Municipal	Rural	11	3	0	0	0	11
		Urbana	5	1	2	0	0	5
	Total:		16	4	2	0	0	16
	Privada	Urbana	5	5	3	0	2	1
Total:			23	11	7	0	4	19
Total Micro I			187	96	71	10	72	164
MICRO TERRITORIO II								
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	21	3	3	0	0	21
		Urbana	5	4	5	0	3	5
	Total:		26	7	8	0	3	26
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			28	9	9	1	4	27
ERERE	Municipal	Rural	12	0	2	0	0	12
		Urbana	2	1	0	0	0	2
Total:			14	1	2	0	0	14
IRACEMA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Municipal	Rural	8	0	0	0	0	8
		Urbana	7	3	2	0	1	7
	Total:		15	3	2	0	1	15
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			18	5	4	2	2	17
POTIRETAMA	Municipal	Rural	10	1	0	0	0	10
		Urbana	1	1	1	0	1	1
Total:			11	2	1	0	1	11
Total Micro II			71	17	16	3	7	72
MICRO TERRITORIO III								
JAGUARETAMA	Estadua l	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	21	1	6	0	1	21
		Urbana	2	2	2	0	1	2
	Total:		23	3	8	0	2	23
	Privada	Urbana	2	2	2	0	0	1

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Total:			26	6	11	1	3	25
JAGUARIBARA	Municipal	Rural	12	0	2	0	3	12
		Urbana	2	1	1	0	1	2
	Total:		14	1	3	0	4	14
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
Total:			15	2	4	0	4	14
JAGUARIBE	Municipal	Rural	60	2	2	0	0	60
		Urbana	13	6	6	0	3	13
	Total:		73	8	8	0	3	73
	Privada	Urbana	4	3	2	0	2	0
Total:			77	11	10	0	5	73
PEREIRO	Municipal	Rural	21	4	1	0	14	21
		Urbana	4	4	4	0	4	4
Total:			25	8	5	0	18	25
Total Micro III			143	27	30	1	30	137
Total do Território Vale do Jaguaribe			401	140	117	14	109	373

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à infraestrutura do Ensino Médio, o número de escolas está concentrada na zona urbana, assim como as matrículas, que não são contabilizadas na zona rural. É necessário, portanto, uma avaliação quanto à capacidade das escolas localizadas nesta zona de moradia que também recebem os alunos provenientes da zona rural.

Para realizar a locomoção dos estudantes, é importante também a qualidade do transporte escolar, que se dá muitas vezes de forma precária, com D-20 ou pau-de-arara, como são conhecidas. Seria necessário efetivar projetos como “Caminho da Escola”, para adquirir ônibus escolar, e o “Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar” (PNATE).

A merenda escolar também está presente em todas as escolas públicas no Território do Vale do Jaguaribe, como é possível verificar na tabela 28.

Os comitês observaram a necessidade de implantar escolas capacitadas na zona rural com quadras esportivas, salão de jogos como xadrez, tênis de mesa, além de escolinhas de esporte, com a devida assistência e acompanhamento dos familiares e os profissionais das escolas.

Tabela 25: Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática de ciências) - por dependência administrativa e Zona de moradia.

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
MICRO TERRITÓRIO I								
LIMOEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Privada	Urbana	2	2	2	2	2	0
MORADA NOVA	Estadual	Urbana	2	1	2	2	2	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
PALHANO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
QUIXERE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	1
RUSSAS	Estadual	Urbana	4	4	4	3	4	4
	Privada	Urbana	1	1	1	1	1	0
SAO JOAO DO JAGUARIBE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
TABULEIRO DO NORTE	Estadual	Urbana	3	3	3	2	2	3
	Privada	Urbana	2	2	2	0	1	1
Total do Micro			21	20	21	15	19	16
MICRO TERRITÓRIO II								
ALTO SANTO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
ERERE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
IRACEMA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
POTIRETAMA	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
Total do Micro II			5	5	5	4	3	5
MICRO TERRITÓRIO III								
JAGUARETAMA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
JAGUARIBARA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
JAGUARIBE	Estadual	Urbana	4	4	4	3	2	4
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
PEREIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Total Micro III			8	8	8	6	5	7
Total do Território Vale do Jaguaribe			34	33	34	25	27	28

Fonte: SEDUC, 2009.

8.4 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça

os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 26 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 26: Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local, além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que, em alguns municípios, este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Por isso a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade. Os informantes das oficinas também ressaltaram o interesse do território em criar um comitê para discutir os temas de esporte e lazer.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí. Alguns grupos, porém, criticam a violência praticada contra os animais nessas competições.

Outra festa bastante popular não só no Território Vale do Jaguaribe, mas em todo o Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião de dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e

folhagens é feito e representará Judas (ou outro personagem de má popularidade da época). Então, em um dia específico da Semana Santa, no Sábado de Aleluia, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Nas manifestações de cunho religioso os festejos dos padroeiros, procissões, novena, orações entre grupos da Igreja Católica e romarias, são acontecimentos que já fazem parte do calendário do Território, como exemplos, podemos citar a homenagem a São João Batista em São João do Jaguaribe e em Morada Nova a Romaria do Divino Espírito Santo. Todo Dezembro há romaria dos motoqueiros de Jaguaribara para Canindé. Há também a festa da padroeira de Santa Luzia na comunidade do Espinho de Limoeiro do Norte, a festa da luz em Jaguaribe pela Nossa Senhora das Candeias, e destaque para a padroeira do território Nossa Senhora da Conceição em Jaguaretama, Limoeiro do Norte, Quixeré e Jaguaribara, esta com dois padroeiros: Santa Rosa de Lima e São Gonçalo.

No território existem ainda o crescimento e participação da população em outras religiões e igrejas, como Assembléia de Deus, Testemunha de Jeová, Igreja Batista, Igreja Universal, Candomblé e Umbanda. Outro destaque relacionado à religião da região está no Espiritismo, já que uma importante personagem ligada a ele nasceu em Jaguaretama: o médico Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti.

Dentre as expressões de identidade cultural, ocorre no território: Festival de Sanfoneiros em Limoeiro do Norte, a festa do vaqueiro em Morada Nova, festa dos caminhoneiros em Tabuleiro do Norte, festival de quadrilhas, Encontro Mestres do Mundo da Cultura Popular nas Categorias do Sagrado, Corpo, Mãos, Oralidade e Ancestralidade, o Festival Internacional de Trovadores e Repentistas em Limoeiro do Norte e o Festival de Teatro do Vale do Jaguaribe (Festa Vale). As expressões de identidade cultural por meio do artesanato têm destaque em alguns dos municípios como: a partir do barro em Limoeiro do Norte e Russas; da palha em Palhano; do bordado filé em Jaguaribe e do ponto cruz em Jaguaribara.

O Museu do Vaqueiro e da Arte em Couro ressalta, em Morada Nova, a tradição da cultura da pecuária e a sua história concretizada nas peças da exposição. Existem vários parques de vaquejada, parques de exposição

agropecuários e grandes mestres da arte em couro que perpetuam a história e a arte. Assim Morada Nova representa a “terra do vaqueiro”.

Quanto aos esportes, o comitê destacou a necessidade de um complexo esportivo no Território, com pista de atletismo, piscina semi-olímpica, ginásio poliesportivo, sala de musculação, etc. Além disso, para haver uma interação com as escolas, seria interessante resgatar os jogos escolares, conhecidas como Olimpíadas do Vale.

Outros equipamentos culturais dentro do Território são as Rádios Comunitárias, as Bibliotecas Municipais, o Centro de Inclusão Digital, os Centros Culturais, Pontos de Cultura, Casas de Memória, Praças, Pólos de Eventos e Parques Infantis. Os municípios possuem ainda associações culturais, capelas e salões paroquiais.

Quanto à infraestrutura relacionada aos aspectos culturais, é possível verificar por meio da tabela 30 a existência de Bibliotecas Públicas em todos os municípios do Território Vale do Jaguaribe, o que revela um certo investimento do poder público de forma homogênea nesse sentido.

Existe, porém, uma precariedade de teatros oficiais e a pequena quantidade de museus, estes concentrados principalmente no Micro I. Esses equipamentos podem ser importantes meios para a difusão e manifestação da cultura e tradição local.

Tabela 27: Bibliotecas públicas municipais, teatros e museus, bandas de música e bandas de música do Projeto Pró-Bandas, segundo os micro territórios – Ceará – 2008.

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
MICRO TERRITORIO I					
Limoeiro do Norte	1	-	3	1	-
Morada Nova	1	-	1	1	-
Palhano	1	-	-	1	-
Quixeré	1	-	-	1	-
Russas	1	1	2	2	-
São João do Jaguaribe	1	-	-	1	1
Tabuleiro do Norte	1	-	2	1	-
Total Micro I	7	1	8	8	1
MICRO TERRITORIO II					

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
Alto Santo	1	-	-	1	-
Ererê	1	-	-	1	-
Iracema	1	-	-	1	-
Potiretama	1	-	1	1	1
Total Micro II	4		1	4	1
MICRO TERRITORIO III					
Jaguaretama	1	-	1	1	-
Jaguaribara	1	-	-	1	-
Jaguaribe	1	-	-	3	-
Pereiro	1	-	-	1	-
Total Micro III	4	-	1	6	-
Total Território Vale do Jaguaribe	15	1	10	18	2

Fonte: Anuário estatístico 2009.

a) Micro Território I

No Micro Território I do Vale do Jaguaribe é possível destacar a existência de uma academia de Letras, a Academia Limoeirense de Letras (ALL), a Biblioteca Municipal Dr. João Eduardo Neto e o Núcleo de Informação Tecnológica (NIT) com museu. Este núcleo possui um pólo também no município de Quixeré e tem o objetivo de oferecer suporte às instituições educacionais de pequenos municípios, através da prestação de serviços nas áreas de inovação e do fornecimento de informações, nos campos do ensino, da ciência e da tecnologia, proporcionando cultura e entretenimento e transferindo tecnologias voltadas para a complementação da educação do ensino básico.

Também em Limoeiro existem quiosques digitais chamados de “Farol do Saber”, que são equipados com computadores e distribuídos em praças, escolas e outros espaços públicos, com acesso gratuito à internet. Esse tipo de equipamento possibilita a ampliação de matrículas no sistema de Educação a Distância, por exemplo, além de ser um meio de conhecimento das diferentes culturas.

Em Limoeiro do Norte também existem grupos de danças folclóricas, quadrilhas juninas, repentistas e artesãos que trabalham com cantaria (ou arte

de lavrar em pedras, com esculturas ou acabamento de móveis), cerâmica e palha de carnaúba.

Um dos principais eventos no município de Morada Nova é a Festa do Vaqueiro, organizada pela Associação dos Vaqueiros. Esta associação é a mais antiga do Brasil, com 67 anos de existência. Foi também nesse mesmo município que houve a primeira vaquejada do Brasil, em 1843, de forma que a festa tradicional de vaquejada no mês de junho é destaque no Micro Território.

Como patrimônios materiais, o município conta com o Prédio Vicentino, o Edifício Honorato, o Prédio da Legião e o Museu do Vaqueiro.

No município de Quixeré, há 30 anos é realizada a Feira de Artesanato municipal no mês de setembro. Outro destaque é a quadrilha de bonecos gigantes, feitos pelo artista Antônio Manoel Filho, e o carnaval na barragem. Como patrimônios materiais da cidade, destacam-se a Igreja Matriz e o Mercado Público.

Em Russas, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude foi premiada pela quarta vez com o Selo de Responsabilidade Cultural. O Selo é promovido pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado com o fim de promover o reconhecimento público às pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que comprovadamente apoiem o desenvolvimento das ações culturais direcionadas ao engrandecimento cultural do estado.

Em Russas também existe a Academia Rossana de Cultura e Arte (ARCA), que tem o objetivo de divulgar, pesquisar e incentivar as culturas populares e literárias do município e da região, com destaque para o Bumba-meu-boi, reisado, pastoril, congo, maneiro pau, cordel, poesia, cultura da palha, do barro e do couro, dentre outros. A ARCA funciona no prédio histórico do Centro Cultural no município.

Dentre as manifestações populares estão as tradicionais congadas (festa sincrética que mescla os cultos cristãos com africanos, ocorre normalmente na época das festividades de Nossa Senhora do Rosário), as cavalhadas (ocorriam durante as Festas do Divino, com desfiles a cavalo, recriando as batalhas entre portugueses e mouros), o Bumba-meu-boi, cujos grupos de destaque são o “Boi Pai do Campo” e o “Bumba-meu-boi Russano”,

da localidade rural de São João de Deus. O município de Russas também é conhecido como a Terra da Laranja Doce.

Em Tabuleiro do Norte são destaques a Festa do Hawaii, em janeiro, que consiste em um baile tradicional nos salões da Associação Recreativa Tabuleirense e ou “Carnaval de Novo para o Povo”, carnaval popular no complexo turístico “Passagem Molhada” durante o dia e a noite na Praça do Gulas e Goles, também conhecido como “Carnaval no Rio e na Praça”.

b) Micro Território II

As festas do padroeiro de Ererê, Bom Jesus da Agonia, são muito conhecidas e comemoradas no início de janeiro, com novenas e festas. Nesse período muitos filhos dessa terra retornam à sua terra natal para rever familiares e participar dos eventos, além dos habitantes locais e dos arredores que também comparecerem.

Iracema possui um dos principais atrativos naturais: a Serra Vermelha. A cidade é banhada pelo rio Figueiredo; pelos riachos das Flores, do Aimoré, Bom Sucesso, Jatobá e pelos açudes Mansinho e Ema. Estes pontos ajudam a formar o cenário de paisagens naturais locais. Em Iracema nasceu o famoso José Cardoso de Moura Brasil, médico especialista em oftalmologia, com inúmeros trabalhos publicados, que foi presidente da Policlínica Brasileira.

São belezas naturais de Potiretama os riachos Seco, Bom Jardim, Fechado e Milagres, a Serra da Caatinga e o Serrote ou Morro Jaguaribe.

c) Micro Território III

Em Jaguaretama é possível observar algumas manifestações culturais como o forró pé-de-serra, as vaquejadas, os caretas, as toadas de viola, as festas juninas, dos santos São João e São Pedro e o Festival das Quadrilhas. No dia 8 de dezembro é comemorado o dia da padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição, quando a cidade fica em festa por muitos dias, com feirinha na praça principal e apresentações musicais.

Outro feriado bastante comemorado é o dia do município, 29 de agosto, quando os jagaretamenses costumam participar de vários eventos culturais na semana comemorativa da emancipação política do Município, com shows de calouros, exposições, mostras, feiras, apresentação de talentos da terra, entre outros.

Dentre os principais estabelecimentos sócio-culturais do município, é possível destacar: dois Clubes dançantes, sendo um agregado a um Parque de Vaquejada; um Centro Paroquial de Formação; um Auditório, um Centro de Apoio ao Idoso; uma praça no centro da Cidade, principal local de encontro e lazer. Além destes, as escolas públicas também representam espaços sócio culturais, geralmente utilizados nos finais de semana, e possibilitam oportunidades de enriquecimento cultural para crianças e jovens.

Na área de esporte, Jagaretama dispõe de poucos espaços adequados para a sua prática, todavia os poucos existentes são bastante utilizados, dentre as diversas modalidades destacamos, futebol de campo, atletismo, futebol, voleibol masculino e feminino, em apenas um campo de futebol oficial e duas quadras poliesportivas, ambos situadas na sede do Município. As escolas de Jagaretama vêm, principalmente nos últimos quatro anos, incentivando a prática desses esportes bem como de outros considerados de grande importância para o desenvolvimento psicossocial e motor de crianças e jovens.

No início da gestão municipal de 2005, a Secretaria de Educação Cultura e Desporto foi dividida, sendo criada a Secretaria de Esporte e da Juventude, a qual vem desenvolvendo um amplo apoio a diversas atividades esportivas, com ênfase para o Atletismo, o FUTSAL, o Futebol de Campo, por meio de Campeonatos e Torneios, além de outros esportes coletivos. A contratação de profissionais para a prática de esportes em algumas modalidades é outra ação inovadora na área do esporte.

No tocante aos aspectos turísticos, Jagaretama apresenta um potencial valioso de belezas naturais e artificiais com o advento da Barragem Padre Cícero, mais conhecida como Castanhão, tendo em vista seu espelho d'água ganhou um potencial turístico ainda pouco explorado. O Pólo de Divulgação Espírita Bezerra de Menezes – PODEBEM, constitui-se do principal ponto turístico do Município, o qual agrega um Centro de Divulgação Espírita,

uma Escola de Ensino Fundamental e Médio de qualidade, com Laboratório de Informática, o Museu do Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, uma Fábrica de Redes e um Mini-zoológico.

Nova Jaguaribara é o primeiro município planejado do Ceará inaugurado em 2001 com o objetivo de substituir a cidade de Jaguaribara, que ficou submersa com a construção do açude do Castanhão. A igreja matriz da cidade foi construída similar à original, porém, as casas seguiram uma nova planta. As festas populares do município são a Festa de São Gonçalo, a Festa de São Vicente Ferrer, ambas em janeiro, Dia do Município, em 9 de março, Festa da Padroeira Santa Rosa de Lima e vaquejada em setembro.

O artesanato no município de Jaguaribe é destacado com o filé e ponto-cruz. As edificações mais importantes do município são a Igreja Nossa Senhora das Candeias (1863), a Capela de Santo Antônio (1773), a Capela de Nossa Senhora de Santana, a sede da Prefeitura Municipal, o Palácio da Intendência (século XIX) e a Casa Curralinho (construída pelos escravos). Além disso, a Capela de São Vicente, o Casarão do Trigueiro e a Casa de Farinha e Engenho são lugares que também chamam atenção pela sua arquitetura antiga.

O município participou do Projeto Mestres da Cultura, da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT), com duas artesãs, um repentista e um grupo de "Maneiro Pau". A quadrilha junina Arraiá Xique-Xique vem recebendo desde o ano passado o apoio da administração municipal, inclusive nas apresentações em outros municípios.

Através da Secretaria da Cultura e Turismo, Jaguaribe participou do Congresso Nordestino de Folclore e do 1º Encontro dos Mestres do Mundo, que aconteceu em Limoeiro do Norte, no mês de agosto de 2005, nas categorias de renda de filé e queijo. Também deu apoio ao ônibus itinerante da Secult, que cadastrou agentes culturais locais.

Em Jaguaribe existem mais de 40 mil cabeças de gado leiteiro. Por dia, são produzidos 60 mil litros de leite, 90% são transformados em queijo, que influencia a economia da região. Por isso, Jaguaribe é conhecida nacionalmente pelo título "a terra do queijo de coalho".

O esporte em Jaguaribe tem uma vocação mais voltada para modalidades esportivas diferenciadas como karatê e vôlei, praticadas por

atletas amadores, o que aumenta o leque de participações dos jovens da sede, distritos e zona rural. Atividades como o Projeto Segundo Tempo, os Jogos Escolares, a Tabela do Basquete e os torneios de futebol de campo têm agitado o esporte no município.

O vôlei de praia é uma novidade que está empolgando os amantes do esporte. Uma arena foi montada para serem disputados os "Beach Volley" de Jaguaribe.

A equipe de Futsal participou dos jogos realizados pela Federação Cearense. Mais recentemente foi realizado no município o Campeonato Municipal Sub-20 de Futsal, com o objetivo de melhorar o nível dos atletas e renovar as equipes. E o basquete está classificado como o quinto na classificação estadual, tendo participado das competições realizadas pela Liga Cearense. Para manter os atletas motivados, a secretaria tem oferecido incentivos como aquisição de material esportivo e de um bebedouro público para o Ginásio Cel. Idalécio Nogueira Diógenes, atendendo a uma antiga reivindicação.

Sobre os eventos culturais do Território Vale do Jaguaribe, segue uma lista com o calendário por município, organizados por Micro Território.

Tabela 28: Calendário de eventos do Território Vale do Jaguaribe

CALENDÁRIO DE EVENTOS	
MICRO TERRITÓRIO I	
LIMONEIRO DO NORTE	Dia do Município (30/06) Vaquejada (julho/móvel) Chitão do Corujão Festa da Padroeira Mês Mariano (maio) Festa de São Pedro (25/06) Festa de Nossa Senhora da Conceição (08/12)
MORADA NOVA	Festa do Divino (entre final de maio e começo de junho) Domingo de Pentecoste Festa do Vaqueiro (junho) Novafolia - Carnaval de rua (fevereiro).
PALHANO	Dia do Município (08/05) Festa da Padroeira (08/12) Festa de São João e São Pedro (23 a 29/06)
QUIXERÉ	São José (19/3) Nossa Senhora de Fátima (13/5) Dia do Município (15/5) Vaquejada (7 e 8/7) Festa da Padroeira (8/12)

CALENDÁRIO DE EVENTOS	
RUSSAS	Festa do Coração de Jesus (móvel) Festa de São Sebastião (20/01) Festa de São José (19/3) Festa de Nossa Senhora de Fátima (01 a 31/5) Festa do Beato Anchieta (09/06) Festa de Santo Antônio (13/7) Festa de São Pedro (29/7) Vaquejada (21 e 22/7) Semana do Município (31/07 a 6/8) Festa de Nossa Senhora das Dores (15/9) Festa da Padroeira (07/10)
SAO JOAO DO JAGUARIBE:	Vaquejada (14/4) Festa do Padroeiro (24/6) Dia do Município (13/9)
TABULERIO DO NORTE	Semana do Município (3 a 8/6) Vaquejada (agosto) Festa de Nossa Senhora da Saúde (15/8) Festa da Padroeira (8/9) Festa de São Francisco (4/10)
MICRO TERRITORIO II	
ALTO SANTO	Festa da padroeira – Menino de Deus (01 a 09/01) ERERÊ Não existe informação cadastrada.
IRACEMA	Dia do Município (31/03) Festa de Nossa Senhora do Carmo (07 a 16/7) Festa de Santa Margarida (16/10) Festa da Padroeira (08/12)
POTIRETAMA	Festa do Padroeiro (8/12)
MICROTERRITORIO III	
JAGUARETAMA	Vaquejada - (móvel) Festa de São José - (19/03) Semana do Município - (26 a 30/08) Festa da Padroeira - (08/12) Festa de Santa Luzia - (13/12)
JAGUARIBARA	Festa de São Gonçalo (10/01) Festa de São Vicente Férrer (20/01) Dia do Município (09/03) Festa da Padroeira (30/08) Vaquejada (setembro)
JAGUARIBE	Festa da Padroeira (02/02) Vaquejada (agosto) Festa de São Pedro (29/06) Dia do Município (20/12) Festa de Santo Antônio (13/06)
PEREIRO	Semana do Município (26 a 30/8) Festa de São Vicente de Paulo (16/7) Festa dos Padroeiros (27/09) Festa de São Judas Tadeu (28/10)

Fonte: APRECE, on line, 2010.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobertura de matrícula da educação de 6 a 14 anos; 2. Riqueza das manifestações culturais; 3. Teatro Márcio Mendonça; 4. Movimento teatral do Vale do Jaguaribe “Mergulho Teatral”; 5. Alta taxa de matrículas; 6. Aumento do IDEB. 7. Cobertura vacinal de 0 a 5 anos; 8. Alta taxa de sistema de abastecimento de água tratada; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobertura de educação infantil (0 a 3 anos); 2. Infraestrutura precária; 3. Baixo incentivo e linhas de crédito para financiar os programas culturais; 4. Deficiência de equipamentos do teatro e divulgação; 5. Infraestrutura deficiente e recursos públicos escassos; 6. Nº insuficiente de escolas e as existentes superlotadas; 7. Número de bibliotecas, laboratórios de informática e laboratório de ciências é insuficiente para atender a demanda dos municípios do território;
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com ONGs e maior integração com as famílias; 2. Avaliações externas; 3. Compromisso com o cumprimento das metas; 4. Utilização dos recursos do PAC; 5. Editais do Ministério da Cultura, abre oportunidades para elaboração de projetos de fortalecimento da cultura; 6. Ser um instrumento para viabilizar as expressões artísticas e culturais; 7. Formação e troca de experiências entre 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exploração do Trabalho infantil; 2. Migração das famílias do território para outros centros; 3. Não capacitação dos profissionais tem acarretado na obtenção de mão de obra qualificada, principalmente para as empresas de fora do território; 4. Burocracia junto à Caixa Econômica Federal tem emperrado a liberação dos

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
<p>os grupos – utilizar o potencial cultural do Vale;</p> <p>8. Ensino à Distância para formação de professores;</p> <p>9. Critérios paritários para captação de recursos-públicos;</p> <p>10. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e da Fundação Municipal de Educação (FME) possibilitou a entrada de mais recursos na educação;</p> <p>11. Escolas profissionalizantes.</p>	<p>projetos em tempo hábil;</p> <p>5. Difícil acesso aos recursos públicos escassos;</p> <p>6. Visão não profissional dos artistas pela sociedade;</p> <p>7. Migração das famílias e nas áreas de fronteiras transporte escolar de melhor qualidade no município vizinho;</p> <p>8. Extinção das estruturas com uso para outros fins com corpo insuficiente de funcionários</p>

Quadro 11: Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional.

Fonte: Relatório das Oficinas Territoriais, Comitês de Educação, Saúde, Cultura e Ações Sociais, 2010.

Parte II b
DIMENSÃO AMBIENTAL
Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

O Território é fortemente marcado pela presença do Rio Jaguaribe em toda a sua dimensão e destaca-se pela dinâmica produtiva agrícola possibilitada pelas terras férteis da Chapada do Apodi e planícies aluvionais. Exibe também as Depressões Sertanejas, Maciços Residuais e Planícies Fluviais.

A Chapada do Apodi é um dos relevos mais antigos do Nordeste, faz fronteira com o Rio Grande do Norte. Sua fertilidade favorece o cultivo até de plantas adversas ao clima local, como uva, ata, figo e mamão papaia.

O clima predominante no Território é o Tropical quente semi-árido, mas também apresenta nas regiões serranas o clima Tropical quente subúmido. A vegetação predominante é a caatinga arbustiva aberta.

11.1 Unidades de conservação por grupo

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas, são eles: Unidades de Proteção integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção integral são compostas pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As Unidades de Conservação são representadas pela Estação Ecológica do Castanhão, com 12,625 ha, localizada nos municípios de Jaguaribara, Alto Santo e Iracema. A Estação foi criada durante a construção da barragem do Açude Castanhão, com o objetivo de proteger e preservar amostras do ecossistema da Caatinga, e possibilitar o desenvolvimento de pesquisas científicas e programas de educação ambiental. A vegetação nativa é hiperxerófila com porte arbustivo e densidade tendente à aberta, as principais espécies encontradas são: jurema preta (*Mimosa acutipula*) e o marmeleiro (*Croton sp*). A fauna é representada por pássaros, répteis e mamíferos e o órgão gestor de tal área é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Além de tal UC ainda existe no território o interesse pela criação de uma APA em Tabuleiro do Norte no local conhecido como Parque Ecológico Olho D'água, tal APA teria como objetivo a proteção de duas nascentes conhecidas na região como olho d'água dos currais e corrente.

11.2 Áreas prioritárias para preservação

O território apresenta muitas áreas que por lei devêm ser protegidas, como ocorre com as matas ciliares que exercem um papel fundamental na proteção dos rios, funcionando como uma esponja. A Mata Ciliar não só protege os rios como evita o ressecamento do solo, a erosão e o desbarrancamento, mas também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies. A Mata Ciliar é protegida pela Lei 4.771, Novo Código Florestal. Segundo esta lei, a área de proteção das margens dos rios, varia de acordo com a largura do mesmo. Para

rios com 10 metros de largura, a lei estabelece uma área de proteção de 30 metros para cada margem. Para rios que possuem entre 10 e 50 metros de largura, a lei determina 50 metros de área protegida para cada margem. Para rios que possuem de 50 a 200 metros de largura a área protegida deve ser de 100 metros. Para rios com largura entre 200 a 600 metros a área da margem a ser protegida é de 200 metros e para rios com largura superior a 600 metros a faixa de proteção é de 500 metros para cada margem.

As matas ciliares do território estão quase que completamente extintas, tal ação antrópica de degradação vem ocasionando o assoreamento dos rios. É comum a retirada de areia dos leitos dos mesmos para a construção civil, bem como a prática regular da utilização das margens para pastoreio de animais, como para construção de residências. Próximo às cidades as margens são habitadas por casas que também não respeitam a área proteção permanente.

No território existem diversas empresas construídas as margens do rio Jaguaribe. Segundo fontes primárias em Limoeiro do Norte a Estação de Tratamento de Esgoto encontra-se dentro de uma APP.

No território, porém além das áreas de preservação permanente existem outras áreas consideradas prioritárias para preservação devido o seu valor ambiental. No território foram citadas como tais áreas: a Lagoa da Felipa e a Lagoa da Salina situada em Morada Nova, sendo que esta última já apresenta projeto de revitalização, o Rio Quixeré, que já apresenta estágio de eutrofização, a Lagoa da Catumbela, Lagoa da Caiçara e a Lagoa do Toco e a Lagoa dos Cavalos localizadas em Russas.

11.2.1 Terras Indígenas

As comunidades indígenas entram como áreas prioritárias para preservação devido à riqueza cultural que apresentam.

No território não existe nenhuma comunidade reconhecida ou em processo de reconhecimento pelo INCRA, porém segundo fontes primárias existe uma comunidade descendente de indígenas localizados na Lagoa do tapuio em Morada Nova, porém a mesma não encontra-se dentro de área de preservação permanente nem dentro de Unidade de Conservação.

11.2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombos

Essas comunidades são protegidas pelo decreto N° 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Tal documento decreta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombolas.

No Território Vale do Jaguaribe existem comunidades remanescentes de quilombos com a seguinte localização: Município de Ererê - duas comunidades, conhecidas como Serra dos Bastiões e Tomé Vieira; Município de Iracema - três comunidades, conhecidas como Bastiões, Bastiões Trindade e Serra dos Bastiões, onde na comunidade de Bastiões há uma estimativa de 175 famílias; Município de Jaguaretama - uma comunidade; Município de Jaguaribe - uma comunidade; Município de Morada Nova - uma comunidade; Município de Pereiro - quatro comunidades, conhecidas como Bastiões, Crioulos, Erecê e Trindade e Município de Russas - uma comunidade conhecida como Cabedelo do Nego.

11.2.3 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território

No território encontram-se algumas comunidades de pescadores artesanais. Em Morada Nova, por exemplo, encontramos a colônia de pescadores Z-70. Existem ainda no território algumas associações de Pescadores, como a de Jaguaribara e a de Iracema. Algumas dessas comunidades foram beneficiadas com a entrega de cozinhas industriais através do Ministério da Pesca.

Tais comunidades reivindicam ações de revitalização as margens do canal da integração.

Ainda existe uma comunidade de ciganos em Morada Nova que vivem alguns anos no território, saem e regressam novamente após alguns anos.

Tais comunidades ainda necessitam da construção de uma adutora para o abastecimento de água.

11.3 Biomas

A Caatinga é o Bioma predominante em todo Território. Ocupa uma área de 734.478 km² e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Isto significa que grande parte do patrimônio biológico dessa região não é encontrada em outro lugar do mundo. A Caatinga ocupa cerca de 7% do território brasileiro. Estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e norte de Minas Gerais.

A área total é de aproximadamente 1.100.000 km². O cenário árido é uma descrição da Caatinga - que na língua indígena quer dizer Mata Branca. Tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos, em torno de 500 a 700 mm anuais. Em certas regiões do Ceará, por exemplo, embora a média para anos ricos em chuvas seja de 1.000 mm, pode chegar a apenas 200 mm nos anos secos. A temperatura se situa entre 24 e 26 graus e varia pouco durante o ano.

A vegetação do bioma é extremamente diversificada, formação vegetal com características bem definidas: árvores baixas e arbustos que, em geral, perdem as folhas na estação das secas (espécies caducifólias), além de muitas cactáceas. Predomina a vegetação xerofíticas (formações vegetais secas), com extratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 m), caducifólias, com grande quantidade de plantas espinhosas, entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas.

A Caatinga apresenta dois tipos de vegetação a hipoxerófila (que tem maior porte e densidade, aparece nas faixas de menos rigor climático) e a hiperxerófila, que é a característica do Território, apresentando-se mais baixa e rala, bem como com maior quantidade de espécies espinhosas. Dentre algumas espécies vegetais no Território podemos encontrar: aroeira (*Astronium urundeuva*), pereiro (*Aspidosperma Pyriformium*), juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), pau-branco (*Auxemma onocalyx*) e sabiá (*Mimosa caesalpinifolia*). Algumas espécies cactáceas são: xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e macambira (*Bromelia laciniosa*).

A fauna na Caatinga revelam a existência de 40 espécies de lagartos, 7 espécies de anfíbenídeos (lagartos sem patas), 45 espécies de serpentes, 4 de quelônios, 1 de crocodiliano e 44 anfíbios. As espécies da fauna característica

são: a rolinha caldo-de-feijão (*Columbina talpacoti*), o anum-preto (*Crotophaga ani*), o teiú (*Tupinambis teguixim*), o sagui (*Mystax*), o casaca de couro (*Pseudoseisura cristata*), o bentevi (*Pitangus sulphuratus*), o sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*), entre outros (MAIA, 2004). Ainda segundo descrição da AQUASIS, possui espécies como gato maracajá, teiú, cotia, tatus, onça vermelha, dentre tantas outras espécies (AQUASIS, 2010).

A Caatinga possui extensas áreas degradadas, muitas delas incorrem, de certo modo, em risco de desertificação. A fauna da Caatinga sofre grandes prejuízos tanto por causa da pressão e da perda de hábitat como também em razão da caça e da pesca sem controle. Também há grande pressão da população regional no que se refere à exploração dos recursos florestais da Caatinga. Assim, carece de planejamento estratégico permanente e dinâmico com o qual se pretende evitar a perda da biodiversidade do seu bioma.

Ainda é comum no território, as margens do rio Jaguaribe a presença de carnaubais.

11.3.1 Características Geoclimáticas

No Território, o clima se divide em tropical quente semiárido, tropical quente subúmido e tropical quente semiárido brando.

O Clima tropical quente semiárido é caracterizado por escassez de chuvas e grande irregularidade em sua distribuição; baixa nebulosidade; forte insolação; índices elevados de evaporação, e temperaturas médias elevadas (por volta de 27°C). A umidade relativa do ar é normalmente baixa, e as poucas chuvas (de 250 mm a 750 mm por ano) concentram-se num espaço curto de tempo, provocando enchentes torrenciais. Mesmo durante a época das chuvas (novembro a abril), sua distribuição é irregular, deixando de ocorrer durante alguns anos o que provoca as secas.

O Clima tropical quente subúmido, com estação seca no inverno, é caracterizado pela ausência de chuvas de verão e sua ocorrência no "inverno" (que corresponde à estação chuvosa e não ao inverno propriamente dito, com índices pluviométricos por volta de 1.600 mm anuais).

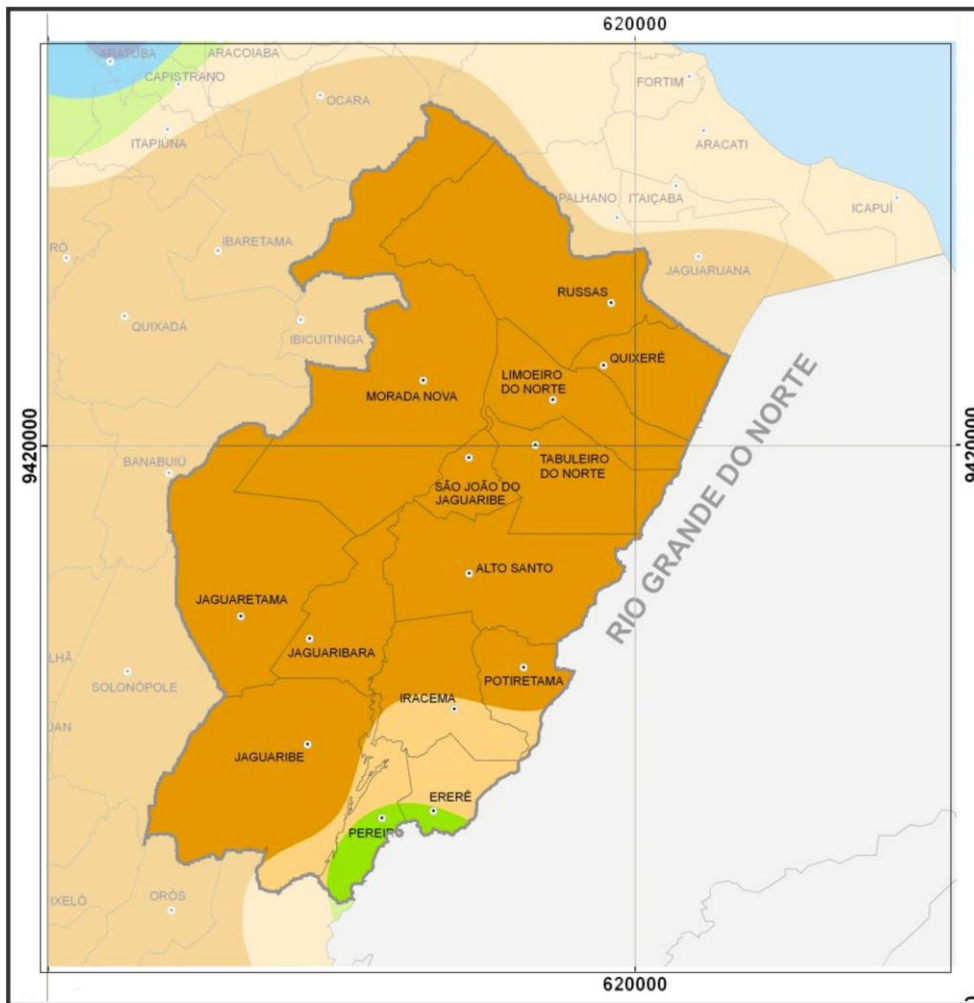
O Clima tropical quente semiárido brando, com uma pluviosidade entre 850 mm a 1.000 mm e chuvas concentradas de janeiro a abril, é ameno, diminuindo a temperatura entre junho e julho, a temperatura é superior a 24°C.

A temperatura média no Território fica entre 24°C a 28°C. O período chuvoso anual é de janeiro a abril.

O Ceará apresenta uma pluviosidade de 1.700 mm nas áreas serranas, no litoral entre 1.000 mm a 1.350 mm e no sertão entre 550 mm a 850 mm. No Território a pluviosidade total média dos municípios é de 819,4 mm, compondo a parte de sertão.

A Figura 5 apresenta os principais tipos de clima encontrados no território.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Tipos Climáticos



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Tropical Quente Semi-Árido
- Tropical Quente Semi-Árido Brando
- Tropical Quente Subúmido
- Tropical Quente Úmido
- Tropical Subquente Úmido

Escala



Orientação



Figura 5: Tipos de Clima encontrados no Território Vale do Jaguaribe

Fonte: Modificado do IPECE, 2010.

11.3.2 Características Geológicas

De um modo geral, a Geologia do Ceará pode ser dividida em duas grandes unidades distintas: o cristalino (embasamento), composto por rochas antigas e que ocupam cerca de 70%, e o sedimentar.

No Território do Vale do Jaguaribe encontram-se maciços cristalinos, que são blocos imensos de rochas muito antigas, as primeiras que apareceram na crosta terrestre. Constituídos de rochas cristalinas, do tipo magmático-plutônicas, formadas em eras pré-cambrianas, ou de rochas metamórficas, originadas de material sedimentar do Paleozóico, são extensões resistentes, estáveis, bastante desgastadas e geralmente associadas à ocorrência de minerais metálicos. As bacias sedimentares, também estão presentes no território, são depressões relativas, planos mais baixos encontrados nos escudos, preenchidos por detritos ou sedimentos das áreas próximas. Esse processo de deposição sedimentar deu-se nas eras Paleozóica, Mesozóica e Cenozóica e ocorre ainda hoje. As ocorrências de combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão e o gás natural estão associadas às áreas de bacias sedimentares (HUMPHREY, 1969).

11.3.3 Características Geomorfológicas

O relevo é representado por: Depressões Sertanejas, Chapada do Apodi, Maciços Residuais, Planícies Fluviais e Planícies Aluviais (FUNCEME/ IPECE, 2009). Os níveis altimétricos oscilam entre 100 e 400 m com rampas de pequenos declives orientadas para o fundo dos vales sertanejos. As amplitudes altimétricas entre o fundo destes vales e os interflúvios são, em geral, insignificantes (FUNCEME/ IPECE, 2009).

A Depressão Sertaneja tem superfícies erosivas planas e ligeiramente dissecadas, submetidas a processos de sedimentação. Os níveis altimétricos oscilam entre 100 e 400 m com rampas de pequenos declives orientadas para o fundo dos vales sertanejos. As amplitudes altimétricas entre o fundo destes vales e os interflúvios são, em geral, insignificantes (FUNCEME/ IPECE, 2009).

A Chapada do Apodi é um dos relevos mais antigos do Nordeste, data da Era Cenozóica. Trata-se do mais rebaixado nível de planalto sedimentar do relevo cearense, com altimetria que não supera 250 m. Desenvolvida em formações sedimentares do Grupo Apodi (Formação Jandaira e Açú, do Cretáceo). Faz fronteira com o Rio Grande do Norte. A fertilidade da Chapada possibilita o cultivo até de plantas adversas ao clima local, como uva, ata, figo e mamão papaia.

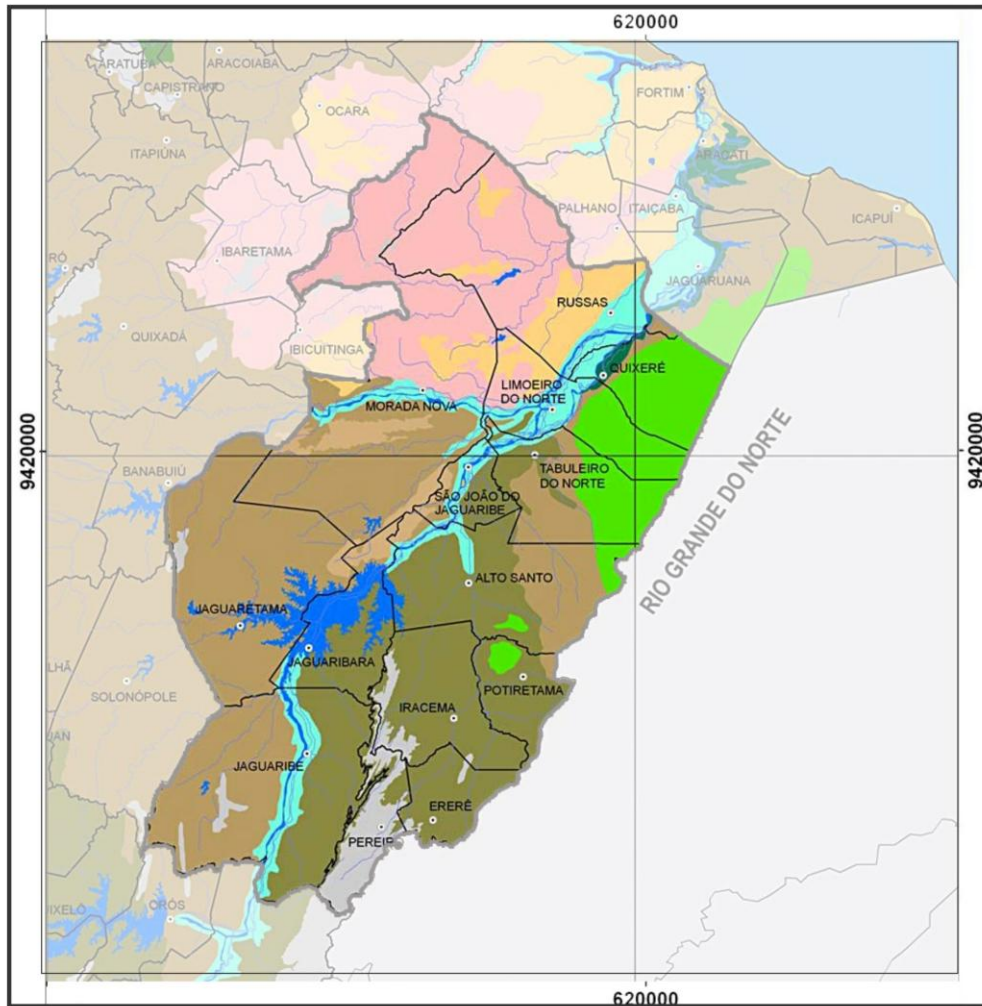
Os Maciços Residuais cristalinos nos vastos aplainamentos que caracterizam o sertão cearense surgem em áreas de exceção que representam verdadeiras “ilhas” de umidade no contexto geral do Semiárido. Trata-se dos maciços antigos constituídos por rochas metamórficas ou intrusivas revestidos primariamente por florestas perenifólicas ou subperenifólicas com morfogênese única e evolução associada com processos de dissecação do relevo (FUNCEME, 2008). Apresentam elevadas altitudes, características essas que aliadas às temperaturas mais amenas, chuvas mais significativas, vegetação densa, solos mais desenvolvidos, os diferenciam do ponto de vista fisiográfico da forma de relevo que os circunda.

As Planícies Fluviais são áreas de grande importância econômica, em função da fertilidade dos seus solos e da disponibilidade hídrica circundante. Constituídas de sedimentos aluviais em formas planas e baixadas inundáveis, possuem reservas hídricas superficiais revestidas por matas ciliares onde predomina a carnaúba. Ambientes de transição com tendência à estabilidade que apresenta vulnerabilidade ambiental moderada e sustentabilidade que varia de moderada a alta. Suas limitações ambientais decorrem dos processos de salinização, das inundações periódicas e deficiência de drenagem.

As Planícies Aluviais ficam ao longo do Rio Jaguaribe e seus afluentes, desenvolvem-se planícies aluviais ou várzeas sujeitas as inundações, que lhes renovam periodicamente os solos.

A Figura 6 apresenta a compartimentação geoambiental encontrada no território.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpos d'água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glaciis de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré litorâneo
- Sertão sul ocidental

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Figura 6: Compartimentação geoambiental do Território Vale do Jaguaribe.
Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

11.3.4 Características Hidrológicas

O Território é favorecido pelo Rio Jaguaribe que banha o Estado do Ceará. No seu leito foram construídos os dois grandes açudes cearenses: o Orós e o Castanhão (este último, no Território). Os principais afluentes do Rio Jaguaribe são: Rio Salgado, Rio Banabuiú, Rio Cariús, Riacho do Sangue, Rio Palhano, Rio Jucás e o Rio Conceição. O Rio Jaguaribe é o recurso hídrico de maior abrangência e importância para o Território, que depende do regime hidrológico deste curso d'água, que é condicionado principalmente pela irregularidade das chuvas e pelas condições geológicas das áreas onde se situam as bacias hidrográficas, sendo do tipo intermitente. Ao longo de seu curso, várias são as obras instaladas em seu leito, na maioria passagens molhadas, como em Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Palhano, e açudes, como em Jaguaribara (Castanhão) e Potiretama. É importante para o abastecimento humano, lazer, turismo, agricultura, piscicultura, entre outras atividades para o Território.

As bacias hidrográficas do Território são as Sub-bacias do Baixo Jaguaribe e a do Médio Jaguaribe.

De acordo com a COGERH (2009), a Sub-bacia do Baixo Jaguaribe está situada no leste do Estado do Ceará, tendo como limites o Estado do Rio Grande do Norte, a leste; o Oceano Atlântico, ao norte; as bacias Metropolitanas, a oeste e as sub-bacias do Médio Jaguaribe e Banabuiú, ao sul e sudoeste. É a menor das sub-bacias que compõem a Bacia do Jaguaribe. O Rio Jaguaribe é o principal rio desta sub-bacia, drenando uma área de 7.021km², percorrendo um curso de 137 km e área equivalente a 4% do território cearense.

A Sub-bacia do Baixo Jaguaribe drena 13 municípios. Atinge integralmente os municípios de Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Quixeré e, de maneira parcial, os municípios de Alto Santo, Aracati, Fortim, Ibicuitinga, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas e Tabuleiro do Norte. Toda essa área apresenta superfícies rebaixadas abaixo do nível de 200m, com relevo plano e moderadamente dissecado com interflúvios tabulares intercalados com planícies fluviais, percebendo-se o predomínio de rochas

sedimentares onde a drenagem desenvolve um padrão paralelo (COGERH,2009).

Os municípios do Território Vale do Jaguaribe que integram a Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe são Limoeiro do Norte, Palhano, Quixeré e Russas.

O principal açude da Sub-bacia do Baixo Jaguaribe é o Açude Santo Antônio de Russas, situado no Município de Russas, com capacidade de acumulação de 24 milhões de m³. Aliás, é o único açude monitorado pela COGERH na Sub-bacia. O abastecimento das comunidades rurais e distritais dá-se através de sistemas simplificados de abastecimento d'água e chafarizes – obras implantadas pelo Projeto São José. A Tabela 32 apresenta as obras de abastecimento e os beneficiários no período compreendido entre 2000 a 2009, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe.

Tabela 29: Obras de abastecimento do Projeto São José na Sub-bacia do Baixo Jaguaribe no período de 2000 a 2009 nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe

Município	Número de Sistemas	Famílias Beneficiadas
Limoeiro do Norte	28	2.461
Palhano	2	134
Quixeré	9	2.566
Russas	13	1.049
Morada Nova	35	1.676
Total	52	6.210

Fonte: COGERH, 2009/SDA, 2009; Adapt.

É expressivo, nos municípios do Território situados na Sub-bacia do Baixo Jaguaribe, o número de domicílios favorecidos com abastecimento de água, embora haja necessidade de elevar-se a oferta. A Tabela 30 registra essa situação.

Tabela 30: Percentual de domicílios com Abastecimento de água, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe, situados na Sub-bacia do Baixo Jaguaribe

Município	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água
Limoeiro do Norte	96,3%
Palhano	83,1%
Quixeré	64,1%
Russas	94,8%
Morada Nova	90,2%

Fonte: IPECE, 2008; SEINFRA, 2006. Adapt.

Por sua vez, a Sub-bacia do Médio Jaguaribe localiza-se no leste do Estado do Ceará, tendo fronteiras com todas as demais sub-bacias que compõem a Bacia do Jaguaribe. Limita-se, no oriente, com o Estado do Rio Grande do Norte. Também, o Rio Jaguaribe é o principal rio desta Sub-bacia que drena uma área de 10.355 km², percorrendo uma área de 171km e ocupando 13% do território cearense (COGERH, 2009). Os principais reservatórios dos municípios do Território que se enquadram na Sub-bacia do Médio Jaguaribe estão relacionados na Tabela 31.

Tabela 31: Principais reservatórios dos municípios do Território Vale do Jaguaribe que se enquadram na Sub-bacia do Médio Jaguaribe

Município	Açude	Capacidade de Acumulação em m ³
Alto Santo	Castanhão	6.700.000.000
Ererê	Santa Maria	5.866.800
Jaguaribe	Nova Floresta	7.610.000
Jaguaribe	Joaquim Távora	26.772.800
Potiretama	Potiretama	6.330.000
Pereiro	Madeiro	2.810.000
Iracema	Canafístula	13.110.000
Iracema	Ema	10.390.000

Fonte: COGERH, 2009.; Adapt.

Outros açudes ainda considerados importantes para tais bacias são: o açude Adauto Bezerra com capacidade para 5.250.000 m³ localizado em Pereiro e o açude Santo Antonio dos Bastiões com capacidade para 8.362.000 m³ localizado em Iracema.

O abastecimento das comunidades rurais e distritais dá-se através de sistemas simplificados de abastecimento d'água e chafarizes – obras

implantadas pelo Projeto São José. A Tabela 32 apresenta as obras de abastecimento e os beneficiários no período compreendido entre 2000 a 2009, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe.

Tabela 32: Obras de abastecimento do Projeto São José na Sub-bacia do Médio Jaguaribe no período de 2000 a 2009 nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe

Município	Número de Sistemas	Famílias Beneficiadas
Alto Santo	16	1.110
Ererê	8	255
Iracema	3	281
Jaguaribara	3	219
Jaguaretama	16	1.066
Jaguaribe	19	731
Potiretama	2	149
Pereiro	11	699
São João do Jaguaribe	8	683
Tabuleiro do Norte	8	751
Total	97	5.944

Fonte: COGERH, 2009/SDA, 2009; Adapt.

É bastante significativo, nos municípios do Território situados na Sub-bacia do Médio Jaguaribe, o percentual de domicílios favorecidos com abastecimento de água. A Tabela 33 registra essa situação.

Tabela 33: Percentual de domicílios com Abastecimento de água, nos municípios do Território do Vale do Jaguaribe, situados na Sub-bacia do Médio Jaguaribe

Município	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água
Alto Santo	73,5%
Ererê	100,0%
Iracema	96,5%
Jaguaribara	100,0%
Jaguaretama	97,0%
Jaguaribe	99,4%

Município	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água
Potiretama	92,9%
Pereiro	99,8%
São João do Jaguaribe	92,2%
Tabuleiro do Norte	86,4%

Fonte: IPECE, 2008; SEINFRA, 2006. Adapt.

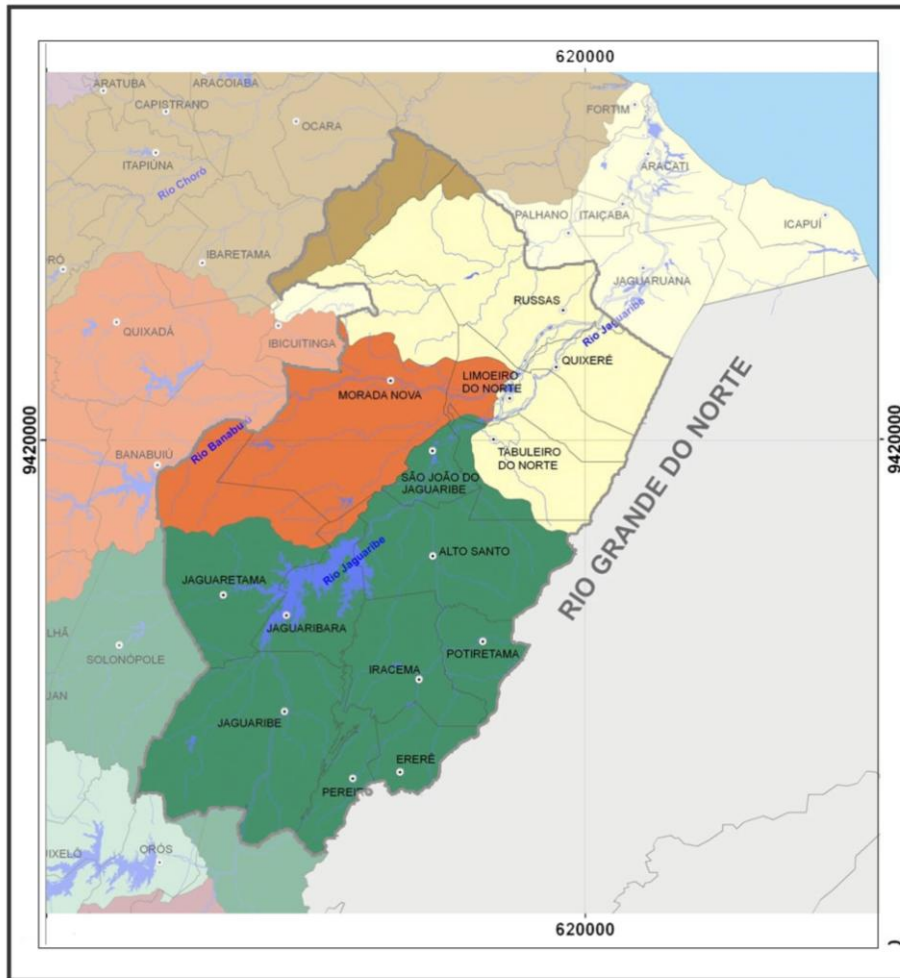
No território ainda encontra-se instalado muitos dessalinizadores e a SOHIDRA é a responsável pela administração de tais equipamentos. Em Russas a própria prefeitura faz a manutenção, no entanto, uma análise realizada pela prefeitura indicou a presença de Coliformes fecais na água.

Já está sendo realizada a liberação das águas do Eixão o que diminuirá a existência de possíveis conflitos. O Eixão é um conjunto de obras composto por uma estação de bombeamento, canais, adutoras, sifões, e túnel que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza, reforçando o abastecimento, numa extensão de 255 km,

inclusive na Região Metropolitana de Fortaleza e Complexo Industrial do Pecém, fazendo a integração das bacias hidrográficas do Vale do Jaguaribe e da Região Metropolitana, beneficiando uma população de aproximadamente de três milhões de habitantes. Quando concluído, o Eixão possibilitará o surgimento de pólos de desenvolvimento hidroagrícolas nas áreas irrigáveis a partir do Vale do Jaguaribe, beneficiando milhares de hectares e terras férteis, além de garantir o abastecimento humano da Região Metropolitana de Fortaleza, por pelo menos 30 anos, bem como todas as comunidades dos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Morada Nova, Ibicuitinga, Russas, Ocara, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Itaitinga, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Caucaia, e São Gonçalo do Amarante (Gabgove, 2011).

A Figura 7 apresenta as principais bacias hidrográficas encontradas no território.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Bacias Hidrográficas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
 - Drenagens
 - Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas**
- Acarajú
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Parnaíba
 - Salgado

Escala

50 0 50 km
PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Figura 7: Bacias Hidrográficas que banham o Território Vale do Jaguaribe
Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

11.3.5 Características Edafológicas

Os solos encontrados no Território são os aluviais (*Neossolos Flúvicos*), bruno não cálcico (*Luvisolos*), cambissolos (*Cambissolos Eutróficos*), solos litólicos (*Neossolos Litólicos*), podzólico vermelho-amarelo (*Argissolos*), vertissolos (*Vertissolos*), planossolo solódico (*Planossolos*) e areias quartzosas distróficas (*Neossolos Quartzarênicos*). No Quadro 12 estão relacionadas as características dos solos do Território.

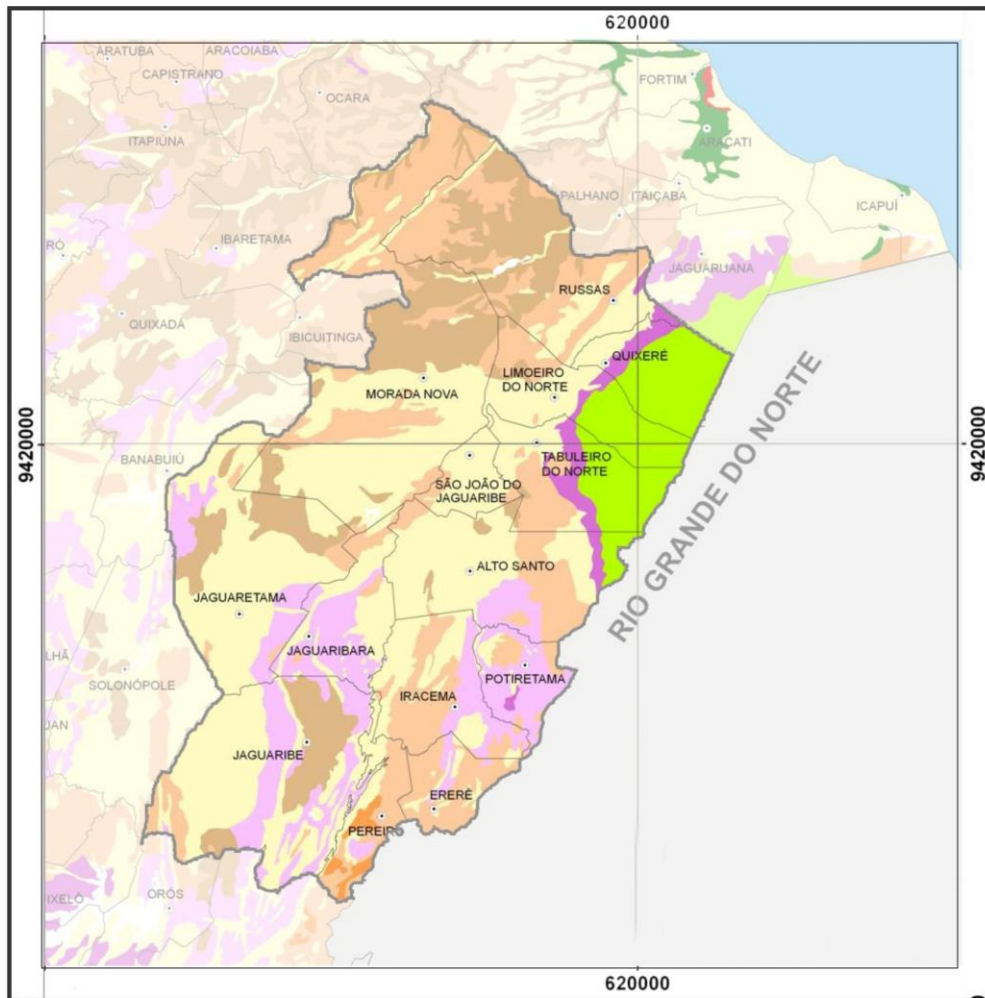
Tipo de Solo	Características
Solos aluviais (Neossolos Flúvicos)	São poucos desenvolvidos; formados a partir de disposições fluviais recentes; moderadamente profundos a muito profundos; com os mais diversos tipos de texturas; drenagem perfeita ou moderada; são encontradas nas várzeas dos rios e em posições de terraços, com relevo plano.
Solos bruno não cálcicos (Luvisolos)	É a classe de solo mineral, não hidromórfico, geralmente com horizonte A fraco e com horizonte B avermelhado eutrófico e com argila.
Solos cambissolos (Cambissolos Eutróficos)	São moderadamente profundos ou rasos de textura média ou argilosos bem drenados ou moderadamente drenados, com alta saturação de bases e atividades de argila variando de baixa a alta. Ocorre em áreas com relevo plano e suave ondulado. São solos férteis que devem ser mais bem explorados principalmente com pastagens plantadas.
Solos litólicos (Neossolos Litólicos)	Compreendem solos rasos (profundidade igual ou inferior a 50 cm), com fraca evolução pedológica, textura arenosa ou média e normalmente cascalhenta, drenagem variando de moderada à acentuada. No geral, apresenta um horizonte A existente diretamente sobre a rocha – R, ou sobre a camada de alteração desta. Possuem pedregosidade ou rochosidade na superfície e frequentemente são encontrados associados com afloramentos rochosos.
Solos podzólicos vermelho-amarelo (Argissolos)	Inclui solos moderadamente profundos, raramente rasos com textura variando de média argilosa, geralmente bem drenados e porosos. Com perfis diferenciados com presença de horizonte superficial de acumulação de argila, saturação de bases baixa e média. Distribui-se em costas de chapadas e topos com relevo que varia de plano ao forte ondulado.
Os Solos vertissolos (Vertissolos)	Constituem uma categoria de solos caracterizados por um alto teor em argilas expansivas. Apresentam fendas profundas na época da seca e expansão

Tipo de Solo	Características
	quando úmidos. Possui cores e profundidades variadas, textura argilosa a muito argilosa.
Solos planossolos solódicos (Planossolos)	Encontram distribuídos nas áreas de relevo plano e suave ondulados, ocupando as partes mais baixas da depressão sertaneja e ainda nas áreas de várzea, onde há condições favoráveis ao acúmulo de sódio. São solos rasos, pouco profundos; em geral são imperfeitamente drenados, de cores acinzentadas e amarelo-claro acinzentadas.
Areias quartzosas distróficas (Neossolos Quartzarênicos)	São solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos a muito profundo, excessivamente drenados, com baixo teor de argila (menos de 15%). São distróficos com baixa saturação de bases e fortes a moderadamente ácidos. Apresentam-se em relevo normalmente plano e suave ondulado. Quanto ao uso agrícola são poucos aproveitados, tendo em vista a baixa fertilidade natural, textura muito arenosa e acidez elevada, que requer muita adubação orgânica e correção adequada do PH.

Quadro 12: Características dos Solos do Território do Vale do Jaguaribe
Fonte: FUNCEME/IPECE, 2009.

A figura 8 apresenta a representação gráfica dos principais tipos de solos encontrados no território.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Classes de Solos



Localização no Estado



Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintissolos
- Vertissolos

Obs: Classificação de acordo com o sistema brasileiro e distribuição de solos (BRCS) para o 1º nível categórico.

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Figura 8: Principais Tipos de solos encontrados no Território Vale do Jaguaribe.
Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

11.3.6 Características Vegetais

O Semiárido nordestino tem a maior parte de seu território ocupado por uma vegetação xerófila, de fisionomia e florística variada, denominada Caatinga, abrangendo uma área total de cerca de 950.000 km². O termo caatinga é uma denominação típica do Nordeste semi-árido brasileiro e tem origem indígena (caatinga - mata; - branca, aberta), significando mata branca. A vegetação de caatinga é constituída, especialmente, de espécies arbustivas e arbóreas de pequeno porte, geralmente dotadas de espinhos, sendo, caducifólias, em sua maioria, perdendo suas folhas no início da estação seca. O substrato pode ser composto de cactáceas, bromeliáceas, havendo, ainda um componente herbáceo de pouca significância, formado por gramíneas dicotiledôneas herbáceas, predominantemente anuais. As espécies mais comuns são: marmeleiro – *Croton-sp.*, jurema preta – *Mimosa-negra* Hub., catingueira – *Caesalpinia férrea* mart. Ex Tul., pereiro – *Aspidosperma pirifolium* mart., jucá – *caesalpinia férrea* mart. Ex Tul., sabiá – *Mimosa caesalpiniaefolia* Benth., juazeiro – *Zizyphus juazeiro* mart., mandacaru – *Cerus jamacaru* DC., aroeira – *Myracrodruon urundeuva* Fr. All, faveleira – *Cnidoscopus phyllacanthus* Pax & K. Hoffm. Pau-ferro – *Jatropha mollissima*, Capim mimoso - *Gomphrena lanata*, *Aristida adscencionais*, Malvabranca - *Sida galheirensis*, Malva - *Sida glomerosa*, Bamburral - *Hyptis suaveolens*, Capim panasco - *Aristida setifolia*, Aroeira – *Miracrodruon urundeuva* Allemão, Camuça – *Duguetia riedeliana*, Ata-brava – *Rollinia leptopetala*, Pereiro branco – *Aspidosperma multiflorum*, Camará – *Veronia obscura* less, Pau-d'arco-roxo - *Tabebuia impetiginosa*, Embiratanha – *Pseudobombax marginatum*, Maria preta – *Cordia leucanoides* Taroda (ISEAMBI, on line, 2010).

Fitossociologicamente, a densidade, frequência e dominância das espécies são determinadas pelas variações topográficas, tipo de solo e pluviosidade, ou seja, a vegetação é consequência primária do tipo de solos, da temperatura e das precipitações que ocorrem. (FERNANDES, 2000)

Embora, fisionomicamente possam ser identificados 12 tipos de caatingas, além de grande variação na composição florística resultante das atividades antrópicas, dois modelos gerais são representados: a caatinga

arbustiva-arbórea, dominante nos sertões semi-áridos e a caatinga arbórea, característica das vertentes, pés de serra e dos aluviões.

No Território Vale do Jaguaribe, a Vegetação é representada pela: Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Mista Dicotillo-Palmácea e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial. As principais características vegetativas são:

Caatinga Arbustiva Aberta: Caracterizada por apresentar mata seca, constituída por arbustos, árvores de pequeno porte e cactos, podendo apresentar-se aberta com árvores espaçadas e isoladas, bem como densa, com arvores mais próximas. Esta vegetação é adaptada ao clima semi-árido, com chuvas irregulares e pluviosidade média em torno de 700 mm/ano.

Caatinga Arbustiva Densa: Mata de caatinga fechada, dominado espécies arbóreas, formando bosques densos, com árvores isoladas.

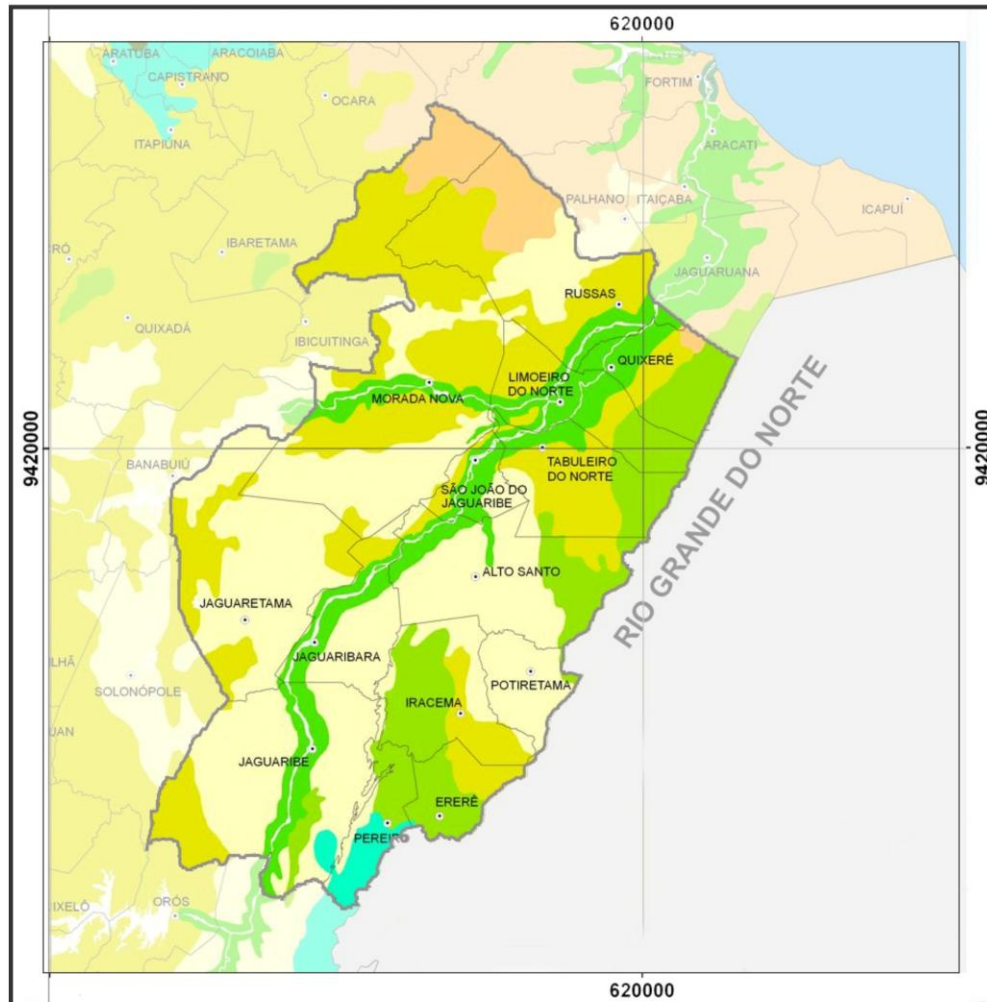
Floresta Caducifólia Espinhosa: Formação vegetal, típica do Nordeste brasileiro, definida como: um conjunto de arbustos e de árvores espontâneas, denso, baixo, de aspecto seco, de folhas pequenas, caducas no verão, com raízes penetrantes e desenvolvidas. Apresenta-se com várias fisionomias, ou seja, indivíduos isolados ou agrupados, de caules retilíneos e retorcidos, dependendo da densidade populacional.

Floresta Mista Dicotillo-Palmácea: São as matas ciliares, com o predomínio de carnaúba e dicotiledôneas associadas a outras espécies como o mulungu e a oiticica. No Território, tomam destaque os carnaubais do Rio Jaguaribe.

Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial: Cobertura vegetal de porte arbóreo, interposta entre a caatinga e a floresta úmida, cuja maioria das espécies cai as folhas nos períodos de estiagem. Seus principais exemplares são: angico (*Anadenanthera macrocarpa*), aroeira (*Astronium urundeuva*), gonçalo alves (*Astronium fraxinifolium*), mulungu (*Erythrina velutina*) e sipaúba (*Thiloa glaucocarpa*). A exploração agrícola dessas áreas devem ocorrer com restrições de uso por causa dos riscos de erosão. Os desmatamentos têm provocado ampla colonização pela vegetação de caatinga em setores das vertentes secas que já alcança cotas topográficas elevadas.

A Figura 9 apresenta as características vegetais encontradas no território.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Unidades Fitoecológicas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Complexo Vegetacional da Zona Litorânea
- Floresta Subpereniflora Tropical Pluvio-Nebular (Mata Úmida, Serrana)
- Floresta Subcaduciflora Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caduciflora Espinhosa (Caatinga Arbores)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Carrasco
- Floresta Pereniflora Paludosa Maritim
- Floresta Mista Dicotilo-Palmáceas (Mata Ciliar com Carnaúba)
- Floresta Subcaduciflora Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69

Orientação



Figura 9: Unidades fitoecológicas encontradas no Território Vale do Jaguaribe.
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

As modificações que ocorrem no meio ambiente em decorrência das necessidades do homem em moldar a natureza, para seu uso e benefício, geram modificações no espaço biológico e geográfico em que vivem (MACHADO, 2009).

12.1 Desmatamento e queimadas

Dados do Ministério do Meio Ambiente apontam que o Ceará é o segundo que mais desmatou o bioma Caatinga, entre 2002 e 2008. No Território a maioria das queimadas é realizada por pequenos e médios agricultores. Na Caatinga, a agricultura familiar é a atividade econômica mais importante e a queimada ainda é a forma mais utilizada para limpar o terreno, e ainda existe o ganho com a venda da lenha e carvão.

Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, o município de Jaguaribe lidera o índice de degradação ambiental e desertificação na região do Médio Jaguaribe, com quase um quarto do município (23,54 %) susceptível aos processos de desertificação. O problema afeta, ainda, 17,59 % de Jaguaretama e 11,34 % de Jaguaribara. A Figura 10 apresenta tais áreas susceptíveis a desertificação.

O Bioma Caatinga encontra-se ameaçado. A exploração feita de forma extrativista pela população local, desde a ocupação do Semiárido, tem levado a uma rápida degradação ambiental. Segundo estimativas, cerca de 70% da Caatinga já se encontra alterada pelo homem, e somente 0,28% de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação. Em 2010, no primeiro monitoramento já realizado sobre o Bioma, constatou-se que a Caatinga perde por ano e de forma pulverizada uma área de sua vegetação nativa equivalente a duas vezes a cidade de São Paulo. A área desmatada equivale aos territórios dos Estados do Maranhão e do Rio de Janeiro somados. O desmatamento da Caatinga é equivalente ao da Amazônia, bioma cinco vezes maior.

Outra área que preocupa bastante com relação ao seu desmatamento, são os carnaubais que ficam nas áreas de APP do Rio Jaguaribe, as mesmas

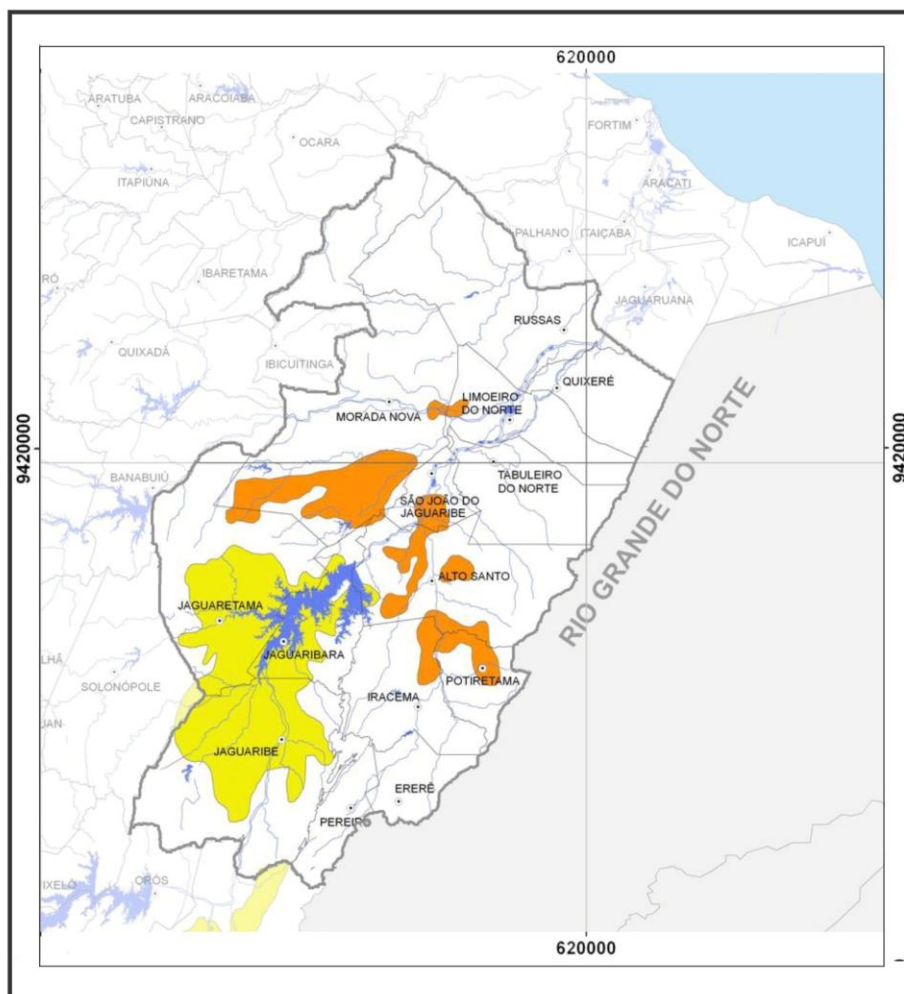
são derrubadas para limpeza do terreno para plantio de arroz e/ou criação de gado, sem nenhum estudo prévio nem licenciamento, impactando o meio ambiente e a fauna presente no mesmo.

No território ainda é comum o extrativismo da cera da carnauba e da palha para fabricação de artesanato, a maeira e a palha são utilizadas para construção de casas.

No território segundo fontes primárias não está sendo mantida a área de reserva legal das propriedades instituída por lei. O que ocorre é que a fiscalização é insuficiente devido a carência de pessoal contratado. Tal ação está ocasionando o desaparecimento de espécies nativas de abelha.

A carência de uma unidade do IBAMA e/ou SEMACE no território ocasiona uma carência de iniciativas de educação ambiental e contribui para as práticas inadequadas de uso do solo e facilita ações de degradação ao meio ambiente.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Áreas em processo de Desertificação



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Drenagens
- Açudes e lagoas
- Áreas degradadas
 - Perceptíveis nas imagens LANDSAT 5
 - Suscetíveis a desertificação

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Figura 10: Áreas em processo de Desertificação do Território Vale do Jaguaribe

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, restam 53,62% da cobertura vegetal original. A principal causa apontada é o uso da mata para abastecer siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo e indústrias de gesso

e cerâmica do Semiárido. Esse número confere à Caatinga a condição de ecossistema menos preservado e um dos mais degradados. Como consequência desta degradação, algumas espécies já figuram na lista das espécies ameaçadas de extinção do IBAMA. A proposição de criar fontes alternativas de energia é defendida como a forma mais viável para combater o desmatamento (MMA, 2008).

Os desmatamentos e as queimadas são problemas enfrentados em todo o Brasil. O Estado está na sexta posição se tratando de municípios afetados com as queimadas, número considerado alto (76,63% do total).

Estudos do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2007, demonstraram que no período compreendido entre os anos de 2002 a 2008, 45,39% do Bioma Caatinga estavam antropizados, restando 53,62% de vegetação remanescente. No período considerado, os estados que mais desmataram foram o da Bahia (restando-lhe 46,88% de vegetação remanescente), seguido do Ceará (restando-lhe 59,77% de vegetação remanescente), conforme os Quadros 13 e 14:

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Área Antropizada antes de 2002 (Km ²)	Área Antropizada entre 2002 e 2008 (km ²)	% do Bioma antropizado entre 2002 e 2008
BA	300.967	149.619	4.527	0,55
CE	147.675	54.735	4.132	0,50
PI	157.985	45.754	2.586	0,31
PE	81.141	41.159	2.204	0,27
RN	49.402	21.418	1.142	0,14
PB	51.357	22.342	1.013	0,12
MG	11.100	5.371	359	0,04
AL	13.000	10.320	353	0,04
SE	10.027	6.683	157	0,02
MA	3.753	1.134	97	0,01

Quadro 13: Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, tendo como referência a área original da Caatinga (Adap).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

UF	Área de Caatinga (Km²)	Remanescente 2002 (Km²)	Remanescente 2008(Km²)	% de remanescente na UF em 2008
BA	300.967	147.468	141.108	46,88
PI	157.985	111.964	109.446	69,28
CE	147.675	91.964	88.272	59,77
PE	81.141	38.812	36.841	45,4
RN	49.402	27.350	26.487	53,62
PB	51.357	28.697	27.573	5,69
MG	11.100	5.530	5.292	47,68
AL	13.000	2.522	2.293	17,64
SE	10.027	3.255	3.177	31,68
MA	3.753	2.531	2.632	70,13

Quadro 14: Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Por outro lado, as queimadas, para limpar e preparar o terreno para a Agricultura é uma técnica rudimentar, a mesma é empregada sem aperfeiçoamento técnico ou sem a necessária orientação. Constituem um dos principais agentes agressores do solo e, conseqüentemente, do ambiente natural. Eleva a esterilização dos solos, destrói a matéria orgânica, extingue os microorganismos, facilita o processo erosivo e incentiva os processos de desertificação. A desertificação traz várias conseqüências: do ponto de vista ambiental, como a perda da biodiversidade e erosão do solo; de natureza social, com abandono das populações de suas localidades; de natureza econômica com baixa da produção e produtividade e assim, baixa na renda das populações.

O período de fim de ano é considerado o momento mais preocupante por parte dos ambientalistas com relação à quantidade de queimadas. Acontecem, na maioria das vezes, quando ocorre a preparação do solo para a agricultura. É quando este manejo provoca a oscilação da quantidade de focos no Território. Isso porque, o processo de desertificação, a vegetação mais seca e os ventos mais intensos facilitam a ocorrência de incêndios em áreas de florestas nativas.

Além da poluição, do aumento da temperatura e incômodo para os moradores do entorno, as queimadas e os incêndios florestais contribuem para a morte de microrganismos e desestruturação dos solos, ocasionando

desertificação, perda da biodiversidade, além de contribuir com o efeito estufa, entre outros males.

O desmatamento também ocorre porque muitas famílias complementam as suas rendas com a venda de lenha e carvão. No tabuleiro de Russas existe uma área já bastante desmatada devido a tais práticas.

No território ainda existem algumas empresas que fazem à retirada de lenha, a mesma é licenciada para certa quantidade de madeira retirada, porém segundo fontes primárias tais empresas retiram mais do que consta no licenciamento.

Segundo fontes primárias os CONAMAS não incentivam a realização das técnicas de fogo brando, o que facilita a permanência do uso de técnicas inapropriadas de queimadas.

A população do território também reclama da atuação do IBAMA dentro do mesmo, pois segundo moradores, o IBAMA não desenvolve nenhuma educação ambiental quanto a uso inadequado de queimadas no território, apenas chega para multar quando ocorrem as infrações pelos agricultores.

12.2 Tipos de Poluição e Contaminação

O Território Vale do Jaguaribe tem esse nome devido ao Rio Jaguaribe, e muitas das práticas realizadas às margens do mesmo são consideradas crimes ambientais, a exemplo da emissão de esgotos domésticos, lançamento de animais e restos dos mesmos, como galinhas, porcos, vísceras e penas nos corpos hídricos, acúmulo de lixo doméstico, restos de materiais de construção, entre outros.

Como se tem conhecimento na Agricultura, a utilização de agrotóxicos tornou-se um problema de saúde comunitária e pública. No ano de 2005, estimativas da Organização Mundial da Saúde – OMS e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, dão conta de ocorrência de 7 milhões de intoxicações severas anuais no mundo, das quais resultam cerca de 70.000 mortes, a maioria delas referentes a exposições ocupacionais. Os agrotóxicos provocariam 25 mil casos de seqüelas neurocomportamentais, 37 mil casos de câncer e 700 mil casos de dermatose.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, com volumes de 673.862 toneladas em 2008 e de mais de 1 milhão de toneladas em 2009. No Ceará, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, em relação às vendas de agrotóxicos por unidades da federação no período de 2005 a 2009, ocorreu aqui o aumento de cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89,330.00. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o Ceará é o quarto Estado do Brasil em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos (112.154 em 2008), ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, através do seu Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA, realizou estudo sobre o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos alimentos nos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Foram monitorados 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. A escolha dos alimentos foi atribuída a dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que demonstrou a permanente disponibilidade desses alimentos nos supermercados dos diferentes estados da União como também no uso intensivo de agrotóxicos recebido pelas culturas. Das 3.130 amostras analisadas, 907 (29,0%) foram consideradas insatisfatórias em função das seguintes irregularidades: Presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR) em 88 amostras, representando 2,8% do total; Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 744 amostras, representando 23,8% do total; Resíduos acima do LMR e na mesma amostra em 75 amostras, representando 2,4% do total.

De acordo com a pesquisa intitulada “Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Uso de Agrotóxicos”, realizada pelo Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e coordenada pela Prof^a Dra. Raquel Maria Rigotto, nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré, no período de 2007 a 2010, chegou-se a seguinte conclusão: Em 24 amostras de água dos canais que abastecem as comunidades, das caixas d’água e de poços profundos, foram identificados 21 tipos de produtos agrotóxicos; No canal que abastece as localidades de Santa Maria e Santa Fé, detectou-se a presença de oito princípios ativos diferentes, entre eles, o Endossulfan (Extremamente Tóxico), que teve recomendação de banimento pela ANVISA. Além destes, identificou-se a presença de Abamectina, Carbaril, Cletodin, Carbofurano, todos de elevada toxicidade, e Procimidona e Fenitrotiana (pouco tóxicos);

No Distrito de Santa Fé, em um poço profundo foram identificados 12 princípios ativos. Os venenos eram Abamectina, Carbaril, Cletodin, Carbofurano e Fenitrotina, Difenoconazol, Tetraploxydin, Procimidona, Fenitrotiana, Tebucanazol, Glifosato e Ciromazina.

Na localidade Lagoa da Casca, em três poços profundos foram identificados Abamectina, Carbaril, Cletodin, Fosetil, Procimidona e Tebucanazol;

Em três poços, na localidade Carnaúbas, foram identificados Carbaril, Cletodin, Carbofurano e Fenitrotina, Epoxiconazol, Tetraploxydin, Procimidona, Fenitrotiana e Tebucanazol;

No Sistema de Tratamento de Água da localidade Cabeça Preta foram detectados: Abamectina, Endossulfan, Carbaril, Carbofurano, Epoxiconazol, Procimidona e Glifosato.

Este documento reúne alguns resultados da pesquisa Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental.

Os dados são alarmantes, quando se averigua a qualidade desses produtos: o Glifosato está presente em vários casos de intoxicação na região e possui efeitos toxicológicos diversos; a Abamectina causa toxicidade aguda e há suspeita de causar toxicidade reprodutiva; o Carbofurano pode causar

desregulação endócrina; o Endossulfan, além da alta toxicidade, pode causar desregulação endócrina e toxicidade reprodutiva.

No território também é preocupante a coleta e destinação do lixo gerado. O mesmo vem sendo acondicionado em lixões a céu aberto nas cidades do território. O território já possui, no entanto o projeto para implantação do aterro consorciado. O mesmo visa a preservação do meio ambiente e a conservação do lençol freático da região. O consórcio abrangerá os municípios de Alto Santo, Ererê, Iracema, Quixeré, Potiratama, Morada Nova, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte onde ficará localizado o aterro sanitário que será o destino dos resíduos sólidos dos demais municípios.

No território existe uma prática que preocupa os habitantes, que a criação de animais soltos, pois tanto podem ocorrer acidentes nas vias terrestres devido à presença de tais animais, como os mesmo costumam ficar próximos aos corpos hídricos contaminando os mesmos com as fezes e urina.

Ao entorno do açude Castanhão antigamente também era prática comum o descarte de vísceras dos peixes do mesmo para dentro do açude. Hoje existe uma parceria dos piscicultores com a indústria PIRSEN na qual as vísceras são utilizadas para fabricação de biodiesel, a produção gira em torno de 10 Litros de biodiesel dia. Tal parceria também viabilizou a implantação de um projeto de coleta seletiva de resíduos ao entorno do açude.

Em Morada Nova existe um estudo de uma pocilga coletiva para a organização da cadeia de suínos e para evitar o descarte de fezes no meio o que polui os corpos hídricos da região, pois tal empreendimento possui um biodigestor.

Em Jaguaribara também existe uma tentativa de organização dos criadores de porcos. A prefeitura remanejou todos os criatórios para o entorno da cidade para retirada das mesmas da região urbana e implantou um poço profundo para que os mesmos dispusessem de tal recurso, segundos fontes primárias existem mais de 60 criadores na região.

12.3 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão

Os fatores de desequilíbrio e destruição ambiental no Território estão definidos nas práticas de uso inadequado de suas terras, que aceleram assim os processos de erosão dos solos, a cobertura vegetal geralmente é retirada para dar lugar às pastagens do gado, o que ao longo dos anos vem acelerando a perda da qualidade da vegetação e do solo. A retirada da cobertura vegetal afeta ainda a diversidade da fauna, resultando em desequilíbrios na dinâmica ambiental, onde a capacidade de reversibilidade do quadro de degradação tem assumido condições quase insuportáveis.

A erosão do solo, resultante da atividade agrícola e associada à ausência de práticas conservacionistas, tem sido considerada como a principal causa da degradação ambiental, perda gradual de produtividade do solo e crescente risco de desertificação em certas áreas semiáridas do Estado do Ceará.

O manejo inadequado da terra, que destrói o solo através da erosão, compactação e decomposição da matéria orgânica, compromete gradualmente a camada fértil do mesmo e, conseqüentemente, a produtividade das culturas. Os agricultores, muitas vezes, abandonam as terras quando estas perdem sua capacidade produtiva e deixam para trás um solo degradado, em processo de desertificação.

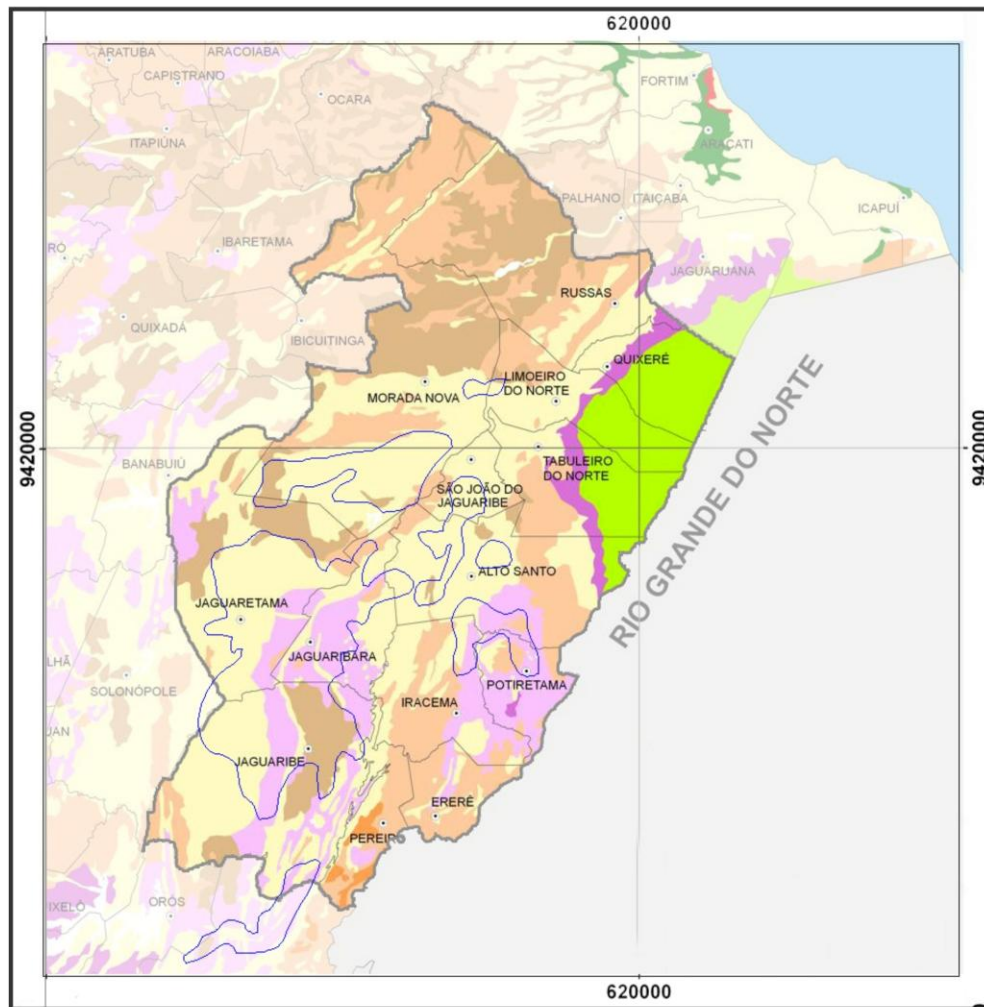
Em estudo da EMBRAPA (2002) sobre limites de uso de solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão, usando-se os critérios de Nulo, Ligeiro, Moderado, Forte e Muito Forte, chegou-se a seguinte conclusão: O Estado do Ceará tem 150.630 km², deduzidos 8,5% de áreas de espelho d'água, obtém-se uma área de solos de ordem de 137.825 km², destes, 9,7%, ou seja, 13.369 km² estão enquadrados no grau de limitação Nulo; 15,6% (21.600 km²) enquadram-se no grau de limitação Ligeiro; 54,1% (74.425 km²) enquadram-se no grau de limitação Moderado; 6,7%(9.096 km²) são enquadrados como grau de limitação Forte e 13,9%(19.019 km²) são enquadrados como grau de limitação Muito Forte. Os dados apontam que a extensão das áreas com solos enquadrados nos graus Moderado e Muito Forte, 54,1% e 13,9%, respectivamente, requerem a implantação de uma

política conservacionista em curto prazo, de maneira a conter o processo erosivo e viabilizar de modo sustentável sua utilização agrícola.

Somadas as áreas dos solos onde a erosão é Forte e Muito Forte, totaliza-se 20,6% do total da área ocupada com solos no Estado do Ceará, atribuindo-se a alta erodibilidade à ocorrência do relevo ondulado e montanhoso que favorece os fenômenos de deslizamento e desmoronamento, com graves perdas à Agricultura.

A Figura 11 apresenta as classes de solos com áreas de Desertificação encontradas no território Vale do Jaguaribe.

Ceará Território Vale do Jaguaribe Classes de Solos com áreas de Desertificação



Localização no Estado



Legendas

- Áreas em Processo de desertificação
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintissolos
- Vertissolos

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Figura 11: Classes de solos com áreas de desertificação encontradas no Território.
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

Por outro lado, traçando metodologias de identificação de Índices de Propensão à Desertificação (IPD), no Estado do Ceará, RODRIGUES (2006), formulou modelos teóricos com diversas variáveis que permitiram obter IPD

Agropecuário, IPD Econômico, IPD Social e IPD Natural, culminado com a conjugação de todos eles, sintetizando o Índice de Propensão à Desertificação – IPD. Definido cinco (5) classes de IPD, autora consegue agrupar 184 municípios do Ceará nas diferentes escalas de propensão à Desertificação. De acordo com a classificação, os municípios do Território do Vale do Jaguaribe apresentam a seguinte distribuição quanto ao Índice de Propensão à Desertificação, de acordo com o Quadro 15:

Classe de IPD	Índice de IPD	Município
1	0,1694-0,3253 (Baixa)	Alto Santo e Ererê
2	0,3303-0,3876 (Moderada)	Pereiro e Potiretama,
3	0,3892-0,4490 (Média)	Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Russas, Morada Nova e Tabuleiro do Norte
4	0,4531-0,5499 (Alta)	Quixeré, Palhano, Limoeiro do Norte, Jaguaribe e São João do Jaguaribe
5	0,6000-0,6610 (Muito Alta)	-

Quadro 15: Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Vale do Jaguaribe.

Fonte: Rodrigues, 2006.

Observa-se que 73% dos municípios do Território estão enquadrados na zona de média e alta Propensão à Desertificação, constituindo-se grave problema a ser debatido com maior profundidade pelas lideranças do Território. Os estágios mais avançados de Desertificação estão presentes nos municípios de Quixeré, Palhano, Limoeiro do Norte, Jaguaribe e São João do Jaguaribe.

12.4 Desequilíbrios Ambientais

Dentre os principais desequilíbrios ambientais que ocorrem no Território, são em relação à situação específica das condições de saneamento ambiental que mais preocupam. Existem demandas quanto ao aprimoramento e monitoramento dos sistemas de esgotamento sanitário em todos os municípios do Território, e esta problemática vem se agravando e prejudicando uma série de fatores (ambiental, social, econômico, turístico, etc.). Necessita-

se de intervenções eficazes, que definam maior eficiência dos sistemas de esgotamento sanitário urbano e rural.

Outro problema sério encontrado no Território é característico dos impactos ambientais oriundos do setor industrial das cerâmicas, ao realizar a extração das matérias-primas (argila) sem planejamento técnico prévio e fazer uso intensivo de lenha em fornos com baixa eficiência energética, o que pode contribuir significativamente para a desertificação, a erosão, a poluição, a redução da biodiversidade, o esgotamento das reservas minerais e florestais e a redução dos solos agricultáveis.

A fumaça liberada pelas queimadas, seja das cerâmicas ou não, além de poluir o meio ambiente, emitindo gás carbônico e aumentando o efeito estufa, também causa doenças respiratórias na população.

Em Russas foram fechadas 21 empresas ceramistas, no entanto, as mesmas funcionam com liminar. A prefeitura não deu o alvará de funcionamento das mesmas.

Os problemas ambientais existentes no Território configuram o desequilíbrio em vários aspectos, sendo o principal, a interferência na qualidade de vida da população.

Outra ação que vem ocasionando impacto no território é a retirada desordenada de areia dos leitos dos rios, essa prática é comum em todos os municípios, a areia retirada é utilizada para construção de casas, pavimentação de estradas dentre outros.

Outra preocupante no território é a introdução de espécies invasoras, as mais impactantes no território são: como o NIM indiano, *Melia indica*, que vem impactando o meio porque diminui a biodiversidade da região e a trepadeira conhecida como “boca de leão”, *Antirrhinum majus L.*, que é oriunda de Madagascar, a mesma vem impactando profundamente a região, porque apresenta afinidade com o clima, desenvolve-se rapidamente e sufoca outras plantas ocasionando o extermínio de grandes áreas de vegetação nativa.

O Ceará já possui duas unidades de observação e controle da trepadeira “Boca de Leão”, a mesma é eliminada com a utilização da queima da base de seu caule, a planta é tóxica.

12.5 Conflitos Agroambientais

No entorno do açude Santo Antônio, município de Russas existe um conflito gerado entre a comunidade do entorno e o DNOC'S, pois a comunidade não vêm respeitando a área de APP e os animais estão sendo criados soltos tendo acesso a tal corpo hídrico.

Outro conflito é a desapropriação das áreas ao entorno do eixão, pois a população não queria ser removida e das pessoas que aceitaram ser removidas nem todas foram indenizadas ainda.

A área do Assentamento Boa Esperança também é palco de um conflito, pois para construção da barragem Figueiredo foram realizadas algumas desapropriações, mas nem todas as famílias foram retiradas da área e o assentamento ainda não foi remanejado para outra área.

Ainda existe um conflito ocasionado porque os proprietários que ficam ao entorno do Rio Jaguaribe estão barrando o mesmo sem estudo prévio e licenciamento e ainda cercam o mesmo com cercas eletrificadas e arames farpados para fugas e animais.

12.6 Programas ambientais no território

O Território é contemplado por atividades institucionais e grupos sociais, na perspectiva de um processo educativo a partir das discussões voltadas para a proteção do meio ambiente e saúde, através de palestras, oficinas educativas, seminários, encontros, comitês e pesquisas, além de ações organizativas pela sustentabilidade ambiental.

Entre essas atividades estão à organização do **Fórum Regional pela Vida no Semiárido no Vale Jaguaribe** que surgiu com objetivo de trabalhar o direito a água, a terra e a proteção do bioma Caatinga, de forma sustentável, a qual os agricultores e organizações sociais sensibilizam-se pelas políticas públicas voltadas para comunidades rurais dos municípios, com reuniões descentralizadas por todo o Território.

Existem também os **Comitês de Bacias Hidrográficas no Vale do Jaguaribe**, constituído pela sociedade civil e o governo, que compete promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos, arbitrar

em primeira instância os conflitos, aprovar o plano de R.H. (Recursos Hídricos) da bacia, acompanhar a execução do plano e sugerir providências, entre outras competências.

Em uma perspectiva de conservação, recuperação e revitalização do Rio Jaguaribe nasceu à idéia do **Comitê em Defesa do Rio Jaguaribe** em Limoeiro do Norte (em 2008) com o subtítulo “Se não há mais jaguar, que se salve o rio!” (jaguar que antes fazia parte da fauna local), constituído por pessoas da sociedade civil, que se sentiram sensibilizadas e indignadas com a situação atual do Rio.

Contudo, o Território contempla pequenas ações da sociedade civil e comunitária em defesa da proteção ambiental, mas necessita melhorar na sensibilização e apoio político governamental dos municípios.

Existem diversas ações desenvolvidas no território que priorizam a preservação ambiental, tal como a festa anual das árvores, semana do meio ambiente, Projetos de arborização, Projetos com captação in situ, subsolagem, plantio direto, iniciativas da utilização de energia solar como vem ocorrendo na Serra da Micaela em Jaguaribara, existência de minhocários e biocompostagens em Russas, construção de mandalas como ocorre em Morada Nova e Jaguaretama e implantação do projeto Paes.

Em Russas na lagoa dos cavalos existe uma experiência com práticas conservacionistas, manejo agrossilvopastoril, barragem subterrânea e a implantação de uma casa de mel.

Embora pontuais tais ações e projetos são importantes e precisam ser disseminados. O que os habitantes de tais municípios demandam é que durante a implantação dos projetos de Mandalas e Paes seja realizado um estudo prévio para conhecimento de quais melhores culturas a serem utilizadas em cada região.

No território ainda existe alguns municípios inscritos no Programa Selo Município Verde, são eles: Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Iracema, Jaguaribara e Jaguaribe.

Existem ainda algumas iniciativas de educação ambiental desenvolvidas pela SEMACE, pelo Instituto do Meio Ambiente de Morada Nova (IMAMN), Caritas diocesana de Limoeiro do Norte através da Cooperativa de catadores, pela Associação de articulação do Semiárido (ASA), pelo Instituto

Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), pelo Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (IRDSS).

A prefeitura de Morada Nova vem utilizando restos vegetais para adubar o solo.

No território ainda existe a implantação de cisternas viabilizados pelos programas PC1M e através do Programa Por uma Terra e duas águas. Ainda existe no território uma Unidade Familiar Integrada Sustentável e o a população é beneficiada com o PRONAF.

Com relação a iniciativas da agenda 21, o território apresenta apenas três municípios com tal preocupação ambiental, são eles: Limoeiro do Norte, Morada Nova e Tabuleiro do Norte.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 16, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANALISE DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. 60% do potencial hídrico do Estado do Ceará estão no Território; 2. As terras da chapada do Apodi são consideradas como as melhores do País; 3. A presença de três perímetros irrigados (Distrito Irrigado de Jaguaribe e Apodi, Distrito de Irrigação Tabuleiros de Russas, Perímetro Irrigado de Morada Nova); 4. Curupati-Irrigação – Jaguaribara. 5. O Território tem grande potencial para a exploração apícola; 6. A infraestrutura hídrica de água (eixo, Açude Castanhão, canais de irrigação); 7. Via de acesso – BR 116, estrada do melão, BR 304, Várias CE; 8. Instituições de ensino, inclusive com cursos ligados ao meio ambiente tal como: Saneamento Ambiental, Técnico de Meio Ambiente, Geografia, Especializações, Tecnologia de Alimento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alto índice de desertificação e degradação ambiental; 2. Uso indiscriminado, incorreto e inconsciente de agrotóxico e fertilizante; 3. Falta de planejamento para o uso e ocupação de solos de forma regular; 4. Sistemas produtivos baseados na monocultura; 5. As empresas e entidades do Território não respeitam a legislação ambiental; 6. Poucas cidades dispõem de saneamento básico 7. Falta de infraestrutura para escoamento da produção do curupati irrigação. 8. Falta de apoio das prefeituras com as secretarias de agricultura e Meio Ambiente. 9. Falta de elaboração de projetos ambientais por parte das prefeituras. 10. Falta de implantação da coleta seletiva nos municípios. 11. Falta de profissionais qualificados nas prefeituras. 12. Necessidade de um escritório regional da SEMACE ou IBAMA. 13. Falta de secretarias (autarquias ou institutos) específicas do meio ambiente nos municípios.

ANALISE DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
	14. Falta de assistência técnica continuada e participativa.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. Existência de políticas e pesquisa relacionadas a sistemas produtivos de forma sustentável (agrofloresta, agrossilvopastoril, cisternas, calçadões, quintais produtivos, mandalas e Unidade Familiar Integrado Sustentável, Projeto São José 3, outros);</p> <p>2. Aproveitamento racional das águas do Rio São Francisco para os pequenos produtores e para os sistemas produtivos agroecológicos;</p> <p>3. A existência do Comitê de Bacias;</p> <p>4. Existência de uma legislação para sistemas participativos de certificação orgânica.</p>	<p>1. Empresas de fora não respeitam a legislação ambiental;</p> <p>2. Grandes empresas de fora do Território que após a exploração de forma desordenada das terras vão embora gerando problemas de desemprego dos trabalhadores/as que nelas trabalhavam;</p> <p>3. As políticas públicas voltadas para o fortalecimento de grandes negócios criou problemas de degradação ambiental;</p> <p>4. Contaminação do Rio Jaguaribe por outras fontes poluidoras;</p> <p>5. Exploração excessiva de grandes empresas do aquífero Jandaíra;</p> <p>6. Grandes empresas de fora, vendedoras de agrotóxicos de forma indiscriminada se instalando no Território;</p> <p>7. Falta de fiscalização por parte do poder público relacionada à degradação ambiental.</p> <p>8. O grande volume de empresas ceramistas.</p>

Quadro 16: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental

Fonte: Relatório das Oficinas de Validação, Comitê do Meio Ambiente, 2010.

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Serviços, Turismo, Comércio e Indústria

Assessoria e Assistência Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Vale do Jaguaribe, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procurou-se também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de

dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

14.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Território Vale do Jaguaribe apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM –

Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 34: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território, alcançaram, em 1991, a classificação de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Para o ano de 2000, todos os municípios apresentaram valor do IDH $> 0,600$, com destaque para Limoeiro do Norte que obteve IDH acima de 0,711 aproximando-se da classificação de Alto Desenvolvimento Humano. O IDH territorial foi de 0,547 e 0,661, respectivamente, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação médio desenvolvimento humano. Para os dois anos o IDH estadual foi superior que o IDH territorial.

Dentre os municípios, o que apresentou melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Limoeiro do Norte em 1991 e 2000, no 6º lugar. Os municípios que apresentaram pior classificação no ranking foram Ererê ocupando o 92º lugar em 1991 e Potiretama ocupando a 120ª posição em 2000. Vale ressaltar a queda de 37 posições na classificação do ranking do município de Potiretama entre os anos de 1991 e 2000.

Para o IDH-Educação, pode-se verificar que, em 1991, dos 15 municípios do território, cinco apresentaram índice inferior a 0,500; são eles: Alto Santo, Ererê, Jaguaretama, Potiretama e Quixeré. Em 2000, pôde-se verificar que mais de 65% dos municípios apresentaram o IDH-Educação superior a 0,700, logo, estão bem próximos de alcançarem a classificação alto índice de desenvolvimento para essa dimensão. Ainda em 2000, o município de Limoeiro do Norte se destacou com a 16ª posição, bem como Iracema que saiu da 69ª posição para o 36º lugar. O IDH-Educação territorial foi de 0,537 em 1991 e de 0,714 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM. Isso deve principalmente a criação da UFC, CENTEC e CVT.

Tabela 35: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,547	-	0,661	-	0,537	-	0,714	-
Alto Santo	0,533	52	0,654	42	0,476	112	0,669	151
Ererê	0,505	92	0,619	114	0,487	102	0,669	150
Iracema	0,513	80	0,660	33	0,516	69	0,735	36
Jaguaretama	0,527	59	0,645	58	0,486	104	0,694	112
Jaguaribara	0,553	28	0,653	43	0,525	62	0,714	72
Jaguaribe	0,571	17	0,672	24	0,569	27	0,721	56
Limoeiro do Norte	0,609	6	0,711	6	0,643	6	0,763	16
Morada Nova	0,565	19	0,670	26	0,539	51	0,705	89
Palhano	0,521	71	0,649	54	0,533	55	0,737	33
Pereiro	0,508	87	0,626	104	0,512	74	0,709	83
Potiretama	0,509	83	0,617	120	0,495	94	0,678	134
Quixerê	0,536	48	0,652	48	0,496	92	0,691	120
Russas	0,599	7	0,698	8	0,627	8	0,754	20
São João do Jaguaribe	0,581	11	0,694	11	0,612	11	0,740	29
Tabuleiro do Norte	0,573	15	0,698	9	0,544	45	0,736	34

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 36: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,636	-	0,737	-	0,468	-	0,532	-
Alto Santo	0,661	6	0,764	10	0,463	57	0,529	43
Ererê	0,599	58	0,689	98	0,428	114	0,499	98
Iracema	0,589	78	0,689	99	0,434	103	0,555	22
Jaguaretama	0,648	13	0,722	44	0,447	82	0,518	56
Jaguaribara	0,648	12	0,722	43	0,485	35	0,522	54
Jaguaribe	0,648	11	0,722	42	0,497	25	0,572	14
Limoeiro do Norte	0,665	2	0,783	1	0,520	14	0,588	6
Morada Nova	0,664	3	0,749	16	0,491	31	0,556	20
Palhano	0,638	20	0,731	30	0,393	161	0,478	127
Pereiro	0,610	49	0,689	96	0,401	154	0,481	121
Potiretama	0,610	50	0,689	97	0,422	124	0,485	116
Quixerê	0,638	23	0,756	14	0,473	42	0,510	69
Russas	0,641	18	0,783	2	0,529	10	0,558	19
São João do Jaguaribe	0,638	19	0,783	3	0,494	28	0,559	18
Tabuleiro do Norte	0,638	21	0,781	4	0,538	8	0,577	10

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na análise do IDH nas dimensões Longevidade e Renda, pode-se verificar que, em 1991, nenhum município apresentou o IDH-Longevidade inferior a 0,500, no entanto, para esse mesmo ano, somente três municípios apresentaram IDH-Renda superior a 0,500, no caso, Limoeiro do Norte, Russas e Tabuleiro do Norte. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios; apenas Ererê, Iracema, Pereiro e Potiretama não alcançaram o valor do IDH>0,700. Uma melhora incipiente foi verificada para o IDH-Renda, onde oito municípios além de Limoeiro do Norte, Russas e Tabuleiro do Norte passaram a ter classificação de médio desenvolvimento econômico.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculada a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Tabela 37: Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a Tabela 41, pode-se verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Iracema, com 29% de crescimento. Os municípios que apresentaram menor taxa de crescimento global foram Limoeiro do Norte e Russas, com 17% de crescimento. Verifica-se ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 21% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples através dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 33%, o IDH-Longevidade, 16% de crescimento, e, o IDH-Renda, 14% de crescimento,

Tabela 38: Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, para o período de 1991-2000.

Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	21	33	16	14	-	-	-	-
Alto Santo	23	41	16	14	Recuo Médio	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio
Ererê	23	37	15	17	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio
Iracema	29	42	17	28	Recuo Forte	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Jaguaretama	22	43	11	16	Recuo Fraco	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte
Jaguaribara	18	36	11	8	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Jaguaribe	18	27	11	15	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio
Limoeiro do Norte	17	19	18	13	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Recuo Fraco
Morada Nova	19	31	13	13	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio
Palhano	25	38	15	22	Recuo Médio	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Pereiro	23	38	13	20	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte
Potiretama	21	37	13	15	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco
Quixerê	22	39	18	8	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou
Russas	17	20	22	5	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou
São João do Jaguaribe	19	21	23	13	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio	Recuo Médio
Tabuleiro do Norte	22	35	22	7	Recuo Fraco	Recuo Médio	Recuo Médio	Não Recuou

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

pode-se concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram importantes no crescimento do IDH-global foram a Longevidade e a Renda, respectivamente. Novamente, pode-se verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influência de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

Quanto a tendência de recuo das posições do ranking estadual, pode-se verificar que no IDH-Global, apenas o município de Iracema apresentou “recuo forte”. Ainda para esse índice, os municípios de Alto Santo e Palhano apresentaram “recuo médio”; os municípios Jaguarétama e Tabuleiro do Norte apresentaram “recuo fraco” e todos os outros não obtiveram recuo.

Para o IDH-Educação, com exceção dos municípios de Iracema e Palhano que apresentaram “recuo forte”, e Tabuleiro do Norte que obteve “recuo médio”, todos os outros não apresentaram recuo no ranking estadual. Já para o IDH-Longevidade, nenhum município apresentou “recuo forte”. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas, somente os municípios de Iracema, Jaguarétama, Palhano e Pereiro apresentaram “recuo forte”, enquanto que Jaguaribara, Quixeré, Russas e Tabuleiro do Norte não obtiveram recuo no ranking.

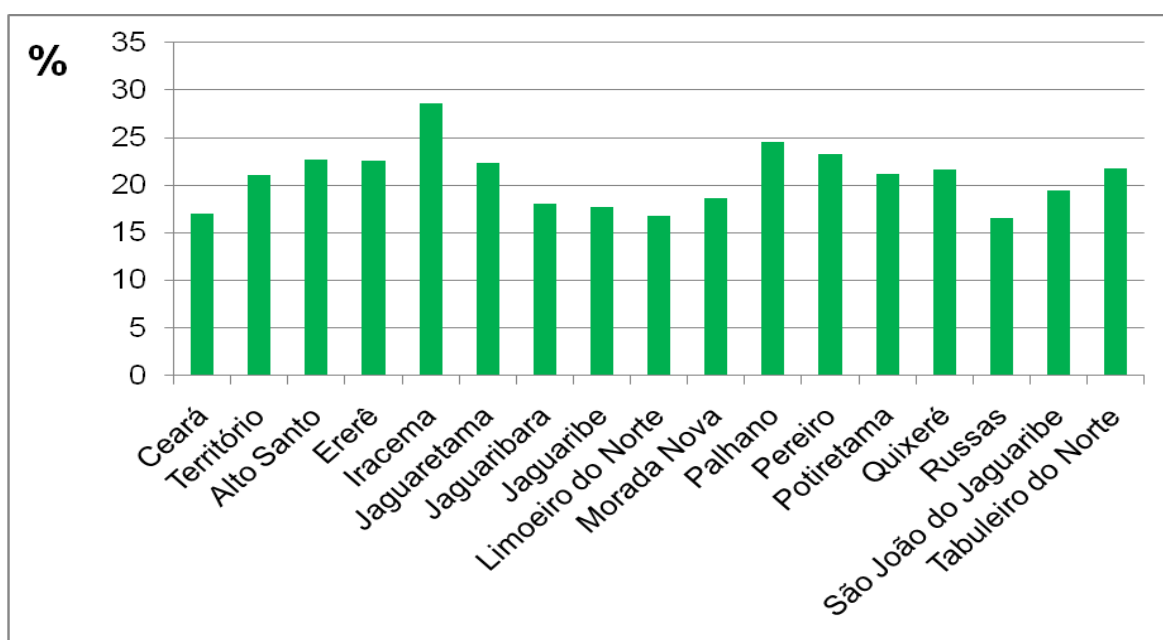


Figura 12: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

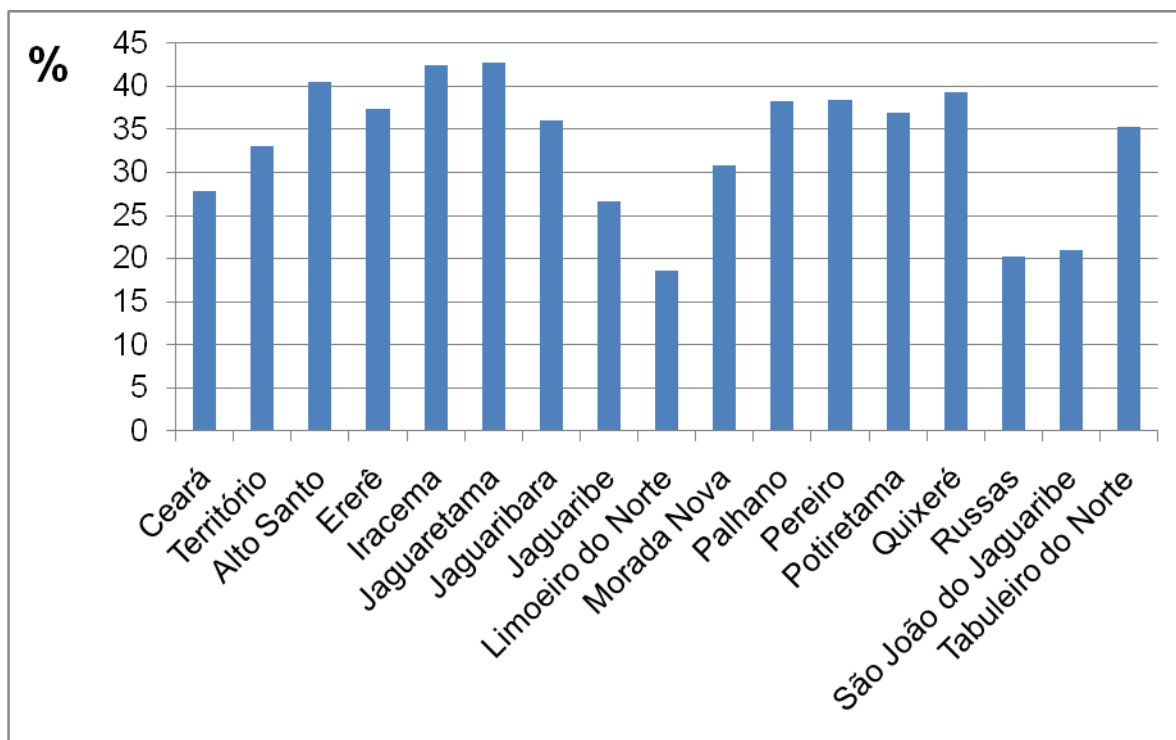


Figura 13: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

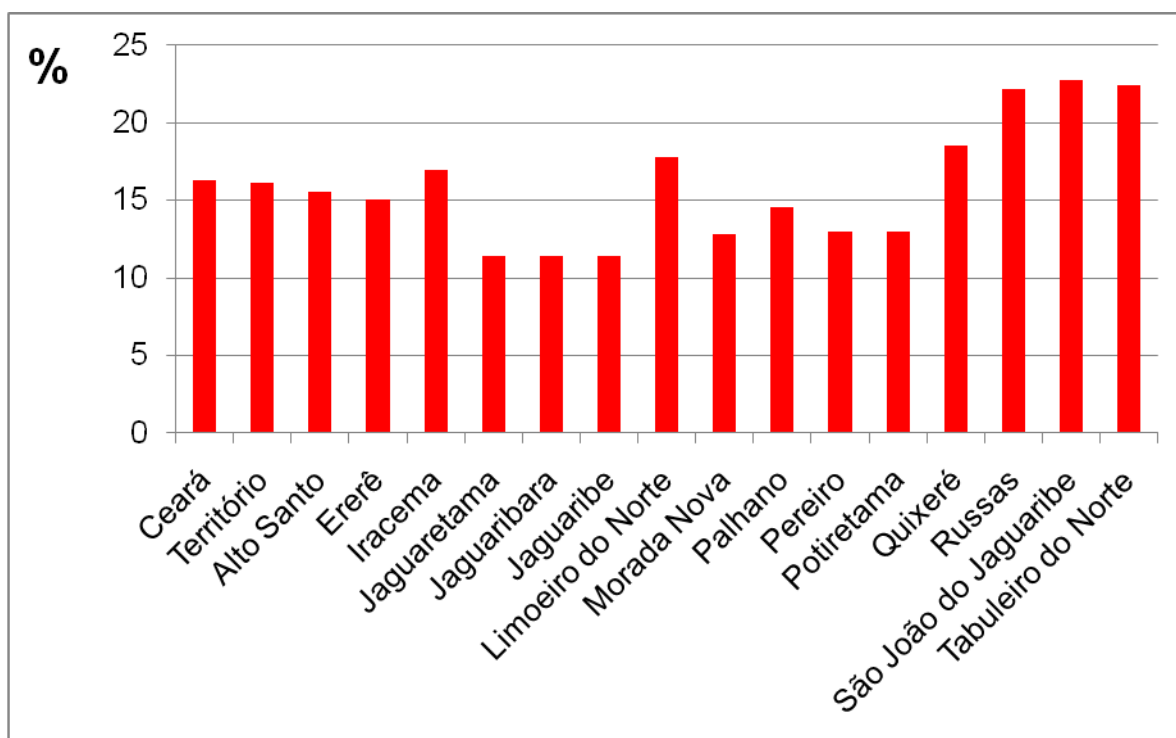


Figura 14: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

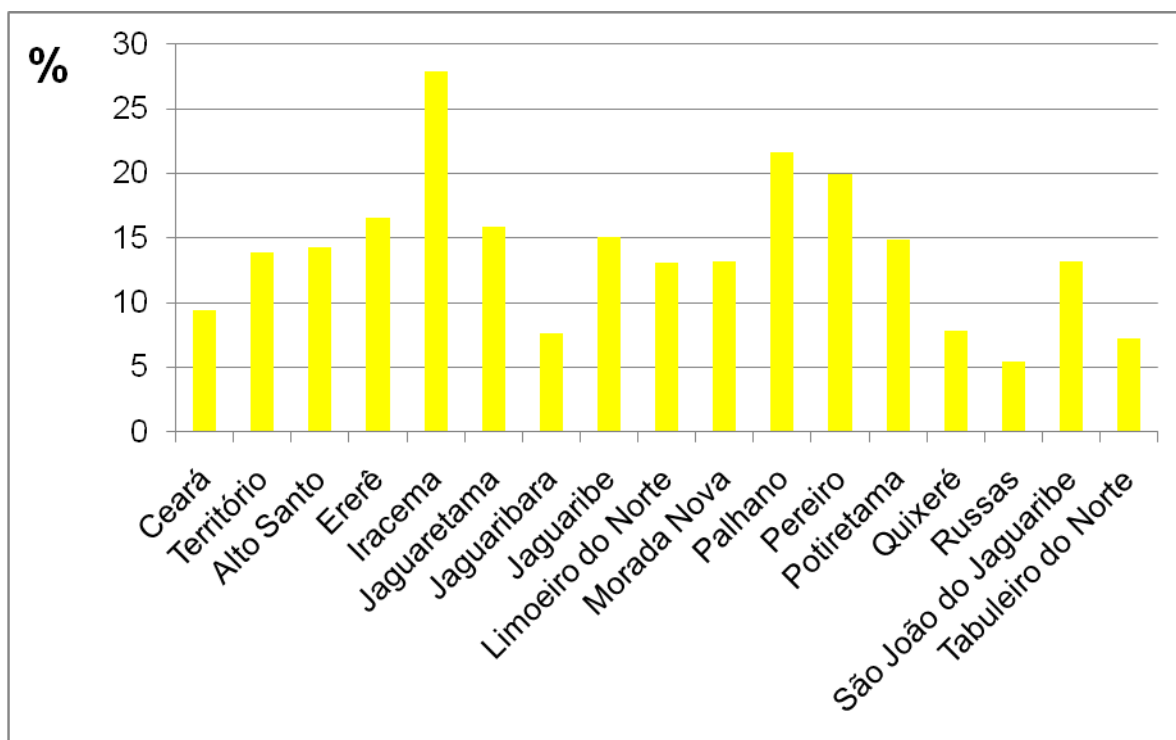


Figura 15: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Figura 12, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, foi de 21%. O município que merece destaque nesse índice é Iracema com uma taxa de crescimento de 29%. Os municípios que apresentaram menor taxa de crescimento global foram Limoeiro do Norte e Russas, com 17% de crescimento. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 13, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, foi de 33%. O município que merece destaque nesse índice é Jaguaretama com uma taxa de crescimento de 43%. O que apresentou menor crescimento foi Limoeiro do Norte com 19%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Na Figura 14, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, foi de 15%. Os municípios que merecem destaque nesse índice são Russas e Tabuleiro do Norte com uma taxa de crescimento de 22% e São João do Jaguaribe com 23%. Os que apresentaram menor crescimento foi Jaguaretama, Jaguaribara e Jaguaribe com

11%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa expectativa de vida da população.

Na Figura 15, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 14%. O município que merece destaque nesse índice é Iracema com uma taxa de crescimento de 28%. O que apresentou menor crescimento foi Russas com 5%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

14.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infraestrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Vale do Jaguaribe foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas Tabelas 39 e 40, pode-se verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infra estrutura; e, sociais) nos anos de 2001 e 2008 para o Território Vale do Jaguaribe e seus municípios. Além disso, nessas Tabelas pode-se visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

Tabela 39: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	30,09	-	28,66	-	43,59	-	48,26	-	16,75	-	15,24	-
Alto Santo	19,12	151	18,19	170	40,27	75	48,89	73	14,62	102	11,73	104
Ererê	14,14	176	21,60	148	15,75	170	62,17	32	7,70	158	7,64	157
Iracema	30,77	61	31,48	59	25,56	142	51,13	66	18,02	73	14,47	75
Jaguaretama	25,67	101	21,12	155	47,48	51	45,47	91	14,33	106	6,65	161
Jaguaribara	25,88	98	30,07	67	29,47	126	43,10	99	11,99	123	14,46	76
Jaguaribe	26,06	94	32,80	51	28,06	131	61,95	34	18,32	71	19,36	43
Limoeiro do Norte	53,42	6	47,81	8	93,88	2	76,69	9	20,81	60	24,94	26
Morada Nova	33,89	47	33,87	48	56,39	32	46,09	87	27,74	34	25,50	23
Palhano	30,40	66	21,35	152	44,63	63	9,85	183	11,05	132	9,52	130
Pereiro	24,53	105	24,32	121	34,23	99	55,21	53	7,98	155	9,31	136
Potiretama	18,49	155	22,04	144	18,04	163	46,01	88	7,26	160	11,74	103
Quixerê	47,10	9	35,42	38	100,00	1	58,70	44	17,35	81	23,03	31
Russas	45,64	14	35,87	36	59,91	26	25,16	168	35,72	25	25,55	22
São João do Jaguaribe	22,06	129	23,98	129	30,12	121	45,25	94	11,64	127	9,68	127
Tabuleiro do Norte	34,22	42	29,93	71	30,04	122	48,23	75	26,71	40	14,95	72

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 40: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	29,11	-	25,04	-	30,93	-	33,98	-
Alto Santo	9,13	168	8,16	180	12,47	167	12,56	169
Ererê	15,52	137	22,11	112	17,59	143	5,02	180
Iracema	35,03	29	27,93	58	44,47	29	41,41	70
Jaguaretama	21,14	100	16,44	157	19,72	136	25,05	130
Jaguaribara	41,47	8	32,86	24	20,61	134	36,27	81
Jaguaribe	34,03	31	30,60	38	23,85	117	28,39	114
Limoeiro do Norte	36,40	21	31,06	37	62,61	6	73,24	9
Morada Nova	22,51	89	23,16	103	28,90	86	47,20	49
Palhano	27,47	59	24,00	93	38,45	46	43,52	59
Pereiro	29,51	50	23,65	96	26,41	103	18,68	153
Potiretama	22,45	90	21,57	121	26,21	105	15,85	161
Quixerê	33,41	36	30,16	40	37,64	49	38,21	80
Russas	38,36	16	31,12	36	48,59	21	64,12	16
São João do Jaguaribe	21,14	99	21,22	126	25,32	112	28,06	116
Tabuleiro do Norte	49,05	4	31,57	33	31,08	77	32,18	102

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a Tabela 42, verifica-se que o município de Limoeiro do Norte é o que apresenta um maior IDM-Global, de 53,42 para o ano de 2006. O município que apresenta menor índice para esse mesmo ano foi Ererê com um valor de 14,14. Verificando o ranking para esse mesmo ano, pode-se visualizar que Limoeiro do Norte encontra-se na 6ª posição e Ererê na 176ª posição. Já para o ano de 2008, pode-se notar que o município que apresentou o melhor índice foi o de Limoeiro do Norte com 47,81 ficando na 8ª posição, e o que ficou pior colocado foi Alto Santo com 18,19 na 170ª posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, pode-se verificar que, em 2006, Quixeré merece papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 1ª posição. Entretanto, esse mesmo município no ano de 2008 caiu para a 44ª posição para esse mesmo índice. Enquanto isso, o município de Ererê que se encontrava na posição 170ª em 2006, foi para 32ª posição em 2008.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foram Morada Nova e Tabuleiro do Norte, na 34ª e 40ª posições, respectivamente. No ano de 2008, o município de Limoeiro do Norte deu um salto nas posições e ocupa a 26ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Jaguaratama, ocupando a 161ª posição, estando entre os últimos classificados no ranking estadual.

Para o IDM – Infra Estrutura (Tabela 43), pode-se verificar que, em 2006, Jaguaribara e Tabuleiro do Norte merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 8ª e 4ª posições. Entretanto, para o ano seguinte (2008), o município de Tabuleiro do Norte caiu para a 33ª posição nesse mesmo índice. O município de Alto Santo apresentou os piores índices, posicionando-se nas 168ª e 180ª posições, nos anos de 2006 e 2008, respectivamente.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Sociais foi Limoeiro do Norte, ocupando 6ª e 9ª posições em 2006 e 2008, respectivamente. No ano de 2008, o município de Jaguaribara deu um salto nas posições e ocupa a 66ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Ererê, ocupando a 180ª posição, estando assim, mal classificado no ranking estadual.

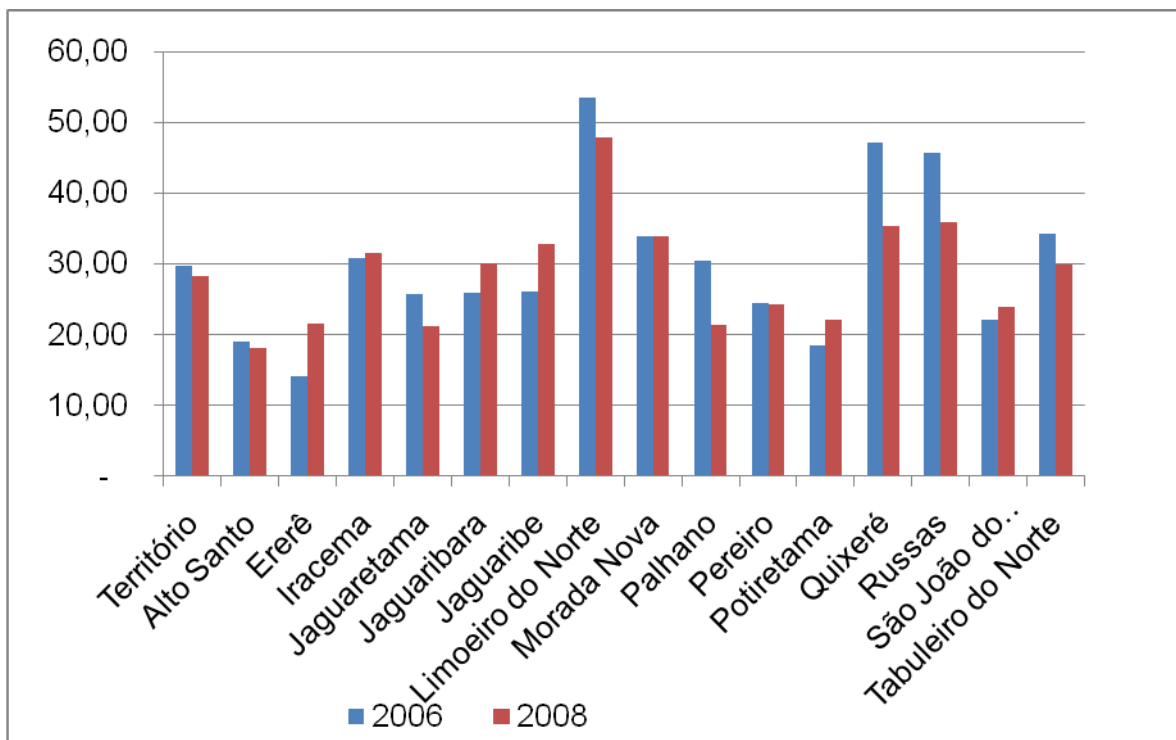


Figura 16: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Figura 16, verifica-se que a tendência dos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Palhano, Pereiro, Quixerê, Russas e Tabuleiro do Norte foi de queda dos valores do IDM-Global. Os demais municípios demonstraram uma tendência de crescimento com o acréscimo dos valores de seus índices.

14.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 41, pode-se verificar o PIB do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 41: Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	1.262.766	1.347.192	1.611.349	1.813.510	2.158.769
Alto Santo	41.424	37.997	45.155	51.972	64.910
Ererê	13.456	14.614	15.764	18.457	23.182
Iracema	32.445	35.633	39.347	46.259	55.512
Jaguaretama	51.267	56.043	62.693	67.374	82.467
Jaguaribara	42.033	34.205	36.288	34.870	46.066
Jaguaribe	110.598	114.763	136.143	150.154	184.555
Limoeiro do Norte	218.775	270.192	330.732	402.049	490.508
Morada Nova	188.162	193.659	234.803	265.724	320.942
Palhano	20.676	18.641	22.406	33.356	31.036
Pereiro	30.417	31.280	37.057	39.520	49.700
Potiretama	14.761	14.305	17.315	18.300	24.124
Quixeré	141.866	128.897	163.727	178.359	198.347
Russas	261.185	290.900	346.242	377.166	431.695
São João do Jaguaribe	23.537	24.732	28.381	29.835	33.992
Tabuleiro do Norte	72.162	81.331	95.296	100.116	121.734

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Pode-se verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 1,2 bilhões de reais em 2004 para cerca de 2,2 bilhões em 2008. Cresceu cerca de 1 bilhão de reais num período de 4 anos. O crescimento do PIB territorial pode ser considerado tímido se levarmos em conta o crescimento do PIB do estado do Ceará, que praticamente dobrou para o mesmo período, entre os anos de 2004 e 2008.

No ano de 2004, os municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova eram responsáveis por cerca de 53% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 15 municípios. Esses mesmos três municípios, em 2008, aumentaram sua contribuição percentual no PIB territorial para 57%. Ao fazer a comparação do PIB de 2004

de Limoeiro do Norte com o do ano de 2008, pode-se verificar que o PIB mais que duplicou. O mesmo crescimento pode ser verificado para Russas, no entanto a uma taxa menor, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 65%.

O município que menos contribuiu para o PIB territorial no ano de 2004 foi o município de Ererê, com apenas 1,1%. Em 2008, esse mesmo município contribuiu com o mesmo percentual.

Através da Tabela 42, pode-se visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Vale do Jaguaribe e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto ao seu comportamento na contribuição do PIB. Pode-se verificar que nessa Tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na Tabela 45, pois esses foram calculados a preços de mercado.

Tabela 42: Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2007-2008.

Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	1.017.124	1.117.451	253.976	293.187	166.138	179.083	527.577	575.058
Alto Santo	29.193	33.600	7.948	8.690	3.680	4.156	16.331	19.257
Ererê	10.376	12.000	2.117	2.524	965	1.052	7.026	8.133
Iracema	25.937	28.735	3.977	4.047	2.443	3.196	18.245	20.078
Jaguaretama	37.810	42.688	13.802	17.209	3.141	3.381	19.761	20.984
Jaguaribara	19.559	23.845	4.659	6.001	2.296	2.865	11.666	13.907
Jaguaribe	84.147	95.532	16.469	18.966	11.559	13.625	50.427	56.452
Limoeiro do Norte	225.495	253.903	86.635	98.733	32.927	34.325	94.142	108.085
Morada Nova	149.028	166.130	21.232	28.809	44.574	47.039	74.525	80.860
Palhano	18.716	16.065	7.558	4.278	1.313	1.504	9.362	9.790
Pereiro	22.162	25.726	2.663	3.992	2.188	2.401	16.342	18.258
Potiretama	10.275	12.487	2.540	3.109	884	988	6.551	8.081
Quixeré	100.031	102.671	60.413	61.523	7.253	6.942	30.052	31.832
Russas	211.459	223.460	14.323	24.566	43.029	46.486	124.805	126.038
São João do Jaguaribe	16.744	17.595	4.159	4.412	1.888	1.740	10.024	10.770
Tabuleiro do Norte	56.192	63.014	5.481	6.330	7.997	9.383	38.317	42.534

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

De acordo com a Tabela 45, pode-se verificar que no setor Agropecuária o PIB territorial em 2007 foi de 253,9 milhões de reais e em 2008 foi para 293 milhões. Para esse mesmo setor, verifica-se que, em 2007, os

principais municípios contribuintes para o PIB territorial nesse setor foram Limoeiro do Norte e Quixeré. No ano de 2008 essa tendência se repetiu. Para o ano de 2008, verifica-se que o município de Ererê foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 2,5 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verifica-se que os valores de setor na contribuição do PIB territorial foram inferiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. Os principais contribuintes nesse setor são Morada Nova e Russas. Os dois juntos corresponderam, em 2008, por uma fatia de 52% do PIB territorial do setor. Os municípios de Ererê, Palhano e Potiretama foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com apenas 2%, no ano de 2008.

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. O município de Russas é o que mais movimentou valores, chegando em 2008 a movimentar, somente, nesse setor cerca de 126 milhões de reais. Em seguida vem o município de Limoeiro do Norte movimentando 108 milhões de reais. Os municípios que movimentaram uma menor quantia nesse setor foram Potiretama e Ererê, ambos com apenas 8 milhões.

Na Figura 17, pode-se verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.

Verifica-se que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 52% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Agropecuária, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 26%. O setor Agropecuário aparece ao lado do setor Industrial com 16% na composição total do PIB territorial.

O PIB *per capita* é um outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que, diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

Na Tabela 46, pode-se verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Pode-se notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem superior ao do Território Vale do Jaguaribe em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 3.239,00 em 2004 e foi para R\$ 4.859,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 1.620,00 em cinco anos, cerca de 50% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Quixeré foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004, com um valor de R\$ 7.697,00. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o município de Quixeré continuou liderando o ranking do território com PIB *per capita*, de R\$ 6.864,00, R\$ 8.561,00, R\$ 9.562,00, e, R\$ 10.163,00. Em todos esses anos (2005, 2006, 2007 e 2008), o PIB *per capita* do município de Quixeré foi maior do que o do estado do Ceará. O município que apresentou menor PIB *per capita* foi Pereiro, isso para todos os anos analisados.

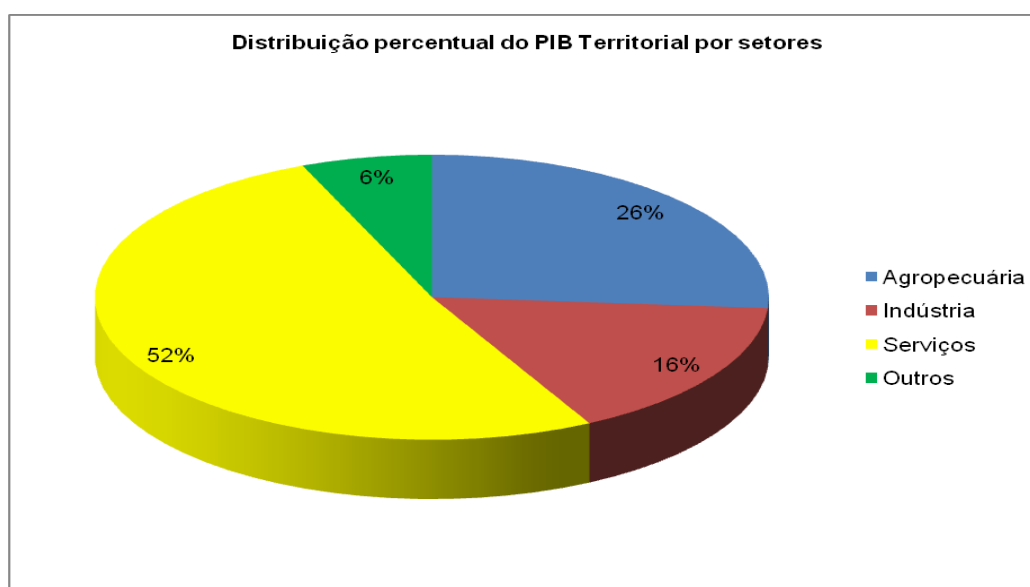


Figura 17: Distribuição Percentual do Produto Interno Bruto do Território Vale do Jaguaribe, 2008.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Tabela 43: Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	3.239	3.258	3.806	4.256	4.859
Alto Santo	2.540	2.301	2.702	2.713	3.191
Ererê	2.159	2.351	2.542	2.664	3.201
Iracema	2.552	2.824	3.143	3.232	3.715
Jaguaretama	2.809	3.062	3.416	3.774	4.485
Jaguaribara	4.545	3.653	3.829	3.565	4.494
Jaguaribe	3.037	3.125	3.676	4.261	5.072
Limoeiro do Norte	4.075	4.950	5.962	7.545	8.832
Morada Nova	2.799	2.855	3.430	4.303	5.070
Palhano	2.497	2.245	2.690	3.792	3.383
Pereiro	1.969	2.019	2.384	2.585	3.149
Potiretama	2.563	2.484	3.008	2.825	3.552
Quixeré	7.697	6.864	8.561	9.562	10.163
Russas	4.157	4.541	5.305	5.896	6.441
São João do Jaguaribe	2.623	2.734	3.113	3.590	3.989
Tabuleiro do Norte	2.566	2.869	3.336	3.539	4.145

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

14.4 População Economicamente Ativa (PEA)

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na Tabela 44, pode-se verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

Pode-se visualizar que o contingente da PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 109.500 pessoas, enquanto em 2000 foi de 141.000, cerca de 31.500 pessoas a mais. Verifica-se também que a PEA urbana foi menor, no ano de 1991, do que a PEA rural, isso se considerarmos a PEA territorial. No ano de 2000, o inverso ocorreu. Além disso, verifica-se também que tanto a PEA rural territorial como a PEA urbana aumentaram do ano de 1991 para o ano de 2000. Essa mesma situação pode ser verificada, para a

maioria dos municípios do território , com exceção de Ererê e Iracema, que no ano de 2000 tiveram sua PEA rural diminuída.

Tabela 44: População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	109.500	141.003	53.691	78.128	55.809	62.875
Alto Santo	4646	5704	1540	1974	3105	3730
Ererê	1897	2375	430	1085	1467	1290
Iracema	4693	5255	2650	3232	2043	2023
Jaguaratama	5643	6587	2000	2500	3643	4086
Jaguaribara	2858	3798	1081	1539	1777	2259
Jaguaribe	11760	15763	6610	9285	5150	6478
Limoeiro do Norte	15986	20924	9426	12787	6560	8137
Morada Nova	19310	24658	9131	13376	10178	11282
Palhano	2136	3194	1011	1740	1126	1454
Pereiro	5002	5904	1289	1823	3713	4081
Potiretama	1870	2083	530	833	1340	1251
Quixeré	5194	6351	2487	3811	2706	2540
Russas	15748	22924	9437	15540	6311	7385
São João do Jaguaribe	2946	3527	976	1276	1970	2252
Tabuleiro do Norte	9811	11956	5091	7329	4719	4628

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Tabela 45, pode-se verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, no ano de 2000.

Analisando a Tabela 45, pode-se verificar que todos os municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%., inclusive o Território Vale do Jaguaribe (50,03%). Pode-se verificar também que a taxa de participação dos homens é maior do que das mulheres, em todos municípios observados. Todos os municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 60%.

Tabela 45: Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	50,03	66,88	33,46
Alto Santo	47,28	63,90	30,79
Ererê	47,48	64,54	30,26
Iracema	49,56	65,67	34,14
Jaguaretama	47,45	67,35	27,68
Jaguaribara	54,41	72,28	36,22
Jaguaribe	56,42	68,04	45,32
Limoeiro do Norte	52,52	68,31	37,46
Morada Nova	48,46	66,85	29,73
Palhano	47,46	63,70	31,73
Pereiro	50,03	70,02	31,08
Potiretama	46,24	64,64	26,73
Quixerê	48,34	67,57	29,21
Russas	50,64	65,07	36,93
São João do Jaguaribe	48,94	63,41	35,31
Tabuleiro do Norte	55,18	71,85	39,34

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Nas Tabelas 46, 47 e 48, pode-se verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, no ano de 2009. Pode-se verificar ainda, que a administração pública seguida da indústria de transformação são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 15.220 e 7.467, respectivamente, para o Território Vale do Jaguaribe. Se pensarmos na magnitude do estado do Ceará, a leitura é diferente, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

Tabela 46: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	35.541	18.952	301.058	43	35	8	7.467	4.721	2.746
Alto Santo	733	235	498	-	-	-	181	99	82
Ererê	591	149	1.383	-	-	-	-	-	-
Iracema	832	326	2.488	-	-	-	12	10	2
Jaguaretama	1.163	377	656	-	-	-	3	2	1
Jaguaribara	684	185	988	-	-	-	4	3	1
Jaguaribe	2.060	853	285.782	-	-	-	335	282	53
Limoeiro do Norte	5.688	3.660	615	5	5	-	930	790	140
Morada Nova	4.526	2.120	431	-	-	-	520	448	72
Palhano	648	274	374	-	-	-	18	18	-
Pereiro	896	389	507	-	-	-	4	4	-
Potiretama	409	131	278	-	-	-	-	-	-
Quixerê	4.176	2.974	1.202	38	30	8	85	67	18
Russas	10.709	6.131	4.578	-	-	-	4.968	2.746	2.222
São João do Jaguaribe	493	181	312	-	-	-	12	7	5
Tabuleiro do Norte	1.933	967	966	-	-	-	395	245	150

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 47: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviços industriais de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.886	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	155	135	20	752	709	43	4.064	2.153	1.911
Alto Santo	-	-	-	-	-	-	71	35	36
Ererê	-	-	-	-	-	-	2	1	1
Iracema	-	-	-	2	2	-	51	26	25
Jaguaratama	-	-	-	16	15	1	83	43	40
Jaguaribara	-	-	-	-	-	-	52	30	22
Jaguaribe	22	18	4	13	11	2	377	237	140
Limoeiro do Norte	59	50	9	148	138	10	969	488	481
Morada Nova	-	-	-	248	237	11	495	249	246
Palhano	-	-	-	-	-	-	21	15	6
Pereiro	-	-	-	-	-	-	28	10	18
Potiretama	-	-	-	-	-	-	10	6	4
Quixerê	-	-	-	1	1	-	112	60	52
Russas	74	67	7	276	258	18	1.342	695	647
São João do Jaguaribe	-	-	-	13	12	1	30	16	14
Tabuleiro do Norte	-	-	-	35	35	-	421	242	179

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 48: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	2.410	1.170	1.240	15.220	5.365	9.855	5.430	4.664	766
Alto Santo	15	9	6	453	81	372	13	11	2
Ererê	2	-	2	587	148	439	-	-	-
Iracema	19	10	9	748	278	470	-	-	-
Jaguaretama	40	13	27	1.021	304	717	-	-	-
Jaguaribara	23	11	12	605	141	464	-	-	-
Jaguaribe	164	63	101	1.130	232	898	19	10	9
Limoeiro do Norte	736	363	373	1.192	360	832	1.649	1.466	183
Morada Nova	283	130	153	2.946	1.026	1.920	34	30	4
Palhano	14	5	9	592	233	359	3	3	-
Pereiro	164	140	24	700	235	465	-	-	-
Potiretama	2	2	-	397	123	274	-	-	-
Quixerê	61	29	32	818	241	577	3.061	2.546	515
Russas	685	293	392	2.752	1.512	1.240	612	560	52
São João do Jaguaribe	13	7	6	411	125	286	14	14	-
Tabuleiro do Norte	189	95	94	868	326	542	25	24	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

14.5 Renda *per capita*

A Tabela 49 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

Tabela 49: Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento (%)
	1991	2000	
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	66,50	96,83	45,60
Alto Santo	62,64	92,75	48,07
Ererê	50,79	77,71	53,01
Iracema	52,41	108,71	107,44
Jaguaretama	56,84	86,89	52,87
Jaguaribara	71,11	89,02	25,19
Jaguaribe	76,53	119,71	56,43
Limoeiro do Norte	88,10	131,90	49,71
Morada Nova	73,92	109,14	47,64
Palhano	41,16	68,55	66,56
Pereiro	43,18	69,68	61,39
Potiretama	48,72	71,30	46,33
Quixeré	66,30	82,66	24,67
Russas	93,01	110,33	18,62
São João do Jaguaribe	75,23	110,74	47,20
Tabuleiro do Norte	97,63	123,40	26,40

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (45,6%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível estadual (40%). A renda per capita territorial saiu de 66,50 reais, em 1991, para 96,83 reais em 2000, aumentou 30,33 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* baixa, variando de R\$ 41,16 no município de Palhano a R\$ 88,10 no município de

Limoeiro do Norte, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 68,55 a R\$ 131,90 para os mesmos municípios, respectivamente. A renda *per capita* territorial foi superior a renda estadual em R\$ 9,60 em 1991 e R\$ 13,74 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi Iracema, com, aproximadamente, 107%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Russas com 18,6% de crescimento.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário

No Território Vale do Jaguaribe o setor agropecuário responde por aproximadamente 26 % do PIB (conforme Figura 18) . O setor agropecuário fica à frente do setor industrial e atrás do setor de serviços, respectivamente, com 16 e 52 % do PIB. A produção agropecuária do território é bastante diversificada. Na agricultura do território, temos produção de frutas, grãos e hortaliças, em quanto na pecuária, ocorre a produção em pequena escala das cadeias da bovinocultura, apicultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, suinocultura, avicultura e outras.

Dentre as cadeias produtivas da agricultura familiar no Território Vale do Jaguaribe as seguintes foram eleitas como prioritárias: fruticultura em geral, banana, apicultura, bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura e a tilápia.

15.1.1 Sistemas de Produção Agrícola

15.1.1.1 Agricultura de sequeiro

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente dependente das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua freqüência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas.

Como técnicas de convivência com o semi árido utilizadas no território para produção agrícola em sistemas de produção de agricultura de sequeiro, utilizam-se de consórcio de culturas em todos os municípios; captação “In situ” em Morada Nova, Jaguaribara e Tabuleiro do Norte; e, Plantio Direto em Jaguaribara.

15.1.1.2 Agricultura irrigada

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da planta. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água à planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

Esse sistema comporta cerca de 90% da produção agrícola do território, com ênfase na fruticultura irrigada. Dentre as principais culturas, se destacam o arroz inundado, fruticultura em geral, feijão, milho, banana, hortaliças (cebolinha e coentro).

15.1.2 Produção Agrícola

15.1.2.1 Culturas Permanentes

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

As principais culturas permanentes cultivadas no território são: banana, coco, laranja, goiaba, caju e mamão. Estas em sua totalidade são cultura irrigadas, os métodos de irrigação utilizados são: irrigação localizada e aspersão convencional. Faz-se uso de tecnologias como análise de solo,

correção de solo com calagem e gesso, podas, substituição de copas em cajueiros, e tratos culturais em geral nas outras culturas.

15.1.2.2 Culturas Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente de replantio após cada colheita.

As principais culturas temporárias cultivadas no território são: feijão, arroz, milho, soja (sementes), melão, melancia, mamona e mandioca. Algumas destas culturas são irrigadas e os métodos de irrigação utilizados são: inundação, pivô-central, aspersão convencional e gotejamento (melão e melancia). Faz-se uso de tecnologias como análise de solo e consórcio de culturas.

No cultivo do milho utiliza-se sementes híbridas de alto valor genético.

Os principais consórcios utilizados no território são: caju/feijão; caju/mandioca; mamona/milho; e, feijão/milho.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

Na Tabela 50, pode-se verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, período de 2006 a 2009.

Se considerarmos a área de produção, a cultura do feijão ocupa o primeiro lugar, com 48 mil hectares de área colhida. A área de feijão cresceu 8 mil hectares entre os anos de 2006 e 2009. Já sua produção caiu se considerarmos esse mesmo período, saindo de 26 mil toneladas em 2006 para 14 mil toneladas em 2009. No entanto, o valor da produção de feijão aumentou para esse mesmo período.

Outra cultura que merece destaque é a banana, ocupando o segundo lugar no valor da produção em 2009. Sua produção saiu de, aproximadamente,

58 mil hectares em 2006 para 64 mil hectares em 2009. O valor da produção cresceu com o aumento da produção, saindo de 26,8 milhões de reais em 2006 para 31,5 milhões em 2009.

Pode-se notar, ainda na Tabela 50, que culturas como melão e abacaxi apresentam-se como culturas de alto valor econômico, e por isso deve ser esclarecido que são culturas que exigem do produtor um alto nível tecnológico empregado. A cultura do melão respondeu por um valor de produção na ordem de 40 milhões de reais, ocupando o primeiro lugar no ano de 2009 dentre os municípios deste território. Vale ressaltar, no entanto, que é uma cultura de alto risco. Qualquer variação climática pode resultar em perda total da produção, principalmente nas condições climáticas do Território Vale do Jaguaribe.

Culturas como feijão e milho são bastante cultivadas em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada, cerca de 48 mil e 25,8 mil hectares (em 2009), respectivamente. A agricultura familiar é quem cultiva essas culturas no território, com função principal de subsistência. Essas culturas são cultivadas em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

Na Figura 18, pode-se verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, período de 2006 a 2009.

Tabela 50: Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Vale do Jaguaribe, 2006-2009.

Produto	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacaxi (2)	630	1.140	1.402	326	42.840	77.520	95.337	8.535	51.408	94.109	120.313	10.538
Algodão herbáceo (em caroço) (2)	420	30	20	-	602	12	17	-	518	11	15	-
Arroz (em casca) (2)	4.495	4.006	4.345	5.200	26.970	23.672	26.412	31.648	15.245	13.699	19.944	17.711
Banana (cacho) (1)	2.493	2.606	2.563	2.809	58.146	60.921	59.269	64.462	26.899	30.180	29.405	31.518
Batata-doce (2)	7	5	5	4	39	29	26	16	14	15	14	9
Cana-se-açúcar (2)	35	35	55	55	1.073	1.035	2.213	2.200	59	58	98	97
Castanha de caju (1)	24.952	25.622	26.486	26.724	6.921	2.125	7.107	7.779	6.384	1.755	6.394	7.261
Coco-de-baia (1)	339	339	348	348	2.962	2.927	2.972	2.892	1.217	853	1.043	1.011
Fava (em grão) (2)	13	10	11	12	4	4	5	6	4	4	6	8
Feijão (em grão) (2)	40.950	34.264	35.993	48.224	26.631	12.841	21.373	14.562	25.210	15.325	31.073	26.643
Figo (1)	8	4	4	-	85	8	15	-	214	79	111	-
Goiaba (1)	154	159	181	193	2.104	2.151	2.427	2.972	1.314	1.294	1.443	1.845
Laranja (1)	35	35	39	38	278	283	330	325	131	113	133	133
Mamão (1)	154	229	394	420	9.850	15.404	27.641	24.944	2.302	3.734	7.284	7.243
Mamona (2)	40	141	658	1.849	24	13	219	540	10	8	195	563
Mandioca (2)	1.009	1.833	1.395	859	8.845	13.446	13.156	5.587	1.337	1.919	2.097	920
Melancia (2)	300	355	530	470	9.600	11.400	23.400	17.950	2.803	3.353	6.420	5.785
Melão	3.485	3.515	3.695	1.830	87.125	87.898	92.775	45.950	85.745	88.815	104.536	40.062
Milho (em grão) (2)	20.740	19.786	19.429	25.880	29.314	14.945	22.529	18.607	9.387	6.084	11.892	9.677
Soja (em grão) (2)	300	350	512	975	1.026	1.086	1.665	3.315	701	1.140	812	6.689
Sorgo (em grão) (2)	4.170	1.797	1.685	2.075	8.475	2.744	2.524	2.470	2.607	917	1.035	1.055
Tomate (2)	23	33	48	46	1.015	1.455	2.140	2.015	524	1.491	1.661	1.612
Uva (1)	3	18	8	-	17	244	64	-	28	423	146	-
Total	100.559	94.464	98.065	116.216	314.439	327.720	398.888	252.290	230.902	262.548	343.228	167.711

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

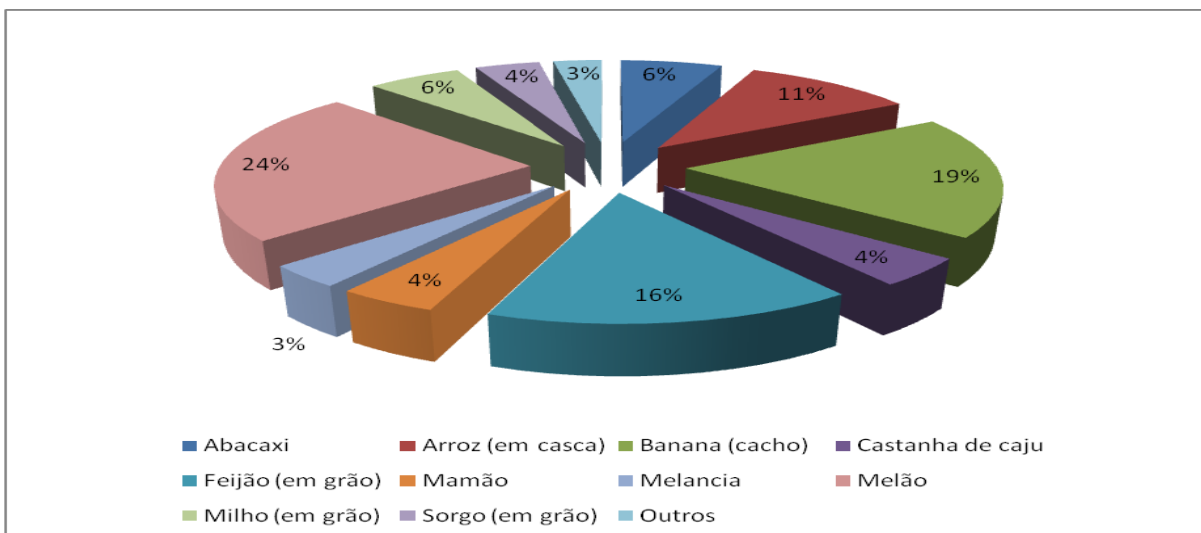


Figura 18: Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Vale do Jaguaribe, 2009.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Como observado anteriormente, o melão ocupa o primeiro lugar, com 24% na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes. No entanto, é uma cultura cultivada apenas por grandes empresas do setor, restringindo a entrada de pequenos produtores e agricultores familiares.

A cultura da banana ocupa o segundo lugar no valor da produção de castanha de caju, com uma fatia de 19% do valor total das culturas temporárias e permanentes.

15.1.3 Sistemas de Produção Animal

15.1.3.1 Pecuária Extensiva

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicações de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

15.1.3.2 Pecuária Intensiva

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais; controle via satélite etc.

15.1.3.3 Pecuária Semi Intensiva

A pecuária semi intensiva é aquela que é praticada utilizando-se parte do tempo recursos tecnológicos avançados, isto é, os animais ficam confinados e a outra parte do tempo soltos para pastarem. Na verdade, é o sistema mais utilizado pelos agricultores. Vale ressaltar que esse tipo de exploração pecuária é a mais utilizada no território. Segundo dados primários, verifica-se que os produtores utilizam irrigação para produção de pasto. Os principais capins utilizados são: Capim elefante, tanzânia, paulistinha, etc.

15.1.4 Produção Animal

Nas Tabelas 51, 52 e 53, pode-se verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Pode-se verificar que o rebanho bovino do território praticamente se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Essa mesma tendência pode ser observada para os municípios que compõem o território. Dentre os municípios, o que apresenta maior rebanho bovino é Morada Nova com 55.211 cabeças no ano de 2009. Em seguida, vem o município de Jaguaratama com um efetivo bovino de 53.336 cabeças. O Território Vale do Jaguaribe totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 330.404 cabeças, respondendo por 13,2% do rebanho total do estado do Ceará.

Ao analisarmos o rebanho suíno, verifica-se que, assim como o bovino, o efetivo permaneceu praticamente constante nos anos de 2008 e 2009. Saiu

de 67.213 cabeças em 2008 para 68.690 em 2009 no Território Vale do Jaguaribe. O mesmo aconteceu com os municípios do território.

O município com maior efetivo é Morada Nova com 11.398 cabeças em 2009. Em seguida vem Jaguaretama com 8.267 cabeças. O município com menor rebanho é Ererê com apenas 1.188 cabeças em 2009. O rebanho do território é praticamente insignificante se considerarmos o efetivo estadual, chegando a apenas 5,9% do total estadual.

Tabela 51: Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	324.081	330.404	67.213	68.690
Alto Santo	29.334	29.480	6.512	6.564
Ererê	9.287	9.751	1.160	1.188
Iracema	19.508	19.625	1.616	1.663
Jaguaretama	52.548	53.336	8.126	8.267
Jaguaribara	14.287	14.572	1.796	1.828
Jaguaribe	49.624	50.616	9.139	9.407
Limoeiro do Norte	19.503	20.576	4.884	4.975
Morada Nova	53.970	55.211	11.080	11.398
Palhano	3.070	3.154	1.220	1.261
Pereiro	6.942	7.067	3.863	3.960
Potiretama	9.910	10.010	2.603	2.654
Quixerê	5.986	6.046	1.948	1.996
Russas	20.093	20.539	6.633	6.786
São João do Jaguaribe	9.115	9.203	3.803	3.858
Tabuleiro do Norte	20.904	21.218	2.830	2.885

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

O rebanho de caprinos do Território Vale do Jaguaribe aumentou em 2.670 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. O maior efetivo caprino no território é do município de Russas, com 20.825 cabeças, 16,2% do rebanho do território. O menor rebanho é do município de Ererê, com apenas 1.799 no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a 12,8% do total estadual.

Pode-se verificar que o rebanho de ovinos é bem superior ao de caprinos. Para o ano de 2009, o rebanho de ovinos foi 2,2 vezes maior do que o de caprinos.

O rebanho de ovinos cresceu, aproximadamente, 3.500 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Jaguaretama com mais de 65.000 cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é Pereiro, com pouco mais de 2 mil cabeças no ano de 2009.

Tabela 52: Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	128.283	130.953	291.453	295.109
Alto Santo	9.395	9.583	15.854	13.171
Ererê	1.799	1.817	4.611	4.703
Iracema	2.563	2.615	7.349	7.533
Jaguaretama	19.143	19.621	66.159	67.813
Jaguaribara	3.375	3.459	12.838	13.223
Jaguaribe	14.191	14.613	44.078	45.179
Limoeiro do Norte	5.775	5.833	15.300	15.455
Morada Nova	16.282	16.445	48.815	49.547
Palhano	5.600	5.796	5.715	5.972
Pereiro	2.362	2.433	1.978	2.047
Potiretama	2.380	2.416	9.672	9.865
Quixeré	9.209	9.347	6.862	7.066
Russas	20.825	21.418	34.300	35.312
São João do Jaguaribe	3.734	3.790	6.294	6.420
Tabuleiro do Norte	11.650	11.767	11.628	11.803

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 53: Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	285.341	290.076	268.964	275.375
Alto Santo	13.020	13.040	16.849	17.008
Ererê	9.705	9.754	14.630	14.776
Iracema	12.177	12.238	13.288	13.620
Jaguaretama	53.110	54.172	49.413	50.154
Jaguaribara	10.231	10.415	7.699	7.853
Jaguaribe	50.760	52.029	38.473	39.435
Limoeiro do Norte	11.897	11.956	12.952	13.211
Morada Nova	37.219	37.591	41.499	42.329
Palhano	5.010	5.150	8.435	8.730
Pereiro	25.980	26.693	25.852	26.628
Potiretama	6.748	6.782	8.369	9.495
Quixeré	5.364	5.418	8.125	8.287
Russas	24.572	25.095	1.994	2.036
São João do Jaguaribe	8.020	8.100	8.774	8.949
Tabuleiro do Norte	11.528	11.643	12.612	12.864

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Como se pode perceber, o efetivo de galinhas do território responde por 3,6% do total estadual (ano de 2009). Um percentual relativamente baixo. O mesmo pode-se verificar para o efetivo de galos, frangas e pintos, onde o território responde por menos ainda, apenas 1,6% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Jaguaretama e Jaguaribe, respondendo juntos por mais de 100.000 cabeças. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Palhano, com apenas 5.150 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, pode-se verificar que o quadro muda um pouco com Morada Nova entrando no lugar de Jaguaribe com segundo maior rebanho.

Nas Tabelas 54, 55 e 56, pode-se verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Tabela 54: Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	93.247	95.500	89.912	91.954	62.746	67.872
Alto Santo	8.771	8.795	8.332	8.355	6.249	6.684
Ererê	3.250	3.295	3.088	3.130	2.161	2.348
Iracema	5.852	5.860	5.676	5.684	4.144	4.434
Jaguaretama	13.137	13.334	10.510	10.667	6.306	6.720
Jaguaribara	3.428	3.497	2.674	2.728	1.604	1.718
Jaguaribe	14.887	15.184	13.398	13.666	8.039	8.609
Limoeiro do Norte	6.826	6.860	8.191	8.232	6.143	6.586
Morada Nova	18.890	18.984	20.779	20.882	15.584	16.288
Palhano	625	647	563	641	422	512
Pereiro	1.958	2.014	1.234	1.269	740	799
Potiretama	3.072	3.087	3.072	3.087	2.150	2.346
Quixeré	1.078	1.415	916	1.203	669	962
Russas	3.840	3.938	4.044	4.111	3.033	3.289
São João do Jaguaribe	2.825	2.840	3.108	3.124	2.300	2.437
Tabuleiro do Norte	4.808	5.750	4.327	5.175	3.202	4.140

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Pode-se verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Vale do Jaguaribe, foi de 89,9 e 91,9 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção se manteve constante nesses anos. Já o valor da produção, teve um aumento significativo, saindo de 62,7 milhões de reais para 67,8 milhões de reais.

O município de Morada Nova aponta como o maior produtor de leite do território, com 20,8 milhões de litros de leite, quase 23% da produção total do território. Palhano aparece como o menor produtor de leite do território com menos de 641.000 litros e com um valor da produção de 512 mil reais.

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do efetivo de galinhas, onde os maiores produtores são os municípios de Jaguaretama e Jaguaribe, com um total de 700.000 mil de dúzias de ovos, o que resulta num valor total de 2,2 milhões de reais.

A produção do território chega a ser 1,4% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, chega a 1,9%.

Tabela 55: Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	1.997	1.732	5.165	5.497
Alto Santo	52	52	169	188
Ererê	58	59	189	211
Iracema	85	86	277	308
Jaguaretama	372	379	1.115	1.138
Jaguaribara	72	73	215	219
Jaguaribe	355	364	1.066	1.093
Limoeiro do Norte	95	96	331	344
Morada Nova	298	301	1.036	1.083
Palhano	33	34	80	96
Pereiro	182	187	546	561
Potiretama	40	41	141	146
Quixerê	27	27	91	98
Russas	172	176	413	527
São João do Jaguaribe	64	65	218	233
Tabuleiro do Norte	92	93	314	335

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

No ano de 2008, a produção de mel do território chegou a ser 44,5% do total do estado do Ceará. No ano seguinte, em 2009, caiu para 44,2%. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas um ano.

O mesmo ocorreu com o território. Do ano de 2008 para 2009, houve um aumento tanto na quantidade produzida quanto no valor da produção, a segunda variável provavelmente acompanhou a primeira. Isso foi observado em todos os municípios do território.

Tabela 56: Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade (kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	1.813.036	2.092.417	4.545	6.540
Alto Santo	300.000	350.000	720	1.085
Ererê	-	-	-	-
Iracema	50.000	55.000	120	171
Jaguetama	815	9548	3	33
Jaguaribara	732	9.600	2	34
Jaguaribe	5.545	11.169	18	39
Limoeiro do Norte	550.000	600000	1.375	1.920
Morada Nova	300.000	380.000	690	1.178
Palhano	30.800	32.340	86	91
Pereiro	-	-	-	-
Potiretama	30.000	35.000	72	109
Quixeré	55.000	60000	248	192
Russas	76.144	79.760	217	231
São João do Jaguaribe	34.000	50.000	82	155
Tabuleiro do Norte	380.000	420.000	912	1.302

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

A situação da cadeia da apicultura no território é bastante favorável e em expansão. Há recursos alocados na Caixa Econômica para implantação de 14 casas e mel, sendo que está faltando apenas apresentações de documentações.

O leite é vendido na forma in natura, parte para as queijarias e outra para os laticínios. Estes são pequenas queijeiras, laticínios e CBL – Betânia, porém vale ressaltar que essa logística é bastante desorganizada.

A cadeia da pesca no território está diretamente relacionada com o cultivo da tilápia, ocupando um papel de destaque entre as cadeias produtivas. No Território Vale do Jaguaribe a tilapicultura tem se expandido de forma impressionante. A economia dos 15 municípios do Território, baseia-se na agropecuária, e, recentemente, surgiu a Aqüicultura e Pesca, principalmente,

com a finalização da construção do Açude Padre Cícero, mais conhecido como Açude Castanhão, no ano de 2003.

Os pescadores estão bastante organizados. Porém a comercialização de seus produtos, cerca de 99% é via atravessador, no entanto, com os adventos do mercados institucionais (PAA e PNAE) vem mudando essa situação. A exemplo, temos a Associação dos Produtores (APLAGES) que comercializa seu pescado com o PNAE.

15.2 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no território e tem um papel importante em sua economia. A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração. No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão graves no seu processo de extração. Torna-se grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na Tabela 60, pode-se verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, o que possui maior valor da produção no território é, sem dúvidas, a carnaúba, com 5,4 milhões de reais para a cera, 245 mil reais para o pó, e, 28 mil reais em fibra, resultando em 5,7 milhões de reais somente para essa cadeia no território. Pode-se verificar que tanto a quantidade produzida quanto o valor da produção caíram nos anos observados. A quantidade produzida no território responde por 11% do total do estado do Ceará. Quanto ao valor da produção esse percentual aumenta para 17% do valor total produzido.

Chamamos atenção para três municípios, em específico, produtores de cera e pó de carnaúba no território, são eles: Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte. Esses municípios apresentam tradição na exploração extrativista da carnaúba e a renda adquirida por essa cadeia, reflete de forma significativa na qualidade de vida das famílias de agricultores familiares. Somente em Russas, cerca de 3,7 milhões de reais são movimentados nessa cadeia produtiva. É um valor considerável se consideramos que é apenas praticada parte do ano e de forma extrativista.

Como a carnaubeira predomina nos ambientes com solos argilosos, aluviões, de margens de rios, suporta lugares alagados e com elevados teores de salinidade (CUNHA, 1994), características estas comum da região do Território Vale do Jaguaribe, esta cadeia produtiva apresenta um elevado potencial de produção, ocupando assim papel de destaque ao pensar em desenvolvimento rural do território.

Com a finalidade de estimular e conscientizar os diferentes segmentos da cadeia produtiva desta cultura no Território Vale do Jaguaribe, e para que a mesma ganhe competitividade no mercado, faz-se necessário a racionalização dos sistemas de produção vigentes, contribuindo para o aumento da renda do agricultor familiar e melhoria da qualidade do pó cerífero, da cera e de seus derivados.

No Território Vale do Jaguaribe, os empreendimentos da agricultura familiar produzem a cera em pequenas casas de cera, localizadas no quintal da própria moradia. Em alguns empreendimentos, a cera é produzida em casas de cera que são adaptações de casas de farinha, tendo o espaço dupla funcionalidade de acordo com as safras da carnaúba ou mandioca.

A comercialização é realizada pelos agricultores familiares através de corretores de exportação e industriais exportadores, que reúnem a produção de cera de carnaúba e realizam seu processamento e comercialização para compradores internacionais e nacionais. No que se refere à comercialização, principalmente para exportação da cera de carnaúba, o Estado do Ceará já ocupou lugar de destaque entre os Estados do nordeste, no entanto, vem gradativamente, ao longo dos anos, diminuindo a sua participação na pauta de exportação, devido entre outros fatores, a desorganização da cadeia produtiva

em todos os seus segmentos, o baixo índice tecnológico do sistema de produção, e falta de apoio creditício.

Tabela 57: Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnaúba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Território	1.079	901	6.976	5.426
Alto Santo	48	31	347	188
Iracema	0	0	1	0
Jaguaretama	1	1	2	3
Limoeiro do Norte	54	32	391	193
Morada Nova	301	195	2.164	1.192
Palhano	8	9	46	54
Potiretama	0	0	1	1
Quixeré	7	5	52	29
Russas	650	621	3.900	3725
São João do Jaguaribe	1	1	8	5
Tabuleiro do Norte	9	6	64	36
Carnaúba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Território	112	72	390	245
Alto Santo	18	12	53	39
Iracema	0	0	1	1
Jaguaretama	0	0	1	1
Limoeiro do Norte	61	36	230	124
Morada Nova	17	12	57	39
Palhano	5	6	16	18
Potiretama	2	1	6	4
Quixeré	5	3	14	11
São João do Jaguaribe	2	1	6	4
Tabuleiro do Norte	2	1	6	4
Carnaúba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Território	60	58	28	28
Jaguaretama	10	10	5	5
Jaguaribara	2	2	1	1
Jaguaribe	3	3	1	1
Palhano	6	6	3	3
Russas	39	37	18	18
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Território	130	131	57	61
Alto Santo	6	6	3	3
Ereré	1	1	1	1
Iracema	11	11	5	6
Jaguaretama	3	3	2	2
Jaguaribara	1	1	1	1
Jaguaribe	8	8	4	4
Limoeiro do Norte	19	19	9	10
Morada Nova	2	2	1	1
Palhano	8	8	3	3
Pereiro	7	7	4	4
Potiretama	2	2	1	1
Quixeré	1	1	1	1
Russas	59	60	21	23
Tabuleiro do Norte	2	2	1	1
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Território	363.164	367.269	3.207	3.366
Alto Santo	3.330	3.380	35	36
Ereré	13.510	13.578	142	144
Iracema	17.545	17.633	184	189
Jaguaretama	13.536	13.556	97	105
Jaguaribara	18.987	19.034	136	146
Jaguaribe	35.773	35.880	256	289
Limoeiro do Norte	89.554	89.010	967	970
Morada Nova	27.025	27.295	289	295
Palhano	20.400	21.100	133	148
Pereiro	21.605	21.659	160	174
Potiretama	7.330	7.403	78	79
Quixeré	7.535	7.610	78	81
Russas	66.450	69.440	432	486
São João do Jaguaribe	788	796	8	9
Tabuleiro do Norte	19.796	19.895	212	215

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Quanto aos municípios produtores dessa cadeia, verifica-se que Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte, são os maiores produtores, e os mesmos respondem por 85% da produção total do território.

O carvão vegetal não tem uma grande importância econômica para o território, assim como, para o estado do Ceará. No entanto, se considerarmos a lenha, verifica-se que é um produto extrativista de alto valor econômico para o estado e território, com 35 milhões de reais e 3,4 milhões, respectivamente. Dentre os maiores produtores, os municípios de Limoeiro do Norte e Russas despontam nessa atividade. Vale ressaltar que essa atividade não tem nada a se vangloriar, pois a mesma é uma das maiores degradadoras no meio ambiente, resultando em prejuízos muito sérios para a fauna e flora de um bioma muito sensível como a caatinga, onde se encontra maior parte dos municípios do território.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 58, pode-se verificar o número de imóveis rurais por tamanho do imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2005.

De acordo com a Tabela 61, verifica-se que o número total de imóveis do território é de 15.793 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 969 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma o padrão da agricultura familiar do território.

Pode-se verificar na Tabela 58 que 142 propriedades do território ocupam uma área de 261 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 687 propriedades ocupam uma área de 275,9 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 258,7 mil hectares em um número total de 2.713 propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas como minifúndios, ocupam 172 mil hectares, em um número total de 11.979 propriedades.

Apesar disso, observa-se que os detentores da maior parte da área dos imóveis do território são os imóveis classificados como grandes e médias propriedades.

Vale ressaltar que no município de Ererê, apenas uma propriedade foi classificada como grande propriedade.

Tabela 58: Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	15.793	969.384	142	261.473	687	275.935	2.713	258.737	11.979	172.204	272	1.036
Alto Santo	320	70.529	20	47.148	29	11.425	74	7.455	193	4.419	4	82
Ererê	448	22.624	1	1.288	16	5.543	112	10.497	303	5.296	16	0
Iracema	622	76.353	14	24.979	47	21.142	196	22.940	354	7.293	11	1
Jaguaretama	718	99.120	11	27.568	85	32.613	307	31.449	286	7.093	29	397
Jaguaribara	368	46.607	5	6.865	53	22.643	132	13.163	170	3.936	8	0
Jaguaribe	1.484	138.661	21	32.693	120	49.990	346	35.989	977	19.989	20	0
Limoeiro do Norte	1.777	48.170	5	6.384	33	14.031	126	12.210	1.594	15.512	19	34
Morada Nova	2.402	162.879	26	33.748	114	43.131	726	55.956	1.480	30.042	56	2
Palhano	715	28.318	4	9.299	12	4.497	56	5.202	630	8.844	13	476
Pereiro	1.089	28.072	2	2.499	13	5.158	96	8.899	957	11.516	21	0
Potiretama	334	26.124	3	4.212	25	10.225	65	7.614	238	4.072	3	1
Quixerê	1.238	33.025	7	9.458	24	9.464	51	5.600	1.145	8.503	11	1
Russas	2.274	99.965	15	36.819	62	25.090	195	18.801	1.959	19.244	43	11
São João do Jaguaribe	603	21.383	2	4.725	6	2.039	53	5.086	538	9.533	4	0
Tabuleiro do Norte	1.401	67.555	6	13.789	48	18.945	178	17.878	1.155	16.911	14	32

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Nas Figuras 19 e 20, verifica-se a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Vale do Jaguaribe, em 2005.

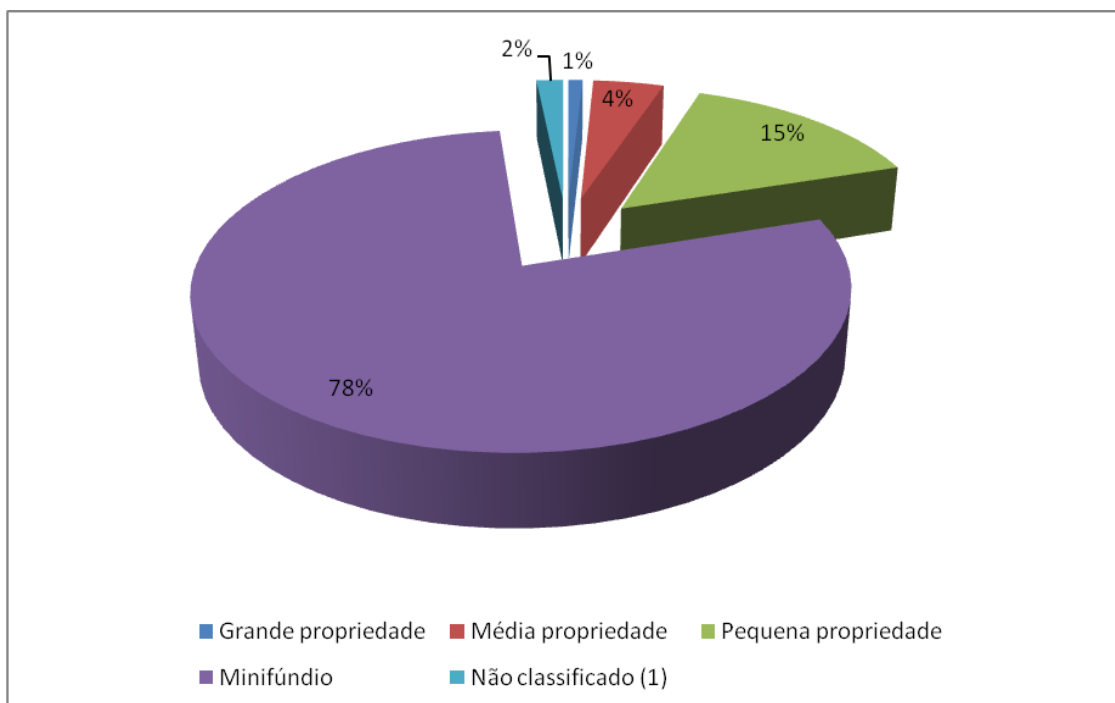


Figura 19: Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Vale do Jaguaribe, 2005.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Verifica-se que 78% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a agricultura familiar. O que chama atenção também é que 15% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, ao somar o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, percebe-se que 93% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios às políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verifica-se que somente 4% encontram-se classificados como média propriedade e somente 1% como grande propriedade.

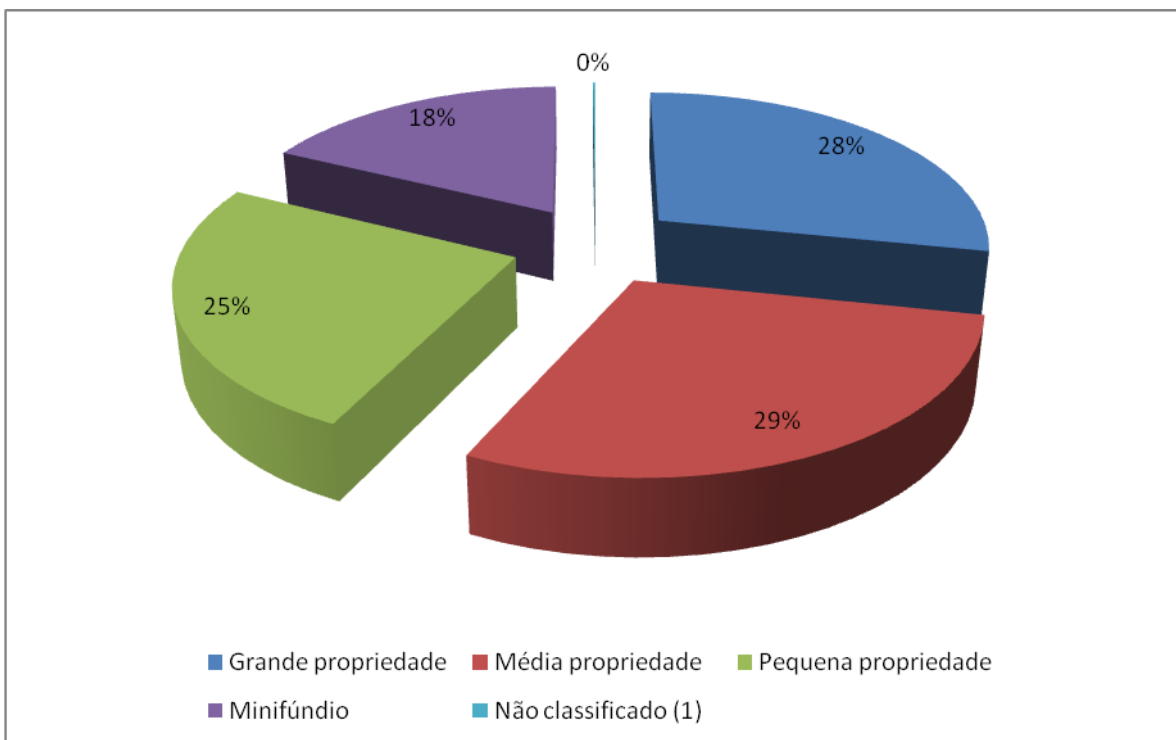


Figura 20: Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Vale do Jaguaribe, 2005.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, notamos que o inverso acontece, onde 28% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como grande propriedade.

Nas classes média, pequena e minifúndios, a distribuição percentual é de 29%, 25% e 18%, respectivamente. Isso reflete a má distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam ao território a importância e a necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil, Ceará, Território Extremo Oeste.

Na Tabela 59, verifica-se que no Território Vale Jaguaribe no ano de 2008 foram realizados 388 cadastros, 84% do número de cadastro programado e 205 foram regularizados (todos imóveis do município de Jaguaribara), correspondendo a 85% do programado. O número de cadastro aumentou para 2.887 no ano de 2009, sendo 393 cadastros de Jaguaribara e 2.494 de Russas. Em relação a regularização, foi programado regularizar 227 imóveis, no entanto 257 foram regularizados, sendo todos imóveis de Jaguaribara. O Território foi

responsável por apenas 8% do total de cadastros do estado em 2009 e esse número foi menor ainda quando referido a regularização, somente 1,4%. Sabe-se que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

Tabela 59: Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	460	4.160	388	2.887	241	227	205	257
Jaguaretama	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaguaribara	460	460	388	393	241	227	205	257
Russas	-	3.700	-	2.494	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

16.1 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária

Tabela 60: Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	6	6	1.005	593	48	34
Limoeiro do Norte	-	2	-	63,51	-	4
Morada Nova	5	1	919,49	147,22	46	10
Russas	1	2	85,31	300,88	2	15
Tabuleiro do Norte	-	1	-	81,28	-	5

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

17.1 Comercialização da Produção de Base Familiar e Artesanal

Sabe-se que o território vem comercializando os mercados institucionais PAA e PNAE, porém somente com levantamentos que vem sendo realizado pela base de serviços de comercialização do território poderemos materializar a magnitude das quantias comercializadas, assim como, das quantidades principais dos produtos.

17.2 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas Tabelas 61 e 62, verifica-se financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008.

Verifica-se que, em 2008, foram fechados 18.106 contratos, sendo concedido um montante de 62 milhões de reais no Território Vale do Jaguaribe. Desse total, quase 70% dos contratos foram da Pecuária, com financiamento de cerca de 44 milhões de reais.

Se compararmos com o estado do Ceará, verifica-se que o Território Vale do Jaguaribe correspondeu por uma fatia de 11,4% do total financiado no estado do Ceará. Se analisarmos o número de contratos, notamos que 13,2%

do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008.

Tabela 61: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	18.106	62.132.850	1.911	15.065.733	16.191	41.067.117	4	6.000.000
Alto Santo	450	1.747.192	40	601.027	410	1.146.165	-	-
Ererê	401	1.091.484	44	285.084	357	806.400	-	-
Iracema	1.136	4.425.718	354	2.027.086	782	2.398.632	-	-
Jaguaretama	589	1.284.457	14	113.767	575	1.170.690	-	-
Jaguaribara	344	719.800	26	138.506	318	581.294	-	-
Jaguaribe	4.907	9.836.744	139	1.355.438	4.768	8.481.306	-	-
Limoeiro do Norte	1.051	5.757.973	268	3.419.163	783	2.338.810	-	-
Morada Nova	2.200	13.012.520	212	1.469.917	1.984	5.542.603	4	6.000.000
Palhano	534	987.914	178	353.844	356	634.071	-	-
Pereiro	1.274	1.937.143	315	557.556	959	1.379.588	-	-
Potiretama	857	2.340.658	49	279.912	808	2.060.746	-	-
Quixerê	238	4.062.746	56	3.010.877	182	1.051.869	-	-
Russas	1.185	3.175.097	71	504.478	1.114	2.670.619	-	-
São João do Jaguaribe	573	2.948.142	62	409.357	511	2.538.786	-	-
Tabuleiro do Norte	2.367	8.805.261	83	539.722	2.284	8.265.539	-	-
Agricultura								
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	3.785	17.761.558	957	8.524.403	2.828	9.237.154	-	-
Alto Santo	39	353.010	10	155.758	29	197.251	-	-
Ererê	47	175.683	-	-	47	175.683	-	-
Iracema	86	333.705	2	93.061	84	240.644	-	-
Jaguaretama	33	74.579	2	9.487	31	65.093	-	-
Jaguaribara	20	35.807	1	1.403	19	34.404	-	-
Jaguaribe	512	834.450	1	51.975	511	782.475	-	-
Limoeiro do Norte	325	3.839.913	225	2.965.284	100	874.628	-	-
Morada Nova	322	2.566.714	143	934.620	179	1.632.093	-	-
Palhano	403	806.135	156	345.317	247	460.818	-	-
Pereiro	648	1.024.601	312	535.812	336	488.790	-	-
Potiretama	146	416.920	10	70.392	136	346.528	-	-
Quixerê	93	3.780.185	46	2.969.923	47	810.261	-	-
Russas	398	1.251.177	34	222.749	364	1.028.428	-	-
São João do Jaguaribe	27	188.028	9	115.913	18	72.115	-	-
Tabuleiro do Norte	686	2.080.651	6	52.709	680	2.027.943	-	-
Pecuária								
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	12.443	44.371.292	954	6.541.330	13.363	31.829.962	4	6.000.000
Alto Santo	411	1.394.182	30	445.268	381	948.914	-	-
Ererê	354	915.801	44	285.084	310	630.717	-	-
Iracema	1.050	4.092.013	352	1.934.025	698	2.157.988	-	-
Jaguaretama	556	1.209.878	12	104.281	544	1.105.597	-	-
Jaguaribara	324	683.994	25	137.104	299	546.890	-	-
Jaguaribe	4.395	9.002.294	138	1.303.463	4.257	7.698.832	-	-
Limoeiro do Norte	726	1.918.061	43	453.879	683	1.464.182	-	-
Morada Nova	1.878	10.445.806	69	535.296	1.805	3.910.510	4	6.000.000
Palhano	131	181.779	22	8.526	109	173.253	-	-
Pereiro	626	912.542	3	21.744	623	890.798	-	-
Potiretama	711	1.923.738	39	209.520	672	1.714.218	-	-
Quixerê	145	282.561	10	40.953	135	241.607	-	-
Russas	787	1.923.920	37	281.729	750	1.642.190	-	-
São João do Jaguaribe	546	2.760.114	53	293.444	493	2.466.670	-	-
Tabuleiro do Norte	1.681	6.724.609	77	487.013	1.604	6.237.596	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Se fizermos essa análise para o ano de 2009, percebe-se que o número de contratos no território caiu para 9.234, assim como o valor total de financiamentos, que foi para 52,8 milhões, cerca de 9 milhões a menos que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 20,9 milhões para a agricultura e 31,9 milhões de reais para a pecuária, seguindo o comportamento do ano anterior.

Se compararmos com o estado do Ceará, verifica-se que o Território Vale do Jaguaribe correspondeu por uma fatia de 9,5% do total financiado, inferior ao ano de 2008. O número de contratos do território decresceu de 13,2% para um percentual de 8% no ano de 2009.

Ao analisarmos a finalidade dos investimentos, em 2008, Pode-se notar que, no Território Vale do Jaguaribe, a distribuição foi a seguinte: 15 milhões de reais para o custeio; 41 milhões em investimento; e, 6 milhões em comercialização. Dos 15 milhões utilizados em custeio, 8,5 milhões de reais foram na agricultura e 6,5 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 9,2 milhões foram concedidos para a agricultura e 32,8 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 6 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados somente na pecuária.

No ano de 2009, verifica-se que, no Território Vale do Jaguaribe, a distribuição foi a seguinte: 15,5 milhões de reais para o custeio; 29,9 milhões em investimento; e, 7,4 milhões em comercialização. Dos 15,5 milhões utilizados em custeio, 11 milhões de reais foram na agricultura e 4,5 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 9,9 milhões foram concedidos para a agricultura e 20 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 7,4 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados na pecuária, mais precisamente no município de Morada Nova.

Dentre os municípios, Morada Nova, seguido de Jaguaribe e Limoeiro do Norte foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 13; 9,8 e 5,7 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de 2009, Morada Nova continuou na liderança com 12,2 milhões de reais em financiamentos, agora seguido por Limoeiro do Norte, com 8 milhões de reais e Quixeré com 4,2 milhões.

Tabela 62: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
	Total							
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	9.234	52.857.477	1.099	15.514.883	8.133	29.941.199	2	7.401.395
Alto Santo	246	1.673.547	30	441.162	216	1.232.384	-	-
Ererê	408	1.191.167	11	88.561	397	1.102.606	-	-
Iracema	652	3.239.930	56	696.710	596	2.543.220	-	-
Jaguetama	525	1.154.793	40	241.827	485	912.967	-	-
Jaguaribara	523	2.170.630	112	739.718	411	1.430.912	-	-
Jaguaribe	1.451	4.020.630	116	1.083.102	1.335	2.937.529	-	-
Limoeiro do Norte	708	8.078.106	226	5.165.886	482	2.912.220	-	-
Morada Nova	1.179	12.282.138	119	946.945	1.058	3.933.798	2	7.401.395
Palhano	355	712.120	105	271.483	250	440.637	-	-
Pereiro	838	1.449.685	45	161.616	793	1.288.069	-	-
Potiretama	292	1.063.266	26	146.893	266	916.373	-	-
Quixerê	117	4.259.976	49	3.474.386	68	785.589	-	-
Russas	475	4.138.028	95	1.420.549	380	2.717.480	-	-
São João do Jaguaribe	579	3.805.685	41	451.705	538	3.353.981	-	-
Tabuleiro do Norte	886	3.617.776	28	184.341	858	3.433.435	-	-
	Agricultura							
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	2.256	20.921.874	568	11.000.187	1.688	9.921.687	-	-
Alto Santo	42	267.560	13	196.161	29	71.399	-	-
Ererê	34	125.809	-	-	34	125.809	-	-
Iracema	36	137.586	-	-	36	137.586	-	-
Jaguetama	90	147.298	1	3.525	89	143.773	-	-
Jaguaribara	81	914.229	2	6.237	79	907.993	-	-
Jaguaribe	305	498.949	2	68.485	303	430.464	-	-
Limoeiro do Norte	234	6.623.531	202	4.813.502	32	1.810.029	-	-
Morada Nova	264	1.443.467	87	505.619	177	937.848	-	-
Palhano	246	570.450	84	264.218	162	306.232	-	-
Pereiro	370	525.228	38	75.445	332	449.783	-	-
Potiretama	30	203.592	4	31.285	26	172.307	-	-
Quixerê	65	4.081.935	43	3.446.182	22	635.752	-	-
Russas	153	3.331.795	81	1.364.253	72	1.967.542	-	-
São João do Jaguaribe	74	1.031.869	11	225.275	63	806.595	-	-
Tabuleiro do Norte	232	1.018.577	-	-	232	1.018.577	-	-
	Pecuária							
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	6.978	31.935.603	531	4.514.696	6.445	20.019.512	2	7.401.395
Alto Santo	204	1.405.987	17	245.001	187	1.160.986	-	-
Ererê	374	1.065.357	11	88.561	363	976.797	-	-
Iracema	616	3.102.344	56	696.710	560	2.405.633	-	-
Jaguetama	435	1.007.496	39	238.302	396	769.194	-	-
Jaguaribara	442	1.256.401	110	733.481	332	522.919	-	-
Jaguaribe	1.146	3.521.681	114	1.014.617	1.032	2.507.065	-	-
Limoeiro do Norte	474	1.454.575	24	352.384	450	1.102.191	-	-
Morada Nova	915	10.838.671	32	441.325	881	2.995.951	2	7.401.395
Palhano	109	141.670	21	7.265	88	134.405	-	-
Pereiro	468	924.458	7	86.171	461	838.286	-	-
Potiretama	262	859.674	22	115.608	240	744.066	-	-
Quixerê	52	178.041	6	28.204	46	149.837	-	-
Russas	322	806.234	14	56.296	308	749.938	-	-
São João do Jaguaribe	505	2.773.816	30	226.430	475	2.547.386	-	-
Tabuleiro do Norte	654	2.599.200	28	184.341	626	2.414.858	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO, E INDÚSTRIA

18.1 Serviços

18.1.1 Serviços no Meio Rural

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como, o extrativismo da Carnaúba, fruticultura em geral, a aqüicultura e a extração do mel.

Na cadeia da carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 um valor de produção em torno de 5,7 milhões de reais.

Na cadeia da bovinocultura do leite, tem-se produção no ano inteiro, dessa forma o trabalhador rural tem serviço nessa atividade durante todo ano. Assim como também acontece com a atividade da ovinocaprinocultura, aqüicultura e pecuária em geral.

A cadeia produtiva da apicultura ocorre no período da colheita do mel, de maio a julho, com uma safra de 361 toneladas de mel e 1,4 milhões de reais. A pesca acontece durante o ano inteiro, com exceção do período de defeso, e é sem dúvidas a cadeia produtiva de maior valor econômico, com 32,5 milhões de reais.

18.1.2 Serviços no Meio Urbano

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o empurram para um patamar que representa mais de 50% do PIB territorial.

Em 2008, são 352 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas é dos setores de alojamento e alimentação, com 142 empresas, correspondendo a 40% do total; o de administração pública, defesa e seguridade social e o de transporte e armazenamento, com 53 empresas cada, correspondendo a 15% do total. O

município de Limoeiro do Norte aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Ererê e Palhano são os municípios que possuem o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 4 empresas cada, sendo três delas na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: comunicação, 4%; intermediação financeira, 0,3%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 10%; educação, 1,5%; serviços sociais, 3,4%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 10,5%.

Tabela 63: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	352	53	14	142	1	35	53	5	12	37
Alto Santo	8	-	-	3	-	1	3	-	-	1
Ererê	4	-	-	1	-	-	3	-	-	-
Iracema	10	1	-	5	-	-	3	-	-	1
Jaguaratama	9	-	1	3	-	2	3	-	-	-
Jaguaribara	10	-	-	4	-	1	4	1	-	-
Jaguaribe	37	3	1	15	-	2	5	-	7	4
Limoeiro do Norte	100	18	5	41	1	13	4	2	2	14
Morada Nova	48	12	1	23	-	3	5	-	-	4
Palhano	4	1	-	-	-	-	3	-	-	-
Pereiro	12	1	1	5	-	1	3	1	-	-
Potiretama	6	1	-	-	-	-	3	-	-	2
Quixerê	9	1	-	2	-	1	3	-	-	2
Russas	44	6	2	20	-	4	4	1	1	6
São João do Jaguaribe	5	-	-	-	-	1	3	-	1	-
Tabuleiro do Norte	46	9	3	20	-	6	4	-	1	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Em 2009, são 356 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 142 empresas, correspondendo a 39,8% do total; o de administração pública, defesa e seguridade social e o de transporte e armazenamento, com 53 empresas cada, correspondendo a 14,9% do total. O município de Limoeiro do Norte aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Ererê e Palhano são os

municípios que possuem o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 4 empresas cada, sendo três delas na área de administração pública, defesa e seguridade social

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: comunicação, 4,7%; intermediação financeira, 0,3%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 7,9%; educação, 1,5%; serviços sociais, 3,6%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 12,3%.

Tabela 64: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	356	53	17	142	1	28	53	5	13	44
Alto Santo	8	-	-	3	-	1	3	-	-	1
Ererê	4	-	-	1	-	-	3	-	-	-
Iracema	10	1	-	5	-	-	3	-	-	1
Jaguaretama	9	-	1	3	-	1	3	-	-	1
Jaguaribara	10	-	-	4	-	-	4	1	-	1
Jaguaribe	36	3	1	15	-	2	5	-	7	3
Limoeiro do Norte	102	19	7	41	1	9	4	2	2	17
Morada Nova	48	12	-	23	-	3	5	-	-	5
Palhano	4	1	-	-	-	-	3	-	-	-
Pereiro	12	1	1	5	-	-	3	1	-	1
Potiretama	6	1	-	-	-	1	3	-	1	-
Quixerê	9	1	-	2	-	1	3	-	-	2
Russas	46	5	2	20	-	6	4	1	1	7
São João do Jaguaribe	5	-	-	-	-	-	3	-	1	1
Tabuleiro do Norte	47	9	5	20	-	4	4	-	1	4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Tabela 65, pode-se verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 9 cooperativas em 2008 e no ano de 2009 esse número caiu para 7. Em 2008, as cooperativa estavam distribuídas nos seguintes setores: 4 na agropecuária; 1 no setor de crédito; 1 no de trabalho; 2

no de transporte e 1 no de saúde. Com a queda no número de cooperativas, isto é, em 2009 ficaram assim distribuídas: 4 na agropecuária; 1 no setor de crédito; 1 no de transporte e 1 no de saúde.

Tabela 65: Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																									
	Total		Classes																							
			Agropecuária		Produção		Intra-estrutura		Educativa		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde			
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009		
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	-	-	1	1	-	-	57	22	47	55	40	32		
Território	9	7	4	4	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	1	1		
Jaguaribe	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Limoeiro do Norte	3	3	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1		
Morada Nova	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-		
Russas	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-		
Tabuleiro do Norte	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-		

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.2 Turismo

Na Tabela 66, pode-se verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 34 e no ano de 2009 caiu para 33. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontram-se Jaguaribe e Limoeiro do Norte.

Tabela 66: Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	34	33	536	545	1.137	1.184
Jaguaribara	7	7	62	75	129	159
Jaguaribe	8	8	79	84	170	188
Limoeiro do Norte	8	8	205	207	411	440
Morada Nova	4	3	60	49	145	115
Pereiro	1	1	16	16	24	24
Russas	6	6	114	114	258	258

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Vale do Jaguaribe não é diferente.

Tabela 67: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008- 2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	3.160	3.160	26	26	169	169	37	37	11	11	86	86
Alto Santo	128	128	-	-	7	7	1	1	1	1	5	5
Ereré	32	32	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1
Iracema	167	167	1	1	9	9	3	3	-	-	5	5
Jaguaretama	170	170	-	-	5	5	1	1	1	1	4	4
Jaguaribara	102	102	-	-	8	8	2	2	-	-	3	3
Jaguaribe	388	388	2	2	22	22	2	2	-	-	11	11
Limoeiro do Norte	671	672	12	12	45	45	7	7	4	4	16	16
Morada Nova	561	561	4	4	32	32	5	5	2	2	15	15
Patihano	65	65	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1
Pereiro	120	120	-	-	3	3	2	2	-	-	4	4
Potiretama	44	44	-	-	3	3	-	-	-	-	3	3
Quixeré	250	250	-	-	10	10	5	5	1	1	5	5
Russas	666	665	10	10	28	28	9	9	2	2	14	14
São João do Jaguaribe	75	75	-	-	4	4	1	1	-	-	3	3
Tabuleiro do Norte	282	282	-	-	22	22	3	3	2	2	11	11

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 86: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008- 2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armarinho		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	1.544	1.543	18	18	132	132	57	57	616	616	52	52
Alto Santo	51	51	1	1	2	2	1	1	29	29	4	4
Ereré	17	17	-	-	1	1	-	-	3	3	-	-
Iracema	68	68	1	1	2	2	3	3	39	39	3	3
Jaguaratama	89	89	-	-	1	1	3	3	32	32	1	1
Jaguaribara	43	43	1	1	4	4	2	2	17	17	-	-
Jaguaribe	146	146	3	3	23	23	4	4	54	54	7	7
Limoeiro do Norte	224	224	1	1	28	28	15	15	114	114	14	14
Morada Nova	271	271	4	4	17	17	8	8	65	65	6	6
Palhano	35	35	-	-	1	1	-	-	11	11	-	-
Pereiro	49	49	1	1	3	3	2	2	27	27	1	1
Potiretama	20	20	-	-	2	2	-	-	6	6	1	1
Quixeré	117	117	1	1	6	6	3	3	62	62	-	-
Russas	292	291	2	2	24	24	12	12	98	98	8	8
São João do Jaguaribe	36	36	1	1	6	6	1	1	7	7	1	1
Tabuleiro do Norte	86	86	2	2	12	12	3	3	52	52	6	6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 69: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008- 2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	54	54	17	17	150	150	81	81	41	41	71	71
Alto Santo	1	1	-	-	6	6	2	2	2	2	-	-
Ereré	-	-	-	-	2	2	1	1	1	1	-	-
Iracema	3	3	-	-	6	6	4	4	2	2	2	2
Jaguaratama	3	3	-	-	3	3	2	2	3	3	1	1
Jaguaribara	1	1	-	-	4	4	5	5	2	2	-	-
Jaguaribe	6	6	4	4	17	17	13	13	5	5	6	6
Limoeiro do Norte	10	10	6	6	31	31	14	14	8	8	25	25
Morada Nova	8	8	4	4	17	17	10	10	4	4	10	10
Palhano	2	2	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Pereiro	2	2	-	-	4	4	2	2	3	3	1	1
Potiretama	1	1	-	-	2	2	1	1	1	1	-	-
Quixeré	1	1	-	-	5	5	3	3	1	1	2	2
Russas	10	10	1	1	25	25	18	18	6	6	14	14
São João do Jaguaribe	1	1	-	-	5	5	2	2	-	-	1	1
Tabuleiro do Norte	5	5	2	2	20	20	4	4	3	3	9	9

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 70: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	31	31	81	81	26	26	213	214	44	44	20	20	86	86
Alto Santo	-	-	2	2	-	-	10	10	1	1	1	1	1	1
Ereré	-	-	1	1	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Iracema	1	1	4	4	1	1	6	6	-	-	-	-	4	4
Jaguaretama	-	-	3	3	2	2	9	9	1	1	2	2	4	4
Jaguaribara	-	-	1	1	1	1	6	6	-	-	-	-	2	2
Jaguaribe	4	4	12	12	2	2	22	22	9	9	5	5	9	9
Limoeiro do Norte	12	12	14	14	5	5	30	31	13	13	6	6	17	17
Morada Nova	5	5	8	8	7	7	34	34	8	8	1	1	16	16
Palhano	-	-	3	3	-	-	4	4	2	2	-	-	-	-
Pereiro	1	1	2	2	1	1	9	9	2	2	-	-	1	1
Potiretama	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-
Quixeré	-	-	7	7	1	1	17	17	1	1	1	1	1	1
Russas	3	3	13	13	3	3	41	41	5	5	2	2	26	26
São João do Jaguaribe	1	1	1	1	-	-	3	3	-	-	-	-	1	1
Tabuleiro do Norte	4	4	10	10	3	3	15	15	2	2	2	2	4	4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Nas Tabelas 67 a 70, pode-se verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente não foi alterado no período observado, onde, em 2008 e 2009, foi de 3.160 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas é dos setores de mercadorias em geral, com 1.543 estabelecimentos, correspondendo a 49% do total; e o de tecidos e vestuário, com 616 estabelecimentos e correspondendo a 19,5% do total. Os municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Ererê é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 32 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: material para construção, com 6,8%; motocicletas e motonetas, 5,3%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 4,7%; produtos de gênero alimentícios, com 4,2%; peças e

acessórios para veículos, e, artigos de decoração e utilidades domésticas, com 2,6%.

18.4 Indústria

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, no entanto, o mesmo não ocorre para municípios do Território Vale do Jaguaribe.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 71, pode-se verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 663 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 659 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia de apenas 4,3% do total estadual. As indústrias do setor de transformação do território somam 578, tanto para 2008 como para 2009, responde por cerca de 88% do número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústria de transformação correspondem a 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

Tabela 71: Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	663	659	11	11	62	66	4	4	578	578
Alto Santo	36	37	-	-	-	1	1	1	35	35
Ererê	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2
Iracema	17	17	-	-	3	3	-	-	14	14
Jaguaretama	16	16	-	-	3	3	-	-	13	13
Jaguaribara	8	7	-	-	1	1	-	-	6	6
Jaguaribe	84	85	-	-	13	14	2	2	69	69
Limoeiro do Norte	139	133	5	5	14	14	-	-	114	114
Morada Nova	73	74	1	1	7	7	-	-	66	66
Palhano	5	5	-	-	-	-	-	-	5	5
Pereiro	5	5	-	-	1	1	-	-	4	4
Potiretama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quixeré	28	28	3	3	1	2	-	-	23	23
Russas	172	173	2	2	15	16	1	1	154	154
São João do Jaguaribe	10	8	-	-	-	-	-	-	8	8
Tabuleiro do Norte	68	69	-	-	4	4	-	-	65	65

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.5 Infraestrutura: elétrica, hídrica e de estradas

18.5.1 Energia Elétrica

O Território Vale do Jaguaribe está bem assistido no que se refere a infra estrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 75 e 78, pode-se verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, em 2008 e 2009.

O consumo de energia elétrica, praticamente, se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 324 mil Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os usos rural e residencial, com um valor médio por classe de consumo de 126 mil Mwh e 85 mil Mwh, respectivamente.

Quando analisamos o número de consumidores do território em 2008, verifica-se que o número total é de, aproximadamente, 128 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 88 mil consumidores, responde por uma fatia de 68,7% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 30 mil consumidores, respondendo por cerca de 23% do número total no território.

Dentre os município com maior número de consumidores, temos Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte, com 22, 21 e 19 mil consumidores, respectivamente.

Tabela 72: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	324.036	80.201	45.111	23.846	135.540	12.681	15.766	10.399	491	-
Alto Santo	8.835	2.642	1.256	556	2.984	763	392	241	-	-
Ereré	2.373	1.148	12	146	650	168	210	39	-	-
Iracema	6.221	3.107	89	727	1.039	350	548	362	-	-
Jaguetama	6.950	3.198	44	575	1.914	358	565	297	-	-
Jaguaribara	10.296	1.984	1	679	5.379	567	1.112	551	24	-
Jaguaribe	19.775	8.265	958	2.288	4.757	1.203	1.432	813	59	-
Limoeiro do Norte	100.764	13.241	14.094	5.498	60.424	2.572	2.987	1.735	213	-
Morada Nova	39.983	12.132	8.401	2.838	10.528	1.394	2.192	2.448	51	-
Palhano	3.319	1.515	174	230	639	320	385	57	-	-
Pereiro	5.378	2.497	24	442	1.280	343	493	298	-	-
Potiretama	2.062	1.182	19	179	377	149	74	83	-	-
Quixeré	29.135	4.370	955	791	21.290	636	762	309	24	-
Russas	63.879	15.808	18.481	6.133	15.719	2.559	3.030	2.032	117	-
São João do Jaguaribe	6.302	1.752	110	385	3.161	223	377	289	5	-
Tabuleiro do Norte	18.764	7.360	494	2.379	5.399	1.079	1.208	844	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 73: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	324.317	85.444	47.578	24.510	126.534	13.327	15.929	10.463	531	-
Alto Santo	9.068	2.892	1.249	798	2.761	727	401	241	0	-
Ereré	2.637	1.259	10	163	727	173	250	55	0	-
Iracema	6.632	3.333	97	790	1.071	386	567	388	0	-
Jaguetama	7.490	3.408	33	675	2.169	385	564	257	0	-
Jaguaribara	10.634	2.090	291	669	5.563	559	940	495	27	-
Jaguaribe	21.381	8.903	1.540	2.452	4.947	1.253	1.377	842	66	-
Limoeiro do Norte	94.750	14.017	13.419	5.473	53.864	2.937	3.092	1.714	235	-
Morada Nova	40.921	12.923	8.903	2.941	10.073	1.504	2.201	2.306	70	-
Palhano	3.659	1.602	166	275	718	355	452	90	0	-
Pereiro	5.716	2.611	24	469	1.391	349	504	369	0	-
Potiretama	2.315	1.325	20	188	426	190	76	88	0	-
Quixeré	29.455	4.667	2.068	859	20.048	659	777	352	25	-
Russas	64.820	16.792	18.957	6.327	14.980	2.452	3.138	2.073	101	-
São João do Jaguaribe	6.137	1.827	121	395	2.859	245	388	295	7	-
Tabuleiro do Norte	18.703	7.794	680	2.038	4.936	1.153	1.203	898	0	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Verifica-se nas Tabelas 74 e 75 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 128 mil para quase 133 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 92 mil consumidores, responde por uma fatia de 69,3% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de

energia elétrica no território é a classe rural, com 31 mil consumidores, respondendo por cerca de 23,6% do número total no território.

Tabela 74: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	128.064	88.555	389	6.553	30.441	1.776	163	170	17	-
Alto Santo	4.359	2.868	22	211	1.186	62	7	3	-	-
Ererê	2.076	1.411	4	102	505	50	2	2	-	-
Iracema	4.570	3.536	12	298	656	62	2	4	-	-
Jaguetama	5.744	3.985	13	230	1.419	91	4	2	-	-
Jaguaribara	3.272	2.250	1	199	732	67	10	12	1	-
Jaguaribe	12.346	9.308	31	642	2.158	176	21	8	2	-
Limoeiro do Norte	19.603	13.124	29	1.318	4.817	267	13	30	5	-
Morada Nova	21.094	14.084	70	871	5.731	239	40	57	2	-
Palhano	2.951	2.074	13	158	622	73	10	1	-	-
Pereiro	5.100	3.635	9	214	1.123	99	9	10	1	-
Potiretama	2.087	1.555	6	125	350	47	3	1	-	-
Quixeré	7.717	4.916	14	312	2.350	114	5	5	1	-
Russas	22.701	16.130	123	1.132	5.009	260	27	16	4	-
São João do Jaguaribe	3.391	1.968	9	113	1.234	51	4	11	1	-
Tabuleiro do Norte	11.053	7.711	33	628	2.549	118	6	8	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 75: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	132.708	91.969	388	6.762	31.337	1.859	191	186	16	-
Alto Santo	4.594	3.045	22	221	1.228	67	8	3	-	-
Ererê	2.174	1.453	4	107	552	53	3	2	-	-
Iracema	4.798	3.688	10	310	716	68	2	4	-	-
Jaguetama	5.881	4.092	12	243	1.426	102	4	2	-	-
Jaguaribara	3.413	2.336	1	221	768	63	11	12	1	-
Jaguaribe	12.742	9.620	30	679	2.197	185	21	8	2	-
Limoeiro do Norte	20.214	13.551	27	1.336	4.958	286	20	31	5	-
Morada Nova	21.866	14.726	69	894	5.820	251	43	61	2	-
Palhano	3.048	2.119	14	164	665	75	10	1	-	-
Pereiro	5.194	3.696	8	215	1.166	87	11	11	-	-
Potiretama	2.200	1.658	6	127	353	52	3	1	-	-
Quixeré	8.024	5.099	13	335	2.451	113	7	5	1	-
Russas	23.678	16.852	129	1.145	5.207	279	36	26	4	-
São João do Jaguaribe	3.429	2.027	10	111	1.208	56	5	11	1	-
Tabuleiro do Norte	11.453	8.007	33	654	2.622	122	7	8	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.5.2 Hídrica

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Território Vale do Jaguaribe está bem assistido no que se refere a infra estrutura hídrica. Na Tabela 76, pode-se verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Vale do Jaguaribe e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidade (dessedentação animal, irrigação, balneabilidade, etc.).

Somente um de seus açudes mais importantes, o Castanhão, possui capacidade para abastecer mais de 6700 milhões de m³. Este é abastecido pelo Rio Jaguaribe. Está localizado no município de Alto Santo, e é uma importante fonte de abastecimento hídrico do município e da região. Ele é responsável por quase 100% do abastecimento da região.

Tabela 76: Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Vale do Jaguaribe, agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m ³)	Cota (m)				Volume (mil m ³)		
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual
-	Território	6.953.227	-	-	-	-	6.067.859	5.470.177	4.732.854
Cipoada	Morada Nova	86.090	103	102,7	101,73	100	81.929	68.886	52.746
Curral Velho	Morada Nova	12.166	85	83,06	82,94	84	6.904	6.586	9.395
Poço do Barro	Morada Nova	52.000	120	120	118,6	118	52.000	40.150	33.655
Adauto Bezerra	Pereiro	5.250	100	99,53	98,74	98	4.691	3.800	3.170
Canafístula	Iracema	13.110	101	100,94	100,03	99	12.935	10.287	8.125
Castanhão	Alto Santo	6.700.000	106	103,83	102,38	100	5.827.377	5.278.509	4.578.222
Ema	Iracema	10.390	24	23,5	22,49	21	10.390	8.069	5.723
Joaquim Távora	Jaguaribe	26.773	114	114,45	113,38	113	26.773	21.356	17.595
Madeiro	Pereiro	2.810	93	90,95	90,03	89	1.770	1.412	1.067
Nova Floresta	Jaguaribe	7.610	111	110,86	109,84	109	7.330	5.365	4.692
Potiretama	Potiretama	6.330	99	98,54	97,64	96	5.576	4.226	2.864
Santa Maria	Ererê	5.867	99	98,74	97,97	97	5.362	3.881	2.617
Santo Antônio	Iracema	832	55	54,45	53,64	53	822	661	532
S. Antonio de Russas	Russas	24.000	109	109,28	108,25	107	24.000	16.989	12.450

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Existem vários açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. No território existem sete barragens construídas com capacidade para abastecer mais de 6,8 bilhões de m³.

Visualizamos na Tabela 77, que existem três barragens em construção, a maior delas, com capacidade de abastecimento de 520 milhões de m³, localiza-se no município de Iracema e é barrada pelo Rio Figueiredo.

Tabela 77: Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Vale do Jaguaribe, 1996-2009.

Barragens	Capacidade (milhões de m ³)	Município	Rio barrado	Ano de conclusão/ Situação
-	7.322	Território	-	-
Construídas	-	-	-	-
Batente	29	Morada Nova	Pirangi	1998
Boa Esperança	3	Ererê	Jatobá	1998
Madeiro	3	Pereiro	Madeiro	1998
Santa Maria	6	Ererê	Riacho do Amparo	1999
Santo Antônio	1	Iracema	Riacho Jatobá	2001
Castanhão	6.700	Alto Santo	Jaguaribe	2003
Manoel Lopes	34	Jaguaribe	Manoel Lopes	2008
Em construção	-	-	-	-
Pedra D'água	3	Pereiro	Figueiredo	obra paralisada
Figueiredo	520	Iracema	Rio Figueiredo	-
Riacho da Serra	23	Alto Santo	Riacho da Serra	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Alguns eixos do canal da integração já construídos passam pelo território, dentre eles: Castanhão-Trecho I, que liga Jaguaribara a Morada Nova; Castanhão-Trecho II, que liga Morada Nova a Russas; Orós a Jaguaribe, ligando Jaguaribe a Orós; e Castanhão Trecho III, que liga os municípios Cascavel/Morada Nova/Ocara/Russas (Tabela 77).

Vale ressaltar que com a transposição do Rio São Francisco, todos esses eixos serão interligados, e, o abastecimento de água para o Ceará, e, conseqüentemente, para o Território será de maior segurança. Além disso, sabemos que está planejado para todo Ceará, o Projeto Cinturão das Águas, juntamente com a transposição do São Francisco e açudes de grande porte do Ceará, tem como objetivo garantir o abastecimento hídrico humano e para outras finalidades, durante um período de 20 anos.

Tabela 78: Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Vale do Jaguaribe, 2001-2010.

Eixos de integração	Municípios	Fonte hídrica	Extensão (km)	Vazão (m³/s)	Ano de conclusão/Situação
Construídos					
Castanhão/RMF - Trecho I	Jaguaribara a Morada Nova	Açude Castanhão - Açude Curral Velho	54,7	22	2004
Castanhão/RMF-Trecho II	Morada Nova a Russas	Açude Curral Velho	46,1	19,0	2008
Orós a Jaguaribe	Jaguaribe a Orós	Açude Orós	18,27	1,7	2008
Castanhão/RMF-Trecho III	Cascavel/Morada Nova/Ocara/Russas	Açude Castanhão	66,3	19,0	2009

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 79: Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Vale do Jaguaribe, 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Construídas						
Cabeça Preta	Limoeiro do Norte	Canal do DIJA/Chapada do	2,5	3	1.932	1997
Jardim de São José	Russas	Rio Jaguaribe	1,0	7	2.500	1997
Pereiro	Pereiro	Açude Vila dos Lopes	1,6	9	4.576	1998
Roldão	Morada Nova	Bar de nível no leito do riacho	1,3	2	1.771	1998
Saco Verde/Pedra Preta	Tabuleiro do Norte	Canal do DIJA/Chapada do	15,0	3	2.555	1998
São João do Uruaru	Morada Nova	Bar Vertedoura Rabicha/ Rio	1,8	1	1.771	1998
Tomé	Limoeiro do Norte	Canal do DIJA/Chapada do	3,7	4	2.765	1998
Palhano	Palhano	Canal do Trabalhador	22,7	18	8.012	1999
Comunidades rurais de Palhano	Palhano	Canal do Trabal	21,4	4	2.786	2002
Batente/Patos	Morada Nova	Açude Batente	45,2	14	4.109	2006
Projetadas						
Alto Santo	Alto Santo	Açude Riacho Serra	10,9	17	7.406	Projetado
Erere	Ererê	Açude Santa Maria	12,0	–	–	Projetado
Pereiro	Pereiro	Açude Pedra D'água	2,5	–	–	Projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

No território, temos importante adutoras construídas, dentre elas: a Adutora Pereiro, que tem como fonte hídrica o Açude Vila dos Lopes; a Adutora Palhano, que tem como fonte hídrica o Canal do Trabalhador e Adutora Batente/Patos, que abastece Morada Nova e tem como fonte hídrica o Açude Batente. Essas adutoras, juntas são responsáveis pelo abastecimento de mais de 16 mil pessoas.

Existem ainda três adutoras que foram projetadas para abastecer os municípios e Ererê, Alto Santo e Pereiro. A Adutora de Alto Santo beneficiaria 7.406 pessoas.

De acordo com a SOHIDRA, foram construídos quatro poços no território em 2009. Um na localidade de Tanques em Morada Nova, um em Russas na localidade de Sítio Bandeira, e dois em Alto Santo nas localidades de Suçuarana e Sitio Ceará de Aldin/Baixa dos Cabras II.

Tabela 80: Poços construídos pela SOHIDRA no Território Vale do Jaguaribe, 2009.

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Morada Nova	Tanques	9498490	0577150	80,00	SECO
Russas	Sítio Bandeira	9460182	608084
Alto Santo	Sussuarana	9396900	602366
Alto Santo	Sítio Ceará de Aldin / Baixa dos Cabras II	9380956	608704	145,00	1.500

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Vale lembrar que passa pelo território um importante rio, o Rio Jaguaribe, rio perene que possui uma extrema importância social não só para o território como também para o estado do Ceará. Esse é utilizado para diversas finalidades, como: abastecimento humano ao longo de todo seu leito; irrigação de cultivos agrícolas, chega a abastecer um importante perímetro irrigado na Chapada do Apodi; dentre outras.

18.5.3 Estradas

O Território Vale do Jaguaribe está bem assistido no que se refere a infraestrutura de estradas. Sua principal rodovia é a BR-116. É uma rodovia federal que corta vários estados do Brasil, sendo uma importante via de escoamento a nível nacional. Na tabela 5, citada no tópico 4 Características Estratégicas, no início desse documento, pode-se verificar as principais vias de acesso aos municípios do Território Vale do Jaguaribe.

19 ASSESSORIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

A assessoria técnica no território, normalmente, é viabilizada pela Ematerce e Instituto Agropolos do Ceará, porém, com um número de técnicos reduzido. O atendimento aos agricultores familiares, atualmente, é insuficiente para atender a demanda existente.

O número de ONG's que prestam serviço de Ater no território também ainda é muito reduzido. Vale ressaltar também a atuação de instituições como: SEBRAE, prefeituras municipais, através das Secretarias Municipais da Agricultura, e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Quanto aos escritórios particulares de projetos, além de poucos, apresentam dificuldades no acompanhamento técnico aos beneficiários da agricultura familiar, no que se refere à execução dos projetos.

20 ANÁLISE TERRITÓRIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 17, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>1. O território está localizado numa importante bacia leiteira do estado do Ceará;</p> <p>2. O território tem uma diversidade de artesãos;</p> <p>3. Diversas manifestações culturais Cultura: vaquejada, festas juninas, cantoria, etc.</p> <p>4. O território apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo: turismo das águas, serras, religioso, exposições agropecuárias, micaretas.</p> <p>5. O território tem solos propícios para a exploração da fruticultura, com destaque para os solos aluvionais e da chapada do Apodi;</p> <p>6. Diversidade de culturas agrícolas com destaque para a exploração da agricultura familiar;</p> <p>7. O território tem grande número de áreas de assentamentos com potencial para a geração de renda;</p> <p>8. Áreas com potencial para fins de reforma agrária.</p>	<p>1.Desorganização das cadeias produtivas da fruticultura, apicultura e ovinocaprinocultura.</p> <p>2.A Assistência e Extensão Rural no Território é insuficiente para atender as demandas reais dos agricultores familiares;</p> <p>3.Pouca Divulgação das ações desenvolvidas no território;</p> <p>4.Falta de Incentivo para as políticas de desenvolvimento do território;</p> <p>5.Falta de Empreendedorismo, principalmente nos empreendimentos urbanos;</p> <p>6.A não participação de todos os municípios integrantes do território</p> <p>7.Burocracia na certificação do imóvel do programa regularização fundiária;</p> <p>8.Burocracia por parte C.E.F em relação a concessão do benefício do programa habitacional rural de grande número de minifúndios</p> <p>9.Carência de infraestrutura para o desenvolvimento dos assentamentos;</p> <p>10. Não aplicação ou falta do plano de desenvolvimento dos assentamentos (PDA).</p>

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA	
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. O Plano Plurianual Anual do governo do estado abriu um canal de participação e criou mecanismos que pactuarão com projetos no território;</p> <p>2. O Programa Nacional da Agricultura Familiar PRONAF criou oportunidades para a implementação de projetos produtivos da agricultura familiar;</p> <p>3. Programa de regularização fundiária hora implantado no território criou as condições para que os pequenos agricultores possam acessar o crédito;</p> <p>4. Programa habitacional rural do governo federal hoje é uma oportunidade importante para melhorar as condições de moradias no campo;</p> <p>5. As diretrizes operacionais da educação do campo abriu caminhos para ajuste nos currículos escolares nas escolas rurais de acordo com a realidade do campo;</p> <p>6. O Programa luz no campo possibilitou a estruturação de energia elétrica para o campo;</p> <p>7. As políticas públicas do Governo Federal de Irrigações.</p>	<p>1. Inadequação da normativa nº 51 para a realidade dos agricultores familiares;</p> <p>2. A invasão dos grandes eventos de massa, sobretudo contratação de grandes bandas de forró, vem ameaçando a cultura tradicional;</p> <p>3. Poluição ambiental;</p> <p>4. Insuficiência de ATER adequada a preservação ambiental;</p> <p>5. Uso de inseticidas, herbicidas e adubos químicos de forma indiscriminada tem acarretado prejuízos na preservação ambiental;</p> <p>6. Não continuidade dos programas governamentais voltadas para a preservação ambiental;</p> <p>7. Terras que foram criados assentamentos não tinham condições físicas, ambientais para o total de famílias assentadas.</p> <p>8. Gestão dos recursos naturais nas áreas de assentamentos é feita de forma inadequada.</p>

Quadro 17: Análise do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Relatório das Oficinas Com o Comitê de Organização Sustentável da Produção, 2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL

TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA
INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL
GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL

21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

A questão do desenvolvimento territorial está ligada à forma como o Estado atua no espaço nacional e como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa. O que significa dizer que o desenvolvimento territorial e o processo de territorialização das políticas remetem, em certa medida, ao tratamento das dimensões administrativas (desconcentração) e políticas (descentralização). A articulação desses instrumentos e políticas sugere a efetiva articulação de políticas setoriais incidentes sobre uma mesma região e, simultaneamente, a articulação de esferas diferenciadas de poder (nacional – regional - estadual – territorial e local), tendo por base uma determinada política ou várias políticas públicas.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento rural com abordagem territorial que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades (rurais e urbanas) e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (i) combinação do econômico-produtivo com o territorial; (ii) democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (iii) ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, ou seja, previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, educação, segurança, estradas, transporte, informação, cultura, esporte e lazer, bem como atenção aos segmentos minoritários e/ou excluídos da sociedade, ilustrando juventude, mulher, quilombolas, indígenas, pescadores, pessoas com necessidades especiais e (iv) organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União -

Estados e Municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando os componentes desta idéia-conceito (que não desconhece a intrínseca relação entre rural e urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, a dimensão Político Institucional do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político institucional do Território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes no contexto da teia de relações sociais com vistas a estimular e fortalecer novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nos eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é um dos alicerces de sustentação do próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção.

Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e Sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a

dependem das intenções e propósitos entre Estado e Sociedade civil, as relações serão movidas ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos orientados pelo ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Tem que se ter claro que o território Vale do Jaguaribe constitui um corpo dinâmico no tempo, no espaço e no novo contexto global. Na leitura de Carlos Humberto Osório Castro (2007) para se lograr o desenvolvimento territorial com sustentabilidade é exigido do território, entre outros desafios, (i) o surgimento social de novas institucionalidades e uma nova forma do “fazer” política; (ii) o estímulo à cultura da participação como aspecto fundamental para uma nova cultura política que expresse a diversidade da estrutura social territorial; (iii) o surgimento de atores sociais críticos, contributivos e abertos à afirmação da estratégia de desenvolvimento sustentável da sociedade com políticas públicas mais amplas, eficazes e coladas à realidade territorial; (iv) uma nova postura de articulação e cooperação entre as instituições e entidades de base municipal, estadual e federal para a construção de sinergias includentes, da governabilidade e de uma estrutura de coordenação das forças sociais (esfera pública) do Território com legitimidade para qualificar os espaços de participação co-responsável, tanto em nível dos “entes” público-privados, quanto dos “entes” da sociedade civil; (v) a horizontalização política e socioterritorial dos processos de descentralização e ordenamento territorial para colocar o Estado a serviço dos cidadãos e (vi) a construção de uma nova cultura do território, baseada no território como um ativo não renovável, uma realidade complexa e frágil, como patrimônio coletivo e sustentável.

Neste contexto, refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo Território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, de certo, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada pela participação cidadã co-responsável.

O Quadro 18 dimensiona a representação político partidária da poder executivo municipal e territorial, considerando os processos eleitorais de três mandatos (2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e legislativo, bem como

suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Municípios	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL-TERRITORIAL																
	Nº Eleitores	Mandato 2009-2012				Nº Eleitores	Mandato 2005-2008					Nº Eleitores	Mandato 2001-2004				
		PV	PMDB	PSDB	PRB		PMDB	PSDB	PT	PPS	PSDC		PPB	PTB	PSDB	PPS	PSD
Alto Santo	11.433				X	10.170				X		8.714			X		
Ererê	4.676			X		4.140		X				4.927		X			
Iracema	9.907				X	8.491		X				10.402			X		
Jaguaretama	14.374		X			13.476		X				12.083			X		
Jaguaribara	7.761	X				7.205				X		6.305		X			
Jaguaribe	27.476				X	26.092				X		24.492	X				
Limoeiro do Norte	40.611				X	37.456				X		34.967					X
Morada Nova	53.489		X			51.313				X		47.372					X
Palhano	7.063			X		7.122		X				5.935			X		
Pereiro	12.922				X	11.950				X		10.913			X		
Potiretama	4.716				X	4.286			X			4.124					X
Quixeré	14.806				X	12.916				X		11.056			X		
Russas	45.327			X		40.853					X	36.132					X
S. J. do Jaguaribe	7.357			X		6.949				X		6.531			X		
Tabuleiro do Norte	22.168		X			19.704	X					21.299				X	
TOTAL TERRITÓRIO	284.086	01	03	04	07	262.123	01	04	01	08	01	245.252	01	02	07	01	04

Quadro 18: Representação Partidária do Poder Executivo Municipal-Territorial

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, eleições 2008-2004-2000.

Analisando as informações do Quadro 18 constata-se a presença significativa de gestores municipais do partido PSDB nos três mandatos consecutivos, entre 07 e 08 representações municipais. Em seguida vem a presença em mandatos alternados dos partidos PPS, PRB, PSD e PMDB, indicando um cenário político-partidário ora de aliança, ora de oposição com o governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002. Observa-se que o partido PPS, com 08 representações no mandato 2005-2008, teve uma significativa redução de representação nos outros dois mandatos, variando de “0” (2009-2012) a 01(2001-2004).

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com o colegiado territorial, a mudança de poder ocorrida nas esferas estadual e federal tem contribuído para a construção de uma nova postura política dos gestores municipais, o que significa dizer que já se registra avanços na participação destes atores nas dinâmicas desencadeadas pelo Território. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/Território.

Contudo, essa participação precisa ser ampliada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial, bem como na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial e nos demais instrumentos de planejamento do Território.

Os Quadros 19, 20 e 21 dimensionam a representação político-partidária do legislativo municipal e sua influência no cenário político do Território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das relações de aliança ou oposição com o governo municipal, bem como expressam a extensão dessas relações com outros espaços de poder, ilustrando o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

MANDATO 2009-2012																				
MUNICÍPIOS	Nº Habitantes	Total Vereadores	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL																	
			PV	PP	PMDB	PTB	PL	PSDB	PT	PPS	PHS	PC do B	DEM	PRB	PSL	PSB	PRP	PMN	PR	PT do B
Alto Santo	20.829	09	0	02	0	01	0	0	0	0	0	0	0	05	0	0	0	0	01	0
Ererê	7.332	09	0	0	0	0	0	04	01	0	01	0	0	01	0	01	0	0	01	0
Iracema	15.114	09	0	01	02	0	0	02	0	0	0	0	02	02	0	0	0	0	0	0
Jaguaretama	18.411	09	0	01	02	0	0	03	01	0	0	0	0	02	0	0	0	0	0	0
Jaguaribara	10.399	09	01	01	0	01	0	01	0	0	0	0	0	01	04	0	0	0	0	0
Jaguaribe	36.493	09	0	0	0	0	0	0	01	02	0	0	02	03	0	0	01	0	0	0
Limoeiro do Norte	56.098	10	0	0	0	01	0	01	02	0	0	0	0	04	0	0	0	0	02	0
Morada Nova	63.126	10	0	02	01	0	0	0	0	0	0	0	0	03	0	02	0	02	0	0
Palhano	9.268	09	0	03	0	0	0	05	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pereiro	15.828	09	0	0	01	0	0	04	0	0	0	0	0	04	0	0	0	0	0	0
Potiretama	68.91	09	0	0	0	01	0	01	01	0	01	01	01	02	0	0	01	0	0	0
Quixerê	19.772	09	0	0	01	01	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	03	0	02	0
Russas	67.960	10	0	0	02	02	0	02	01	0	0	0	0	01	0	0	0	0	01	01
S. J. do Jaguaribe	8.500	09	0	01	0	0	0	0	01	02	0	0	0	0	0	03	0	0	02	0
Tabuleiro do Norte	29.576	09	0	01	03	0	0	0	02	01	0	0	0	01	0	01	0	0	0	0
TOTAL	378.865	138	01	12	12	07	0	23	12	06	02	01	05	29	04	07	05	02	09	01
TERRITÓRIO																				

Quadro19 : Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008.

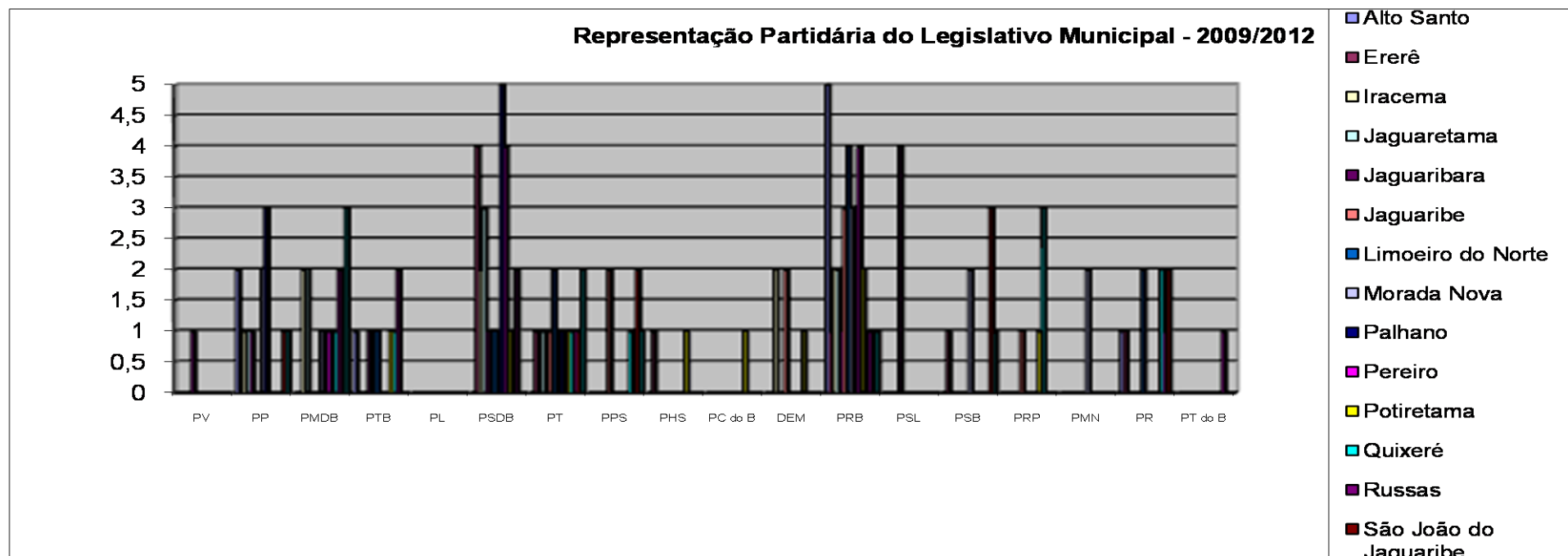


Figura 21: Representação gráfica partidária do Legislativo Municipal – 2009/2012.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008.

MANDATO 2005-2008																
MUNICÍPIOS	Nº Habitantes	Total Vereadores	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL													
			PV	PP	PMDB	PTB	PL	PSDB	PT	PPS	PHS	PFL	PSB	PRP	PMN	PSDC
Alto Santo	16.512	09	0	03	01	01	01	03	0	0	0	0	0	0	0	0
Ererê	6.217	09	0	0	02	0	0	05	01	0	0	0	0	01	0	0
Iracema	12.616	09	0	01	03	0	0	03	0	01	0	0	0	0	0	01
Jaguaretama	18.302	09	0	01	01	0	0	04	0	02	0	0	0	0	0	01
Jaguaribara	9.364	09	0	0	0	0	0	02	0	03	0	0	01	03	0	0
Jaguaribe	36.725	09	01	0	0	01	0	01	0	01	0	01	01	03	0	0
Limoeiro do Norte	54.582	10	0	0	02	0	02	03	0	03	0	0	0	0	0	0
Morada Nova	67.838	10	0	02	01	0	01	02	0	02	0	0	0	0	02	0
Palhano	8.304	09	0	04	0	0	0	05	0	0	0	0	0	0	0	0
Pereiro	15.496	09	0	0	0	0	0	05	0	04	0	0	0	0	0	0
Potiretama	5.758	09	0	0	02	0	0	02	02	01	0	0	0	02	0	0
Quixeré	18.780	09	0	0	01	0	02	01	0	03	0	0	0	02	0	0
Russas	64.057	10	0	0	02	02	01	01	0	0	02	0	0	01	0	01
S. J. do Jaguaribe	9.046	09	0	0	0	0	0	04	0	03	0	0	0	02	0	0
Tabuleiro do Norte	28.346	09	0	02	02	0	0	02	01	01	01	0	0	0	0	0
TOTAL TERRITÓRIO	371.943	138	01	13	17	04	07	43	04	24	03	01	02	14	02	03

Quadro 20: Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

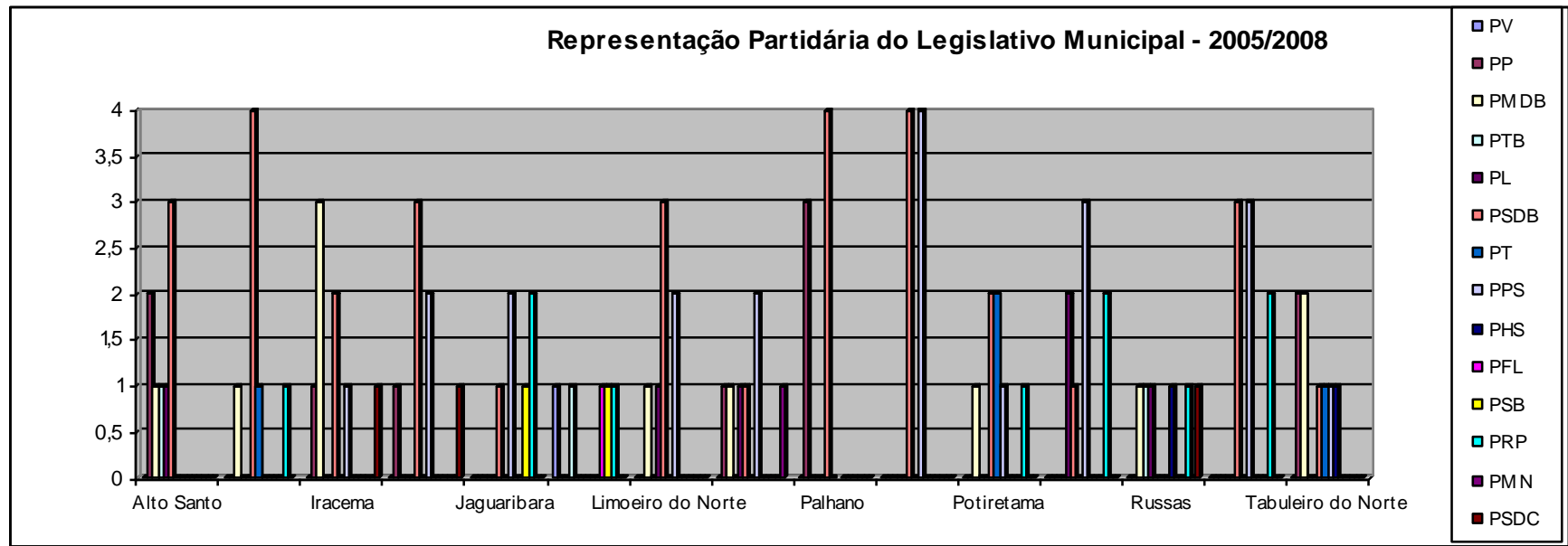


Figura 22: Representação gráfica partidária do Legislativo Municipal – 2006/2008
Fonte: Anuário do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

Mandato 2001-2004																		
Municípios	Nº Habitantes	Total Vereador/a	Representação Partidária do Legislativo Municipal															
			PV	PP	PMDB	PTB	PL	PSDB	PT	PPS	PHS	PFL	PSB	PST	PSD	PDT	PSDC	PC do B
Alto Santo	15.611	11	0	03	01	01	0	04	0	0	0	0	0	0	02	0	0	0
Ererê	32.867	09	0	0	03	03	0	0	0	03	0	0	0	0	0	0	0	0
Iracema	13.036	11	0	01	03	01	0	03	01	0	0	0	0	0	01	0	01	0
Jaguaretama	18.098	11	0	01	02	0	0	03	0	01	0	0	0	0	03	01	0	0
Jaguaribara	8.851	11	0	0	0	04	0	03	0	02	0	0	0	0	02	0	0	0
Jaguaribe	35.386	17	0	0	0	03	0	0	02	03	01	03	01	0	03	0	0	01
Limoeiro do Norte	50.548	19	0	0	01	02	03	04	02	05	0	0	01	0	01	0	0	0
Morada Nova	65.067	21	0	0	0	0	02	09	0	03	0	0	0	01	06	0	0	0
Palhano	8.184	09	0	04	0	0	0	05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pereiro	15.201	11	0	0	0	0	0	08	0	03	0	0	0	0	0	0	0	0
Potiretama	5.747	09	0	0	01	0	0	02	02	0	0	0	0	0	03	01	0	0
Quixeré	17.231	11	0	01	0	0	0	04	01	02	0	02	0	0	01	0	0	0
Russas	58.607	19	01	03	02	01	0	0	0	01	04	01	0	0	04	02	0	0
S. J. do Jaguaribe	8.715	11	0	0	01	02	0	04	0	02	0	0	0	0	01	01	0	0
Tabuleiro do Norte	27.343	15	0	04	03	0	0	02	01	03	0	01	01	0	0	0	0	0
TOTAL	380.492	195	01	17	17	17	05	51	09	28	05	07	03	01	27	05	01	01
TERRITÓRIO																		

Quadro 21: Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

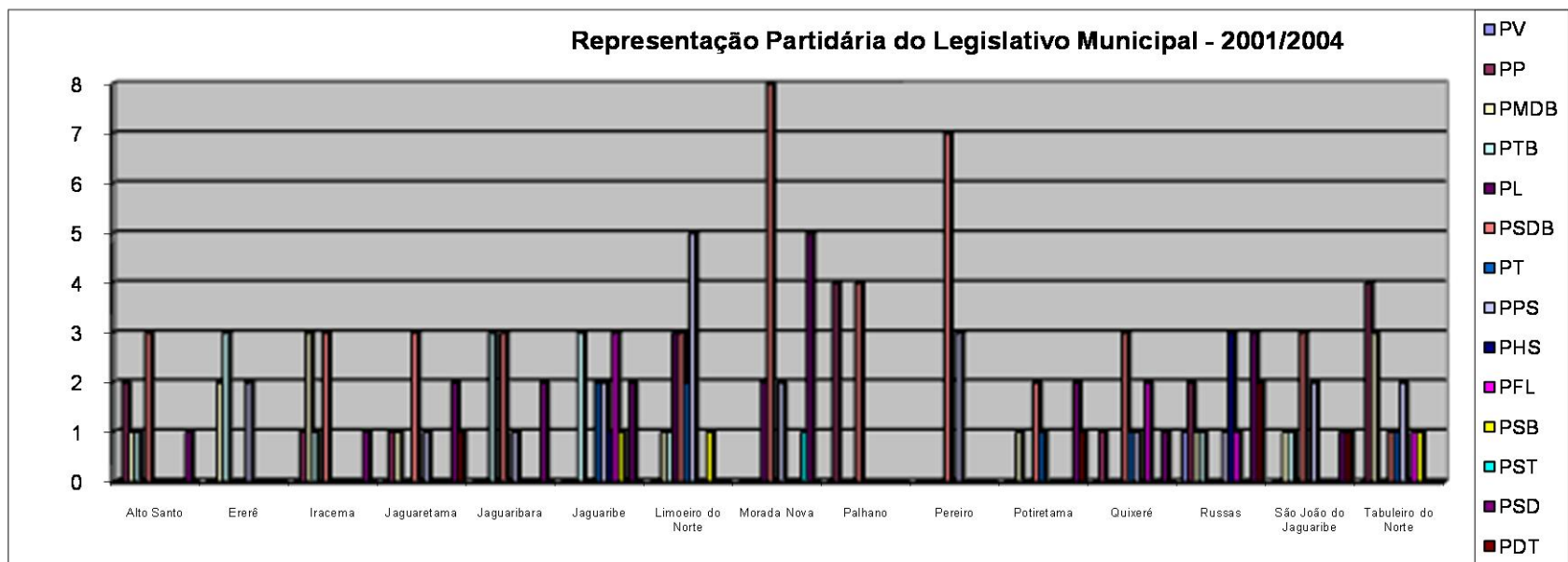


Figura 23: Representação gráfica Partidária do Legislativo Municipal – 2001/2004.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2005 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

Analisando os Quadros 22, 23 e 24 que trata do cenário político partidário do legislativo municipal do Território, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB-PPS-PMDB-PP-PT e, em número menor, do PFL/DEM. Esse cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com o colegiado territorial (reuniões, oficinas e plenária geral, entre outros), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade civil. Outra constatação é que essa diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/Território, embora seja destacado pelos referidos atores a invisibilidade da atuação do legislativo na formulação de leis e na publicização do orçamento participativo, entre outros instrumentos de responsabilidade desse poder.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial, bem como na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento do território.

21.2 Estrutura Político Administrativa e Atuação das Instituições Públicas

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico do território Vale do Jaguaribe é necessário refletir sobre alguns elementos de diagnóstico indicados na Série Desenvolvimento Rural Sustentável (IICA, 2008) que, entre outras coisas, aborda, na forma de observações e recomendações, o tema Desenvolvimento Territorial e Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.

A primeira observação refere-se ao fato de já existir um consenso crescente sobre a necessidade de pensar territorialmente as políticas e de consolidar um nível intermunicipal de articulação para a sua operacionalização, reconhecendo os limites da dimensão local/municipal para viabilizar iniciativas públicas mais amplas e viáveis.

A segunda observação aborda a necessidade de concretizar o significado do conceito de território, que vai muito além de sinônimo de micro ou mesorregião, isto é, deve-se atentar para o fato de que o território envolve um conjunto de relações, disputas e interesses. Outra questão relacionada refere-se à clareza sobre quais são os objetivos da territorialização e de uma política territorial ou, melhor dizendo, qual a proposta fomentada pelo governo Estadual com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, via Secretaria de Desenvolvimento Territorial (i) de territorialização da governança (que significa a promoção de instrumentos de democratização de processos de participação social e de processos de descentralização com vistas a criar as condições para que sejam geridas socialmente); (ii) de territorialização das políticas públicas (que significa a tentativa de descentralizar as políticas setoriais com vistas ao controle social, ao tempo torná-las mais eficazes na perspectiva da melhoria da qualidade das iniciativas públicas ofertadas às populações locais) ou (iii) de territorialização do desenvolvimento (que abrange os dois primeiros, porém, tem como objetivo central a criação de institucionalidades e a articulação de atores e de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento endógeno e, portanto, dê sustentação aos processos de desenvolvimento territorial). Essas três formas de abordagem sugerem a pertinência de várias escalas, instâncias e objetivos da

territorialização, principalmente em face da decisão político institucional de enfrentamento das desigualdades regionais (econômicas e sociais intra e entre as regiões) e da democratização da sociedade brasileira.

A terceira observação diz respeito à constatação de que no espaço territorial existe uma desarticulação e pulverização dos programas e propostas com diferentes divisões (e visões), seja internamente no governo federal, seja na relação com os governos estaduais e destes com os municípios e vice-versa.

A quarta observação faz alusão à existência de dois problemas interrelacionados, ou seja, (i) o pouco volume de recursos disponíveis para executar os projetos territoriais e (ii) as dificuldades de repasses financeiros para os territórios, sobretudo repasses relativos a investimento. Tal fato está intimamente relacionado à definição do estatuto constitucional das instâncias territoriais e seu equacionamento vai requerer reformas constitucionais que, de certa forma, produzirão reação e resistência, especialmente dos gestores municipais e de outros atores locais. Corroborando com essa observação, Cazella (2007) destaca que dois temas não ganharam a devida visibilidade no contexto das discussões sobre desenvolvimento territorial, ou seja, a criação de um sistema financeiro territorial capaz de financiar propostas alternativas de desenvolvimento (onde as cooperativas de crédito poderiam ser os agentes centrais do sistema) e a criação de programas de pesquisa e desenvolvimento voltados para a gestão territorial (de modo a dar sustentação aos projetos formulados e implantados, ampliando, assim, as alternativas viáveis para o desenvolvimento territorial).

Em face das observações acima uma primeira recomendação merece destaque, ou seja, como o significado de território é dado em última instância pelas populações nele residentes, tem-se que buscar formas institucionais por meio das quais essas populações possam influenciar e manifestar as suas demandas por políticas públicas. Nessa mesma direção, a estratégia de desenvolvimento territorial requer a construção de uma institucionalidade específica capaz de permitir a organização dessas demandas e que, simultaneamente, seja estabelecida uma ambiência político institucional de diálogo em torno da sua confluência com a oferta de políticas públicas, o que

remete novamente à questão da premência da articulação das políticas públicas.

Uma segunda recomendação também merece ser considerada, ou seja, parece clara a necessidade de se construir gradativa e paulatinamente estratégias para o enfrentamento dos desafios contidos nas observações já referidas, o que vai exigir novos espaços políticos para colocar a temática do desenvolvimento territorial na pauta da agenda política e, mais do que isso, amadurecer propostas de mudanças estruturais e ganhar “musculatura política” que possa contribuir para a definição de políticas públicas com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

Outra recomendação, já considerada por muitos como avanços, refere-se à necessidade de consolidar a política territorial como processo de retomada da capacidade de planejamento do Estado com vistas a democratizá-la e a torná-la mais efetiva. Em outras palavras significa dizer que a retomada do papel do Estado como planejador, enseja discutir e qualificar as formas e canais de articulação possíveis entre Estado e sociedade civil, na direção de que o primeiro esteja aberto à discussão com vistas à ampliação das idéias-conceito de público e de esfera pública com crescente inserção e capacidade propositiva da sociedade civil na construção do planejamento participativo do território.

Voltando ao território Vale do Jaguaribe um elemento de diagnóstico que merece destaque refere-se à estrutura político administrativa e atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, bem como a estrutura socio-organizativa e atuação da sociedade civil no contexto da teia de relações sociais do Território.

As instituições públicas municipais, estaduais e federais existentes no território vêm acompanhando e participando ainda de forma muito tímida da estratégia de desenvolvimento rural com abordagem territorial. Os meios que facilitam a participação são, entre outros, as reuniões, as oficinas e as plenárias em diversos municípios ou microterritório, para uma maior acessibilidade e um melhor envolvimento do poder público e da sociedade civil.

Quanto ao nível de interação entre essas instituições nos trabalhos desempenhados para a formulação, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (planos – programas e projetos) ele é ainda insuficiente,

em face da ausência de participação de algumas dessas representações nos processos desencadeados pelo Território, reduzindo a eficiência destes processos e a eficácia das ações territoriais e, portanto, prejudicando os que estão na condição de beneficiários dessas políticas.

Os “entes” públicos (das três esferas de poder) apresentados no Quadro 22 referem-se ao universo de instituições com atuação mais presente no Território, indicando, portanto, a matriz dos serviços ofertados, seja em nível de política pública (a exemplo do Sistema Único de Saúde), seja em nível de ações sociais públicas de caráter estadual ou federal (a exemplo do Programa Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José III, do Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento, do Programa de Climatologia e Meio Ambiente, do Programa Nacional da Agricultura Familiar e do Programa Luz para Todos, entre outros).

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
<ul style="list-style-type: none"> - Prefeituras Municipais - Secretarias Municipais <ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura Educação Saúde Ação Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente Turismo Cultura e desporto Indústria e comercio Comunicação e Administração e Finanças Ouvidoria Pública Municipal - Câmaras Municipais - Judiciário - Entre OUTRAS 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e vinculadas EMATERCE, ADAGRI e IDACE - Secretaria de Educação (SEDUC/CREDE e Escolas Estaduais) - Secretaria de Saúde (SESA/CREDES) - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) - Secretaria do Meio Ambiente (SEMACE) - Secretaria de Turismo (SETUR) - Secretaria de Recursos Hídricos e vinculada - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) - Secretaria das Cidades - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Instituto AGROPOLOS do Ceará (IAC) - CONSEA 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Desenvolvimento Agrário e vinculadas SDA e SAF - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Departamento Nacional e Obras contra a Seca (DNOCS) - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes (IBAMA) - Companhia Nacional de Alimentação e Abastecimento (CONAB) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) - Sistema Nacional de Empregos/ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT) - Serviço Brasileiro de

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
	Estadual/regional - Centro Vocacional Tecnológico (CVT) - Núcleo de Informação Tecnológica (NIT) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM) - Entre OUTRAS	Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - Ministério da Previdência Social (MPS/INSS) - Banco do Brasil (BB) - Banco do Nordeste (BNB) - Caixa Econômica Federal (CEF) - Bradesco - Entre OUTRAS.

Quadro 22: Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território
 Fonte: Arquivo do Território, 2010/2011.

É importante destacar neste diagnóstico alguns depoimentos dos atores locais, por ocasião dos eventos com o colegiado territorial (reuniões – oficinas – plenárias gerais) que versam sobre a constatação da significativa ausência das instituições com assento no Colegiado Territorial, escolhidas para representar o seu universo institucional e territorial, isto é, não estão participando de todo o processo de planejamento do desenvolvimento do Território. Este fato tem limitado a contribuição desses atores na perspectiva da construção de uma nova ambiência político institucional territorial capaz de avançar na relação de diálogo, articulação e cooperação entre o público-privado. Outra constatação é que as questões de interesse do Território não tem sido centro da agenda institucional, cuja justificativa pode ser encontrada na cultura institucional ainda vigente, na insuficiente publicização dos atos públicos e no desconhecimento sobre o Programa de Territorialização do Estado do Ceará e dos seus resultados para o Território, entre outros.

Por outro lado, o Território reconhece e valida às iniciativas positivas do governo Municipal, Estadual e Federal, ilustrando CAPS II, Emergência do Hospital Municipal de Limoeiro do Norte, Policlínica de Russas, CEO, Transporte escolar, Infraestrutura viária, Unidades de segurança pública, Programa Ronda do Quarteirão, Postos de saúde, Exposição agropecuária, Projeto São José, Cisternas de Placa, Centro de Inclusão Digital, além dos espaços de participação como o Salão dos Territórios.

Contudo, ainda há muito por fazer, entre as prioridades merece destaque as obras de infraestrutura, saneamento, estruturação física do núcleo dirigente do Colegiado Territorial, revitalização das várzeas irrigáveis do rio Jaguaribe, construção de pontes, consórcio para aterro sanitário e usina de lixo, Centro de zoonoses, Pelotão da polícia militar nas cidades pólos de fronteiras, Abatedouro público, entre outras. Destacam-se, em nível federal, as iniciativas voltadas para melhorar a qualidade dos serviços de saúde e a universalização das águas.

E, por fim, a postura de cooperação e integração entre as três esferas de governo (Município – Estado e União) ainda se constitui um grande desafio, haja vista que a cultura e a vivência institucional são de desenvolver as ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual (CAE), do Programa Territórios da Cidadania (PTC), vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade. Vale destacar que apesar do CAE ter sido constituído para articular ações do Programa Territórios da Cidadania, este Comitê também vem articulando ações para os territórios rurais que ainda não fazem parte do referido Programa.

21.3 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade civil

A estrutura socio-organizativa da Sociedade civil compreende as organizações de representação política, sindical e profissional, destacando-se os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentável (CMDs), o comitê de bacias hidrográficas, entre outros.

No campo da organização da sociedade civil existe o fórum dos assentados, associações comunitárias, de produtores, federações de

associações, entre outros, completam a teia organizativa de carácter social e popular do território Vale do Jaguaribe.

Várias organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicatos têm atuação territorial na execução de programas e projetos sociais e prestação de serviços, a exemplo: Cáritas Diocesana, Instituto Agropolos do Ceará (IAC), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Fórum Regional pela Vida no Semiárido (FVSA) e empresas privadas de assistência técnica rural.

O processo de articulação de ações entre Entidades da sociedade civil, por natureza das suas finalidades, exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de luta de cada uma muitas vezes se dão em campos opostos, restritos e/ou fragmentados. Entretanto, a questão aqui colocada não trata de juntar todas para atuarem conjuntamente, até porque é fundamental preservar a identidade e o espírito de luta de cada Entidade, porém, tem movimentos que exigem de outros um apoio maior para assegurar a sua sobrevivência em espaços bastante competitivos, principalmente entre grandes e pequenos, citando a exemplo as organizações de carácter produtivo.

Assim, o desafio está na capacidade de mobilização e identificação de temas de interesse da sociedade civil que exigem ações articuladas, sem prejuízo para a identidade e autonomia das referidas organizações, o que torna fator preponderante para o fortalecimento das Entidades representativas da sociedade civil com vistas à conquista dos direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal de 1988.

22 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

A eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial rural tem se tornado uma preocupação permanente dos atores sociais (políticos, técnicos, lideranças sociais, beneficiários) no sentido do enfrentamento das múltiplas dificuldades e da insuficiência dos resultados que se observa na implantação das políticas públicas.

Constata-se que a ausência de mecanismos de participação, sinergia, articulação e cooperação entre os atores públicos têm implicações, em maior ou menor grau, na coordenação da ação pública e na participação social, reduzindo a qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, à confiança dos atores sociais no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos, gerando dúvidas sobre as formas e instrumentos de controle social para a gestão de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento territorial rural implica, dentre outras significativas mudanças, a pressão por um novo formato de gestão social das políticas públicas e um novo relacionamento entre Estado e a Sociedade civil, exigindo, portanto, a coordenação de um conjunto de estratégias e ações direcionadas aos territórios. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local; descentralização administrativa; aperfeiçoamento na utilização de recursos; participação ampla dos atores locais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal.

22.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais

elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios mais problemas (e sérias conseqüências) que soluções, entre elas destacam-se: (i) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (ii) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (iii) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (iv) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (v) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, isto é, (i) as Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (ii) as Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

Os Quadros 23, 24 e 25 detalham as transferências em nível federal/estadual, em períodos distintos entre 2000 a 2010, considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
Alto Santo	2.266.773,65	3.089.228,31	4.220.194,27	5.362.120,37	7.384.009,36
Ererê	1.459.135,09	1.853.707,55	2.532.116,79	3.217.272,40	3.692.004,95
Iracema	2.454.946,79	2.978.039,91	3.716.018,96	4.278.731,34	6.153.341,23
Jaguaretama	2.742.460,11	3.707.107,51	5.064.232,95	6.434.544,28	5.372.427,34
Jaguaribara	1.694.332,99	2.084.590,09	2.665.414,70	3.158.095,07	4.922.673,06
Jaguaribe	3.891.026,01	4.943.219,29	6.752.310,47	8.579.392,16	9.845.345,67
L do Norte	4.863.782,36	6.796.211,81	11.796.663,99	11.796.663,99	13.537.350,21
Morada Nova	25.794.110,00	7.444.719,23	9.932.058,18	12.326.656,83	14.768.018,33
Palhano	1.694.332,99	2.084.590,09	2.665.414,70	3.158.095,07	3.692.004,95
Pereiro	2.288.604,61	3.089.228,31	4.220.194,27	5.362.120,37	6.153.341,23
Potiretama	1.459.135,09	1.853.707,55	2.532.116,79	3.217.272,40	3.692.004,95
Quixeré	2.431.891,40	3.706.700,23	5.064.232,95	6.434.544,28	7.384.009,36
Russas	5.350.160,52	3.706.700,23	10.120.863,67	12.869.087,93	14.768.018,33
S. J. Jaguaribe	1.694.332,99	2.084.590,09	2.665.414,70	3.158.095,07	3.692.004,95
T. do Norte	3.404.647,77	4.325.316,95	5.908.271,69	7.506.968,29	8.614.677,57
TOTAL TERRITÓRIO	37.721.356,48	53.747.657,15	79.855.519,08	96.859.659,85	113.671.231,49

Quadro 23: Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2009.

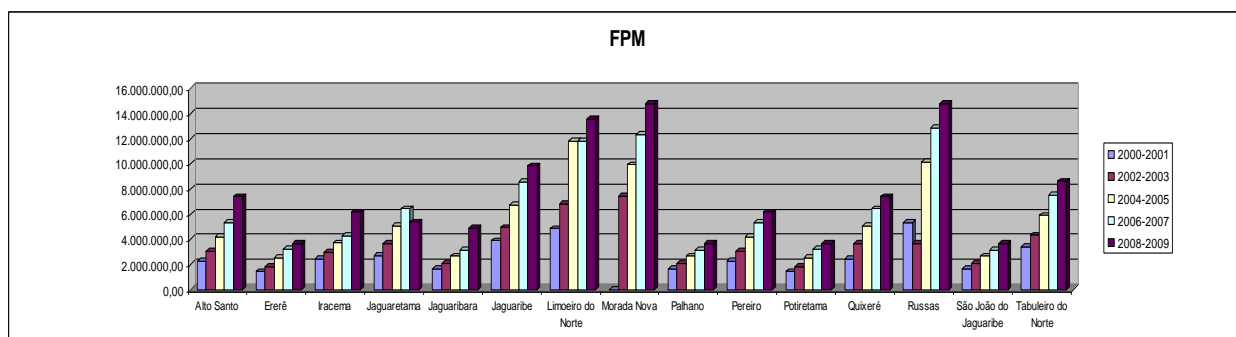


Figura 24: Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2009.

Municípios	2000-2001	2002-2003	2004-2005	2006-2007	2008-2009
Alto Santo	475.893,57	541.897,31	671.747,05	842.849,86	1.482.151,30
Ererê	271.887,48	366.792,49	414.072,12	489.990,59	737.300,06
Iracema	494.200,55	609.388,55	716.208,68	828.540,83	1.266.355,71
Jaguaretama	624.352,26	988.911,07	1.087.789,64	1.368.360,41	1.891.454,13
Jaguaribara	336.019,36	488.447,73	544.221,83	649.564,89	1.030.490,91
Jaguaribe	1.075.383,55	1.559.945,67	1.863.669,52	2.193.921,90	3.356.173,03
L. do Norte	1.147.120,53	1.749.056,96	2.034.291,17	2.679.546,66	4.043.729,57
Morada Nova	2.665.321,56	3.563.110,68	4.300.701,80	4.577.752,64	6.023.529,84
Palhano	332.322,64	359.590,20	405.723,74	541.469,00	812.090,07
Pereiro	753.127,59	985.913,03	1.126.633,20	1.318.778,87	1.944.613,11
Potiretama	753.127,59	985.913,03	1.126.633,20	1.318.778,87	651.985,06
Quixerê	658.478,23	937.710,02	1.097.405,55	1.321.160,30	1.909.342,87
Russas	1.694.706,92	2.327.504,68	2.855.699,34	3.809.994,12	5.556.336,34
S. J. Jaguaribe	171.362,25	276.780,79	345.471,73	403.626,33	593.811,12
T. do Norte	615.750,17	959.176,49	1.050.327,55	1.382.442,59	2.193.033,46
TOTAL	12.069.054,25	16.700.138,7	19.640.596,12	23.726.777,86	33.492.396,58
TERRITÓRIO					

Quadro 24: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2009.

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

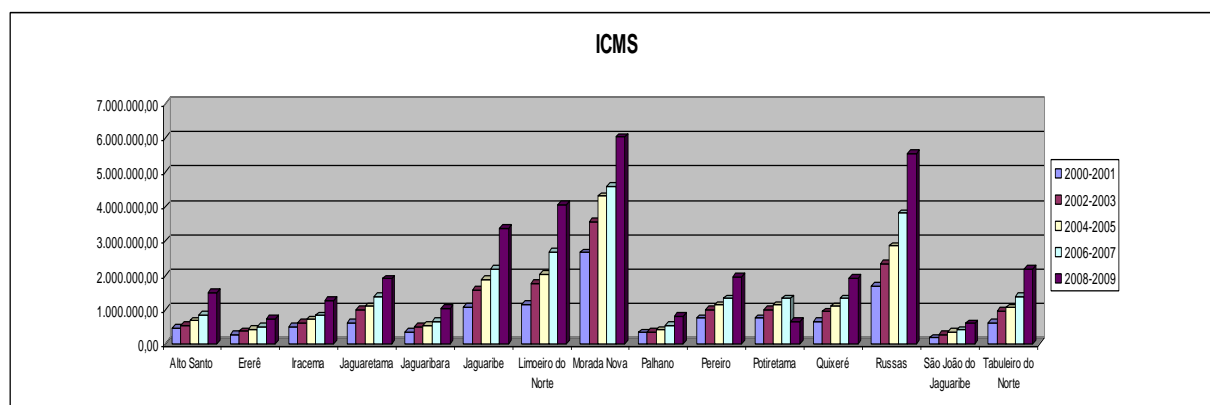


Figura 25: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

Municípios	2007	2008	2009	2010*
Alto Santo	2.479.824,66	3.589.292,57	4.457.719,93	3.609.605,57
Ererê	1.441.646,60	1.974.001,59	2.214.541,39	1.820.130,16
Iracema	2.437.705,24	3.295.882,15	3.805.116,37	3.091.175,64
Jaguaretama	4.025.986,39	5.188.758,53	5.679.252,78	4.506.023,18
Jaguaribara	1.911.141,16	2.550.981,85	3.098.483,42	2.756.577,27
Jaguaribe	6.454.892,23	9.151.242,81	10.077.823,55	8.493.217,36
Limoeiro do Norte	7.883.714,55	10.758.130,92	12.146.768,75	9.857.605,49
Morada Nova	13.468.755,26	16.449.997,85	18.087.616,97	15.312.365,40
Palhano	1.593.103,85	2.043.656,47	2.441.291,06	1.878.452,48
Pereiro	3.880.134,35	5.195.349,39	5.841.014,31	4.940.655,15
Potiretama	1.309.702,48	1.806.695,77	1.957.317,40	1.779.337,83
Quixeré	3.887.101,80	5.127.121,70	5.734.684,07	4.562.347,50
Russas	11.209.633,67	14.612.067,35	16.693.316,63	14.428.638,15
S. J. do Jaguaribe	1.187.536,66	1.604.804,49	1.783.329,02	1.477.690,29
Tabuleiro do Norte	4.067.369,84	6.056.936,74	6.583.873,37	5.394.807,08
TOTAL	67.238.248,74	89.404.920,18	100.602.149,02	83.908.628,55
TERRITÓRIO				

Quadro 25: Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

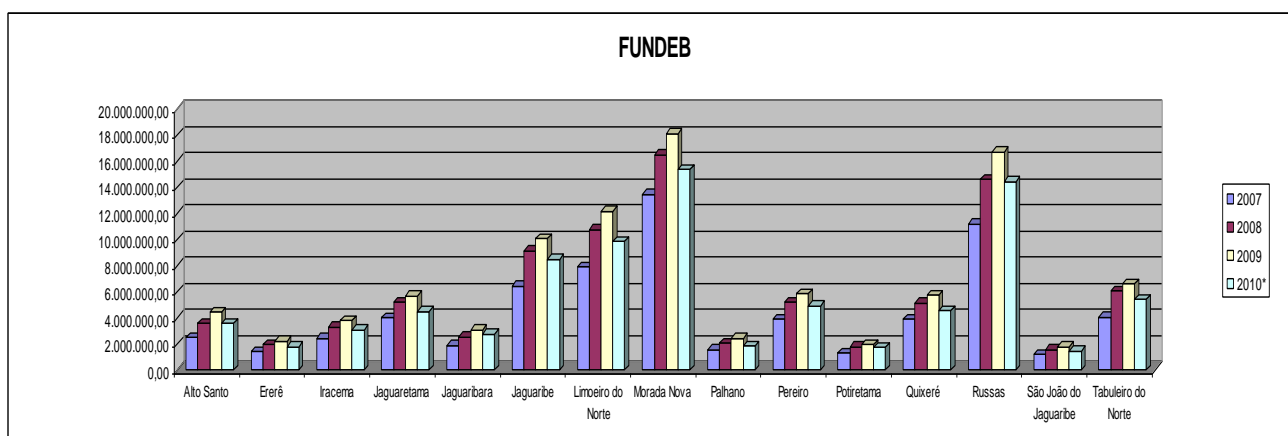


Figura 26: Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)

Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

22.2 Territorialização das Políticas Públicas

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que ele sugere indicam que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, assim posto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma da lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil, para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o território Vale do Jaguaribe.

Observa-se que esses municípios possuem mecanismos estruturados que permitem a participação do poder público e da sociedade civil para deliberar sobre políticas públicas (ou ações sociais públicas), sendo esse espaço ocupado pelos Conselhos existentes nas diversas áreas, ilustrando desenvolvimento sustentável, educação, cultura, meio ambiente, saúde, saneamento, economia, relações de gênero, dentre outros.

Nessa direção, os espaços de discussão e deliberação da sociedade civil e do poder público são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e o Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Jaguaribana (CONDIRJA), ambos de natureza colegiada e autônoma, tendo

como papel assegurar espaços (participativos e democráticos) para a discussão, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de fomento ao desenvolvimento regional com sustentabilidade, além de prover as providências e encaminhamentos que se fizerem necessários.

22.2.1 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

A estratégia de desenvolvimento rural com abordagem territorial pressupõe a premência da articulação de políticas públicas (planos, programas e projetos), o que significa falar da adoção de postura favorável a articulação de uma agenda institucional voltada para o atendimento das demandas do Território. Entende-se que um dos aspectos que pode contribuir para que isso venha acontecer, é a própria localização geográfica das instituições.

É evidente que este fator influencia para a desarticulação institucional, porém não é o único motivo. Uma segunda razão, diz respeito à cultura institucional, sendo uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, o repasse das informações e das decisões tomadas pela plenária geral do Colegiado Territorial, principalmente no que diz respeito ao apoio direto das instituições nos processos de elaboração e implantação dos projetos territoriais. Constatase que ainda é muito frágil o processo de monitoramento (acompanhamento e controle) e avaliação dos projetos territoriais implantados no Território, tanto pelas instituições do poder público, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil

Os Quadros 26 e 27, respectivamente, indicam às instituições e entidades com atuação regionalizada, portanto, prestando serviços mais diretamente ao Território, ainda que a abrangência e unidade de planejamento de cada instituição/entidade atenda em maior ou menor número os 15 (quinze) municípios que conformam o território Vale do Jaguaribe.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração
Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES)	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcios para disponibilização de leitos hospitalares e consultas de especialidades médicas - Consórcios resíduos sólidos (lixo) - Articulação de ações de imunização e epidemiologia (doenças transmissíveis) - Eventos de mobilização e articulação de ações entre Estado e municípios - Formação continuada em saúde para funcionários e dirigentes das unidades de saúde.
Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de ações ofertadas pelo Estado e união (PDE – PAR) - Formação continuada de docentes e dirigentes - Criação de laboratórios de informática e ciências - Alimentação escolar (PNAE) - Caminho da escola (transporte escolar) - Construção de espaços de esporte e lazer
Escritórios Regionais da EMATERCE e Prefeituras	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica (ATER) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e mulheres rurais - Crédito PRONAF - Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - Formação de Agentes de Desenvolvimento - Projeto São José II
MPS/INSS	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família, entre outros) - Benefícios assistenciais (idoso e deficiente) - Serviços previdenciários (reabilitação profissional e serviço social)
SINE/IDT	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação social e profissional - Criando oportunidades - Juventude cidadã - Juventude empreendedora - Programa nacional de inclusão dos jovens (Pro – jovem urbano e Pro – jovem campo) - Produção e análise de informações sobre a realidade e a dinâmica do mercado de trabalho local - Cadastro para colocação no mercado de trabalho
CONSEA Estadual/regional	<ul style="list-style-type: none"> - Produção, Abastecimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Acesso à Água e Segurança Alimentar e Nutricional - Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - SAN dos Povos Indígenas, Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Alimentação Escolar - Biodiversidade e Populações Tradicionais

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração
Instituto AGROPOLOS	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Assistência Técnica - Programa de Acesso a Mercados - Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado - Programa de Ações Estratégicas
COGERH/Comitês de Bacias	<ul style="list-style-type: none"> - Operação e manutenção da infraestrutura hídrica - Monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos - Elaboração de projetos sobre recursos hídricos - Implementação dos instrumentos de gestão participativa dos recursos hídricos
Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM)	<ul style="list-style-type: none"> - Formação superior pública
Instituto Federal de Educação (IFCE)	<ul style="list-style-type: none"> - Curso técnico, superior, pós-graduação e extensão - Incubadora (oportunidades de geração de renda) - Produções tecnológicas - Projetos sociais - Laboratórios
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	<ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR NEI e NE II - Desenvolvimento tecnológico - Meio ambiente - Nordeste territorial (cadeias produtivas couro e calçados, saúde e turismo) - Crédito
Banco do Brasil (BB)	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) cadeias produtivas do artesanato, apicultura, biodiesel, bovinocultura e fruticultura
SEBRAE	Apicultura, Artesanato, Cerâmica, Comércio Varejista, Couro e Calçados, Cultura, Floricultura, Jóias Folheadas, Fruticultura, Gestão Ambiental, Mandiocultura, Minerais não Metálicos, Ovinocaprinocultura, Têxtil – Confecção, Turismo.
DETRAN	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta de veículos - Carteira de motorista popular - Consulta de habilitação - Emissão de taxas e multas
Delegacia Civil de Polícia	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança civil dos cidadãos e cidadãs
Penitenciária Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema penitenciário para detentos em regime fechado
CREA Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Atenção a criança, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social (assistência social, psicológica e jurídica).

Quadro 26: Instituições Públicas com Atuação Regionalizada

Fonte: Arquivos do Território, 2010/2011 e sites das Instituições.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração
Cáritas Diocesana	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio aos projetos produtivos solidários - Convivência com o semiárido - Organização e execução do programa de formação e mobilização.
FETRAECE	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa de políticas públicas pra o fortalecimento da agricultura familiar - Rede de assistência técnica-social e ambiental (ATER-ATES)
MST	<ul style="list-style-type: none"> - Pedagogia da terra – PRONERA - Reforma agrária popular - Assistência técnica-social e ambiental (ATES) - Combate a violência sexista - Cultura - Todos e todas sem terra estudando - Saúde pública - Democratização da comunicação, entre outros.
Fórum dos Assentados	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma Agrária - Formação sociopolítica e produtiva das famílias assentadas
Fórum pela Vida no Semiárido (FVSA)	<ul style="list-style-type: none"> - Convivência com o Semi Árido

Quadro 27: Entidades da Sociedade Civil com Atuação Regionalizada
 Fonte: Arquivos do Território, 2010/2011 e sites das Entidades.

22.2.2 Iniciativas do Governo Estadual com Potencial de Integração

A definição das atividades, projetos e operações especiais do PPA 2008-2011 do Estado do Ceará está respaldada na Lei Estadual n.º 12.896 (de 28 de abril de 1999) e na Lei Complementar Estadual n.º 18 (de 29 de dezembro de 1999), que estabeleceram 08 macrorregiões de planejamento.

É importante registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las da realidade do território e, sobretudo, na perspectiva de superação dos seus principais gargalos. Um exemplo desse esforço remete ao diálogo estabelecido

pelo governo estadual com o governo federal e municípios, via Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDR-CE), no sentido da materialização da articulação a partir dos instrumentos de planejamento das diferentes esferas de governo (ilustrando PDRS – PTDRS – ICNDRSS), além do esforço de territorializar o estado do Ceará, apoiando diretamente essa iniciativa em 06 (seis) territórios, inclusive o território Vale do Jaguaribe.

O Quadro 28 oferece uma primeira aproximação dos programas ofertados pelo governo estadual, no PPA 2008-2011, por eixo prioritário e Secretaria de Estado, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS de curto, médio e longo prazo.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>Secretaria da Educação Básica (SEDUC)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas - Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana - Gestão Democrática da Educação Básica - Cooperação entre Estado/Município - Atenção à Pessoa com Deficiência - Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude - Valorização do Servidor - Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC <p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ceará Digital - Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico <p>Secretaria da Saúde (SESA)</p>	<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - Democratização do Acesso a Terra - Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária - Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza - Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos - Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II <p>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial - Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica <p>Secretaria das Cidades</p>

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundários e Terciário - Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde <p>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Social Básica - Proteção Social Especial - Programa de Apoio as Reformas Sociais – PROARES - Segurança Alimentar e Nutricional - Desenvolvimento Empreendedorismo e Artesanato - Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade <p>Secretaria da Cultura (SECULT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação Social - Biblioteca Cidadã - Ceará no Circuito Cultural da América Latina - Incentivo às Artes e Culturas do Ceará - Memória Cultural <p>Secretaria do Esporte (SESPORTE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esporte Educacional e Escolar - Esporte de Rendimento - Atenção à Pessoa com Deficiência - Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas <p>Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança Moderna e com Inteligência - Ronda - Gestão de Tecnologia da Informação <p>Secretaria da Justiça e Cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Integração Regional - Estruturação e Requalificação Urbana - Saneamento Ambiental - Habitacional <p>Conselho de Gestão e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos Recursos Ambientais - Gestão Ambiental Estratégica - Biodiversidade Probio - Educação Ambiental do Ceará – PEACE - Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE <p>Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais - Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos - Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos <p>Secretaria do Turismo (SETUR)</p> <ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR II - Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos <p>Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III - Telecomunicações do Estado - Rodoviário do Estado do Ceará - Infraestrutura e Logística - Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica - Modernização da Gestão Pública

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
RESULTADOS ESTRATÉGICOS ESPERADOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento econômico com sustentabilidade - Redução das desigualdades regionais - Sociedade com renda melhor e mais distribuída - Ceará competitivo nas suas vocações e novas oportunidades - Economia rural fortalecida - Infraestrutura estratégica ampliada - Educação básica ampliada e com qualidade - Educação superior com ênfase nas potencialidades do Estado - Sociedade com segurança e justiça - Saúde descentralizada com qualidade - Sociedade com garantia de direitos - Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social - Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas - Serviço público qualificado e ágil - Aumento da capacidade de investimentos do Estado - Efetividade dos gastos públicos - População informada 	

Quadro 28: Eixos prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

Já o Quadro 29 indica o orçamento revisado do PPA para 2010-2011 para a macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, que compreende 21 municípios dos territórios do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, excluindo os municípios de Cascavel e Pindoretama que estão inscritos na macrorregião Metropolitana de Fortaleza. O referido orçamento indica as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação com o Governo do Estado para a implantação das proposições inscritas no PTDRS, no horizonte temporal do referido Plano.

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	449.319.302,00	100
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA	19.056.335,00	4,20
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	7.059.731,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Aeroportuário	761.728,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	7.653.820,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	1.558.556,00	
Modernização da Gestão Pública	1.550.000,00	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS	11.992.590,00	2,70
Ronda	718.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	10.076.306,00	
Valorização do Servidor	50.000,00	
Gestão de Tecnologia da Formação	514.284,00	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	90.000,00	0,02
Valorização do Servidor	90.000,00	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS	7.586.000,00	1,70
Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	6.800.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	750.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso- PROATIVOS	36.000,00	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	35.582.406,00	7,90
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	21.300,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	6.952.310,00	
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	3.712.517,00	
Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Complexo do Castanhão	17.930.000,00	
Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.843.428,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	2.918.709,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	62.500,00	
Ação Fundiária	1.141.642,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC	47.078.999,00	10,50
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	11.020.780,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	707.504,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	230.179,00	
Cooperação entre Estado e Município	17.768.335,00	
Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	112.352,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	46.988,00	
Coordenação e Manutenção Geral	746.405,00	

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC (Cont.)		
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	15.316.800,00	
Valorização do Servidor	225.543,00	
Gestão de Tecnologia da informação	904.113,00	
SECRETARIA DE SAÚDE- SESA	25.929.492,00	5,80
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	4.977.203,00	
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada- Empréstimo BID	867.977,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	19.610.002,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	3.300,00	
Vigilância em Saúde	471.010,00	
SECRETARIA DA CULTURA-SECULT	1.505.567,00	0,33
Biblioteca Cidadã	156.667,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.314.000,00	
Memória Cultural	34.900,00	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS- SRH	34.415.137,00	7,60
Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido- PROÁGUA	13.053.130,00	
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos- PROGERIRH Adicional	14.695.007,00	
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	2.902.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	3.765.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR-SECITECE	6.235.329,00	1,40
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	462.313,00	
Ceará Digital	150.600,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	5.266.316,00	
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	355.100,00	
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	1.000,00	
SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	99.300.000,00	22,10
Programa de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR Nacional	99.300.000,00	
SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE	2.397.040,00	0,53
Esporte Educacional	1.447.040,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	950.000,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	30.681.780,00	6,80
Estruturação e Requalificação Urbana	906.000,00	
Desenvolvimento Urbano de Pólos REGIONAIS-CIDADES DO CEARÁ II	872.335,00	
Habitacional	2.613.629,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.397.282,00	

Saneamento Ambiental do Ceará	24.892.534,00	
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS	11.206.772,00	2,50
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará-PROARES-FASE II	2.640.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	41.070,00	
Proteção Social Básica	2.026.497,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	3.958.910,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	621.000,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	61.310,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	76.285,00	
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- CEDE	13.000.000,00	2,90
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	13.000.000,00	
CONSELHO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE-CONPAM	108.000,00	0,02
Programa de Gestão Ambiental Estratégica	108.000,00	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	103.153.855,00	22,90
Encargos Gerais do Estado	103.153.855,00	

Quadro 29: Orçamento revisado PPA 2010-2011 por Secretaria de Estado

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2009.

Vale destacar que do total do orçamento previsto (R\$ 449.319.302,00), 66,4% são de investimentos, inversões e despesas correntes não continuadas (MAPPs), o que representa um volume de recursos na ordem de R\$ 298.594.675,00. Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Secretaria de Estado que, neste orçamento, deu-se prioridade aos programas da Secretaria de Turismo (22,10%), seguido da Secretaria de Educação (10,50%), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (7,90%), Secretaria dos Recursos Hídricos (7,60%), Secretaria das Cidades (6,80) e Secretaria de Saúde (5,80%).

22.2.3 Iniciativas do Governo Federal com Potencial de Integração

Outro espaço de articulação e negociação refere-se à agenda político institucional do Governo Federal, via Ministérios de Estado e suas vinculadas, cujo planejamento plurianual deve ser acompanhado pelo território, no sentido da reivindicação e manifestação das demandas priorizadas pelo planejamento territorial, por meio do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), em todas as dimensões e variáveis do desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

Nessa direção, o Território Vale do Jaguaribe apresenta-se inserido dentre as áreas de atuação de diversas políticas, programas e projetos de âmbito federal, na perspectiva da melhoria das condições de vida da população rural e urbana, entretanto, nesta dimensão do Plano Territorial é apresentada, no Quadro 30, apenas uma amostragem das iniciativas federais com a respectiva unidade executora. Assim posto, os programas/ações do Governo Federal para o território Vale do Jaguaribe indicam as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação com o Governo Federal com vistas à implantação das proposições inscritas no PTDRS, no horizonte temporal do referido Plano.

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Programa de Atenção Integral à Família	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Serviço Socioeducativo do PETI	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
EIXO: ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO	
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Social	
Cresce Nordeste	Banco do Nordeste do Brasil
Nordeste Territorial	Banco do Nordeste do Brasil
Crédito do PRONAF	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Garantia Safra	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
ATER/Agricultores Familiares	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Biodiesel	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro (AEGRE)
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PPA)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios Rurais	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação do Acesso da População dos Territórios Rurais à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)
Programa Cisternas	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Saneamento nas escolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA	
Programa Dinheiro Direto na Escola	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
PROINFO Rural e Urbano	Secretaria de Educação à Distância (SEED)
Expansão das Escolas Técnicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
Salas de Recursos Multifuncionais	Secretaria de Educação Especial (SEESP)
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	Banco do Nordeste do Brasil
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	Secretaria de Telecomunicações (STE)
Programa Arca das Letras	Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
EIXO: INFRAESTRUTURA	
FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Programa Luz Para Todos	Eletrobrás, concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação
EIXO: INFRAESTRUTURA	
Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL	
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Formação de Agentes de Desenvolvimento	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

Quadro 30: Programas do Governo Federal com Potencial de Integração

Fonte: Relatórios, 2010 e sites dos Ministérios de Estado e vinculadas.

23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2009) refere-se ao “processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade. É, antes de tudo, um processo. Enquanto tal, ele se desdobra em um conjunto de macroprocessos articulados e interdependentes e, cujos limites de um a outro são muito tênues. Essa idéia de ciclos pode ser mais bem visualizada na figura apresentada a seguir.



Figura 27: Elementos do Processo de Gestão Social
Fonte: Documento Institucional SDT/MDA, 2009

Esse marco referencial indica para o território Vale do Jaguaribe um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

23.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

O colegiado territorial, como parte da rede de órgãos colegiados, tem o papel de acompanhar o PTDRS, bem como as outras iniciativas do território. É por meio dessas instâncias (colegiado – rede – fórum – conselhos e/ou comitês temáticos e setoriais) que se dá o controle social sobre o uso dos recursos e a implantação de determinada política pública, bem como o alcance dos seus resultados.

Segundo COELHO e FAVARETO (2007), o Brasil assistiu nos últimos dez anos a um crescimento expressivo do número de instituições e/ou entidades de caráter participativo que, para o IBGE (2001), aproxima-se a 27 mil foros nos 5.507 municípios do país. Na leitura dos autores existem duas razões que explicam esse crescimento. A primeira razão está relacionada à demanda dos setores populares por participação nas instâncias decisórias e de gestão de políticas públicas. A outra diz respeito à expectativa dos gestores públicos de que esses “entes” possam ampliar os canais de comunicação e negociação entre Estado e sociedade. Nos dois casos é notória a expectativa de que a participação possa contribuir para a definição de políticas públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

É nessa perspectiva que se apresenta a constituição e atuação do Colegiado Territorial do Vale do Jaguaribe, conforme ilustra o diagrama organizacional a seguir.



Figura 28: Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial
Fonte: Documento GTT Estadual, Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

O Território contempla uma gestão de diversas organizações sociais e governamentais, as quais fortalecem a luta pela organização das políticas de sustentabilidade, desenvolvimento, articulação, monitoramento e avaliação de ações planejadas em conjunto com a sociedade organizada.

23.1.1 Comprometimento dos Gestores Públicos

Quanto ao nível de compromisso entre os gestores públicos com o desenvolvimento ainda é insuficiente, devido à ausência na participação dos eventos; como reuniões, oficinas e plenárias de alguns municípios, dificultando assim a eficácia de ações beneficiadoras para o território, prejudicando os que estão na condição de beneficiários destas políticas.

23.1.2 Arranjos Institucionais

Os arranjos no Território são trabalhados de forma que exista integração entre poder público e sociedade civil, onde cada um contribui na disposição para que estes eventos e ações venham se realizar com êxito. Assim os resultados aparecem com efeitos positivos, sendo que os parceiros buscam se apoiar para o bom desempenho dos eventos, sempre voltado para o desenvolvimento sustentável e solidário do território.

O Território Vale do Jaguaribe possui um capital organizacional considerável. Existindo o Fórum Regional pela Vida no Semiárido, O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, O Sindicato do funcionalismo público, uma Regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, Associações comunitárias, Conselhos, Federações, Comitês municipais, colegiados territoriais, Comitês das bacias hidrográficas da região e instituições públicas estaduais e federais como a ADAGRI, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, as Câmaras Municipais, COGERH, DNOCS, EMATERCE, IBAMA, IDACE, INCRA, Instituto Agropolos do Ceará, SEMACE, SEBRAE, SDA e Prefeituras Municipais. Ainda podem ser citados a Cáritas Diocesana, as Comunidades Eclesiais de Base, entre outras.

23.1.3 Negociação e Articulação Institucional

No território Vale do Jaguaribe os Programas Sociais do Governo Federal são exemplos práticos que podem ser mostrados como políticas públicas integradoras nos três níveis de governo. O Programa Garantia Safra pode ser destacado, o qual apresenta benefício concreto para o agricultor familiar, fazendo parte assim a sociedade civil.

Em nível de integração, as políticas desenvolvidas pelo Programa dos Territórios de Identidade, é um exemplo interessante da união na política, com membros da sociedade civil e do poder público nas três esferas de governo.

24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 31, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none">1. Oportunidade da sociedade civil e do poder público para exercer a cidadania de forma participativa2. Monitoramento e avaliação de ações planejadas em conjunto com a sociedade organizada3. Integração da sociedade civil e poder público4. Capital organizacional considerável no território	<ol style="list-style-type: none">1. Centralização do poder político administrativo2. Pouco compromisso dos gestores públicos nos eventos do território3. Desarticulação das ações institucionais e comunitárias em prol do desenvolvimento do território
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none">1. A falta de um marco legal para as políticas de desenvolvimento rural e territorial dificulta a implementação dos projetos territoriais2. A burocracia das políticas públicas vem dificultando a articulação das mesmas	<ol style="list-style-type: none">1. A estratégia de desenvolvimento territorial vem criando oportunidades para o fortalecimento das instituições2. A constituição de 1988 criou alternativas para a organização de diversos conselhos para a estruturação de políticas públicas

Quadro 31: Análise Territorial da Dimensão Político-Institucional.

Fonte: Relatório das Oficinas Territoriais Comitê Gestão Social, 2011.

23.1 Estratégias/Proposições Indicadas Pelo Diagnóstico

- Ampliação e qualificação da capacidade de articulação e cooperação entre as instituições de base municipal, estadual e federal;
- Participação mais efetiva dos gestores municipais, das câmaras municipais e da representação do poder judiciário na construção da estratégia de desenvolvimento territorial;
- Fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de contratualidade que oriente a decisão político institucional quanto aos beneficiários da estratégia de desenvolvimento rural-urbano com abordagem territorial da SDA/CE - vinculadas e parceiros -, suas estratégias e proposições, tendo como referência o Plano Plurianual (PPA), dialogando permanentemente com a realidade do território Litoral Leste;
- Estruturação do colegiado territorial com a alocação de recursos (financeiro, material, logístico e humano) no sentido de ampliar e qualificar a sua atuação no território ;
- Ampliação e diversificação do leque de atores sociais com vistas a ampliar os espaços de representação, legitimidade e participação efetiva dos beneficiários do desenvolvimento rural, com abordagem territorial;
- Ampliação dos espaços de articulação e diálogo com os fóruns e redes de cooperação;
- Ampliação e adequação dos recursos disponibilizados para apoiar a formação continuada com vistas a qualificar os espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas pelo conjunto dos beneficiários do Território.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Eixos do Desenvolvimento, Programas e

Projetos

PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta as Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS, bem como a matriz de variáveis do Diagnóstico Territorial e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

25 VISÃO DE FUTURO

O Território Vale do Jaguaribe desenvolve ações voltadas para o fortalecimento dos setores primário, secundário e terciário, via constituição e consolidação de redes de parceiros, com a participação da sociedade civil e poder público, com políticas públicas integradas fortalecendo as áreas de saúde, infraestrutura, segurança pública, educação, cultura, ação fundiária e meio ambiente, com sustentabilidade ambiental, socioeconômico e sociocultural, com foco no desenvolvimento humano.

26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, Quadro 32, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

Dimensões	Objetivos Estratégicos
SÓCIO CULTURAL EDUCACIONAL	<ol style="list-style-type: none">1. Melhorar a qualidade da educação;2. Garantir uma saúde de qualidade a população do território;3. Fortalecer a Identidade Cultural Regional do Vale do Jaguaribe;
AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none">1. Contribuir com a recuperação, preservação do meio ambiente de forma sustentável;2. Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda;3. Implantar Infraestrutura de Melhoria da qualidade da saúde da população;
SÓCIOECONÔMICA	<ol style="list-style-type: none">1. Potencializar as vocações econômicas do território;2. Incentivar a ampliação a agricultura irrigada para geração de emprego e renda no território;3. Fortalecer as cadeias produtivas no território para geração de emprego e renda da agricultura familiar;4. Elevar o nível tecnológico do território;5. Garantir a segurança alimentar aos agricultores familiares;6. Ampliar a oferta de água na Chapada do Apodi, visando a redução de energia e custo de produção;7. Fortalecer o pólo da industrial do território visando a geração de emprego e renda;8. Garantir o acesso a terra e o fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária para as gerações presentes e futuras;
POLÍTICO INSTITUCIONAL	<ol style="list-style-type: none">1. Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil;2. Assegurar o controle e a gestão social das ações territoriais.

Quadro 32: Objetivos Estratégicos.

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se dezoito grandes linhas:

1. Preservação do meio ambiente;
2. Busca pela sustentabilidade;
3. Integração das políticas públicas;
4. Melhoria na qualidade da educação da cidade e do campo;
5. Fortalecimento da infraestrutura social, econômica, cultural e produtiva priorizando a agricultura familiar;
6. Valorização do saber local;
7. Promoção do fortalecimento da identidade cultural territorial;
8. Assegurar o acesso a saúde de qualidade;
9. Valorizar a participação do potencial humano nas dinâmicas territoriais;
10. Desenvolver práticas de planejamento contínua e participativa;
11. Elaborar e implementar programas e projetos de forma integrada;
12. Respeito pelas decisões tomadas pelas instâncias do colegiado territorial;
13. Respeito às relações de gênero, geração, raça e etnia;
14. Segurança e soberania alimentar e nutricional;
15. Equidade na aplicação dos recursos no território;
16. Fortalecimento da agricultura familiar;
17. Identificar a aptidão dos futuros assentados para definir os projetos de investimentos levando em conta o potencial da área a ser assentada;
18. Reavaliação de critérios para a aquisição de áreas com potencial produtivo para os assentamentos.

28 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos dois eixos: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura; e o Eixo Geração, Gênero, raça, etnia e participação popular conforme apresentam os Quadros 33 e 34 a seguir.

28.1 Eixo Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura

O atual eixo apresenta nove programas a partir de seus objetivos estratégicos: o primeiro Melhoria da qualidade do ensino com nove projetos; o segundo Melhoria da infraestrutura da educação com oito projetos; o terceiro Educação contextualizada com bases nas diretrizes operacionais da educação do campo com três projetos; o quarto Programa intitulado Intensificar a cobertura da Atenção Básica com sete projetos; o quinto Melhoria da InfraEstrutura da Saúde com 15 projetos; o sexto Melhoria das Campanhas de conscientização das ações da saúde com um projeto; o sétimo com sete projetos; o oitavo Melhoria da infraestrutura Cultural do Território com cinco projetos; e o nono Difusão dos produtos artísticos do Vale do Jaguaribe com dois projetos, conforme apresenta o Quadro 33 a seguir.

EIXO: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhorar a qualidade da educação	Programa 1: Melhoria da qualidade do ensino	<p>Projeto 1: Assegurar a educação de criança de 0 a 6 anos, através da criação de centros de excelência de tempo integral sendo que 50% dos centros sejam destinado a zona rural do território.</p> <p>Projeto 2: criação de universidades municipais para todos os jovens. Ampliação da oferta da Universidade Aberta do Brasil, garantindo diferentes mestrados e doutorados para os professores do território nas universidades públicas.</p> <p>Projeto 3: implantação de escolas do EJA integrado a EP, inclusive nas zonas rurais (escola de família agrícola).</p> <p>Projeto 4: Formar em nível superior todos os professores da rede de ensino que tem apenas o ensino médio, conforme diretriz do MEC.</p> <p>Projeto 5: Promoção da inter-relação da família-escola;</p> <p>Projeto 6: Garantir a implementação do PNAE na alimentação escolar.</p> <p>Projeto 7: Viabilizar a formação dos professores voltadas para o campo: pedagogia do campo.</p> <p>Projeto 8: Elaboração de um plano de capacitação para facilitadores nas áreas de interesse do território.</p> <p>Projeto 9: Viabilizar a implementação nas escolas técnicas de nível superior, cursos voltados para técnicas de convivência com o semiárido, garantindo a inclusão de agricultores/as familiares.</p>

EIXO: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p>Programa 2: Melhoria da infraestrutura da educação</p>	<p>Projeto 1: Construir Complexos Esportivos com capacidade para formar técnicos para trabalhar com Pessoas Especiais.</p> <p>Projeto 2: Ampliar e melhorar a frota de transporte escolar respeitando as normas de acessibilidade e segurança;</p> <p>Projeto 3: Construção e reforma das escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio respeitando os padrões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;</p> <p>Projeto 4: Ampliação de Escolas Profissionalizantes no Território ;</p> <p>Projeto 5: Promover a valorização e preservação do patrimônio público escolar;</p> <p>Projeto 6: Implementação de infraestrutura adequada ao Ensino Infantil, com material didático específico.</p> <p>Projeto 7: Construção de refeitórios nas escolas.</p> <p>Projeto 8: Ampliação de escolas profissionalizantes no território voltadas para agricultura camponesa.</p>
	<p>Programa 3: Educação contextualizada com bases nas diretrizes operacionais da educação do campo</p>	<p>Projeto 1: Promover ajustes na grade curricular das escolas rurais respeitando as diretrizes operacionais da educação do campo;</p> <p>Projeto 2: Implantação de escolas família agrícola na perspectiva da educação do campo para cada município.</p> <p>Projeto 3: ampliação da formação dos professores voltada para o campo: “pedagogia do campo”.</p>
2. Garantir uma saúde de	<p>Programa 4: Intensificação da</p>	<p>Projeto 1: Estruturação da atenção básica em todo</p>

EIXO: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
qualidade a população do território	cobertura da Atenção Básica	<p>território;</p> <p>Projeto 2: Contratação de profissionais da área da saúde;</p> <p>Projeto 3: Resgate e valorização do trabalho das rezadeiras e parteiras promovendo a integração com os profissionais da equipe do Saúde da Família;</p> <p>Projeto 4: Implantação da Saúde do Trabalhador no Território - CEREST</p> <p>Projeto 5: Ampliar os horários de atendimentos para a saúde do trabalhador;</p> <p>Projeto 6: Construção de centros especializados no atendimentos às mulheres no território</p> <p>Projeto 7: Promover educação sanitária via programas de rádio.</p>
	Programa 5: Melhoria da Infraestrutura da Saúde	<p>Projeto 1: Implantação de um Hospital de Referência;</p> <p>Projeto 2: Implantação do Núcleo Forense no Território;</p> <p>Projeto 3: Saneamento urbano e rural;</p> <p>Projeto 4: Implantação do SAMU;</p> <p>Projeto 5: Criação do Centro de Zoonoses;</p> <p>Projeto 6: Implantação do Centro de Reabilitação de Desintoxicação para usuários de álcool e outros químicos;</p> <p>Projeto 7: Construção de CAPS Infantil;</p> <p>Projeto 8: Construção de CAPS 3;</p> <p>Projeto 9: Criação das Farmácias Vivas;</p> <p>Projeto 10: Construção de infraestrutura para o atendimento do PSF na zona rural;</p> <p>Projeto 11: Implantação dos</p>

EIXO: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
3. Fortalecer a Identidade Cultural Regional do Vale do Jaguaribe		CEOS no território; Projeto 12: Implantação de laboratório público de prótese; Projeto 13: Propor a inserção no boletim de monitoramento da COGEHR, Açudes que se enquadrem nos critérios da Companhia, de acordo com as demandas solicitadas. Projeto 14: Implementar os Planos de água municipais já inseridos no pacto das águas. Projeto 15: Incentivar a criação e execução dos planos municipais de águas.
	Programa 6: Melhoria das Campanhas de conscientização das ações da saúde	Projeto 1: Realização de capacitação continuada dos profissionais da saúde na área preventiva;
	Programa 7: Formação para artistas, produtores e gestores culturais	Projeto 1: Incentivar a formação de platéias no território, através do Intercâmbio cultural nas suas diferentes linguagens; Projeto 2: Escola de Artes Cênicas do Vale do Jaguaribe; Projeto 3: Cursos de Formação para os Artesãos do Território; Projeto 4: Elaboração de um plano de capacitação; Projeto 6: Implantar pontos de cultura nos assentamentos Projeto 7: Implantar festival regional no territorial
	Programa 8: Melhoria da infraestrutura Cultural do Território	Projeto 1: construção e manutenção de equipamentos como teatros e museus em todo o território. Projeto 2: Construir e equipar os Centros Culturais no território; Projeto 3: Criação de espaços para a exposição e comercialização de produtos artesanais do Vale do Jaguaribe;

EIXO: Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Projeto 4: Estruturação dos espaços físicos (abertos) culturais de relevância para o Território como a Paixão de Cristo de Quixeré e da Barrinha de Tabuleiro do Norte, Morada Nova;</p> <p>Projeto 5: Incentivar e apoiar ações e projetos voltados para o turismo agroecológico e cultural.</p>
	<p>Programa 9: Difusão dos produtos artísticos do Vale do Jaguaribe</p>	<p>Projeto 1: Elaboração e produção de um catálogo cultural do Vale do Jaguaribe com seus principais ícones, manifestações e atrativos culturais e turísticos;</p> <p>Projeto 2: Incentivo aos Festivais Artísticos e Culturais promovidos no Vale do Jaguaribe.</p>

Quadro 15: Eixo Saúde, Saneamento Básico, Educação e Cultura

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

28.2 Eixo Gênero, Geração, Raça, etnia e Participação Popular.

O atual eixo apresenta a partir de seu objetivo estratégico um único programa denominado Organização e participação social com seis projetos pensados para o setor, conforme apresenta o Quadro 34 a seguir.

EIXO: Geração, gênero, raça, etnia e participação popular		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Apoiar e valorizar a organização e participação social da população no território no processo de consolidação da cidadania.	1. Organização e participação social	1- Delegacia da mulher- (abrigo para mulheres) 2- Centro de Tratamento e \reabilitação de dependentes químicos 3- Centro de Referência (Regional, abrigo do idoso). 4- Centro de reabilitação e trabalho com pessoas portadoras de deficiências. 5- Órgão de defesa do consumidor (não existe no território) 6- Melhoria nos transportes, que interliguem os municípios.

Quadro 34: Eixo Geração, gênero, Raça, Etnia e Participação Popular

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

28.3 Eixo Meio Ambiente

O atual eixo apresenta três objetivos estratégicos que originaram três programas: Preservação e Recuperação Ambiental com seis projetos; o segundo Convivência com o Semiárido com doze projetos; e, o terceiro Infraestrutura de meio ambiente com seis projetos, conforme apresenta o Quadro 35 a seguir.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: Meio Ambiente		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Contribuir com a recuperação, preservação do meio ambiente de forma sustentável	Programa 1: Preservação e Recuperação Ambiental	Projeto 1: Proteção e recuperação do Rio Jaguaribe, suas matas ciliares e das nascentes e matas ciliares dos demais cursos d'água do Território; Projeto 2: Criar um programa de Educação e Extensão ambiental no território com

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: Meio Ambiente		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>execução das secretarias municipais afins e entidades não governamentais.</p> <p>Projeto 3: Incentivo para criação de áreas de preservação ambiental.</p> <p>Projeto 4: Implantação de viveiros para produção de mudas nativas.</p> <p>Projeto 5: Construção dos planos de manejo das propriedades rurais;</p> <p>Projeto 6: Realização de cursos sobre agrotóxicos com os atores locais.</p>
<p>2. Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda</p>	<p>Programa 2: Convivência com o Semiárido</p>	<p>Projeto 1: Implantar, em cada município e nos perímetros irrigados, sistemas modelos de produção sustentáveis com foco na Agroecologia, sistemas agroflorestais, no manejo sustentável e na recuperação do Bioma Caatinga;</p> <p>Projeto 2: Implantação de práticas conservacionistas no território, como: áreas de captação “<i>in-situ</i>”, barragens subterrâneas, plantio direto e etc.</p> <p>Projeto 3: Ampliação de projetos produtivos utilizando os recursos hídricos através das estruturas já implantadas no território para agricultores familiares e de forma agroecológica</p> <p>Projeto 4: Implantar sistemas produtivos: transição de sistemas convencionais para agroecológicos onde não existe.</p> <p>Projeto 5: Criação de uma</p>

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: Meio Ambiente		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>casa de sementes em cada Município;</p> <p>Projeto 6: Criar incentivos financeiros e ou projetos e ações governamentais para os pequenos produtores que utilizam práticas agroecológicas.</p> <p>Projeto 7: Implantar nas Escolas Técnica de nível superior cursos voltados para técnicas de convivência com o semiárido, garantindo a inclusão dos agricultores/as familiares;</p> <p>Projeto 8: Fomentar a reconstituição das áreas de reserva legal em áreas particulares, no Território, conforme a lei.</p> <p>Projeto 9: Ampliar as ações do projeto P1 +2 (cisterna calçadão);</p> <p>Projeto 10: Criar um curso técnico ou superior em agroecologia nos centros de ensinos técnicos do Estado.</p> <p>Projeto 11: Proteção de pontos de recarga de águas subterrâneas (sumidouros).</p> <p>Projeto 12: expansão de tecnologias alternativas como energia Eólica, Solar e os biodigestores.</p>
3. Implantar Infraestrutura de Melhoria da qualidade da saúde da população	Programa 3: Infraestrutura de meio ambiente	<p>Projeto 1: Consórcios para a construção de abatedouros públicos.</p> <p>Projeto 2: Implantação de unidades técnicas demonstrativas em agroecologia no território, com culturas voltadas para o semiárido</p> <p>Projeto 3: Propor parcerias para implantar consórcios</p>

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: Meio Ambiente		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>públicos para a construção de aterro sanitários ecologicamente sustentável com usinas de compostagem e reciclagem (exemplo entulho de material de construção e a construção de galpão de materiais recicláveis).</p> <p>Projeto 4: Implantar postos de recolhimentos de embalagens de agrotóxicos;</p> <p>Projeto 5: Sugerir a reformulação da legislação estadual de agrotóxicos.</p> <p>Projeto 6: Sugerir a criação da lei e decreto estadual de sementes e mudas.</p>

Quadro 35: Eixo Meio Ambiente

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Para a Dimensão Socioeconômica foram organizados dois eixos: Organização Sustentável da Produção e Ação Fundiária, apresentados nos Quadros 36 e 37 a seguir.

28.4 Eixo Organização Sustentável da Produção

O atual eixo apresenta treze programas construídos de acordo com os objetivos estratégicos. O primeiro Melhoria da logística de escoamento da produção dos produtos agropecuários e industriais via rodoviária, ferroviária e aérea e acesso água com vinte e um projetos; o segundo Implantação, reestruturação e conclusão dos perímetros irrigados do Território com dezessete projetos; o terceiro Consolidação da Cadeia Produtiva do Apicultura com quatro projetos; o quarto Cadeia produtiva da fruticultura com sete projetos; o quinto Consolidação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura e Ovinocaprino cultura com quatorze projetos; o sexto Consolidação da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Pesca Artesanal com oito projetos; o sétimo Criação de pequenos animais com três projetos; o oitavo Fortalecimento da

comercialização solidária no território com dezessete projetos; o nono Criação de áreas de pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias/ aclimação de novas culturas com seis projetos; o décimo Irrigação de pequenas propriedades ao longo do eixão com sete projetos; o décimo primeiro Ampliação da capacidade de armazenamento de água para irrigação na Chapada do Apodi com um projeto; o décimo segundo Qualificação de mão de obra com um projeto; e o décimo terceiro Reestruturação e instalação de indústrias do território com três projetos, conforme apresenta o Quadro 36 a seguir.

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Potencializar as vocações econômicas do território	Programa 1: Melhoria da logística de escoamento da produção dos produtos agropecuários e industriais via rodoviária, ferroviária e aérea e acesso água.	<p>Projeto 1: Construção de 140 km de ramal ferroviário ligando os territórios Sertão central e vale Jaguaribe. (Chapada do Apodi/Tabuleiro de Russas);</p> <p>Projeto 2: Ampliar os aeroportos existentes no território, de infraestrutura adequada, para exportação aérea e turismo;</p> <p>Projeto 3: Construção de 20 km de anel rodoviário (Chapada do Apodi/BR 116) em Limoeiro do Norte;</p> <p>Projeto 4: Construção da Ceasa Territorial na BR 116 km 193. (Terreno doado);</p> <p>Projeto 5: 60 km de Construção da estrada Iracema, Bastiões e Jaguaribe;</p> <p>Projeto 6: 20 km de Pavimentação asfáltica da estrada Curupati - BR 116</p> <p>Projeto 7: 60 km de Pavimentação da BR 437 na localidade Cajueiros em Tabuleiro do Norte – CE a Jucuri em RN;</p> <p>Projeto 8: 29 km de Pavimentação asfáltica da CE que liga Morada Nova a Banabuiú (trecho: estrada nova a localidade da lagoa do Tapuio);</p> <p>Projeto 9: 60 km de</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Pavimentação asfáltica da CE que liga Solonópole a Jaguaribe;</p> <p>Projeto 10: 45 km de Estrada da Banana que liga São João do Jaguaribe a Jaguaribara;</p> <p>Projeto 11: 50 km de Pavimentação asfáltica da CE que liga Jaguaretama a Jaguaribe. (Pontes concluídas);</p> <p>Projeto 12: 8 Km de Pavimentação asfáltica da CE que liga Potiretama a divisa com CE/RN;</p> <p>Projeto 13: 18 km de Pavimentação asfáltica da CE 038 que liga o município de Ererê a Divisa com Rio Grande do Norte;</p> <p>Projeto 14: Construção de 220 km de gasoduto ligando Aracati a Jaguaribe. (para atender prioritariamente o maior Parque Cerâmico do Estado e diminuir o impacto ambiental do desmatamento)</p> <p>Projeto 15: Interligação da transposição do São Francisco do rio Apodi para o rio Figueiredo.</p> <p>Projeto 16: Consócio Público Patrulha mecanizada, por micro.</p> <p>Projeto 17: Pavimentação da BR116 p/ distrito Castanhão Novo;</p> <p>Projeto 18: Construção de pontes rio Jaguaribe: Distrito de Flores interligando a BR 116 (Russas/Quixeré/Limoeiro/Tabuleiro) e Limoeiro a Tabuleiro sobre o rio Quixeré;</p> <p>Projeto 19: Construção da adutora para abastecer o município de Pereiro (Rio Jaguaribe/ Comunidades de Caetano/Pereiro);</p> <p>Projetos 20: Construção de açudes e adutoras priorizados pelos Comitês de Bacias e pelo PACTO das Águas;</p> <p>Projeto 21: Trecho da Chapada</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		do Apode a BR116 (Flores/Quixeré/KM 60/KM 68/CANAL LESTE)
2. Incentivar a ampliação a agricultura irrigada para geração de emprego e renda no território	<p>Programa 2: Implantação, reestruturação e conclusão dos perímetros irrigados do Território (com estabelecimento de critérios para dar acesso a quem realmente quer produzir)</p>	<p>Projeto 1: Implantação do laboratório de análises de resíduos de Agrotóxicos;</p> <p>Projeto 2: Assistência técnica e Extensão Rural;</p> <p>Projeto 3: Instalação de um Posto de coleta de embalagens usadas de Agrotóxicos por nível de prioridade;</p> <p>Projeto 4: Revitalização do projeto irrigado altinho em Tabuleiro do Norte;</p> <p>Projeto 5: Revitalização do Projeto Irrigado Xique-Xique em Alto Santo;</p> <p>Projeto 6: Implantação de Projeto de irrigação em áreas de confluência do Açude Castanhão em Jaguaratama;</p> <p>Projeto 7: Viabilizar o projeto de irrigação Orós/Feiticeiro – Jaguaribe;</p> <p>Projeto 8: Viabilizar a infraestrutura de irrigação no entorno do açude Figueiredo para agricultores familiares (Potiretama/Iracema/ Alto Santo e Tabuleiro do Norte);</p> <p>Projeto 9: Ampliar o acesso a aquisição de medidores horosazonal, inclusive de uso diurno para agricultura familiar.</p> <p>Projeto 10: Concluir os projetos irrigados do território.</p> <p>Projeto 11: Revitalização do Projeto de Irrigação de Morada Nova.</p> <p>Projeto 12: Regularizados fundiária para os perímetros irrigados</p> <p>Projeto 13: Elaborar uma proposta de apoio aos pequenos produtores nos perímetros irrigados.;</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Projeto 14: Disponibilizar energia para fins produtivos ao longo do canal do Tabuleiro de Russas;</p> <p>Projeto 15: Revitalização da agroindústria e fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca.</p> <p>Projeto 16: Estruturação da agroindústria e modernização do extrativismo da carnaúba.</p> <p>Projeto 17: Recuperação das estruturas físicas do açude Bixopá em Limoeiro do Norte.</p>
3. Fortalecer as cadeias produtivas no território para geração de emprego e renda da agricultura familiar	<p>Programa 3: Consolidação da Cadeia Produtiva do Apicultura</p>	<p>Projeto 1: ampliação de unidades de beneficiamento de extração de mel (CASAS DE MEL EXISTENTES) no território através do Projeto São José.</p> <p>Projeto 2: priorizar a construção de um entreposto de mel tendo em vista que o território Vale do Jaguaribe é o maior pólo apícola do Estado do Ceará.</p> <p>Projeto 3: Diversificar pasto apícola por meio do incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas;</p> <p>Projeto 4: Estruturação das agroindústrias do mel.</p>
	<p>Programa 4: Cadeia produtiva da fruticultura.</p>	<p>Projeto 1: Ajustar o zoneamento e diversificar o beneficiamento do caju ampliando as áreas plantadas.</p> <p>Projeto 2: Diversificar o beneficiamento do caju;</p> <p>Projeto 3: Ampliação das áreas de Caju;</p> <p>Projeto 4: Ampliar o sistema de assistência técnica e extensão rural para produtores da do Limão nos municípios de Limoeiro/Tabuleiro/Alto Santo e Russas e São Jaguaribe. 500 hectares;</p> <p>Projeto 5: Implantar mini indústrias de processamento de frutas.</p> <p>Projeto 6: Estruturação da</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		agroindústria do coco. Projeto 7: Revitalização da cadeia dos citros no território.
	Programa 5: Consolidação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura e Ovinocaprinocultura	Projeto 1: Fortalecimento da cadeia agropecuária da Bovinocultura e Ovinocaprinocultura. Projeto 2: Melhoramento genético dos rebanhos, (inseminação artificial e a aquisição de Reprodutores de Alta Genética para transferência de embrião) Projeto 3: Reserva estratégica de alimento para os rebanhos (Máquinas e equipamentos para silagem, bancos de proteínas, etc); Projeto 4: Oferta de tanques de resfriamento, mini usinas de beneficiamento do leite; Projeto 5: Fábricas de rações; Projeto 6: Aquisição de curral móvel para realização de feiras de exposição itinerantes Projeto 7: Incentivar o plantio de Palma forrageira e implantação de silos Projeto 8: Melhorar o manejo sanitário dos rebanhos; Projeto 9: Beneficiamento de peles de ovinos, caprinos, peixes e bovinos. Projeto 10: Estruturação da agroindústria do leite Projeto 11: Construção de unidades de processamento de ovinos, caprinos e bovinos. Projeto 12: Campanha de conscientização dos consumidores quanto ao consumo do leite in-natura. Projeto 13: Implantação da agroindústria do leite, Projeto 14: Difusão de tecnologia dentro do território para a formação de reservas para alimentação animal.

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p>Programa 6: Consolidação da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Pesca Artesanal</p>	<p>Projeto 1: Fortalecimento da organização da cadeia produtiva da piscicultura e aqüicultura;</p> <p>Projeto 2: Ampliação do cultivo de pescado nos açudes público o território;</p> <p>Projeto 3: Incentivar o armazenamento e beneficiamento de pescado;</p> <p>Projeto 4: Implantar fábrica de rações e de gelo;</p> <p>Projeto 5: Aquisição de kits para pescadores artesanais</p> <p>Projeto 6: Criação e revitalizar os espaços municipais de venda de peixe.</p> <p>Projeto 7: Articular a Criação do curso de aqüicultura e pesca no IFCE Campos Limoeiro, Morada Nova, Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.</p> <p>Projeto 8: Unidade de processamento de pescado.</p>
	<p>Programa 7: Criação de pequenos animais</p>	<p>Projeto 1: Implantação de núcleos de galinha caipira conforme grupos de interesse;</p> <p>Projeto 2: Implantação de núcleos de suinoculturas de raças caipiras adaptadas ao semiárido.</p> <p>Projeto 3: Estruturação da agroindústria da avicultura caipira.</p>
	<p>Programa 8: Fortalecimento da comercialização solidária no território</p>	<p>Projeto 1: Incentivo ao desenvolvimento da agroindústria, observando as potencialidades de cada município.</p> <p>Projeto 2: Fortalecimento das bases de serviços de apoio ao sistema de comercialização da agricultura familiar e empreendimentos solidários (SECAFES-ACAFES)</p> <p>Projeto 3: Aquisição de kits feira da agricultura familiar para cada município do território.</p> <p>Projeto 4: Capacitação em gestão coletiva e acesso aos mercados</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Projeto 5: Criar espaços de Comercialização solidária no Território</p> <p>Projeto 6: Criar um marca e certificação dos produtos do território.</p> <p>Projeto 7: Organizar uma feira territorial</p> <p>Projeto 8: Incentivo financeiro a horticultura através de cultivo protegido;</p> <p>Projeto 9: Implementação de sistema de certificação e expedição (SIM,SIE,SIF e SUASA)</p> <p>Projeto 10: Construção da central de comercialização da agricultura familiar/ camponesa.</p> <p>Projeto 11: Ampliação do projeto de restaurantes populares familiares.</p> <p>Projeto 12: Fortalecimento das finanças solidárias através do cooperativismo de crédito, dos fundos rotativos solidários e bancos comunitários;</p> <p>Projeto 13: Desenvolvimento de pesquisas sistêmicas e participativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.</p> <p>Projeto 14: Formação de lideranças comunitárias e produtivas voltadas para agroecologia, gestão participativa, cooperativismo, associativismo, empreendedorismo e manejo ambiental sustentável, através de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.</p> <p>Projeto 15: implantar festival anual da agricultura familiar nos territórios.</p> <p>Projeto 16: Fazer a elaboração dos planos de negócios para empreendimentos associativos e</p>

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		individuais das cadeias produtivas do território. Projeto 17: Fábricas de ração animal.
4. Elevar o nível tecnológico do território	Programa 9: Criação de áreas de pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias/ aclimatação de novas culturas	Projeto 1: Unidade de Beneficiamento de grãos; Projeto 2: Unidade de processamento fitoterápicos; Projeto 3: Viabilizar uma o desenvolvimento de pesquisa de pesquisa sistêmica e agroecológicas no território; Projeto 4: Ampliação e reestruturação do laboratório de solo e água do IFCE – Para atender prioritariamente as áreas irrigadas; Projeto 5: Implantar unidades de referências para a revitalização das pequenas propriedades das várzeas Projeto 6: Fortalecimento das oleaginosas.
5. Garantir a segurança alimentar aos agricultores familiares	Programa 10: Irrigação de pequenas propriedades ao longo do eixão.	Projeto 1: Georreferenciamento das pequenas propriedades da agricultura familiar; Projeto 2: Implantar projetos produtivos nas áreas do entorno do eixão para Agricultores de Base Familiar Projeto 3: Desenvolvimento da agricultura irrigada; Projeto 4: Desenvolvimento da agricultura de sequeiro. Projeto 5: Articulação entre as entidades para uma maior e melhor apoio financeiro, crédito, assistência técnica e comercialização nos perímetros irrigados. Projeto 6: Instalação de um núcleo de beneficiamento da produção de leite de caprinos em áreas irrigadas. Projeto 7: Instalação do núcleo de beneficiamento da produção de carne de ovinos em áreas

EIXO: Organização Sustentável da Produção		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		irrigadas.
6. Ampliar a oferta de água na Chapada do Apodi, visando a redução de energia e custo de produção	Programa 11: Ampliação da capacidade de armazenamento de água para irrigação na Chapada do Apodi	Projeto 1: Construção de outro tanque de compensação de armazenamento de água na Chapada do Apodi.
7. Fortalecer o pólo da industrial do território visando a geração de emprego e renda	Programa 12: Qualificação de mão de obra	Projeto 1: Instalação de um centro de formação de mão de obra
	Programa 13: Reestruturação e instalação de indústrias do território.	Projeto 1: Construir Distrito Industrial nos municípios de acordo com o potencial; Projeto 2: Fortalecer o pólo metal mecânico de Tabuleiro do Norte; Projeto 3: Realizar um estudo de viabilidade do Pólo Ceramista.

Quadro 36: Eixo da Organização Sustentável da produção

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

28.5 Eixo Ação Fundiária

O atual eixo apresenta cinco programas construídos de acordo com os objetivos estratégicos. O primeiro Acesso a terra com três projetos; o segundo Recuperação dos assentamentos com seis projetos; o terceiro Regularização Fundiária com três projetos; o quarto Assistência técnica e extensão rural permanente, interdisciplinar e multidimensional com quatro projetos; e o quinto Apoio do Desenvolvimento do Turismo e Artesanato com oito projetos ,conforme apresenta o Quadro 37 a seguir.

EIXO: Ação Fundiária		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir o acesso à terra e o fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária	Programa 1: Acesso a terra	Projeto 1: Desapropriação de terras via INCRA; Projeto 2: Ação complementar a desapropriação de terras via Crédito Fundiário Projeto 3: Acesso a terra para

EIXO: Ação Fundiária		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
para as gerações presentes e futuras		os atingidos por barragens
	Programa 2: Recuperação dos assentamentos	Projeto 1: Garantir a infraestrutura sócio-econômico - cultural das áreas assentadas Projeto 2: Garantir o crédito rural para os reassentados. Projeto 3: Fortalecimento das organizações dos assentados/as. Projeto 4: Plano de capacitação específica para os assentados; Projeto 5: Inclusão digital nos assentamentos; Projetos 6: Acesso a terra para os agregados,
	Programa 3: Regularização Fundiária	Projeto 1: Ampliação do acesso ao crédito e renegociação da dívida. Projeto 2: Projeto de regularização fundiária do restante dos municípios do território; Projeto 3: Priorizar a regularização fundiária nas áreas de construção de barragens.
	Programa 4: Assistência técnica e extensão rural permanente, interdisciplinar e multidimensional	Projeto 1: Consolidação do sistema de ATER/ATES de qualidade e quantidade suficiente e adequadas as necessidades das famílias rurais e urbanas de baixa renda de acordo com o PNATER. Projeto 2: Assegurar ATER para os assentamentos do crédito fundiário.; Projeto 3: Garantir a continuidade da ATES no território. Projeto 4: Elaboração de “spots” (vinhetas) para divulgação das ações de defesa sanitária animal e vegetal.
	Programa 5: Apoio do Desenvolvimento	Projeto 1: Apoiar o turismo agroecológico e cultural (artesanato)

EIXO: Ação Fundiária		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	do Turismo e Artesanato	<p>Projeto 2: Estudo do potencial turístico agroecológico.</p> <p>Projeto 3: Criação e desenvolvimento de rotas turísticas litoral,sertão e serra.</p> <p>Projeto 4: Construção das suítes familiares rurais.</p> <p>Projeto 5: Aprimoramento da produção artesanal com agregação de valor e acesso a novos mercados.</p> <p>Projeto 6: Recuperar os espaços de comercialização (Centros de Artesanatos) do território.</p> <p>Projeto 7: Implantar feiras periódicas de artesanato no território.</p> <p>Projeto 8: Comercialização em redes de negócios.</p>

Quadro 37: Eixo Ação Fundiária

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

28.6 Eixo Gestão Territorial

O atual eixo representativo da Dimensão Político Institucional apresenta dois objetivos estratégicos para os quais foram organizados cinco programas: o primeiro Fortalecimento das Instituições Territoriais com oito projetos; o segundo Fortalecimento das Organizações Produtivas com cinco projetos; o terceiro Inclusão social e produtiva de jovens, mulheres e comunidades tradicionais com dois projetos; o quarto Implantação de um sistema de divulgação, monitoramento e avaliação das ações territoriais. e o quinto Articulação institucional, ambos com um projeto, conforme apresenta o Quadro 38 a seguir.

EIXO: GESTÃO TERRITORIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil	<p>Programa 1 Fortalecimento das Instituições Territoriais</p>	<p>Projeto 1: Escritório sede estruturado com um banco de informações, capital humano e material de apoio de divulgação e marketing com criação do site do território.</p> <p>Projeto 2: Estruturação e capacitação do Núcleo Técnico.</p> <p>Projeto 3: Apoio a constituição de comitês/fóruns/câmaras setoriais dos produtores integrantes das cadeias produtivas do eixo organização sustentável da produção;</p> <p>Projeto 5: Estruturação e manutenção dos CMDS/CMDRS.</p> <p>Projeto 6: Intercâmbio entre os territórios.</p> <p>Projeto 7: Criar canais para discussão sistemática e divulgação dos programas e projetos a serem debatidos e deliberados do/ para o território.</p> <p>Projeto 8: Participação proporcional dos municípios no núcleo dirigente.</p>
	<p>Programa 2 Fortalecimento das Organizações Produtivas</p>	<p>Projeto 1: Apoio a estruturação das redes municipais da sociedade civil e territoriais.</p> <p>Projeto 2: Criação de Arranjos Institucionais no apoio a implementação das cadeias produtivas do eixo organização sustentável da produção;</p> <p>Projeto 3: Fortalecimento das cooperativas, assentamentos e associações de agricultores familiares do território.</p> <p>Projeto 4: Promoção de palestras sobre defesa agropecuária nas entidades (colégios agrícolas, comunidades locais, Sindicatos e Associações comunitárias).</p> <p>Projeto 5: Estruturação e ou regulamentação do sistema municipal de inspeção de produtos de origem animal e</p>

EIXO: GESTÃO TERRITORIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		vegetal e vigilância agropecuária.
	Programa 3 Inclusão social e produtiva de jovens, mulheres e comunidades tradicionais	Projeto 1: Implantação dos comitês setoriais de mulheres, jovens e comunidades tradicionais. Projeto 2: Implantação das delegacias para atendimentos a mulheres.
2. Assegurar o controle e a gestão social das ações territoriais	Programa 4 Implantação de um sistema de divulgação, monitoramento e avaliação das ações territoriais.	Projeto 1: Criar sistema de monitoramento dos projetos territoriais, executado pelo núcleo dirigente.
	Programa 5 Articulação institucional	Projeto 1: Que os governos Federal e estadual disponibilize programas e projetos a serem debatidos e deliberados nos colegiados territoriais.

Quadro 38: Eixo Gestão Territorial

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

29 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou inicialmente 18 projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território e em seguida elegeu os cinco prioritários. Os referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

EIXOS/AREAS	PROJETOS
Educação	3° - Projeto: Assegurar a Educação de Crianças de 0 a 6 Anos Através da Criação de Centros de Excelência de Tempo Integral sendo que 50% dos Centros sejam destinados a Zona Rural do nosso Território;
Saúde	1° - Projeto: Implantação de um Hospital de Referência; 5° Projeto: Centro de Tratamento e Reabilitação de Dependentes Químicos;
Meio Ambiente	4° - Projeto: Proteção e Recuperação da Bacia do Rio Jaguaribe e seus Afluentes, suas Matas Ciliares e das Nascentes e Matas Ciliares dos Demais Cursos D'água do Território;
Organização Sustentável da Produção	2° - Projeto: Fortalecimento da atividade agropecuária (Bovinocultura, Ovinocaprino cultura, Piscicultura, Aqüicultura, Agricultura Irrigada e de Sequeiro);

Quadro 39: Projetos Priorizados pelo Território

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Parte IV
GESTÃO SOCIAL DO PLANO

Proposição

GESTÃO DO PLANO

A gestão social do Plano Territorial é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de planejamento foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação, fortalecido ainda pelo fato de ser esta ação muito pouco praticada o que levou a derrocada de muitos Planos já elaborados.

São por meio do monitoramento e avaliação (M&A) que se reiniciam os ciclos de gestão, ou seja: antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O M&A pode acontecer de forma participativa ou não. No caso da estratégia de desenvolvimento territorial não se concebe que ele seja apenas consulta, ou seja: exclusivo de especialistas. Daí a importância de se compreender os diferentes níveis de participação (consulta genérica – consulta autêntica ou participação ativa), bem como as ferramentas mais adequadas e como cada projeto se define. O que significa dizer que o PTDRS precisa definir quem assume e realiza o processo de M&A e, principalmente quem aprende e se beneficia das conclusões.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

Esse subprocesso da gestão social é o responsável pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. Já a avaliação verifica o alcance dos objetivos, sejam os produtos executados que viabilizem o alcance desses objetivos, sejam as alterações na situação-problema após as intervenções. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo (se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando). Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.

3 De avaliação de resultado (se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e se os objetivos foram alcançados). A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.

1. De avaliação de impacto (contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro). Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capaz de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território (a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes) no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial; estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

A estrutura organizacional do Colegiado Territorial é composta de quatro instâncias, Plenária, Núcleo Dirigente, Comitês Temáticos e Núcleo Técnico que atuarão, em relação ao PTDRS com as seguintes responsabilidades:

(a). PLENÁRIA GERAL: No PTDRS, além de sua validação, terá um outro papel fundamental o de monitorar a implementação do plano, com atenção especial

no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos. Cada membro da Plenária deverá ser responsável por este papel especialmente daqueles projetos ou ações que têm vínculo com sua instituições/entidade. Qualquer anormalidade identificada deverá informar aos membros do Núcleo Dirigente para que tome providências cabíveis. A Plenária deverá realizar reuniões específicas para tal finalidade. Seus membros deverão fazer um relato da situação de todos os projetos e/ou ações que estão sendo implementadas sob a responsabilidade de sua instituição/entidade. Estes informes deverão ser compatibilizados com os relatórios produzidos pelos Comitês Temáticos para daí serem tomadas às medidas cabíveis.

b) **NÚCLEO DIRIGENTE:** No PTDRS, exerce função fundamental na negociação de recursos e gerenciamento do processo de implementação das ações e dos projetos. Caberá também ao Núcleo Dirigente o papel de mobilizar todas as instituições/entidades que façam parte da Plenária, Comitês Temáticos a se fazer presentes nas discussões/decisões que se fizerem necessárias para uma gestão participativa do PTDRS. Ao Núcleo Dirigente caberá também mobilizar outras instituições/entidades, que possam contribuir com o processo de desenvolvimento sustentável do Território. Neste caso, principalmente em eventos que deverão ser estimulados para discutir o Território a nível estadual e nacional, como Conferências, Salões Territoriais etc.

c) **COMITÊS TEMÁTICOS:** Além de ser a instância responsável pela atualização do diagnóstico do Território é também a Instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado Territorial além da análise dos indicadores que medirão a eficiência, eficácia e a efetividade daquilo que está sendo proposto no PTDRS. Atua ainda no monitoramento juntamente com os beneficiários e instituições/entidades executoras do processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais. Um dos grandes aliados dos Comitês na tarefa de monitoramento deverão ser os CMDS.

Cada Comitê será responsável pela elaboração de Planos de Ação por eixos temáticos contidos no PTDRS.

A estruturação desses Comitês precisa ser reparada para que se possa garantir uma maior presença da sociedade civil em todos os comitês e a presença de seus participantes com menos variações.

d) NÚCLEO TÉCNICO: No PTDRS exerce função estratégica na elaboração dos projetos propostos pelos Comitês Temáticos e deliberados pela Plenária Geral do Colegiado Territorial. Terá o papel de avaliar as ações e projetos que serão implementados com a participação dos beneficiários instituições/entidades executoras dos projetos.

Além da estrutura do Colegiado Territorial, faz parte da estrutura organizacional do Território, a Rede Estadual de Colegiado Territorial que tem como papel fundamental fazer a articulação política objetivando garantir as condições necessárias à implementação da estratégia territorial. Sua participação é fundamental na viabilização das oportunidades que se apresentam favoráveis aos Territórios e na contenção as ameaças que possam prejudicá-los.

Em nível estadual, com atuação ligada diretamente a estrutura organizacional dos Territórios, existe uma instância responsável pela compatibilização de todas as demandas existentes no PTDRS com as ações ofertadas pelas instituições a nível estadual e da união que e o Comitê de Articulação Estadual – CAE. O CAE fará a articulação para que se torne efetiva, de forma organizada, as ações dos órgãos públicos estaduais e federais no Território.

Para o bom desempenho dessas instâncias do Colegiado Territorial, será imprescindível a montagem de um plano de capacitação continuada com vistas a garantir um bom desempenho dessas instâncias, além de apoio logístico que garanta eficiência de suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições definidas por sua plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Melhorar a qualidade da educação, Garantir uma saúde de qualidade a população do território, Fortalecer a Identidade Cultural Regional do Vale do Jaguaribe, Contribuir com a recuperação, preservação do meio ambiente de forma sustentável, Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda, Implantar Infraestrutura de Melhoria da qualidade da saúde da população, Potencializar as vocações econômicas do território, Incentivar a ampliação a agricultura irrigada para geração de emprego e renda no território, Fortalecer as cadeias produtivas no território para geração de emprego e renda da agricultura familiar, Elevar o nível tecnológico do território, Garantir a segurança alimentar aos agricultores familiares, Ampliar a oferta de água na Chapada do Apodi, visando a redução de energia e custo de produção, Fortalecer o pólo da industrial do território visando a geração de emprego e renda, Garantir o acesso a terra e o fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária para as gerações presentes e futuras, Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil, Assegurar o controle e a gestão social das ações territoriais.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRASIL. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

_____. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

_____. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

_____. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

_____. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

_____. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

_____. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs.). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em: <www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CEARA. SEDURB. Informações Básicas Municipais de Quixeramobim. Fortaleza, 1998.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.

Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.

_____. 2010.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

ce.html>. Acesso em: 23 out. 2009.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.